

FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS

**ESTUDO COMPARATIVO DOS CURSOS SUPERIORES DE
CONTABILIDADE NO BRASIL E NA ARGENTINA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

**SÃO PAULO
2007**

FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS

**ESTUDO COMPARATIVO DOS CURSOS SUPERIORES DE
CONTABILIDADE NO BRASIL E NA ARGENTINA**

Tema apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo-Edgar Almeida Resende.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

**SÃO PAULO
2007**

BANCA EXAMINADORA:

São Paulo, 03 de agosto de 2007.

Dedico este trabalho a minha namorada, futura esposa e grande companheira Kerly, que sempre esteve ao meu lado, construindo uma história de amor, respeito e carinho.

Ao compreensivo filho, Filipe, que aceitou os momentos de ausência.

Aos meus Pais que incentivaram e acompanharam esta trajetória.

Agradecimentos

A finalização deste trabalho representa um momento importante de uma carreira construída com a participação de muitos amigos que “aparecem” na nossa história. Entre eles destaco:

- O Prof. Paulo-Edgar, que foi um grande mestre, companheiro e que demonstrou como é um autêntico processo de construção do conhecimento, de forma participativa, respeitando o aluno no processo de orientação.
- A Prof^a. Leonor de Angelis, da USAL – Universidade Del Salvador, que forneceu as informações, de forma a contribuir com o trabalho e teve muita paciência na apresentação da Instituição.
- O Prof. Sérgio Januário de Freitas, grande companheiro por compartilhar idéias e o desenvolvimento das discussões.
- A Edilene, a Coordenação de Estágio, o Prof. De Caroli, o Prof. Gianini e demais membros do Corpo Docente da PUC-SP/FEA, Ciências Contábeis, que forneceram informações e sempre estiveram à disposição, auxiliando e contribuindo.
- A Ana Lúcia, o Leandro e todos os amigos da Avaliação da UNINOVE.
- A Prof^a Lídia Spaziani pela revisão do Abstract e a Prof^a Nádia Conceição Lauriti pela revisão do trabalho e pelo incentivo.

É impossível deixar de destacar três instituições que muito auxiliaram nesta trajetória:

- A UNINOVE que sempre incentivou e apoiou a pesquisa;
- A PUC-SP e a USAL que abriram as portas e aceitaram fornecer todas as informações necessárias à coleta de dados.

RESUMO

Em um contexto de sociedades complexas, com predominância do capitalismo, à área de saber da Economia confluem diferentes campos de pesquisa, entre os quais a Contabilidade, que se bifurca na cobertura do setor público e do setor privado. Trata-se de uma área que dinamiza novas esferas produtivas e novas imbricações quanto à formação de blocos, nova dinâmica de concentração e centralização do capital, além de uma nova ordenação política e uma transformação na velocidade do transporte de informação e tecnologia.

Destaca-se que, nos últimos anos, no Brasil e na Argentina, aumentou consideravelmente o número de Instituições de Ensino, portanto é pertinente um estudo comparativo para troca de informações sobre as instituições e seus currículos, o que pode gerar emprego e renda para o egresso dos cursos e promover o intercâmbio entre as Instituições para o desenvolvimento e a pesquisa. Também, é possível observar que, na Argentina, a nomenclatura do curso é “Contador Público”, diferentemente do Brasil.

Desta forma, a pesquisa consiste em uma comparação entre os currículos dos cursos de Contabilidade das seguintes Instituições: PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil; e USAL - Universidade Del Salvador, Buenos Aires, Argentina. O objetivo é identificar os aspectos similares, relativos ao perfil profissiográfico e à composição curricular. A partir deste diagnóstico, pretende-se elencar possíveis contribuições para melhoria dos cursos e propiciar uma reflexão sobre o ensino na área.

Palavras-chave: Argentina, Brasil, Contábeis, currículo, Mercosul, universidade.

ABSTRACT

In a context of complex societies, in which we have the predominance of the capitalism to the area of knowledge called Economy, it joins different research fields together, among them Accounting, that is divided in two branches to be known: the covering of the public sector and the private sector. It deals with an area that dinamizes new productive spheres and new imbrications according to the formation of blocks, new dynamics of concentration and centralization of the capital, beyond a new political ordinance and transformation in the speed of the information and technology transports.

It is distinguished that, in the latter years, in Brazil and Argentina, the number of Educational Institutions has considerably increased, therefore it is pertinent a comparative study for exchange of information about the institutions and their resumes, that can generate job and income for the egress of the courses and promote the interchange of development and the research among the Institutions. Also, it is possible to observe that, in Argentina, the nomenclature of the course is "Certified Public Accountant", which has a different terminology from brazilian's one.

In this way, the research consists on a comparison among the curriculae of the Accounting courses from the following Institutions: PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brazil; and USAL – University Del Salvador, Buenos Aires, Argentina. The objective is to identify the similar aspects related to the profile of the professional features and to the curricular composition. From this diagnosis, it is intended to list possible contributions for the improvement of the courses and to propitiate a reflection on Education area.

Key-words: accounting, Argentina, Brazil, resume, Mercosul, university.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	15
LISTA DE FIGURAS	16
LISTA DE SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	20
I. PROBLEMA	21
II. HIPÓTESES	25
III. JUSTIFICATIVA DO TEMA	26
IV. OBJETIVOS	43
a. OBJETIVO GERAL	43
b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
V. DELIMITAÇÃO DO TEMA	44
VI. METODOLOGIA DA PESQUISA	45
CAPÍTULO 1 – CURRÍCULO E AVALIAÇÃO	48
1.1. O CURRÍCULO E A CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO	48
1.2. AVALIAÇÃO NO MERCOSUL	52
CAPÍTULO 2 - A UNIVERSIDADE NO BRASIL E NA ARGENTINA	57
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA ARGENTINA	57
2.1.1. SISTEMA FEDERAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	57
2.1.2. SISTEMA UNIVERSITÁRIO NACIONAL DA ARGENTINA	62
2.2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA ARGENTINA ...	66
2.2.1. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	67
2.2.2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA ARGENTINA	81
2.2.3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE	91
CAPÍTULO 3 - FORMAÇÃO DO CONTADOR	96
3.1. A PROFISSÃO DE CONTADOR NO BRASIL E NA ARGENTINA	96
3.2. O MERCADO E AS TENDÊNCIAS	101

3.2.1.	CENÁRIO DO MERCADO BRASILEIRO	101
3.2.2.	EXPECTATIVA DOS ALUNOS NA ARGENTINA	104
3.2.3.	O PROFISSIONAL E A ÁREA CONTÁBIL.....	106
3.3.	PADRÕES INTERNACIONAIS PARA O ENSINO DA CONTABILIDADE.....	115
3.4.	DIRETRIZES CURRICULARES PARA A GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE -BRASIL	130
3.5.	CONTEÚDO DE CONTADOR PÚBLICO - ARGENTINA	132
3.6.	OBSERVAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO, OS PADRÕES INTERNACIONAIS E OS CURRÍCULOS DO BRASIL E ARGENTINA	137
	CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO SOBRE OS CURSOS DE CONTÁBEIS - PUC-SP E USAL	139
4.1.	O CURSO DE GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA PUC-SP	139
4.1.1.	ORIGEM E HISTÓRICO DA PUC-SP	139
4.1.2.	DADOS GERAIS DO CURSO.....	141
4.1.3.	PERFIL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE	142
4.1.4.	DISCIPLINAS DO CURSO DA PUC-SP	145
4.1.5.	ANÁLISE DA FORMA DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES CURRICULARES PELO CURSO DA PUC-SP	147
4.1.6.	O CURRÍCULO DA PUC-SP.....	153
4.2.	O CURSO DE GRADO EM CONTADOR PÚBLICO – USAL.....	158
4.2.1.	ORIGEM E HISTÓRICO DA USAL	158
4.2.2.	DADOS GERAIS DO CURSO.....	159
4.2.3.	PERFIL DO CONTADOR PÚBLICO.....	160
4.2.4.	DISCIPLINAS DO CURSO DA USAL	161
4.2.5.	COMPARATIVO ENTRE CURRÍCULOS: MÍNIMO E USAL	164
4.2.6.	MATRIZ CURRICULAR USAL.....	174
4.3.	COMPARATIVO PUC-SP E USAL	178
	CONCLUSÕES.....	188
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
	LEGISLAÇÃO, NORMAS E DOCUMENTOS OFICIAIS	206
	SÍTIOS PESQUISADOS	209

ANEXO I - Resolución 254/2003 - Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Argentina	211
ANEXO II - Documento Base para la Acreditación 1º Borrador de trabajo Santiago del Estero 2005	221
ANEXO III - Normas Referentes al Ejercicio de las Profesiones Relacionadas a las Ciencias Económicas. Bs.As. 23/5/73	249
ANEXO IV - Sócios do IFAC - Federação Internacional de Contadores	260
ANEXO V – Membros Associados do IFAC - Federação Internacional de Contadores	264
ANEXO VI – Resolução CNE Nº. 10, de 16 de Dezembro de 2004, Ministério da Educação. Brasil	265
ANEXO VII – Contenidos Mínimos - Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales	270
ANEXO VIII – Acuerdo Nº 3 de fecha 18 de diciembre de 1996. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Argentina.....	283

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE OS TRATADOS	40
TABELA 2 – INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ARGENTINA	66
TABELA 3 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	68
TABELA 4 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	69
TABELA 5 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	70
TABELA 6 - QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	71
TABELA 7 - QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	72
TABELA 8 - QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	73
TABELA 9 - QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	74
TABELA 10 - QUANTIDADE DE CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	75
TABELA 11 - OS DEZ MAIORES CURSOS POR NÚMERO DE MATRÍCULAS E CONCLUINTES - BRASIL 2004.....	76
TABELA 12 – CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES NA ARGENTINA	82
TABELA 13 – INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS ARGENTINAS POR SETOR DE GESTÃO SEGUNDO TIPO DE INSTITUIÇÃO. ANO 2004.....	83
TABELA 14 – NÚMERO DE ALUNOS NOVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS POR CURSO.....	83
TABELA 15 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	84
TABELA 16 – NÚMERO DE ALUNOS NOVOS NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	85
TABELA 17 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS.....	86

TABELA 18 – - MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO TERCIÁRIA POR ÁREA DE CONHECIMENTO POR PAÍSES, 2004.....	94
TABELA 19 – CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO TÉCNICO DE CONTABILIDADE NO BRASIL	96
TABELA 20 - CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE NO BRASIL	98
TABELA 21 – TABELA GERAL DE SALÁRIOS CORRENTES – JUNHO 2006.....	102
TABELA 22 – CRITÉRIOS PARA O PORTE	102
TABELA 23 – SALÁRIO MENSAL APROXIMADO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE	103
TABELA 24 – BOLSA DE SALÁRIOS	103
TABELA 25 – AMOSTRA DOS ENTREVISTADOS POR CARREIRA.....	105
TABELA 26 - SÍNTESE DOS PADRÕES DO IFAC.....	128
TABELA 27 - GRADE CURRICULAR DO CURSO	145
TABELA 28 - LEGENDA QUE SERÁ UTILIZADA NA ANÁLISE DAS DISCIPLINAS	147
TABELA 29 - GRADE CURRICULAR DO CURSO E A FORMA DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES	148
TABELA 30 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS PELA GRADE CURRICULAR.....	150
TABELA 31 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA PELA GRADE CURRICULAR	150
TABELA 32 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA (NÃO PREVISTOS NA RESOLUÇÃO CNE/CES 10/2006) NA GRADE CURRICULAR.....	151
TABELA 33 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PELA GRADE CURRICULAR	152
TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA PELA GRADE CURRICULAR	152
TABELA 35 - MATRIZ CURRICULAR PUC-SP – GRUPO 1 e 2.....	153
TABELA 36 - MATRIZ CURRICULAR PUC-SP – GRUPO 3 e 4.....	153
TABELA 37 - MATRIZ CURRICULAR PUC-SP – GRUPO 5, 6 e 7.....	154
TABELA 38 - ETAPA 1 - INTERMEDIÁRIO - ANALISTA ADMINISTRATIVO CONTÁBIL.....	160

TABELA 39 - ETAPA 2 – TÉCNICO DE CONTABILIDADE E CUSTOS.....	161
TABELA 40 - ETAPA 3 – CONTADOR PÚBLICO.....	162
TABELA 41 - LEGENDA QUE SERÁ UTILIZADA NA ANÁLISE DAS DISCIPLINAS	163
TABELA 42 - CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO (1º e 2º ANOS).....	164
TABELA 43 - CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO (3º ANO).....	166
TABELA 44 - CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO (4º e 5º ANOS)	167
TABELA 45 – SÍNTESE DO CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO.....	168
TABELA 46 - ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR DO CURSO CONFORME O CURRÍCULO MÍNIMO	170
TABELA 47 - MATRIZ CURRICULAR USAL – GRUPOS 1 e 2.....	173
TABELA 48 - MATRIZ CURRICULAR USAL – GRUPO 3.....	174
TABELA 49 - MATRIZ CURRICULAR USAL – GRUPOS 4, 5 e 6.....	175
TABELA 50 - COMPARATIVO PUC-SP E USAL – CONTEÚDOS COMPATÍVEIS	177
TABELA 51 - COMPARATIVO PUC-SP E USAL – DISCIPLINAS NÃO-COMPATÍVEIS	178
TABELA 52 - LEGENDA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS PELA GRADE CURRICULAR.....	179

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	68
GRÁFICO 2 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	69
GRÁFICO 3 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	70
GRÁFICO 4 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	71
GRÁFICO 5 - QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS/CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	72
GRÁFICO 6 - QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	73
GRÁFICO 7 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	74
GRÁFICO 8 - QUANTIDADE DE CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	75
GRÁFICO 9 – INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS ARGENTINAS POR SETOR DE GESTÃO SEGUNDO O TIPO DE INSTITUIÇÃO. ANO 2004.....	82
GRÁFICO 10 – NÚMERO DE ALUNOS NOVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS POR CURSO.....	83
GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.....	84
GRÁFICO 12 – NÚMERO DE ALUNOS NOVOS NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS.....	85
GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS.....	86

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	59
FIGURA 2 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMAÇÃO	61
FIGURA 3 – ESQUEMA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO ARGENTINO.....	88

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRASCA - Associação Brasileira de Companhias Abertas
ACCA – Association of Chartered Certified Accountants
AIC – Associação Interamericana de Contabilidade.
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA – Área de livre Comércio das Américas
ALCSA - Área de Livre Comércio Sul-Americana
ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais
APIMEC Nacional - Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CB – Condições Boas
CCM - Comissão de Comércio do Mercosul
CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CES - Câmara de Educação Superior
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CI – Condições Insuficientes
CIN – Conselho Inter-universitário Nacional
CMB – Condições Muito Boas
CMC - Conselho do Mercado Comum
CNE - Conselho Nacional de Educação
CODECE – *Consejos de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales*
COGAE (2006) - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONEAU – *Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria*

CONRE – Conselho Regional de Estatística
CPC - Comissão Parlamentar Conjunta
CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CR – Condições Regulares
CRC – Conselho Federal de Contabilidade
DGES – Direção Geral do Ensino Superior
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENADE – Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
FCES - Foro Consultivo Econômico-Social
FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FIECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FMI - Fundo Monetário Internacional
IASB - The International Accounting Standards Board
IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil
IES – Instituição de Ensino Superior
IES - *International Education Standard*
IESALC – *Instituto Internacional para La Educación Superior en América Latina y el Caribe*
IFAC – Federação Internacional de Contadores
IFRS - International Financial Reporting Standards.
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação do Brasil
MECTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MEXA – *Mecanismo Experimental de Acreditación*
OECD - Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização para o Tratado do Atlântico Norte
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PMDER - Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo
PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SAM - Secretaria Administrativa do Mercosul
SESU – Secretaria de Educação Superior
SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPU – Secretaria de Políticas Universitárias
TEC - Tarifa Externa Comum
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UMERCOSUR - Universidade do Mercado Comum do Sul
U.N.N.E. - Universidad Nacional del Nordeste
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNTREF – Universidad Nacional de Tres de Febrero
USAL - Universidade Del Salvador

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado em 1991 e caracterizou-se pela livre circulação de bens, serviços e capitais entre os países membros. Tem-se observado que a sua criação possibilitou maior troca de informações, o que está de acordo com as tendências globalizantes, porém na área da Educação é possível, ainda, realizar mais e melhores acordos multilaterais, em especial no que se refere às propostas curriculares dos cursos de Instituições de Ensino Superior. Com essa preocupação, o presente estudo compara os currículos de cursos da área Contábil das seguintes Instituições de Ensino Superior: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): São Paulo, Brasil e a Universidade Del Salvador (USAL): Buenos Aires, Argentina.

A opção pela PUC-SP justifica-se pela sua tradição em ensino, pesquisa e extensão na área contábil. O Curso de Contábeis é considerado de excelência na comunidade acadêmica e pelas avaliações oficiais do MEC - Ministério da Educação do Brasil.

A USAL despertou interesse e foi selecionada pelas razões pontuadas a seguir:

- a) A Instituição possui convênios internacionais, fato este que a obriga a proceder a adaptações curriculares, havendo a necessidade de inclusão de conteúdos para atender ao perfil internacional, inserindo em seu currículo: computação, inglês e um terceiro idioma, que pode ser inclusive Português.
- b) A USAL também apresenta reconhecida tradição em ensino, inclusive, na área contábil;

O trabalho foi dividido em quatro partes, sendo que as duas primeiras são teóricas e têm o objetivo de discutir, de forma breve, o currículo e os pressupostos da avaliação e, também, descrever o crescimento das universidades, além de discutir os aspectos referentes à formação de universidades e às políticas educacionais que envolvem o Brasil e a Argentina. Na terceira parte do trabalho, conceitua-se a Contabilidade, circunscrevendo-a à área de Economia, além de discutir-se o perfil dos contadores e as necessidades do mercado de trabalho. Ao final, é apresentado um o estudo comparativo do currículo dos dois cursos, utilizando-se a pesquisa bibliográfica e a legislação pertinente como referenciais.

I. PROBLEMA

Atualmente, apesar de vários autores destacarem as mudanças constantes, presentes no contexto mundial, associadas ao impacto da globalização, bem como enfatizarem a relevância das competências pressupostas nos currículos escolares, permanecem, ainda, as seguintes dúvidas: Os cursos superiores de Contábeis acompanham as tendências mundiais de globalização? Há aspectos comuns entre os cursos do Brasil e os da Argentina? O presente estudo busca identificar quais são as competências contempladas pelos conteúdos dos cursos selecionados para compará-las às necessidades de um mercado globalizado, competitivo e em constante mutação, considerando-se a necessidade de padrões mínimos de qualidade.

Segundo Perrenoud (apud Gentile & Bencini, 2006), *“Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.”*

O Brasil, conforme o Conselho Nacional de Educação e o Conselho de Educação Superior, instituiu, recentemente, as Resoluções nº 146, de 3 de abril de 2002 e nº 10, de 16 de dezembro de 2004. Ambas abordam as competências e habilidades que o profissional de Contábeis deve possuir. Este é um fato importante na Educação Brasileira, pois até o momento a Legislação não possuía esta abordagem. Essas Resoluções serão tratadas, posteriormente, no capítulo 3.

Outro aspecto importante a ser destacado refere-se aos métodos de avaliação, pois conforme a UNESCO/IESALC (2006) *“As agências de avaliação podem estar diretamente envolvidas com distintos processos avaliativos, em que se conjugam diferentes propósitos.”*

Os diferentes propósitos podem ser: financiamento, regulação, autorização do curso ou simplesmente melhoria, mas há um propósito muito relevante que integra-se aos outros que é o de creditá-lo para a sociedade. Este estudo tem esta última perspectiva, ou seja, compreender e verificar se os programas dos cursos selecionados estão condizentes com as necessidades atuais para a sociedade poder convalidá-los. A UNESCO/IESALC acrescenta que este crédito está relacionado com *“...as competências profissionais, com o prestígio acadêmico das instituições, com a determinação ou consolidação de um mercado estudantil ou acadêmico e com o desenvolvimento da mobilidade profissional.”*

Quanto ao prestígio das instituições pesquisadas (PUC-SP e USAL), embora tenha sido abordado no trabalho, foi realizada, também, uma pesquisa prévia de sondagem, em que foram

consultados os órgãos governamentais, embora ainda permaneçam as seguintes problematizações:

Hoje, observa-se uma tendência direcionada para a exigência de padrões internacionais para a educação superior. Isso tornou-se visível na XXII Reunião dos Ministros de Educação dos países do MERCOSUL, Bolívia e Chile, que se realizou em 19 de novembro de 2004, na qual firmou-se o Memorando de Entendimento sobre a implementação do “Mecanismo Experimental para la acreditación de carreras de grado” (MEXA) que, segundo cronograma aprovado, iniciou sua atividade pela carreira de Agronomia.

Esse processo de integração em andamento no mundo, ainda que de forma lenta, ocorre de diversas formas e por meio de outras ações, como a reunião realizada recentemente, em 04 de outubro de 2006, em que representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e do Ministério da Educação da Argentina reuniram-se, para garantir o fortalecimento da integração universitária entre os dois países. O principal objetivo da reunião foi discutir o edital para a apresentação de novos projetos de estudos, a serem lançados. De acordo com o coordenador-geral de Cooperação Internacional da Capes, Leonardo Rosa, a intenção foi semear e fortalecer a integração entre os países. *“Procuramos, com esse intercâmbio de professores e estudantes, focalizar a integração das estruturas curriculares e dos cursos em geral”*.¹

Outro exemplo da integração é o Processo de Bolonha, que segundo o DGES – Direção Geral do Ensino Superior, órgão do MECTES - Ministério Da Ciência Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, consiste em:

“Um longo e complexo processo de maturação. Numa perspectiva de política educativa, o chamado Processo de Bolonha iniciou-se informalmente em Maio de 1998, com a declaração de Sorbonne, e arrancou oficialmente com a Declaração de Bolonha em Junho de 1999, a qual define um conjunto de etapas e de passos a dar pelos sistemas de ensino superior europeus no sentido de construir, até ao final da presente década, um espaço europeu de ensino superior globalmente harmonizado. A idéia base é de, salvaguardadas as especificidades nacionais, dever ser possível a um

¹ Portal do Mercosul Educacional.

http://www.mercosul.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=207&Itemid=28&lang=es,
realizada em 18/02/2007.

pesquisa

estudante de qualquer estabelecimento de ensino superior iniciar a sua formação acadêmica, continuar os seus estudos, concluir a sua formação superior e obter um diploma europeu reconhecido em qualquer universidade de qualquer Estado-membro. Tal pressupõe que as instituições de ensino superior passem a funcionar de modo integrado, num espaço aberto antecipadamente delineado, e regido por mecanismos de formação e reconhecimento de graus académicos homogeneizados à partida.

Em última instância, o Processo de Bolonha irá desembocar numa harmonização generalizada das estruturas educativas, que asseguram as formações superiores numa Europa de, atualmente, 45 países. Nesse enquadramento, os sistemas de ensino superior deverão ser dotados de uma organização estrutural de base idêntica, oferecer cursos e especializações semelhantes e comparáveis em termos de conteúdos e de duração e conferir diplomas de valor reconhecidamente equivalente tanto académica como profissionalmente.

A harmonização das estruturas do ensino superior conduzirá, por sua vez, a uma Europa da ciência e do conhecimento e, mais concretamente ainda, a um espaço comum europeu de ciência e de ensino superior com capacidade de atração à escala europeia e intercontinental.”

Esse processo, evidentemente, implica negociações e concessões de dirigentes, assim como depende de uma política de implantação que envolve mudanças estruturais profundas, não apenas de procedimentos, mas também de cultura, controle e de formas de ação. Essas mudanças estão relacionadas aos processos avaliativos e aos padrões de qualidade.

Rossato (2004, p.1) afirma que:

“Hoje, o Mercosul e a União Européia são importantes atores e fomentadores dos direitos fundamentais e da democracia mundial, nas devidas proporções. O Mercosul, na condição de liderança regional, busca garantir a democracia internamente nos seus Estados partes e estender o conceito democrático do bloco para o continente americano. A União Européia influi globalmente e, nos últimos anos, tem exercido um importante

papel na busca da consolidação da democracia como o regime político global, bem como para alcançar uma democracia efetiva e ampla. Para tanto, a União Européia adotou a decisão de condicionar o relacionamento do bloco com outros países ou grupos de países ao respeito da democracia e dos direitos humanos, impondo sanções em caso de descumprimento, e, por outro lado, apoiando ações positivas adotadas no que tange à proteção dos direitos humanos, promovendo e defendendo as liberdades democráticas. Assim, afirma-se o caráter democrático dos países que compõem os blocos de integração regional e o respeito a este regime passa a ser considerado condição “sine qua non” à manutenção de relações com outros Estados. Ademais, os países candidatos à adesão aos blocos devem comprovar o respeito às condições democráticas, a fim de pleitear a condição de Estado-membro (critério político de adesão). Esta condicionante, presente atualmente em todos os tratados firmados pela União Européia com outros Estados ou organizações, é usualmente conhecida como Cláusula Democrática. Apesar de representar uma importante condicionante das relações internas e internacionais do Mercosul e da União Européia, a Cláusula Democrática ainda é muito pouco conhecida e estudada.”

Por considerar este fato citado pela autora, de que a Cláusula democrática ainda é pouco conhecida e estudada e que é necessário aprofundar o processo democrático e de desenvolvimento da América Latina, este trabalho aborda as trocas na área da educação Superior e como objeto de estudo elege dois cursos de Contábeis. Rossato (2004, p.50) afirma, ainda, que:

- O aprofundamento de um diálogo permanente deve incluir, entre outros fatores citados, a educação em matéria de direitos humanos, incluindo o ensino dos jovens e a sensibilização dos cidadãos no que diz respeito aos seus direitos e deveres.
- No âmbito da promoção e defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, estão previstas ações para o apoio à educação e à formação.

O acesso ao ensino superior com qualidade e que garanta uma inclusão e intervenção social deve ser uma preocupação, não apenas dos governantes, mas de toda a sociedade.

II. HIPÓTESES

Com a criação do Mercosul e com o processo atual de mudanças, devido à globalização e à facilidade de transporte de informações e de bens, observa-se que a sociedade é impulsionada a rever os seus conceitos, procedimentos e formas de atuação. As faculdades, por sua vez, necessitam atender a essas tendências, implantar novas leis e contemplar em seus currículos as tendências e as leis federais de ensino.

Para que o ensino superior seja aceito no Mercosul e possibilite o intercâmbio de profissionais, é necessária a implantação de formas de avaliação e de padrões de qualidade, podendo iniciar-se pela implantação e/ou aprofundamento dos processos. Observa-se que há uma preocupação crescente dos governos em melhorar os processos avaliativos de ensino, mas os procedimentos e as exigências governamentais são diferenciados.

Portanto, o trabalho considera duas hipóteses:

1. Por meio da maior troca de informações e políticas governamentais, é possível ampliar a integração entre os povos, melhorar a empregabilidade e a qualidade da educação. Atualmente, apesar da existência do Mercosul, há poucos acordos laterais e a educação pode ser um caminho para uma integração maior.
2. Atualmente, os cursos de Contabilidade no Brasil possuem, em termos gerais, um currículo diferenciado em relação aos da Argentina, inclusive, nesse país a nomenclatura é Contador Público, considerando-se o profissional contábil como um agente público e a contabilidade como um serviço à sociedade. Outros aspectos divergentes devem-se à legislação local, porém as disciplinas assemelham-se em muitos aspectos e apresentam uma tendência de harmonização dos padrões contábeis, é possível em breve a aceitação curricular recíproca entre os países.

III. JUSTIFICATIVA DO TEMA

Quanto à relevância do tema, é possível identificar e pontuar aspectos práticos e teóricos.

Quanto aos aspectos práticos pode-se citar:

- Na elaboração deste trabalho, considerou-se a oportunidade de unir aspectos pessoais do pesquisador à importância do objeto de pesquisa. O autor atua na docência há doze anos, sendo dez anos dedicados ao ensino superior de graduação e pós-graduação e, concomitantemente, seis dedicados à Coordenação (implantação, sensibilização, elaboração de instrumentos e relatórios, gerenciamento, acompanhamento e difusão) de processos de auto-avaliação. Também possui curso de pós-graduação lato sensu em avaliação de instituições de ensino superior, pela UNB – Universidade de Brasília, e participou na prestação de serviços, como consultor “*ad hoc*”, ao Ministério da Educação, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e pelo SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica, além da realização de estudos individuais e participação em eventos na área. Essa atuação na área despertou uma preocupação relativa aos padrões de qualidade dos cursos, pois trata-se de aspectos relevantes para a integração da América Latina.
- No Brasil, tem aumentado significativamente o número de Instituições de Ensino que necessitam de processos avaliativos para cumprir, sobretudo, a sua função social. Uma maior interação e uma troca de informações mais frequente entre Instituições e currículos podem ser fundamentais para o aumento da empregabilidade do egresso dos cursos universitários e contribuir com o intercâmbio entre as Instituições. A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (1998)² registra alguns pontos muito pertinentes sobre este aspecto, afirmando que: “*No limiar de um novo século, há uma demanda sem precedentes e uma grande diversificação na educação superior, bem como maior consciência sobre a sua importância vital tanto para*

² *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*. Paris: UNESCO. 1998.

o desenvolvimento sociocultural e econômico como para a construção do futuro, diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais.” Isso corresponde a um fato muito importante para o desenvolvimento humano, pois significa acessibilidade ao ensino superior de qualidade, até para garantia dessa inserção. No mesmo documento, ainda, observa-se que: *“A segunda metade deste século passará para a história da educação superior como o período de sua expansão mais espetacular: o número de matrículas de estudantes em escala mundial multiplicou-se mais de seis vezes, de 13 milhões em 1960 para 82 milhões em 1995.”*

- O terceiro fator prático, considerado para justificar o desenvolvimento do trabalho, foi o interesse pela PUC-SP e pela USAL:
 - ⇒ o interesse pelo Curso da USAL deve-se ao fato de que além de ser uma Instituição tradicional em ensino, pesquisa e extensão e bem conceituada pela sociedade, possui um currículo que busca atender a um público externo ao país, contendo disciplinas específicas da faculdade e que fazem parte de acordo internacional;
 - ⇒ O Curso de Contabilidade da PUC-SP pertence a FEA– Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. A Instituição, atualmente, é considerada pela comunidade acadêmica com excelência na pesquisa, além de possuir significativo índice de publicações e boas avaliações pelos órgãos governamentais.

Em relação ao referencial teórico que fundamenta a relevância do trabalho, cita-se:

- Com a facilidade e melhoria dos meios de comunicação, houve maior difusão da informação, porém isso não significa necessariamente consenso sobre um padrão mínimo das competências profissionais entre os profissionais dos países, nem concepções semelhantes de curso ou formas de controle da qualidade, podendo até ocasionar que países pertencentes a um mesmo bloco econômico não aceitassem profissionais de instituições reconhecidas pela sua qualidade e tradição.

- Bobbio (1998, p.250) afirma que, no passado, “a confiança na certeza do progresso nascia da convicção de que o progresso científico e o progresso moral, estivessem estreitamente ligados, que o progresso moral dependesse da difusão cada vez maior do saber, que o avançar das luzes e o avançar dos costumes caminhassem juntos. Hoje ninguém mais acredita nisso”. Isso pode refletir as diretrizes educacionais, que tendem a não acompanhar o progresso científico. Bobbio (1998, p. 248) também observa que:

“Enquanto o progresso técnico-científico não cessa de provocar a nossa maravilha e o nosso entusiasmo, ainda que misturados com uma sensação de angústia com os efeitos perversos que dele possam derivar, continuamos a nos interrogar sobre o tema do progresso moral, exatamente, como há mil, dois mil anos, repetindo ao infinito os mesmos argumentos, colocando-nos sempre as mesmas perguntas sem resposta, ou com respostas que não nos aquietam, como se estivéssemos sempre imersos naquilo que os crédulos chamam de “mistério” e os incrédulos de “problemas do mal””

- Na sociedade da informação, o não-saber consiste em uma forma muito forte de exclusão social. Bobbio (1998, p.249) afirma que:

”É bonito e talvez animador, chamar – por analogia com a criação de instrumentos cada vez mais aperfeiçoados – de grande invento de nossa civilização aos direitos humanos, mas em relação às invenções técnicas o primeiro permanece mais anunciado que exercido. O novo ethos mundial dos direitos do homem resplandece apenas nas solenes declarações internacionais e nos congressos mundiais que os celebram e doutamente os comentam, mas a estas solenes celebrações, a estes doutos comentários corresponde na verdade a sua sistemática violação em quase todos os países do mundo (talvez possamos dizer todos sem medo de errar) nas relações entre fortes e fracos, entre ricos e pobres, entre quem sabe e quem não sabe”.

- A importância da relação entre países, principalmente em uma sociedade globalizada, é muito relevante para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida dos povos.

- Conforme Ianni (2002, p.17),

“A globalização desafia radicalmente os quadros de referência da política, com prática e teoria. Há categorias básicas da ciência política que parecem ter perdido a vigência ou estão necessitando de reelaboração. Dadas às transformações geo-históricas em curso no século XX, são bastante evidentes os desenvolvimentos da transnacionalização, mundialização ou, mais propriamente, globalização.” Isso faz surgir a necessidade de uma reestruturação e um repensar sobre os conteúdos dos cursos superiores.”

Após analisar a categoria globalização sob a óptica de vários autores e pesquisadores, confirma-se a importância do tema e a necessidade da compreensão do mercado globalizado e das forças que nele interagem, sendo que a educação está participando deste contexto, porém o trabalho questiona a forma de interação e construção deste ambiente.

Dowbor (2002, p. 9), ao se referir à mudança, afirma que *“No centro está a tecnologia. Com todo o respeito por Weber e pela força de certas ideologias, é preciso reconhecer que quando Adam Smith (divisão da força de trabalho) ou Marx (forças produtivas) colocaram a evolução das técnicas como motor das transformações sociais estavam rigorosamente certos.”* Buscava-se simplificar as técnicas para aumentar a produtividade, porém hoje a mudança profunda é tecnológica. O autor complementa: *“Nos últimos vinte anos, acumularam-se mais conhecimentos do que toda a história da humanidade. Isto tem um lado positivo, sem dúvida, pela produtividade crescente que conseguimos, pelos avanços na saúde, na informação e tantos outros.”* (p.10). O ambiente globalizado constrói diversas redes, aumenta a produção, mas causa desemprego e destruição. A educação aparece como a alternativa para a sociedade do conhecimento, para a ascensão social e para a construção de um ambiente mais ético, com melhoria das relações humanas, qualidade de vida e condições de trabalho.

A preocupação com a educação encontra ressonância na afirmação de Dowbor (2002, p.9) sobre a dramática diferença entre a rapidez do avanço das técnicas e a lentidão do avanço das instituições que nos coloca como que no comando de um imenso avião moderno, tendo no painel os modestos controles de um fusca, ocorrendo assim uma disritmia letal no desenvolvimento da nossa sociedade, pois o capitalismo global não presta contas a ninguém.

As instituições de ensino fazem parte deste capitalismo global, logo merecem uma reflexão sobre a importância da responsabilidade social neste processo.

Ao analisar este contexto, considerando-se o mundo do consumo e da superação dos desafios, ficam as indagações sobre qual é o papel de um curso de contabilidade em países de terceiro mundo e como os conteúdos contemplam este papel em instituições superiores de ensino consideradas de excelência.

Dowbor (2002, p.13) destaca que um eixo essencial do processo é a transformação estrutural do trabalho. É necessário, portanto, que a sociedade discuta qual é o papel das instituições de ensino, pois não é concebível um curso superior que não atenda a esta transformação estrutural do mundo globalizado, mas novamente fica um questionamento sobre quais são as necessidades e formas para atendê-las no processo de formação do alunado.

Após a análise do mundo globalizado, Dowbor (2002, p.15) destaca que é *“frente à imensa riqueza dos “fatos sociais totais” optamos aqui por privilegiar cinco tendências que nos parecem ser as tendências “estruturadoras” do nosso futuro: a tecnologia, a globalização, a polarização econômica, a urbanização e a transformação do trabalho.”*

Portanto, considerando-se a concepção citada, é relevante o ensino superior abordar:

- novas tecnologias;
- globalização;
- polarização econômica e a busca da sua minimização na construção de uma sociedade com menores diferenças sociais;
- urbanização;
- e transformação do trabalho.

O autor, ao continuar a sua análise, observa que cada uma dessas tendências traz embutida uma contradição central, que consiste no fato de as tecnologias avançarem rapidamente, enquanto as instituições correspondentes avançam lentamente e esta é uma combinação explosiva.

Referindo-se à globalização, Ianni (2002, p.18) afirma que: *“...no campo dos transportes, habitação, saúde, educação e meio ambiente cresceram muitas sugestões, os estímulos, as orientações, os financiamentos e as imposições de organizações multilaterais, dentre as quais destacam-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).”* Esses fatores, segundo Ianni, colocam em causa a crise do princípio da “soberania nacional”.

Portanto, pode-se considerar que para atender ao mercado globalizado é importante a existência de instituições que contemplem os procedimentos legais e processuais da economia internacional, porém deve-se buscar formas de preparar a sociedade para a reflexão e para a auto-defesa, dentro de um contexto mundial construído por nações que buscam a sua democracia e soberania.

A Globalização, segundo Moreira (2004, p.165) é um processo pluridimensional, dialético, que produz as conexões e os espaços transnacionais sociais, se relaciona com a densidade social das redes de comunicação e pressupõe uma sociedade sem estado e sem governo mundiais. Essa concepção leva à reflexão sobre a necessidade de currículos e de instituições de ensino que considerem este contexto global dialético, dinâmico e com concepções de estrutura mundial diferentes das que foram apresentadas para a sociedade até o século XX.

Resende (apud Dowbor et alli, 2002, p.26) destaca que se pode abordar o tema da globalização por dois ângulos:

- como ponto de chegada do desenvolvimento acelerado, em que se consolida o processo da modernidade enquanto totalidade fechada, desencadeada a partir de século XVI;
- como momento de ruptura, momento crítico de transformação, mais ou menos significativo da contemporaneidade, na direção de totalidades abertas, contrastantes com o que ocorreu antes.

Ao considerar a hipótese sob esses dois ângulos, observa-se a necessidade de reflexão sobre os conhecimentos necessários para ambos os cenários.

Sposati (apud Dowbor et alli, 2002, p.46), entretanto, destaca que: *“Todavia”, a globalização não deve significar a perda de um projeto para o país, já que questões estruturais não são alcançáveis pela ação local. As saídas locais apresentam, assim, não a substituição de um projeto mais amplo, mas a criação de novos espaços de politização e construção democrática, incentivando a construção da **dimensão pública** na sociedade civil.* Essa construção, portanto, deve ser realizada em ambiente globalizado, porém considerando-se as características regionais e as diferentes necessidades e realidade dos povos.

Para Castells (1999, p.142) *“A economia informacional é global. A economia global é uma nova realidade histórica, diferente de uma economia mundial.”* Essa categoria de economia informacional remete-nos à constatação de que não há mais um comércio exterior,

mas sim um mercado local, o que exige novas competências das pessoas e empresas, porém de difícil análise se utilizarmos as formas e os modelos do início do século anterior, em que os estados tinham maior poder sobre as pessoas e empresas. Não apenas o capital, mas sobretudo o conhecimento parece demonstrar não ter pátria.

Para Huntington (1997, p.69), “*As comunicações globais são uma das mais importantes manifestações contemporâneas do poderio ocidental.*” A comunicação está relacionada ao conhecimento e à educação e, conseqüentemente, à formação do indivíduo e à forma como ele interage nesta nova sociedade.

Após a leitura dos textos citados anteriormente, pode-se considerar que as afirmações dos autores complementam-se e que possibilitam ópticas e inter-relações muito variadas. Também, observa-se que há dois aspectos que parecem ser consensuais: o primeiro é que a globalização está muito relacionada à melhoria da capacidade de transportes, não apenas de produtos, mas principalmente de informações e serviços; o segundo aspecto a ser considerado é que essas mudanças alteraram os modos de produção e, conseqüentemente, as formas de trabalho. Os benefícios relativos ao aumento de produção, diferentemente do que alguns economistas afirmavam, apesar de possibilitarem o aumento dos resultados, nem sempre geraram distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Constituem-se aspectos da justificativa da pesquisa a necessidade de construção de políticas para integração dos povos da América do Sul. Dessa forma, a seguir, será realizado um breve estudo comparativo entre os três tratados internacionais, que tinham o objetivo de criação de um bloco econômico que envolvesse o Brasil, a Argentina e outros países, de forma a demonstrar como a América do Sul está se organizando por blocos para os desafios do ambiente globalizado.

Conforme a UNESCO (2006), há alguns aspectos críticos comuns na Educação Superior da América latina a serem considerados:

- “ - *Falta de flexibilização, atualização e intercâmbio dos modelos/desenhos curriculares;*
- *Falta de Articulação entre o Estado, a Sociedade e as Instituições de Ensino Superior;*
- *Forte e negativa incidência de programas transnacionais e programas de educação virtual;*
- *Falta de incentivos para o aperfeiçoamento e uma pauperização da docência universitária; e*

- Falta de definições comuns e transparência nos dados e informações.”

Dessa forma, é uma preocupação da UNESCO a padronização dos cursos, a melhoria da qualidade de ensino e a articulação dos cursos com o Estado e a Sociedade.

Os blocos econômicos são importantes para desenvolver o comércio de determinada região, eliminando as barreiras alfandegárias, o que pode possibilitar um custo menor, criar maior poder de compra interno ao bloco e elevar o nível de consumo e informação do povo, porém estes acordos nem sempre refletem-se na educação.

Afirma Silva (1999, p.131) que a integração econômica regional consiste na formação de um mercado integrado de dois ou mais países, constituído a partir de uma progressiva eliminação de barreiras ao comércio de bens e serviços, ao movimento de fatores de produção e até mesmo da criação de instituições supranacionais voltadas para a coordenação e uniformização de políticas macroeconômicas dos países contratantes.

Observa-se que os blocos econômicos são associações de países, com o objetivo de estabelecer relações comerciais privilegiadas entre si que podem ser definidas pelo livre acesso dos países-membros, que visam à aplicação de transações comerciais a partir de barreiras tarifárias e fiscais dos países constituintes de uma integração econômica, eliminando-se barreiras tarifárias, mas mantendo-se suas políticas.

Muito antes mesmo da busca da formação do Mercado Comum Europeu, do Mercosul ou da ALCA, alguns autores já citavam hipóteses muito atuais de integração. Como exemplo podem ser citadas as fases de integração, que segundo Balassa (1964, p.13), são:

- **Zona de Livre Comércio** – momento em que os países associados concordam em eliminar, progressiva e reciprocamente, os obstáculos incidentes sobre os produtos negociados entre eles, inclusive tendem a ser eliminadas as tarifas alfandegárias;
- **União Aduaneira** - além da eliminação recíproca de gravames (como zona de livre comércio), os Estados membros passam a adotar uma política comercial uniforme, em relação aos países exteriores à união;

- **Mercado Comum** - superada a fase da união aduaneira, atinge-se uma forma mais elevada de integração econômica, em que são abolidas não apenas as restrições sobre os produtos negociados, mas também as restrições aos fatores produtivos (trabalho e capital);
- **União Econômica** - esta fase associa a supressão de restrições sobre movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações;
- **Integração Econômica Total** - passa-se a adotar uma política monetária, fiscal e social, bem como se delega a uma autoridade supranacional poderes para elaborar e aplicar essas políticas.

Segundo Soares (2002, p.33), a partir das experiências da segunda metade do século XX, emergiu um outro fenômeno jurídico que passou a dar visibilidade à aparição de um novo tipo de direito, a meio caminho entre o Direito Internacional Público e os Direitos internos dos Estados. Trata-se da emergência do Direito Supranacional, que é aquele elaborado por órgãos aos quais os Estados delegaram o poder de editar normas diretamente aplicáveis nos respectivos territórios.

a) Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC

Uma das primeiras tentativas de formação de um Bloco Econômico na América do Sul ocorreu no ano de 1960.

A Associação de Livre Comércio da América Latina (ALALC) foi instituída pelo Tratado de Montevideu, de 18 de fevereiro de 1960 e entrou em vigor em 10 de junho de 1961, tendo como membros iniciais a Argentina, o Brasil, o Chile, o México, o Paraguai, o Peru e o Uruguai. Pouco depois, aderiram a Colômbia e o Equador (1961) e, mais tarde, a Venezuela (1966) e a Bolívia (1967).

Nessa época, os países interessados em fazer parte desse primeiro bloco, aderiram no seu início e, posteriormente, outros países despertaram interesse em fazer parte dessa primeira integração na América do Sul e também aderiram.

Conforme Ratti (2001, p.475), a ALALC objetivava a ampliação das dimensões dos mercados nacionais, por meio da eliminação gradual das barreiras do comércio intra-regional; o melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis; a contribuição para o incremento do comércio dos países latino-americanos entre si e com o resto do mundo, por meio do fortalecimento das economias nacionais e a busca de fórmulas de adaptação ao comércio recíproco.

Os instrumentos básicos da ALALC eram:

- **as listas nacionais**, nas quais eram inscritos os produtos para os quais cada país concedia redução de gravames para a sua importação dentro da zona, em conformidade com as negociações anuais;
- **a lista comum**, contendo os produtos cujos gravames e outras restrições à importação seriam eliminados dentro da Zona por todos os países-membros, até 31 de dezembro de 1980;
- **as listas especiais** nas quais eram registradas as concessões tarifárias aos países de menor desenvolvimento econômico relativo (Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai), concessões essas não-extensivas aos demais países da zona;
- **os acordos de complementação**, incluindo os produtos de um determinado setor industrial, cuja complementação do respectivo processo industrial os países-membros desejassem facilitar mediante concessões tarifárias para o comércio recíproco.

Segundo Gomes (2003, p.48), os fatores que contribuíram para o insucesso do Bloco Econômico são a profunda crise econômica que atravessavam seus associados, bem como a época de transição de regimes ditatoriais para os regimes democráticos pelos quais passavam a maioria desses países.

Pode-se constatar que havia insatisfação dos países associados, em relação ao funcionamento do Bloco Econômico, por sua falta de dinamicidade e o elevado número de órgãos criados, os quais não deviam operacionalidade à Associação.

Esses fatos contribuíram para que a situação da ALALC chegasse a uma situação de difícil saída, finalizando com sua extinção e com a substituição pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 12 de agosto de 1980, em Montevideu.

b) Associação Latino-Americana de Integração – ALADI

Constituída pelos onze países que compunham a ALALC, a ALADI (Associação Latino Americana de Integração), entrou em vigor efetivamente, em 18 de março de 1981.

A ALADI classificava os países em três categorias econômicas estruturais:

- De Menor Desenvolvimento Econômico Relativo: Bolívia, Equador e Paraguai.
- De Desenvolvimento Intermediário: Chile, Colômbia, Cuba, Peru, Uruguai e Venezuela.
- Demais países: Argentina, Brasil e México.

A integração dos países da ALADI era efetivada por meio de acordos firmados entre seus membros que garantiam a redução e eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, que podiam ser:

- Acordos de Alcance Parcial - que pressupunham a participação de todos os países membros da Associação.
- Acordos de Alcance Regional - em que os países membros da ALADI outorgavam aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDER), unilateralmente e de forma negociada, uma lista de produtos isenta de gravames aduaneiros e demais restrições não-tarifárias.

Nota-se que a ALADI possui três categorias distintas de acordos, conforme as características econômicas de cada país, conforme o alcance parcial e em conformidade com o alcance regional, que visam à redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Os objetivos da ALADI eram os seguintes:

- Estabelecer de forma gradual e progressiva um mercado comum latino-americano;
- Permitir, mediante condições de reciprocidade, o comércio intra-regional pela adoção de tratamentos tarifários e administrativos preferenciais;
- Promover o comércio, a complementação econômica, ampliação dos mercados; o desenvolvimento equilibrado e harmônico; a cooperação com outros países e áreas de integração.

Observa-se que a formação da ALALC e da ALADI enfrentou muitos obstáculos e por isso não tiveram sucesso. Na época, havia muitos problemas originários das inflações elevadas,

das crises financeiras dos países membros, além da dependência econômica dos países e das políticas protecionistas.

Destaca-se que, em fevereiro de 1994, na Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, o Brasil apresentou proposta informal, sem êxito, para a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

c) Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

TRATADO DE ASSUNÇÃO

O Tratado de Assunção foi criado para constituir um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Entrou em vigor em 29/11/91 e foi o início da criação do Mercosul. No Brasil, o Tratado foi promulgado pelo Decreto nº 350, de 21/11/91.

Alguns autores consideram que o Mercosul foi criado apenas após o Protocolo de Ouro Preto, porém outros consideram como marco a data da formalização do Tratado de Assunção.

PROTOCOLO DE OURO PRETO

O Protocolo de Ouro Preto substituiu o Tratado de Assunção e trata da estrutura institucional do Mercosul.

Esse protocolo possibilitou o início da formação da personalidade Jurídica do Mercosul, em substituição à estrutura anteriormente formada pelo Tratado de Assunção, além de definir a estrutura institucional do Mercosul e suas atribuições de competência e de poder dentro do processo decisório.

De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, a administração do Mercosul é exercida pelos seguintes órgãos:

- Conselho do Mercado Comum para conduzir a política do Mercosul, sendo o órgão mais alto de sua hierarquia;
- Grupo Mercado Comum que é o órgão executivo. É integrado pelos representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, de Economia e Bancos Centrais;
- Comissão de Comércio que foi criada em agosto de 1994 e oficializada pelo Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994. Ela é responsável pela implementação dos instrumentos de política comercial, tais como: Tarifa

Externa Comum (TEC) ao regime de regras de origem (para um produto ser considerado originário do Mercosul terá, no mínimo, 60% do valor dos componentes ou matérias-primas produzidas nos países-membros);

- Comissão Parlamentar Conjunta, que é o órgão representativo dos Parlamntos dos países componentes do Mercosul. Cabe a ela trabalhar, no sentido de harmonizar as legislações dos Estados-Membros;
- Foro Consultivo Econômico Social - foi criado por inspiração brasileira. Ele é composto por representantes do empresariado e dos trabalhadores e formulará recomendações ao Grupo do Mercado Comum;
- Secretaria Administrativa do Mercosul - é o órgão de apoio operacional. É responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e sua sede é em Montevideú.

Os objetivos do Mercosul são os seguintes:

- Eliminação de direitos aduaneiros e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e outras medidas que se fizerem necessárias, de modo a permitir a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países participantes;
- Estabelecimento de uma tarifa externa comum e adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países ou grupos de países;
- Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os países participantes;
- O Mercosul determinou a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, por meio de restrições não-tarifárias, criação de tarifa externa comum e adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados, coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais e coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, serviços alfandegários, de transportes e comunicações.

Após longas conversações, os países-membros acordaram em eliminar direitos aduaneiros e outras restrições sobre os produtos transnacionais, estabelecendo a Tarifa Externa

Comum (TEC). O Mercosul demonstra-se, assim, interessado em integrar-se a outros países e outros blocos econômicos.

Em 15/12/95, a União Européia assinou, em Madri, um Tratado com o Mercosul para a criação de uma área de livre comércio entre os dois blocos que seria concretizado até 2005.

Em 5 de agosto de 1995, entre os Ministros das Relações Exteriores e da Economia do Mercosul com seus pares chilenos foi firmado acordo, sendo que o Conselho de Ministros do Mercosul conheceu a vontade das autoridades chilenas e o anteprojeto do acordo de complementação econômica entre o Mercosul e o Chile. Por ocasião da Reunião do Conselho do Mercosul em San Luis, Argentina, em 25/06/96, foi firmado o Acordo de Livre Comércio Mercosul e Chile.

No caso da Bolívia, o acordo foi firmado em fevereiro de 1997, prevendo-se o estreitamento das relações em um prazo de dez anos, sendo a Bolívia, adicionalmente, agregada ao Mercosul.

Havia, no governo Fernando Henrique, negociações em andamento para a assinatura de acordo entre o Mercosul e o Pacto Andino (Equador, Peru, Colômbia e Venezuela). Outras negociações objetivavam a assinatura de um acordo entre o Mercosul e o México.

Há, também, desde 1994, a idéia de se formar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que previa ser concretizada até o ano de 2005.

Portanto, o Mercado Comum do Sul foi criado com o objetivo de promover a integração econômica dos países. Com isso, ele deverá passar por fases sucessivas e graduais de crescimento, mas apesar de todas essas tentativas, percebe-se que há muito que avançar para viabilizar a construção de um Mercado Comum do Sul da América Latina, pois não há unificação de tarifas, moedas ou leis, exceto algumas parcerias. Outro aspecto a ser observado refere-se à área de ensino, que poderia possibilitar unificação de estruturas curriculares e controle de qualidade uniforme, aumentando a empregabilidade, a acessibilidade e o intercâmbio regional.

TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE OS TRATADOS

FONTE	TRATADO DE MONTEVIDÉU ALALC/ALADI – 08/1980	TRATADO DE ASSUNÇÃO MERCOSUL - 03/1991	PROTOCOLO DE OURO PRETO MERCOSUL- 12/1994
PAÍSES	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai
OBJETIVOS	Promover o desenvolvimento econômico-social harmônico e equilibrado da região.	<p>Os Estados Partes decidem constituir o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que foi estabelecido em 31 de dezembro de 1994.</p> <p>Promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes. Este Mercado Comum implica:</p> <p>A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, por meio, entre outros aspectos, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;</p> <p>O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum, em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;</p> <p>A criação de coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. São elas: de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem. O objetivo é assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;</p> <p>O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.</p>	Reafirmou os objetivos do Tratado de Assunção.

TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE OS TRATADOS. (Cont.)

FONTE	TRATADO DE MONTEVIDÉU ALALC/ALADI – 08/1980	TRATADO DE ASSUNÇÃO MERCOSUL - 03/1991	PROTOCOLO DE OURO PRETO MERCOSUL-12/1994
FORMA DE FUNCIONAMENTO	<p>a) O Conselho de Ministros das Relações Exteriores</p> <p>b) A Conferência de Avaliação e Convergência.</p> <p>c) O Comitê de Representantes.</p> <p>O órgão técnico da Associação era a Secretaria-Geral.</p>	<p>A administração e execução do presente tratado, dos acordos específicos e das decisões que se adotam no quadro jurídico que o mesmo estabelece estavam a cargo dos seguintes órgãos:</p> <p>a) Conselho do Mercado Comum – cabendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum. Estava integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes e fará reuniões com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.</p> <p>b) Grupo do Mercado Comum - órgão executivo do Mercosul, coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.</p>	<p>A estrutura Institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:</p> <p>I. O Conselho do Mercado Comum (CMC);</p> <p>II. O Grupo Mercado Comum (GMC);</p> <p>III. A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);</p> <p>IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);</p> <p>V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);</p> <p>VI. A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).</p> <p>Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.</p> <p>Artigo 2 São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.</p>
ÁREAS ENVOLVIDAS	<p>Comercial, Economia, Agropecuária, Promoção do Comércio ou adotar outras modalidades, em conformidade com o artigo 14 do presente Tratado (cooperação científica e tecnológica, promoção do turismo e a preservação do meio ambiente).</p>	<p>Comércio Exterior, Agrícola, Industrial, Fiscal, Monetária, Cambial e de Capitais, de Serviços, Alfandegária, de Transportes e Comunicações e outras que se acordem</p>	<p>Comércio Exterior, Agrícola, Industrial, Fiscal, Monetária, Cambial e de Capitais, de Serviços, Alfandegária, de Transportes e Comunicações e outras que se acordem</p>

TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE OS TRATADOS. (Cont.)

ITEM	TRATADO DE MONTEVIDÉU ALALC/ALADI – 08/1980	TRATADO DE ASSUNÇÃO MERCOSUL - 03/1991	PROTOCOLO DE OURO PRETO MERCOSUL - 12/1994
PRINCÍPIOS NORTEADORES	<p>a) Pluralismo, sustentado na vontade dos países-membros para sua integração, acima da diversidade que em matéria política e econômica possa existir na região;</p> <p>b) Convergência que se traduz na multilateralização progressiva dos acordos de alcance parcial, através de negociações periódicas entre os países-membros, em função do estabelecimento do mercado comum latino-americano;</p> <p>c) Flexibilidade caracterizada pela capacidade para permitir a celebração de acordos de alcance parcial, regulada de forma compatível com a consecução progressiva de sua convergência e pelo fortalecimento dos vínculos de integração;</p> <p>d) Tratamentos diferenciais estabelecidos na forma que em cada caso se determine, tanto nos mecanismos de alcance regional como nos de alcance parcial, com base em três categorias de países, que se integrarão levando em conta suas características econômico-estruturais. Esses tratamentos serão aplicados em determinada magnitude aos países de desenvolvimento médio e de maneira mais favorável aos países de menor desenvolvimento econômico relativo;</p> <p>e) Múltiplo para possibilitar distintas formas de ajustes entre os países-membros, em harmonia com os objetivos e funções do processo de integração, utilizando todos os instrumentos capazes de dinamizar e ampliar os mercados a nível regional.</p>	<p>O compromisso dos Estados Partes em harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração além da reciprocidade.</p>	<p>Reafirmando os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidas do Mercosul.</p>

Elaborado pelo autor.³

³ Fontes: *Protocolo de Ouro Preto. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul*. 17 de dezembro de 1994.

Apesar das tentativas de montagem de blocos da América do Sul, percebe-se que em toda a América Latina há uma diversidade muito grande de tipos de instituições de ensino e de formas e concepções de curso. A diversidade que poderia ser importante para a formação de uma comunidade multicultural, na prática é preocupante, pois apresenta dificuldades na aceitação de títulos e no estabelecimento de padrões de qualidade. Esse fato tem sido uma preocupação e até uma das principais prioridades da UNESCO nos últimos anos, por isso ela busca formas mínimas de padronização e incentiva o intercâmbio e a pesquisa regionais.

A possibilidade de um macro acordo regional na área de educação, talvez só será possível com uma significativa alteração nas estruturas educacionais, mas a hipótese de acordos laterais entre países pode ser um caminho para a construção conjunta do sistema educacional e, conseqüentemente, melhorar o intercâmbio da pesquisa e da transferência de mão-de-obra entre países.

Para encerrar, observa-se o Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, parte integrante do Tratado de Assunção e dos respectivos Acordos de Integração celebrados entre o MERCOSUL e a República da Bolívia e entre o MERCOSUL e a República do Chile, em que se define que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo.

IV. OBJETIVOS

a. OBJETIVO GERAL

Este trabalho pretende analisar as diretrizes curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis, além de avaliar dois cursos considerados com qualidade, segundo a tradição local, as avaliações dos órgãos oficiais de ensino e a produção científica.

Tratado de Assunção. Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. 26 de Março de 1991.
Tratado de Montevideu. Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina. 29 de novembro de 1988.

Serão analisados os aspectos similares, quanto ao perfil, à composição curricular e às contribuições possíveis para sua melhoria e se estes aspectos desenvolvem competências, não apenas para atender às demandas sociais, como também para intervir e auxiliar no desenvolvimento da sociedade.

Há, também, o objetivo suplementar de identificar a atualização dos temas e conteúdos programáticos dos cursos sob análise.

b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pesquisa possui, ainda, os objetivos arrolados a seguir que, embora não sejam os aspectos centrais, podem ser relevantes. São eles:

- Conhecer a proposta curricular de dois cursos, sendo um do Brasil e outro da Argentina, e analisar as diferenças e as semelhanças entre os projetos e os padrões internacionais;
- Demonstrar a possibilidade de desenvolvimento de projetos educacionais em conjunto, que possibilitem a relação entre esses países;
- Identificar se há a necessidade de padronização de procedimentos avaliativos mínimos e sua viabilidade de implantação e desenvolvimento, bem como discutir os indicadores para os cursos de Ciências Contábeis e, conseqüentemente, para os outros cursos nos diversos níveis de ensino.

V. DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este trabalho pretende estudar, comparar e analisar os currículos de duas instituições de ensino superior na área Contábil de dois países pertencentes ao Mercosul. Para delimitar a pesquisa foram selecionadas as seguintes Universidades, consideradas tradicionais em ensino, pesquisa e extensão:

- PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil
- USAL – Universidad Del Salvador - Argentina

Devido às limitações da pesquisa, optou-se por estudar cursos em apenas uma área do conhecimento das Ciências Econômicas: a Contabilidade.

Segundo Singer (1998, p.7-8), há pelos menos três significados para o termo economia, sendo que uma das definições considera essa área como ciência que tem por objeto a atividade econômica, ou seja, é a sistematização do conhecimento sobre a economia. Logo, pode-se considerar que a Contabilidade constitui uma área de conhecimento que pertence às Ciências Econômicas, pois ela tem o objetivo de melhor utilização dos recursos. Essa classificação é também utilizada pela Argentina, porém, no Brasil, a Contabilidade é classificada como parte da Administração e está agregada à área das Ciências Sociais Aplicadas.

VI. METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho aborda o papel das faculdades no contexto social. Segundo o Professor Norberto Fernández Lamarra⁴, Diretor do Núcleo Interdisciplinar de Formação e Estudos para o Desenvolvimento da Educação da UNTREF – Universidad Nacional de Tres de Febrero – Buenos Aires, Argentina, o conceito de qualidade da educação depende da óptica de quem a analisa. De acordo com cada agente, ocorre uma expectativa como pode ser observado a seguir:

- **Agente:** Acadêmicos —————> **Expectativa:** Saberes
- **Agente:** Empregadores —————> **Expectativa:** Competências
- **Agente:** Estudantes —————> **Expectativa:** Empregabilidade
- **Agente:** Sociedade —————> **Expectativa:** Cidadãos respeitáveis e competentes
- **Agente:** Estado —————> **Expectativa:** Pode variar de acordo com o desenvolvimento social e humano, a eficiência, os custos e as demandas de capital humano.

⁴ Fonte: *La Calidad em América Latina. Perspectivas. UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Cursos de Formação – Unidade 1. <http://www.iesalc.unesco.org.ve/Cursos/FormacionEvaluacion/Presentaciones/unidad1/player.html>, pesquisa realizada em 21/07/2006.

Demo (2001) afirma que “*Poderíamos resumir o mandato da universidade como sendo de educar novas gerações e formar profissionais inovadores, com qualidade formal e política*”. A qualidade política é construída por diversos fatores, mas entre eles pela capacidade de a instituição de ensino colaborar com a ética e incentivar a pesquisa na construção da cidadania.

A análise tem como referência de qualidade as necessidades globais e sociais, conforme os autores que destacam os aspectos globais, os Padrões Internacionais para o Ensino de Contabilidade e as legislações e realidades do Brasil e da Argentina.

O Estudo contempla quatro capítulos:

- Capítulo 1 – ***CURRÍCULO E AVALIAÇÃO*** – Este capítulo aborda de maneira breve o currículo e os objetivos de avaliação, com a finalidade de contextualizar as duas categorias no desenvolvimento do trabalho.
- Capítulo 2 – ***UNIVERSIDADE NO BRASIL E ARGENTINA*** – Neste capítulo, após estudo sobre a legislação vigente, nos dois países, foi analisada a categoria “universidade”. Com base nos dados fornecidos pelos ministérios e pesquisa bibliográfica, analisou-se, também, o crescimento quantitativo e qualitativo das instituições.
- Capítulo 3 – ***FORMAÇÃO DO CONTADOR*** – Tem por objetivo descrever e conceituar a Contabilidade, além de contextualizá-la na área das Ciências Econômicas. Foram pesquisados livros sobre Economia, sobre a história da contabilidade e os aspectos legais da profissão. Também foi realizada pesquisa para identificar o perfil dos contadores e as necessidades do mercado de trabalho. Após a análise dos Padrões de Qualidade Internacional, segundo a IFAC (Federação Internacional de Contadores) que promove a organização global da profissão contábil, foram analisadas as diretrizes curriculares dos Cursos Superiores de Contabilidade no Brasil e a regulamentação de Contador Público na Argentina.

- Capítulo 4 – ***ESTUDO DE CASO SOBRE OS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - PUC-SP E USAL***. Neste capítulo, analisou-se o Currículo e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da PUC-SP e o Curso de Grado em Contador Público da USAL, considerando-se as legislações dos países, os padrões internacionais e os aspectos globais, além de serem realizados estudos comparativos entre os dois contextos. Foram visitadas as instalações de ambas as Universidades, realizada análise documental e do projeto pedagógico. O pesquisador faz parte do Corpo Docente da PUC-SP e participa de todas as reuniões pedagógicas, na USAL entrevistou à Professora Leonor De Angeles, Secretária Acadêmica da Instituição.

Nas considerações finais, foram comentados e analisados os comparativos entre os cursos e as possíveis propostas para contemplar as necessidades da sociedade atual e foram discutidas as considerações realizadas nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1 – CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

1.1. O CURRÍCULO E A CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO

É fundamental para a pesquisa a compreensão dos elementos que compõem a formação do alunado. Em uma visão simplista, poderiam ser consideradas apenas a grade curricular ou a atividade tradicional de ensino, porém os padrões de qualidade sempre deixam muito claro que o currículo é composto de atividades desenvolvidas na vida do acadêmico, inclusive, considerando-se os valores, as informações e a realidade que possui.

Sacristán (2000, p.13) afirma que: *“O currículo é um conceito de uso relativamente recente entre nós, se considerarmos a significação que tem em outros contextos culturais e pedagógicos nos quais conta com uma maior tradição. O seu uso não é normal em nossa linguagem comum, e nem o Dicionário de la lengua española, da Real Academia Española, nem o Diccionario de usos del español”, de María Moliner, adotam-no em sua concepção pedagógica.*”

A dificuldade de definição do currículo está muito relacionada à concepção de ensino, pois, se a educação for meramente conteudista, o ensino pode ser definido pelo conjunto de conteúdos oferecidos pelo programa. Em uma visão sistêmica ou com uma proposta de ensino voltada para a formação de competências e habilidades, como foram concebidas as diretrizes curriculares dos cursos do Brasil e Argentina, que serão discutidos posteriormente, essa definição torna-se inadequada ou incompatível com a filosofia de ensino.

Conforme Grundy (apud Sacristán, 2000, p.13): *“O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.*”

Dessa forma, pelo fato de o currículo estar tão integrado à vida dos indivíduos, ao avaliar determinado curso, sabe-se que a forma de avaliação ou análise delinea-se como uma atividade político-pedagógica e que, dependendo do objetivo da avaliação, pode-se ter caminhos ou processos diferenciados.

Lewy (1979, p.3) afirma que há, desde os anos 50, vários projetos que visam ao desenvolvimento dos currículos e que têm sido empreendidos em muitos países do mundo.

Ainda, conforme Sacristán (2000, p.14 - 15):

“Organizando as diversas definições, acepções e perspectivas, o currículo pode ser analisado a partir de cinco âmbitos formalmente diferenciados:

- *O ponto de vista sobre a sua função social como ponte entre a sociedade e a escola.*
- *Projeto ou plano educativo, pretense ou real, composto de diferentes aspectos, experiências, conteúdos etc.*
- *Fala-se do currículo como a expressão formal e material desse projeto que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas seqüências para abordá-lo etc.*
- *Referem-se ao currículo os que o entendem como um campo prático. Entendê-lo assim supõe a possibilidade de: 1) analisar os processos instrutivos e a realidade prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; 2) estudá-lo como território de intersecção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas; 3) sustentar o discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação.*
- *Referem-se a ele os que exercem algum tipo de atividade discursiva acadêmica e pesquisadora sobre todos os temas. Disso resulta em um conceito essencial para compreender a prática educativa institucionalizada e as funções sociais da escola.*

A concepção de um processo avaliativo, seja ele interno ou externo à uma instituição, deve estar relacionado aos seus objetivos e, conseqüentemente, à concepção de currículo dos envolvidos. Como exemplo podem ser citados os seguintes aspectos:

- a) Ao se considerar que o relevante é o conteúdo, pode-se realizar uma verificação do processo de assimilação da informação pelos discentes, por meio de uma avaliação verificadora;

- b) Se o objetivo for verificar as competências e/ou habilidades, a avaliação pode ser apenas dos discentes, porém o enfoque deve ser diferenciado, como alternativas pode-se realizar uma avaliação de verificação de competência por meio de provas teóricas ou práticas ou analisar os discentes no desempenho das funções;
- c) Considerando-se a concepção mais ampla de currículo, citada por Sacristán, o processo avaliativo pode se tornar mais complexo, ou seja, recomenda-se avaliar os âmbitos, que o autor considera formalmente diferenciados. Portanto, o objeto avaliativo ficaria sendo:
- A função social como ponte entre a sociedade e a escola;
 - O projeto ou plano educativo, pretensão ou real, composto de diferentes aspectos, experiências e conteúdos;
 - A expressão formal e material do projeto pedagógico;
 - Os processos instrutivos e a realidade prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo;
 - A interdisciplinaridade e a forma de “*constructos*” e práticas nesta intersecção;
 - O discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação;
 - O conceito essencial para compreender a prática educativa institucionalizada e as funções sociais da escola.

Essa análise mais profunda requer uma verificação “in loco”, um conhecimento da comunidade e uma análise mais complexa sobre como a Universidade intervém e colabora com essa comunidade.

Franco (2000, p.4), de forma diferente, apresenta dois propósitos específicos para justificar uma avaliação de curso, a saber:

- a. Correção de distorções pela avaliação do processo, desde o planejamento até o desenvolvimento e evolução dos cursos;
- b. Certificação ou validação dos cursos e para tal é necessário definir padrões externos.

Se o MERCOSUL limitar-se à visão postulada por Franco (2000, p.4), ainda que implantar padrões de qualidade ou formas de acompanhamento da execução do planejamento possa ser considerado um avanço necessário e adequado, as instituições estariam atrás da mudança, pois os processos avaliativos devem ser mais dinâmicos e acompanhar tendências e

necessidades mundiais, embora sigam os padrões europeus devido às necessidades específicas da América Latina. Uma proposta necessária para garantir essa dinâmica consiste nos governos incentivarem e exigirem, também, as auto-avaliações, com re-planejamento, meta-avaliação e participação da comunidade.

Segundo Dias Sobrinho (2003, p. 50), a avaliação revela o posicionamento político e ideológico, vale dizer, revela a visão de mundo de quem o emite e Clavier (apud Dias Sobrinho, 2003, p.50) complementa que não há avaliação sem uma emissão de valor.

Diante das afirmações de Sobrinho e Sacristán, é recomendável que o MERCOSUL desenvolva padrões internacionais de qualidade dos cursos, pois trata-se de uma questão política e conseqüentemente econômica, além de estarem relacionados à cultura e à realidade das pessoas, sendo que a América Latina tem características próprias e interesses diferenciados no ambiente global.

Dias Sobrinho (2000, p.45) afirma que uma exigência fundamental para um processo de avaliação da educação do ensino superior é a compreensão das funções essenciais da instituição universitária.

A UNESCO ⁵ afirma que para responder às exigências colocadas no âmbito do trabalho, os sistemas de educação superior e o mundo do trabalho devem desenvolver e avaliar conjuntamente os processos de aprendizagem, programas de transição, avaliação e validação de conhecimentos prévios que integrem a teoria e a formação no próprio trabalho.

É necessário compreender, conforme defende Andriola (1999, p.356) que a idéia de qualidade da educação está crescendo e, nos países europeus e latino-americanos, é uma exigência da sociedade atual, que está em transformação, é diversa e intercultural. Moreira (2004, p. 169) afirma que:

“O volume de conhecimento que é produzido pela humanidade e a possibilidade de disponibilizá-lo, diante de novas tecnologias de uma sociedade informacional, implicam um modelo de educação que privilegia o saber buscar ou acessar a informação ou o conhecimento a ser adquirido, sendo este o novo papel das instituições de ensino superior. Prestadoras de serviços do conhecimento – criação, preservação, integração, transmissão e aplicação- em todas as formas demandadas pela sociedade contemporânea. Com isso, um dos

⁵ *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*. Paris. UNESCO.1998.

desafios é o de instalar um sistema de educação que possibilite acompanhar o ritmo deste processo, oferecendo aos educandos as técnicas e ferramentas que lhes permitam desenvolver sua capacidade de análise, reflexão e atuação sobre esta nova realidade.

A definição da concepção do currículo e dos objetivos dos processos são fundamentais para os procedimentos e práticas avaliativas, pois estão diretamente relacionados aos projetos educacionais, à formação dos discentes e à forma das instituições intervirem e construir a sociedade, mas a necessidade de currículos dinâmicos e que acompanham as grandes transformações mundiais é evidente e coloca-se como um desafio para as instituições de ensino.

Em um contexto de Globalização e de rapidez da transferência de informações os currículos devem ser muito dinâmicos e conforme Moreira (2004, p.169) o volume de conhecimento que é produzido pela humanidade e a possibilidade de disponibilizá-lo, diante de novas tecnologias de uma sociedade informacional, implicam um modelo de educação que privilegia o saber buscar ou acessar a informação ou o conhecimento, em detrimento ao acúmulo do conhecimento a ser adquirido.

Portanto, para acompanhar tais mudanças, os currículos devem ser flexíveis, dinâmicos, incentivar a educação continuada, estar inseridos e integrados à sociedade e estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa.

1.2.AVALIAÇÃO NO MERCOSUL

Após a problematização sobre currículo e o processo avaliativo, serão apresentados e debatidos os processos no Mercosul.

Conforme idéia defendida na introdução, em relação aos currículos, hoje verifica-se uma tendência na educação superior de construção de padrões internacionais. Isso pode ser constatado no registro da XXII Reunião dos Ministros de Educação dos países do MERCOSUL, Bolívia e Chile, que se realizou em 19 de novembro de 2004, em que se firmou o Memorando de Entendimento sobre a implementação do “Mecanismo Experimental para la acreditación de carreras de grado” (MEXA) que, segundo o cronograma aprovado, iniciou -se pela carreira de Agronomia e posteriormente foram incluídos os cursos de Engenharia e de Medicina.

No último encontro, da XXXI Reunião dos Ministros da Educação dos Países do Mercosul, realizada em Belo Horizonte em 2006, os últimos cursos a serem incluídos foram inclusos foram Arquitetura, Enfermagem, Odontologia e Veterinária, tendo sido aprovada a constituição de um grupo de alto nível, com o objetivo de elaborar um projeto para a criação de um espaço regional de Educação Superior do Mercosul.

O “Manual de Procedimientos para Pares Evaluadores”⁶ afirma que a Avaliação de Carreiras do MERCOSUL tem por objetivo a validação dos títulos de graduação universitários no âmbito dos Estados-Membros do MERCOSUL. Para os efeitos deste processo, são considerados os títulos de graduação, universitários ou equivalentes, reconhecidos como tais pela normativa jurídica nacional dos Estados-Partes. Essa validação tem caráter unicamente acadêmico, não sendo utilizada para o exercício profissional.

Atualmente, a natureza do MEXA é voluntária e não-contínua, mas no futuro há a intenção de que ele seja transformado em um mecanismo permanente e definitivo de avaliação. Alguns dos objetivos é que os países se conheçam mutuamente e desenvolvam de forma conjunta métodos avaliativos.

O Mecanismo tem o objetivo de avaliar os cursos e não as instituições, e os critérios fazem referência e ajustam-se a uma estrutura que contempla os seguintes níveis:

a) **Dimensões** – São quatro as dimensões institucionais avaliadas:

- O contexto Institucional que compreende: características da carreira e sua inserção institucional; a organização, governo, gestão e administração da carreira e políticas e programas de bem estar institucional;
- O projeto acadêmico composto de: planos de estudos, processo de ensino-aprendizagem, investigação e desenvolvimento tecnológico, extensão, vinculação e cooperação;
- Os recursos Humanos considerados: estudantes, graduados, docentes e pessoal de apoio;
- A infra-estrutura que aborda: infra-estrutura física e logística, bibliotecas, laboratórios e instalações especiais.

⁶ *Manual de Procedimientos para Pares Evaluadores*. Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras para o Reconocimiento de Títulos de Grado Universitario en los Países del Mercosur, Bolivia Y Chile. Mercosur, diciembre de 2002.

b) **Componentes:** referem-se a cada uma das subdivisões ou aspectos em que se divide a dimensão e que, em seu conjunto, expressam a situação em que se encontra a carreira em relação à dimensão.

c) **Critério:** refere-se ao atributo ou qualidade de um componente que permite avaliá-lo.

d) **Indicadores** são as evidências concretas (quantitativas ou qualitativas) referidas a cada um dos critérios que, de forma simples ou complexa, justificam os critérios. Para cada indicador são definidos padrões/parâmetros que servem de referência para estabelecer seu nível de exigência.

e) **Fontes de informação** referem-se ao conjunto de documentos, bases de dados, entrevistas e outros elementos que proporcionam informações válidas e confiáveis a respeito dos indicadores.

Um aspecto importante é que o MEXA contempla, também, a capacidade de os cursos se auto-avaliarem e propiciarem melhoria contínua.

Para melhor compreensão da necessidade de avaliação para o MERCOSUL, destaca-se o argumento de MUNDET (2003, p. 76):

Estamos convencidos de que a avaliação é o mecanismo mais efetivo para a convalidação de títulos estrangeiros. O reconhecimento internacional é um elemento facilitador da aceitação dos estudos e conseqüentemente da mobilidade dos estudantes e egressos. É necessário avaliar, sendo que especialmente os planos de estudo devem ser submetidos aos processos de validação, por agências reconhecidas, conforme os padrões de qualidade aceitáveis. Estes processos, quando são sérios e possuem prestígio internacional, geram uma confiabilidade na qualidade dos estudos compartilhados que facilita o reconhecimento de forma relativamente automática pelos pares. Da mesma forma, os próprios mecanismos de validação e seus procedimentos geram necessariamente uma informação maior que a usual, que também tende a facilitar a avaliação dos estudos por parte da instituição que deve outorgar o reconhecimento.

Conforme o Portal Mercosul Educacional (2007): “No âmbito da educação superior, a necessidade de espaço acadêmico regional, a melhoria de sua qualidade e a formação de

recursos humanos constituem os elementos essenciais para estimular o processo de integração.”

Neste sentido que o Mercosul deve realizar os seus encaminhamentos, ou seja, para apoiar a qualidade na formação, desenvolver a avaliação e a integração entre os povos, valorizando, inclusive, o aprendizado de idiomas latinos.

Para atingir a estes objetivos, o Portal Mercosul Educacional (2007), cita os três blocos temáticos em que eles buscam o desenvolvimento da educação, são eles:

“Reconhecimento: *Um sistema de reconhecimento de carreiras como mecanismo de homologação de títulos facilitará a mobilidade na Região, estimulará os processos de avaliação para elevar a qualidade educativa e irá favorecer a comparação entre os processos de formação para a qualidade acadêmica;*

Mobilidade: *A criação de um espaço comum regional para a educação superior tem um dos seus pilares no desenvolvimento de programas de mobilidade. Esse programa irá envolver projetos e ações de gestão acadêmica e institucional, a mobilidade estudantil, sistema de transferência de créditos e intercâmbio entre docentes e pesquisadores. Uma primeira etapa está em desenvolvimento com a recuperação de programas existentes na região, com vistas à fortalecê-los e promover a criação de novos âmbitos de cooperação, expandindo a relação entre universidades e associações de ensino.*

Cooperação inter-institucional: *Os atores centrais do processo de integração regional em matéria de educação superior são as próprias instituições universitárias. Nesse sentido, considera-se de fundamental importância a recuperação das experiências já desenvolvidas, para promover e estimular novas ações. A ênfase será dada nas ações conjuntas de desenvolvimento de programas colaborativos de graduação e pós-graduação, em programas de pesquisas conjuntas, na criação de redes de excelência e no trabalho conjunto com os outros níveis educacionais, em matéria de formação docente.*

Observa-se que apesar da preocupação do MERCOSUL com o reconhecimento, com a mobilidade e com a cooperação inter-institucional, não há previsão para a avaliação dos Cursos de Ciências Contábeis pelo MEXA e nem para a Argentina realizar avaliações oficiais para estes cursos.

No portal do MERCOSUL, há as metas que foram resultantes da XXXI Reunião dos Ministros da Educação dos Países do MERCOSUL, entre as quais se destacam:

- Aumentar a aplicação do Mecanismo Experimental de Reconhecimento para as outras carreiras;
- Aprovar um acordo de reconhecimento de cursos de graduação;
- Aprovar um acordo de mobilidade, inclusive com programa de eliminação de restrições;
- Implementar um programa de pós-graduação em políticas públicas;
- Operar um banco de dados de programas de pós-graduação na região;
- Consolidar os programas de pós-graduação da região, no marco do Protocolo de Integração Educativa para a Formação de Recursos Humanos, em nível de Pós-graduação entre os países-membros do Mercosul;
- Coordenar junto à Reunião especializada em Ciência e Tecnologia do MERCOSUL, o desenvolvimento de atividades de interesses comuns; e
- Aprovar um acordo de reconhecimento de títulos de nível terciário no universitário para a continuidade de estudos nos países do Mercosul.

Essas metas são muito importantes para o processo de integração, porém há a necessidade de implementação de um plano e o MEXA, embora, relevante, necessita, também, da inclusão dos cursos superiores de Contabilidade.

CAPÍTULO 2 - A UNIVERSIDADE NO BRASIL E NA ARGENTINA

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA ARGENTINA

A categoria universidade necessita ficar bem delineada, assim como o conceito de ensino superior. Dependendo do país, a concepção pode ser diferentemente considerada, pois há legislações específicas e não se tem um senso comum.

2.1.1. SISTEMA FEDERAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Conforme a SESU – Secretaria de Educação Superior, no Sistema de Ensino Superior Brasileiro as instituições podem ser classificadas segundo a natureza jurídica de suas mantenedoras, dividindo-as em Públicas (criadas por Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovadas pelo Poder Legislativo) e Privadas (criadas por credenciamento junto ao Ministério da Educação), conforme descrição a seguir:

Instituições Públicas são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e estão classificadas em:

- Federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal;
- Estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados;
- Municipais - mantidas e administradas pelo poder público municipal.

Instituições Privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado e dividem-se ou organizam-se, como instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos.

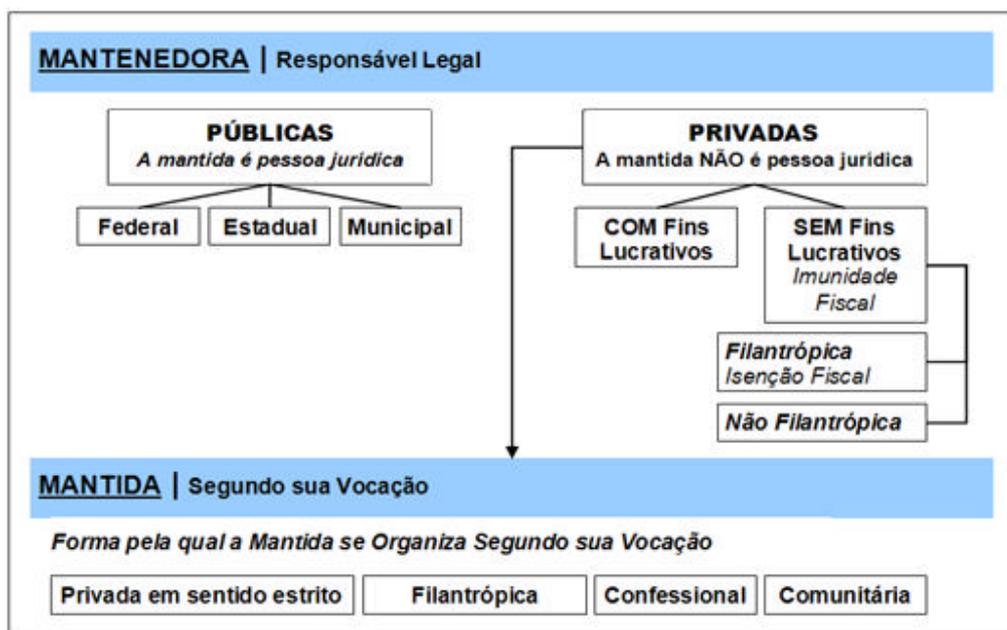
Essas instituições estão organizadas em:

- Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em Sentido Estrito que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Sua vocação social é exclusivamente empresarial.
- Instituições privadas sem fins lucrativos, que quanto à sua vocação social podem ser:
 - ✓ **Comunitárias**, que incorporam em seus colegiados representantes da comunidade. São constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou

mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

- ✓ **Confessionais** que são constituídas por motivação confessional ou ideológica. Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;
- ✓ **Filantrópicas** são aquelas cuja mantenedora, sem fins lucrativos, obteve junto ao Conselho Nacional de Assistência Social o Certificado de Assistência Social. São as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado sem qualquer remuneração.

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



Fonte: SESU – Secretaria de Educação Superior, órgão do MEC – Ministério da Educação.⁷

Quanto à sua organização acadêmica e respectivas prerrogativas acadêmicas, são credenciadas como instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino:⁸

I – Faculdades - As Faculdades Integradas ou Isoladas não possuem autonomia para a criação de cursos, e, neste caso, dependem de autorização da SESU - Secretaria de Educação Superior, órgão do Ministério da Educação.

II - Centros Universitários - São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, nos termos das normas estabelecidas pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto para o seu credenciamento.

⁷ <http://portal.mec.gov.br/sesu>, pesquisa realizada em 02/10/2006.

⁸ *Decreto Federal nº 5.773 de 9 de maio de 2006*. Ministério da Educação. Brasil.

III – Universidades - As universidades, na forma do disposto no art. 207 da Constituição Federal⁹, caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases¹⁰ admite a criação de universidades especializadas, na forma do parágrafo único do art. 52, da Lei nº 9.394, de 1996, que ocorre mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa tanto em áreas básicas como nas aplicadas.

A instituição é credenciada originalmente como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão considerado satisfatório de qualidade.

Conforme a SESU (2006) - Secretaria de Educação Superior, as Instituições de Ensino Superior no Brasil são classificadas quanto à formação da seguinte maneira:

A base da educação superior oferece cursos de graduação, sequenciais e de extensão. Dentre as diferenças entre eles cita-se a titulação, que pode determinar continuidade da carreira acadêmica (pós-graduação) e a modalidade da formação profissional. A pós-graduação compreende cursos Lato e Stricto Sensu. A Secretaria de Educação Superior - SESU coordena apenas os cursos Lato Sensu conhecidos como especializações, residência médica e MBA. Os cursos Stricto Sensu são de responsabilidade da CAPES. O organograma da Educação Superior pode ser resumido em:

- Graduação
 - Bacharelado (diploma)
 - Licenciatura (diploma)
 - Tecnologia (diploma)

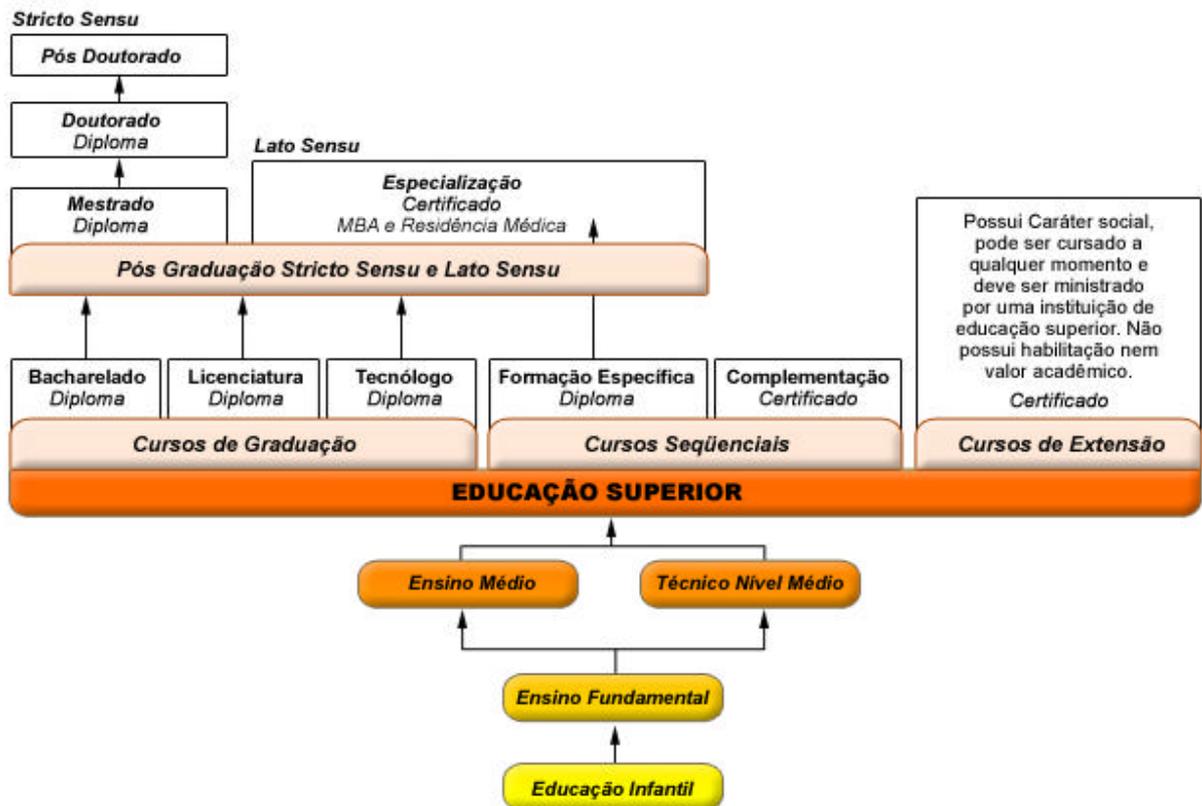
- Sequencial
 - Formação específica (diploma)
 - Complementar (certificação)

⁹ *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 52, de 08 de março de 2006. Brasil.

¹⁰ Lei Federal nº 9.394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Brasil.

- Cursos de extensão (certificado de caráter social)
- Pós-Graduação
 - Lato Sensu (diploma)
 - Stricto Sensu (certificado)

FIGURA 2 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMAÇÃO



Fonte: SESU – Secretaria de Educação Superior, órgão do MEC – Ministério da Educação.¹¹

¹¹ <http://portal.mec.gov.br/sesu>, pesquisa realizada em 02/10/2006.

2.1.2. SISTEMA UNIVERSITÁRIO NACIONAL DA ARGENTINA

A estrutura do Sistema Educacional Argentino¹² é composta por quatro níveis de Ensino:

1. Inicial – de três a cinco anos de idade.
2. Educação Geral Básica – três ciclos, com três anos por ciclo.
3. Educação Polimodal – de quinze a dezessete anos de idade e inclui formação geral e orientada.
4. Educação Superior – Composta de Instituições: a) Não-universitárias, com cursos de 3 a 4 (três a quatro) anos; b) Universitárias, com cursos de cinco a seis anos.

A Lei nº 24.521/95¹³ regulamenta o ensino superior na Argentina. Essa lei contempla as instituições superiores estatais e privadas.

A Educação Superior tem por finalidade proporcionar a formação científica, profissional, humanística e técnica de alto nível, contribuir para a preservação da cultura nacional, promover a geração e o desenvolvimento do conhecimento em todas as formas e desenvolver as atitudes e valores que são requeridos para a formação humana.

A Educação superior é responsável pela consciência ética e solidária, reflexiva, crítica, capaz de melhorar a qualidade de vida, consolidar o respeito ao meio ambiente e às instituições da República e à vigência da democracia.

São objetivos da Educação Superior:

- a) Formar cientistas, profissionais e técnicos que se caracterizem pela solidez da formação e pelo compromisso com a sociedade de que fazem parte;
- b) Preparar para o exercício da docência em todos os níveis e modalidades do sistema educativo;
- c) Promover o desenvolvimento, a pesquisa e as criações artísticas, contribuindo com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da Nação;

¹² Fonte: **MERCOSUR. Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur.** Sector Educativo del Mercosur (SEM), Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo (SIC), Grupo Gestor del Proyecto (GGP). MERCOSUR. 2004.

¹³ Decreto Lei nº 24.521, de 20 de julho de 1995. Ley de Educación Superior. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Argentina.

d) Garantir crescentes níveis de qualidade e excelência em todas as opções institucionais do sistema;

e) Consolidar os processos de democratização da Educação Superior, de forma a contribuir para a distribuição equitativa do conhecimento e assegurar a igualdade de oportunidades;

f) Articular a oferta educativa dos diferentes tipos de instituições que a integram;

g) Promover uma adequada diversificação dos estudos de nível superior, que atenda tanto às expectativas e demandas da população como às necessidades do sistema cultural e da estrutura produtiva;

h) Promover o aproveitamento integral dos recursos humanos e materiais atribuídos;

i) Incrementar e diversificar as oportunidades de atualização e aperfeiçoamento para os alunos e egressos;

j) Promover mecanismos associativos para a solução dos problemas nacionais, regionais, continentais e mundiais.

A Educação Superior está constituída pelas Instituições de Educação Superior:

- não-universitárias, que podem ser de formação docente, humanística, social, técnico-profissional ou artística;
- universitárias que compreendem universidades e institutos universitários.

Ainda conforme a Lei 24.521/95, a Educação Superior tem uma estrutura organizativa aberta e flexível que é permeada pela criação de espaços e modalidades que facilitam a incorporação de novas tecnologias educativas.

Para o ingresso nas instituições de nível superior, deve-se ter sido aprovado no nível médio ou no ciclo polimodal de ensino. Excepcionalmente, os maiores de 25 anos que não reúnam essas condições, ingressam no ensino superior, desde que, por meio de avaliação realizada pelas províncias, pela Municipalidade da Cidade de Buenos Aires ou pelas universidades, possam ter atestados o preparo e/ou experiência, em conformidade com os estudos que se propôs a iniciar, assim como atitudes e conhecimentos suficientes para cursar satisfatoriamente os cursos escolhidos.

É responsabilidade das províncias e da municipalidade da Cidade de Buenos Aires a gestão e a organização da educação superior não-universitária, em seus respectivos âmbitos de competência, assim como ditar normas que regulem a criação, competência, modificação, fechamento e o estabelecimento das condições a que se ajustarão para o seu funcionamento.

As instituições de educação superior não-universitárias representam uma modalidade de ensino que não existe no Brasil e têm por funções básicas:

a) Formar e capacitar para o exercício da docência em níveis não-universitários do sistema educativo;

b) Proporcionar formação superior de caráter instrumental para as áreas humanísticas, sociais, técnico-profissionais e artísticas.

As instituições universitárias, portanto, são diferenciadas, pois o ensino superior universitário fica a cargo das universidades estatais (nacionais ou provinciais) ou privadas reconhecidas pelo Estado Nacional e pelos Institutos Universitários Estatais ou privados reconhecidos, todos integrantes do Sistema Universitário Nacional.

As instituições universitárias têm por finalidade a geração e comunicação do conhecimento de mais alto nível em um clima de liberdade, justiça e solidariedade, oferecendo uma formação cultural interdisciplinar dirigida à integração do saber, assim como uma capacitação científica e profissional específica para as distintas carreiras que sejam cursadas, para o benefício do homem e da sociedade a que pertencem. As instituições universitárias devem desenvolver suas atividades em uma diversidade de áreas de conhecimento não-afins, organicamente estruturadas em faculdades, departamentos ou unidades acadêmicas equivalentes.

São funções básicas das instituições universitárias:

- a) Formar e capacitar cientistas, profissionais, docentes e técnicos, capazes de atuar com solidez profissional, responsabilidade, espírito crítico e reflexivo, mentalidade criadora, sentido ético e sensibilidade social, atendendo às demandas individuais e às necessidades nacionais e regionais;
- b) Promover e desenvolver a pesquisa científica e tecnológica, os estudos humanísticos e as criações artísticas;
- c) Criar e difundir o conhecimento e a cultura em todas as suas formas;
- d) Preservar a cultura nacional;
- e) Estender a sua ação e seus serviços para a comunidade, com a finalidade de contribuir para o seu desenvolvimento e transformação, estudando em particular os problemas nacionais e regionais e prestando assistência científica e técnica para o Estado e para a comunidade.

Há também os Institutos Universitários, considerados de excelência, porém apenas em uma área do conhecimento.

Para finalizar a análise da categoria de universidade utilizada pela Argentina, destacam-se os artigos 26 e 27 da Lei 24.521/1995 que afirmam:

Artigo 26 – O ensino superior universitário estará a cargo das universidades nacionais, das universidades provinciais e das privadas reconhecidas pelo Estado nacional e pelos institutos universitários estatais ou privados reconhecidos, que integram o Sistema Universitário Nacional.

Artigo 27 - As instituições que respondem à denominação de “Universidade” devem desenvolver sua atividade em uma variedade de áreas disciplinares não afins, organicamente estruturadas em faculdades, departamentos ou unidades acadêmicas equivalentes. As instituições que limitam as suas ofertas acadêmicas à apenas uma área disciplinar, denominam-se “Institutos Universitários”.

Apresenta-se a seguir uma tabela com o intuito de sintetizar essa estrutura:

TABELA 2 – INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ARGENTINA

	Públicas	Privadas
Universitárias	Universidades Nacionais Institutos Universitários Nacionais	Universidades Privadas Institutos Universitários Privados
Não-universitárias	Institutos de Formação Docente Institutos de Ensino Técnicos Profissionalizantes Institutos de Formação Artística	Institutos Privados de Formação Docente Institutos Privados de Ensino Técnico

Fonte: Martinez, Eduardo Sánchez. **La Legislacion Sobre Educacion Superior En Argentina - Entre Rupturas, Continuidades Y Transformaciones**. Informe preparado para IESALC/UNESCO, Projeto “Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe”. Córdoba. 2002. p.5.

2.2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA ARGENTINA

Após a explicação sobre as categorias conceituais de Instituições de Ensino Superior, é relevante compreender o desenvolvimento das instituições superiores nos dois países. Para tal análise, serão abordados os crescimentos quantitativos e as formas de controles qualitativos institucionais.

A abordagem dos mecanismos de controle de qualidade é fundamental, pois esse é um dos aspectos relevantes para unidade da América Latina. Esse fato foi percebido na construção da Comunidade Econômica Européia, em que alguns países tiveram de adequar seus métodos avaliativos educacionais para serem aceitos pelos diversos países da comunidade.

Outro fator que é decisivo para a abordagem qualitativa é o fato de que uma melhor mão-de-obra possibilita uma maior/melhor inserção dos egressos no mercado de trabalho, sejam nacionais ou internacionais, até mesmo porque no mercado global as barreiras pela distância estão cada vez menores e, muitas vezes, são até inexistentes.

2.2.1. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Cunha (1986, p.16) divide a história do ensino superior no Brasil até 1945 em quatro períodos:

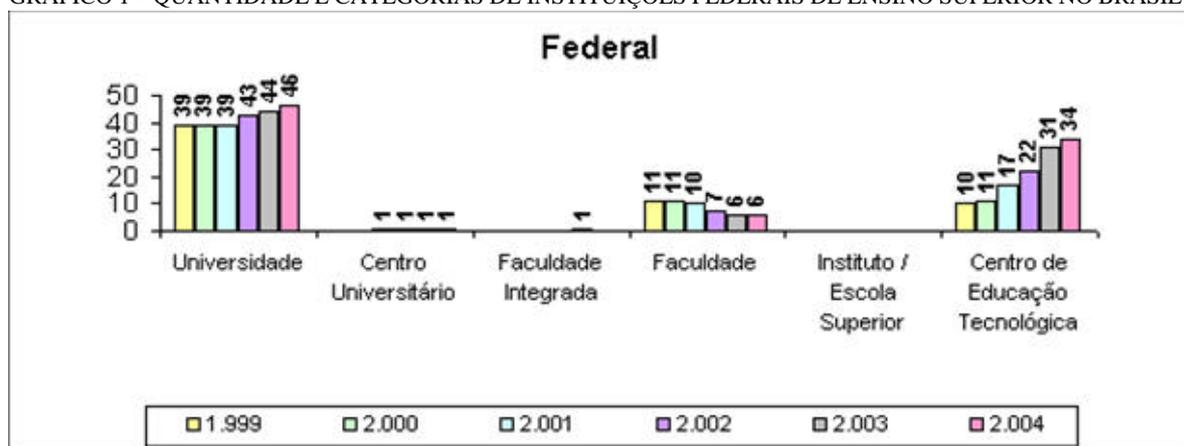
“O primeiro período é o da colônia, iniciando-se em 1572, data da criação dos cursos de arte e teologia no colégio dos jesuítas na Bahia, provavelmente o primeiro curso superior no Brasil, estendendo-se até 1808, quando da transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro. O segundo período, o do império, inicia-se de fato, quando o Brasil era ainda colônia, em 1808, com a criação de um novo ensino superior, estendendo-se até 1889, com a queda da monarquia. O terceiro período, o da república oligárquica, tem início com o governo provisório de Deodoro e termina com a instalação do governo provisório de Vargas, em 1930. O quarto período, a era Vargas, começa com a revolução de 1930 e finda com a deposição do ditador em 1945.”

Rossato (2005, p. 144) afirma que entre 1945 e 1964 ocorre a expansão, pois começaram a surgir as universidades particulares, com destaque para a atuação da Igreja Católica. O autor (2005, p.p. 145-147) afirma, também, que após 1964 o crescimento foi ainda maior:

“Inegavelmente, houve uma grande expansão do ensino superior, que pode ser visualizada no acelerado crescimento das matrículas, as quais, de 96.691 em 1960, passaram para 425.478 em 1970 e para 1.377.286 em 1980. Pelos próprios dados, identifica-se o ritmo do crescimento. Contudo um outro dado complementar ilustra o anterior: as matrículas nas instituições particulares que, em 1960, representavam 43,5% do total, em 1980, atingiram os 62,4%, ou seja, de cada três estudantes universitários praticamente dois estavam matriculados em IES particulares.” (p.p. 145-147).

Nos períodos posteriores, continuou a expansão do ensino no Brasil. Para compreensão desta expansão, apresentam-se tabelas sobre o crescimento do número das instituições no período de 1999 a 2004 e a seguir, os gráficos correspondentes para compreensão deste crescimento:

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.¹⁴

TABELA 3 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

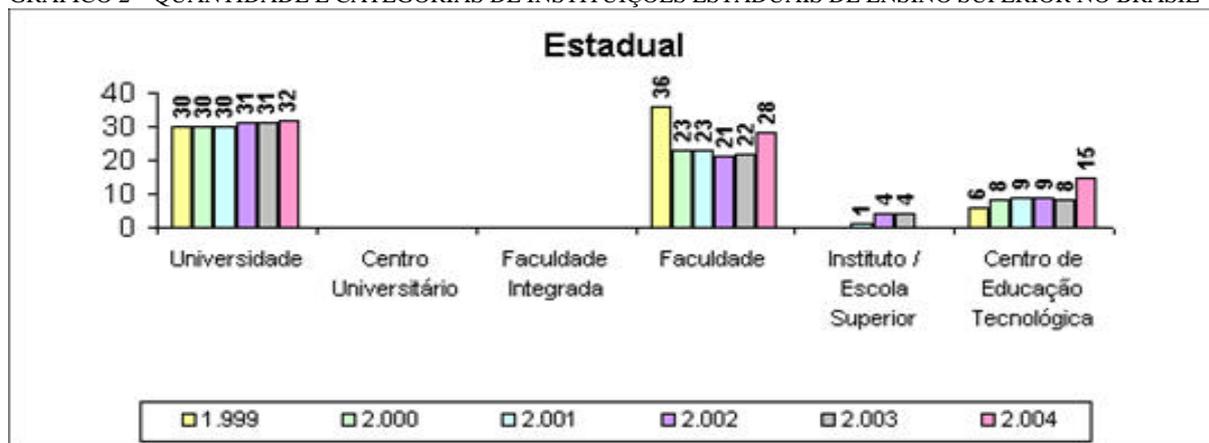
Categoria	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Universidade	39	39	39	43	44	46
Centro Universitário	1	1	1	1	1	1
Faculdade Integrada	1	1	1	1	1	1
Faculdade	11	11	10	7	6	6
Instituto / Escola Superior	0	0	0	0	0	0
Centro de Educação Tecnológica	10	11	17	22	31	34
Total	60	61	67	73	83	87

Elaborado pelo autor.¹⁵

¹⁴ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

¹⁵ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.¹⁶

TABELA 4 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

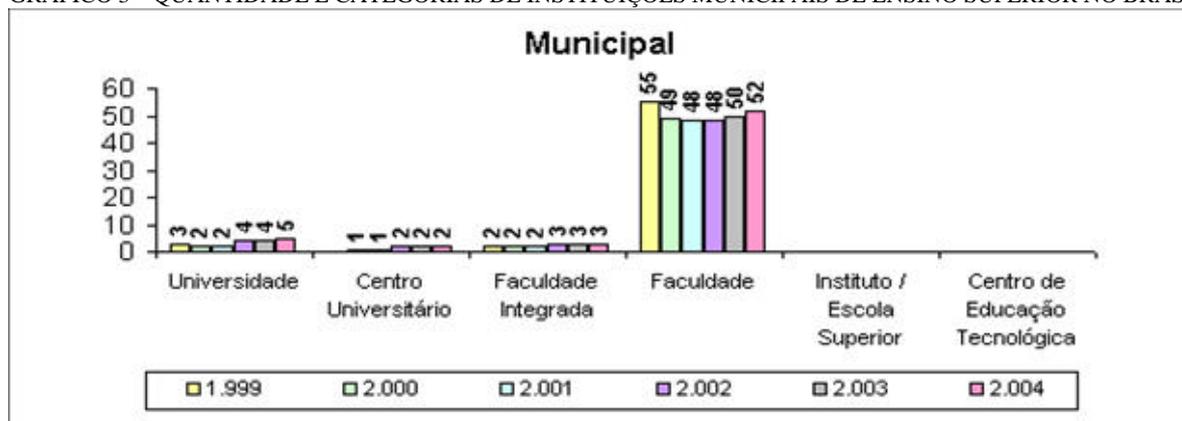
Categoria	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Universidade	30	30	30	31	31	32
Centro Universitário						
Faculdade Integrada						
Faculdade	36	23	23	21	22	28
Instituto / Escola Superior			1	4	4	4
Centro de Educação Tecnológica	6	8	9	9	8	15
Total	72	61	63	65	65	75

Elaborado pelo autor.¹⁷

¹⁶ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

¹⁷ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

GRÁFICO 3 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.¹⁸

TABELA 5 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

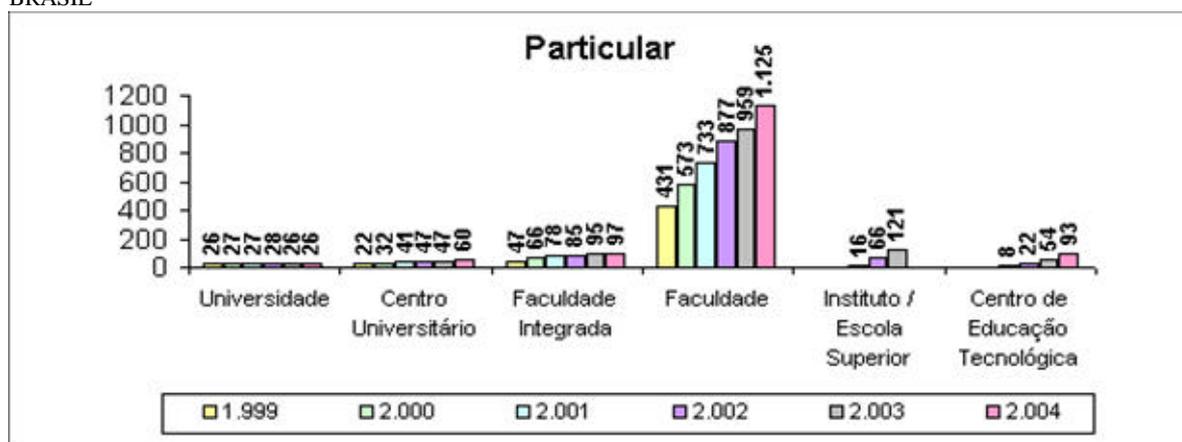
Categoria	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Universidade	3	2	2	4	4	5
Centro Universitário	1	1	1	2	2	2
Faculdade Integrada	2	2	2	3	3	3
Faculdade	55	49	48	48	50	52
Instituto / Escola Superior	0	0	0	0	0	0
Centro de Educação Tecnológica	0	0	0	0	0	0
Total	60	54	53	57	59	62

Elaborado pelo autor.¹⁹

¹⁸ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

¹⁹ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

GRÁFICO 4 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.²⁰

TABELA 6 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

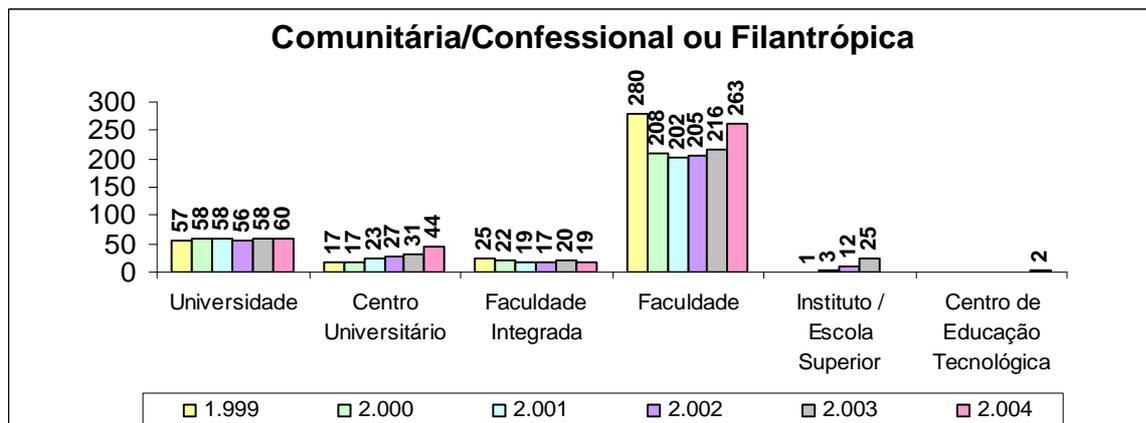
Categoria	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Universidade	26	27	27	28	26	26
Centro Universitário	22	32	41	47	47	60
Faculdade Integrada	47	66	78	85	95	97
Faculdade	431	573	733	877	959	1.125
Instituto / Escola Superior	16	66	121	16	66	121
Centro de Educação Tecnológica	8	22	54	8	22	93
Total	526	698	903	1125	1302	1401

Elaborado pelo autor.²¹

²⁰ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

²¹ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

GRÁFICO 5 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.²²

TABELA 7 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Categoria	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Universidade	57	58	58	56	58	60
Centro Universitário	17	17	23	27	31	44
Faculdade Integrada	25	22	19	17	20	19
Faculdade	280	208	202	205	216	263
Instituto / Escola Superior	1	3	12	25		
Centro de Educação Tecnológica						2
Total	379	306	305	317	350	388

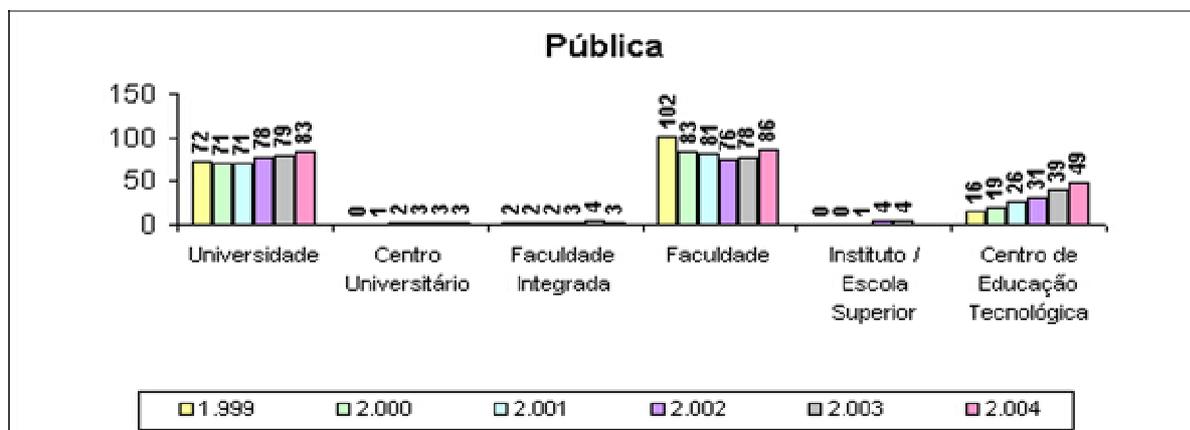
Elaborado pelo autor.²³

²² Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

²³ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

O total das Instituições Públicas foi obtido pela soma das Federais, Estaduais e Municipais, conforme demonstrado no gráfico 6:

GRÁFICO 6 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.²⁴

TABELA 8 – QUANTIDADE E CATEGORIAS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

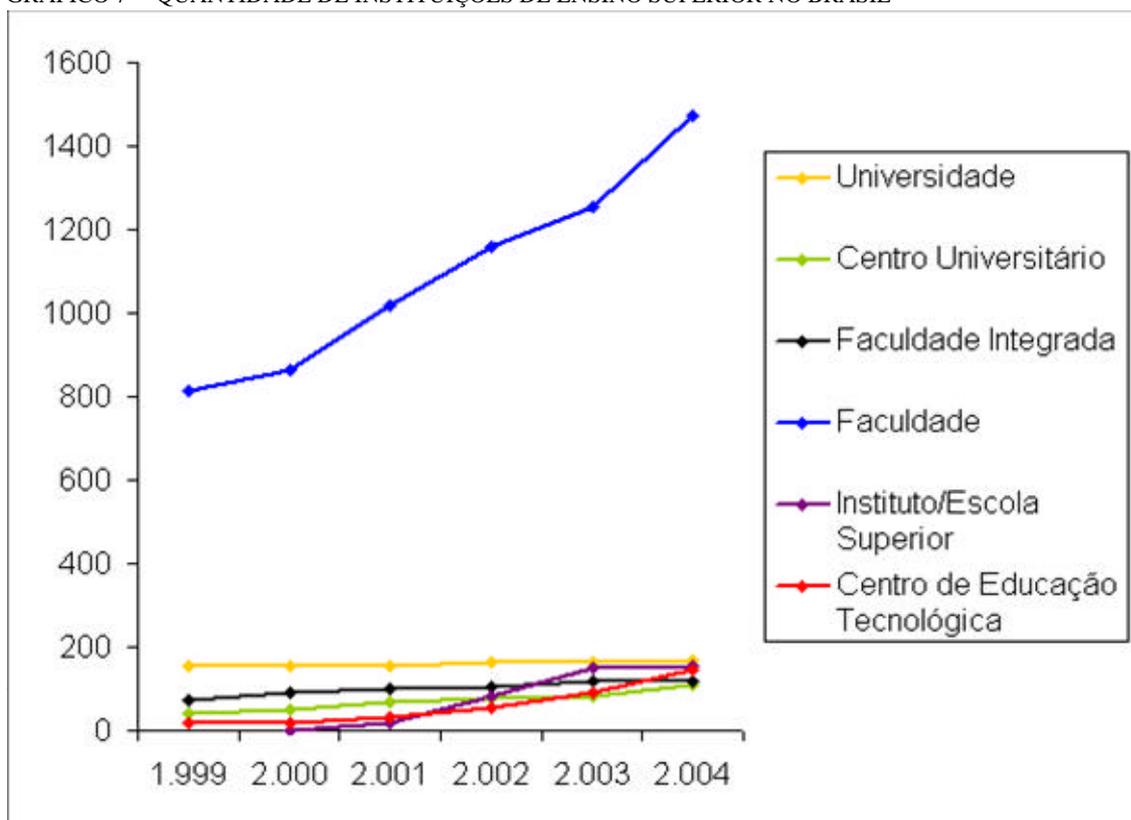
Categorias	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Universidade	72	71	71	78	79	83
Centro Universitário	0	1	2	3	3	3
Faculdade Integrada	2	2	2	3	4	3
Faculdade	102	83	81	76	78	86
Instituto / Escola Superior	0	0	1	4	4	4
Centro de Educação Tecnológica	16	19	26	31	39	49
Total	192	176	183	195	207	224

Elaborado pelo autor.²⁵

²⁴ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

²⁵ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

GRÁFICO 7 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.²⁶

TABELA 9 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

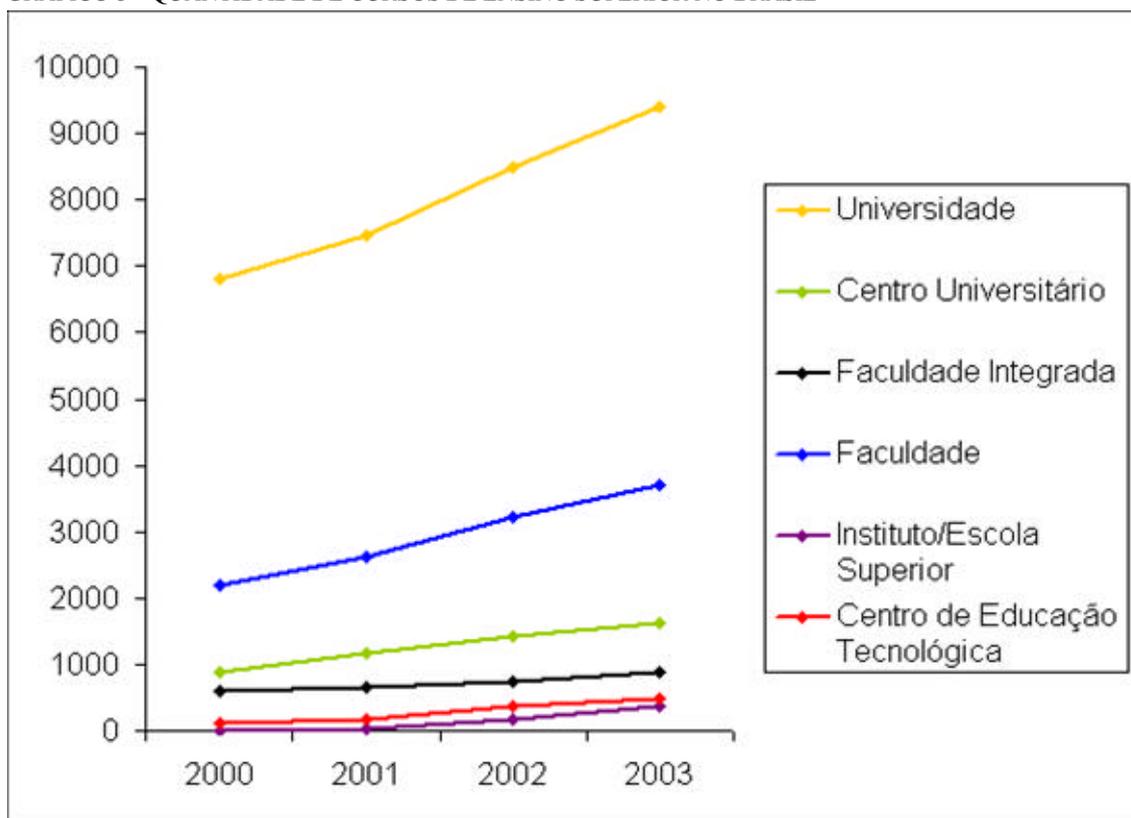
Categoria	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Universidade	155	156	156	162	163	169
Centro Universitário	39	50	66	77	81	107
Faculdade Integrada	74	90	99	105	119	119
Faculdade	813	864	1016	1158	1253	1474
Instituto/Escola Superior		1	20	82	150	154
Centro de Educação Tecnológica	16	19	34	53	93	144
Total	1097	1180	1391	1637	1859	2167

Elaborado pelo autor.²⁷

²⁶ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

²⁷ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

GRÁFICO 8 – QUANTIDADE DE CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Elaborado pelo autor.²⁸

TABELA 10 – QUANTIDADE DE CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Categoria	2.000	2.001	2.002	2.003
Universidade	6823	7466	8486	9396
Centro Universitário	870	1163	1413	1618
Faculdade Integrada	590	668	738	878
Faculdade	2193	2635	3213	3706
Instituto/Escola Superior	5	40	176	360
Centro de Educação Tecnológica	104	183	373	495
Total	10585	12155	14399	16453

Elaborado pelo autor.²⁹

Observa-se um crescimento muito significativo do ensino privado, abrindo faculdades e cursos, e transformando faculdades isoladas em integradas ou em centros universitários e universidades.

²⁸ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

²⁹ Fonte dos dados: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

O número de alunos que ingressam em Ciências Contábeis no Brasil é muito significativo, pois o Curso é o sétimo maior do País, sendo que em 2004 ingressaram 162.150 alunos, o que representa 3,9% do alunado, porém o número de concluintes foi 24.213. O número baixo de concluintes deve-se a dois fatores. Um deles é o fato de que o acesso ao ensino superior tem crescido; porém esse crescimento tem diminuído anualmente, sendo que em 2004 foi apenas 7%³⁰. O fator que consiste em um problema relevante é a evasão escolar que ocorre em todos os cursos, pois a proporcionalidade de concluintes em relação ao total mantém-se.

TABELA 11 - OS DEZ MAIORES CURSOS POR NÚMERO DE MATRÍCULAS E CONCLUINTES - BRASIL 2004.

	Cursos	Matrículas	Porcentagem	Concluintes	Porcentagem
1	Administração	620.718	14,9%	83.659	13,4%
2	Direito	533.317	12,8%	67.238	10,7%
3	Pedagogia	388.350	9,3%	97.052	15,5%
4	Engenharia	247.478	5,9%	23.831	3,8%
5	Letras	194.319	4,7%	37.507	6,0%
6	Comunicação Social	189.644	4,6%	26.816	4,3%
7	Ciências Contábeis	162.150	3,9%	24.213	3,9%
8	Educação Física	136.605	3,3%	17.290	2,8%
9	Enfermagem	120.851	2,9%	13.965	2,2%
10	Ciência da Computação	99.362	2,4%	13.601	2,2%
	Total dos dez	2.692.794	64,7%	405.172	64,7%
	Brasil	4.163.733	100,0%	626.617	100,0%

Fonte: Censo da Educação Superior 2004³¹

³⁰ Fonte: Censo da Educação Superior 2004 - Resumo Técnico. Versão Preliminar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (Deaes).. Ministério da Educação. Brasília, 2005. p.24.

³¹ Fonte: Resumo Técnico. Versão Preliminar. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (Deaes).. Ministério da Educação. Brasília, 2005. p.15.

Quanto aos processos avaliativos dos cursos, pode-se afirmar que no período de 1993 a 2006 constata-se a ocorrência de três fases:

1. Em 1993, a ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais, que é composta de dirigentes de 52 Instituições de ensino, iniciou uma discussão para implantação de sistemas de auto-avaliação para as instituições brasileiras. Esse movimento ganhou adeptos e ao final, em conjunto com outras instituições do Sistema Superior de Ensino e apoio do MEC, foi criado o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. O Programa consistia em uma proposta para as instituições de ensino se auto-avaliarem, por um roteiro detalhado, que compreendia fases avaliativas e procedimentos. Algumas instituições utilizaram o PAIUB para rever suas formas avaliativas ou implantá-las, mas os processos eram muito iniciais e não havia propostas muito bem definidas pela maioria das instituições. O PAIUB foi interessante, porque:
 - a. abordava o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - b. respeitava a missão, o perfil e as características das instituições;
 - c. incluía o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Pedagógico Institucional);
 - d. promovia a participação da comunidade e a melhoria contínua;
 - e. consistiu em um processo de aperfeiçoamento contínuo e prestação de contas à comunidade.

2. Em 1995, iniciou-se o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso cujo mandato prorrogou-se até primeiro de janeiro de 2003. Nesse período, os processos avaliativos foram aprofundados, foram criados o Exame Nacional de Cursos e a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação. Também foram definidas Comissões de Especialistas da SESU – Secretaria de Educação Superior, para autorizações e reconhecimentos de cursos e para credenciamento e reconhecimentos das IES. Foi aperfeiçoada, ainda, a avaliação dos programas de Pós-Graduação da CAPES e o Sistema Integrado de Informações Educacionais do INEP.

A Avaliação das Condições de Oferta da Graduação que, posteriormente, chamou-se Avaliação das Condições de Ensino da Graduação, avaliava o Projeto Pedagógico do Curso, o Corpo Docente e a Infra-Estrutura. Esse processo, com o passar dos anos, foi informatizado e aperfeiçoado. A avaliação apresentava quatro níveis:

- ⇒ CMB – Condições Muito Boas
- ⇒ CB – Condições Boas
- ⇒ CR – Condições Regulares
- ⇒ CI – Condições Insuficientes

As avaliações dos cursos eram complementadas pelo Exame Nacional de Cursos que ficou conhecido por Provão. O Exame era uma prova de conteúdo que buscava avaliar os alunos, atribuindo-lhes um conceito entre A (melhor conceito) e E (pior conceito).

3. No ano de 2003, iniciou-se o governo Lula que, em 2004, instituiu o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, por meio da lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que avalia o Sistema Superior de Ensino.

O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O objetivo é promover a avaliação das instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de seus estudantes, sob a coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

O SINAES compreende os seguintes processos avaliativos:

- Auto-avaliações, ou seja, o sistema interno de avaliação que as instituições de ensino devem desenvolver, conforme o princípio da globalidade que assinala que o processo deve ser o mais amplo possível;
- Avaliações Institucionais, realizadas pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão do MEC – Ministério da Educação, com o objetivo de avaliar a instituição de forma global, podendo ser utilizada para autorização de funcionamento, transformação em Centro Universitário ou Universidade, assim como renovação de autorização de qualquer uma das modalidades das instituições. Englobam a avaliação dos Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI), os Corpos Docentes Institucionais e as Infra-estruturas Institucionais, relacionando-as com os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Avaliações de curso, também realizadas pelo INEP e que possuem um instrumental único para todos os cursos, podendo ser usado para autorização de curso, reconhecimento ou para renovação de reconhecimento. Englobam a avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), Corpos Docentes por Cursos e as Infra-estruturas utilizadas pelos cursos.
- ENADE – Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes que, conforme o INEP (2006), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O ENADE é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC. O INEP/MEC constitui uma amostra dos participantes, a partir da inscrição na própria instituição de ensino superior dos alunos habilitados a fazer a prova.

Observa-se que todas as avaliações integram-se ao PDI, ao PPI e aos PPCs. As avaliações de Curso e Institucionais avaliam com conceitos de 1(pior conceito) a 5 (melhor conceito), sendo abordadas três dimensões:

Uma observação relevante é que, no Brasil, as diretrizes de todos os cursos passaram a cobrar competências e habilidades e não mais conteúdos. Isto possibilita aos cursos terem características muito individualizadas e metodologias próprias, porém teoricamente padrões mínimos de qualidade.

Outro aspecto a ser considerado, é que as instituições têm que solicitar avaliação para o reconhecimento de todos os cursos, o que obriga uma verificação “in loco” para avaliação. O mesmo ocorre nos processos de autorização de Curso, exceto para Universidades e Centros Universitários que têm autonomia.

Uma mudança recente refere-se ao fato de que o reconhecimento anteriormente era solicitado no período em que a primeira turma atingisse a metade do curso até a sua conclusão. Com a Lei 5.773/2006, ocorreu uma alteração de procedimento e a solicitação, atualmente, deve ser realizada até a metade do Curso e o Projeto Pedagógico deve estar alicerçado em Competências, Habilidades e Aptidões, previstas para o curso, devendo ser apresentado previamente ao MEC- Ministério da Educação.

Para os cursos de duração menor, como Tecnólogos, que costumam durar cerca de dois anos e meio, receber uma comissão para reconhecimento ao término do segundo ano é plausível. A dúvida em relação a esta mudança recai sobre os cursos de maior duração, como o Curso de Medicina, com duração de seis anos, que pode receber comissão para reconhecimento no início do quarto ano. Esse fato dificulta a análise, pois não há turmas formadas, parte dos livros, provavelmente, ainda não foram adquiridos e o próprio projeto pedagógico pode prever determinadas atividades apenas para os últimos anos.

Quanto aos Cursos de Contábeis, objeto desta pesquisa, a sua duração é de quatro anos. Assim, cursos novos, ao passarem por processo de reconhecimento no Brasil, não tem a possibilidade de avaliar atividades relevantes como o Estágio Profissional, o Trabalho de Conclusão de Curso ou disciplinas ao final do curso, como Perícia Contábil e Arbitragem ou Planejamento Contábil Tributário, exceto quanto aos dados fornecidos no projeto ou em uma renovação do reconhecimento.

Os cursos de Ciências Contábeis no Brasil, que participaram do ENADE em 2006, conforme Portaria do Ministério da Educação³², deverão ser re-avaliados, porém desta vez “in loco”. Os cursos devem depositar seus projetos pedagógicos para apreciação do ministério no período entre 01 de abril a 15 de maio de 2008 e serão avaliados em 2009.

2.2.2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA ARGENTINA

A Argentina, embora com uma modalidade do ensino superior diferente do Brasil e com características próprias, teve, também, um grande crescimento nos últimos anos. Marquis (apud Schimidt, Oliveira e Aragon, 2000, p. 281), ao se referir ao desenvolvimento do ensino superior no final do último século, observa:

"Nos últimos anos, o sistema educacional argentino experimentou um notável crescimento e uma diversificação institucional, ainda que, também se deteriorou o nível acadêmico das universidades, em função dos processos resultantes das políticas autoritárias de agressão às universidades dos anos setenta, do progressivo relaxamento dos sistemas de seleção, da insuficiência dos recursos e do uso nem sempre eficiente dos mesmos."

O autor realiza estas observações destacando, em especial, o ano de 1984 que teve uma explosão de matrículas.

Considerando-se que o ano de 1995 foi um marco para a Educação Argentina devido à Lei 24.521³³, Guadagni, Cuervo & Sica (2002, p.227) afirmam que, nos últimos quinze anos, o número de alunos das universidades públicas aumentou fortemente, exceto nas faculdades de medicina, além do que a população universitária cresceu de forma mais acelerada do que o aumento demográfico, mas esse crescimento não assegura o acesso maior das famílias pobres nas universidades.

³² Portaria Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2007. Ministério da Educação. Brasil.

³³ Decreto Lei n.º 24.521, de 20 de julho de 1995. Ley de Educación Superior. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Argentina.

A seguir, é apresentada uma tabela, com a cronologia do número de instituições na Argentina:

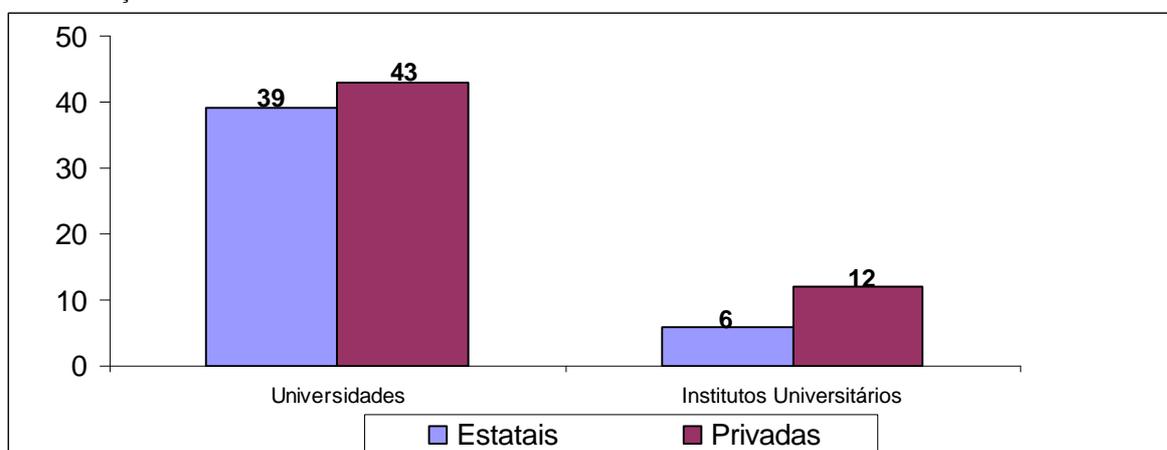
TABELA 12 – CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES NA ARGENTINA

Ano	Até 1958	1959 -1970		1971 – 1988		1989 - 1995		1996 – 2003	
Âmbito	Pública	Pública	Privada.	Pública	Privada.	Pública	Privada.	Pública	Privada.
Total	8	10	18	27	20	39	43	45	54

Elaborado pelo autor.³⁴

No gráfico apresentado a seguir, demonstra-se a concentração das instituições conforme a modalidade de ensino:

GRÁFICO 9 - INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS ARGENTINAS POR SETOR DE GESTÃO SEGUNDO TIPO DE INSTITUIÇÃO. ANO 2004



Elaborado pelo autor.³⁵ Fonte

³⁴ Fonte dos dados: SPU - Secretaria Políticas Universitárias (in CAILLON, Adriana. **La Educación Superior Universitaria Privada En Argentina**. Unesco – Iesalc. Trabalho encomendado pelo IESALC-UNESCO em março, pelo Programa "Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe". Buenos Aires. 2005.

³⁵ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitárias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitárias. Argentina. 2006. p. 11.

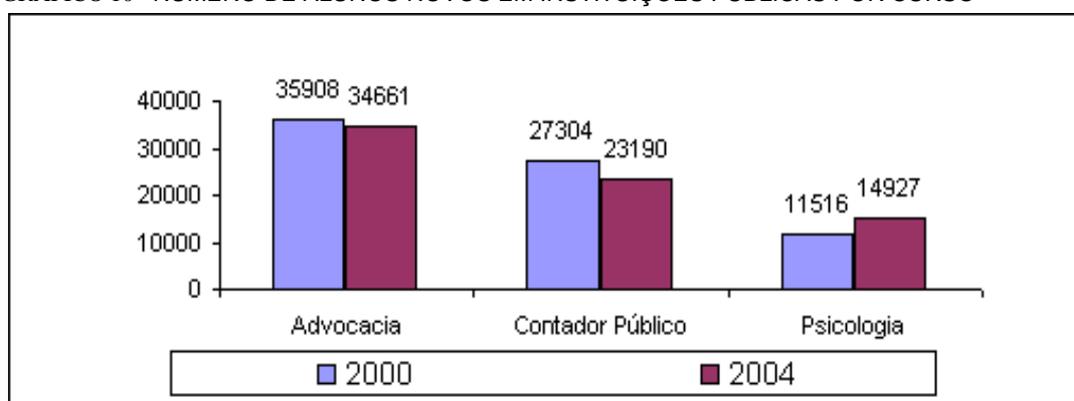
TABELA 13 - INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS ARGENTINAS POR SETOR DE GESTÃO SEGUNDO TIPO DE INSTITUIÇÃO. ANO 2004

Tipo de Instituição	Setor de Gestão				Total
	Estatais	%	Privadas	%	
Universidades	39	87%	43	78%	82
Institutos Universitários	6	13%	12	22%	18
Total de Instituições Universitárias	45		55		100

Elaborado pelo autor.³⁶

Um fato muito interessante é que o Curso de Contador Público, em 2004, representou o segundo curso com maior número de alunos na Argentina, conforme os gráficos e tabela a seguir:

GRÁFICO 10 - NÚMERO DE ALUNOS NOVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS POR CURSO



Elaborado pelo autor.³⁷

TABELA 14 - NÚMERO DE ALUNOS NOVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS POR CURSO

Carreira	Novos Inscritos	
	2000	2004
Advocacia	35908	34661
Contador Público	27304	23190
Psicologia	11516	14927

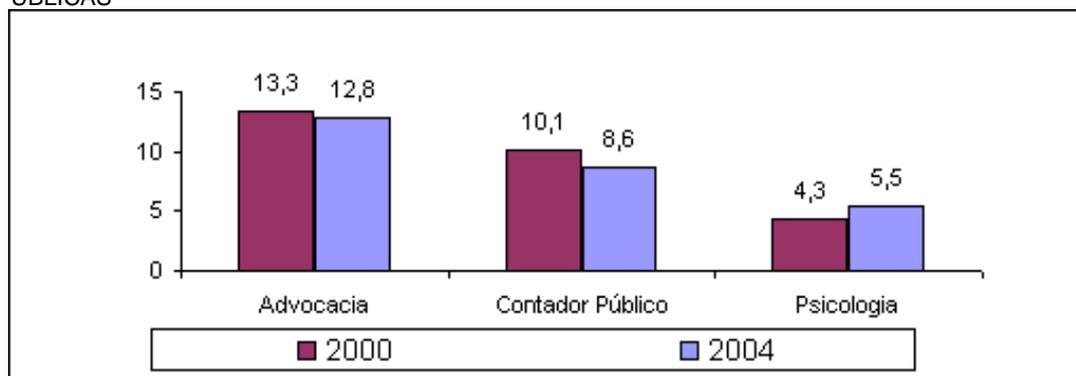
Elaborado pelo autor.³⁸

Observa-se que nas instituições públicas, embora haja um decréscimo do número de alunos que procuram o curso de Contador Público, ele continua sendo o segundo mais procurado e representa quase 9% dos universitários.

³⁶ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitárias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitarias. Argentina. 2006. p. 11.

³⁷ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitárias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitarias. Argentina. 2006. p. 26.

GRÁFICO 11- PARTICIPACÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS



Elaborado pelo autor.³⁹

TABELA 15 - PARTICIPACÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Carreira	Participação relativa (%)	
	2000	2004
Advocacia	13,3	12,8
Contador Público	10,1	8,6
Psicologia	4,3	5,5

Elaborado pelo autor.⁴⁰

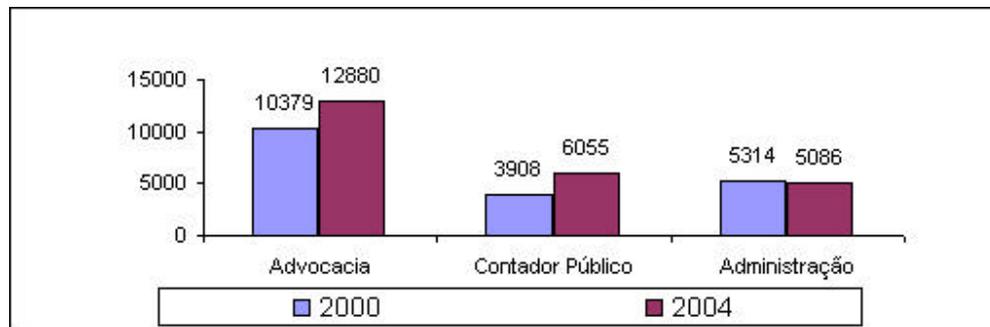
³⁸ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitárias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitárias. Argentina. 2006. p. 26.

³⁹ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitárias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitárias. Argentina. 2006. p. 26.

⁴⁰ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitárias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitárias. Argentina. 2006. p. 26.

Nas instituições privadas, o crescimento foi ainda maior nos Cursos de Contador Público:

GRÁFICO 12 - NÚMERO DE ALUNOS NOVOS NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS



Elaborado pelo autor.⁴¹

TABELA 16 - NÚMERO DE ALUNOS NOVOS NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

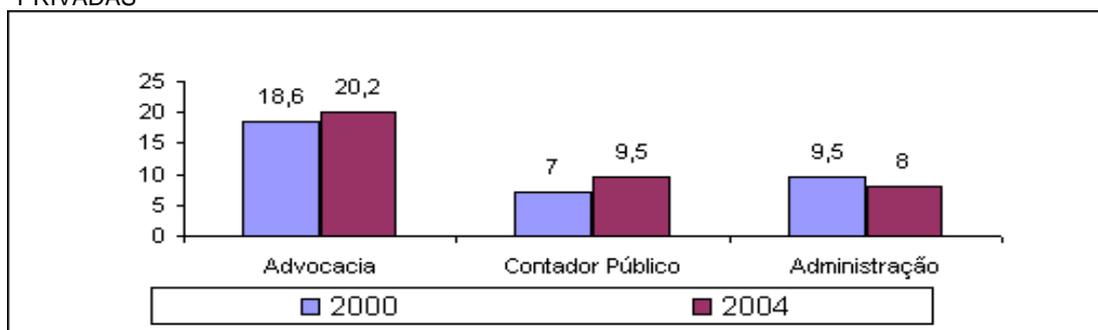
Carreira	Novos Inscritos	
	2000	2004
Advocacia	10379	12880
Contador Público	3908	6055
Administração	5314	5086

Elaborado pelo autor.⁴²

⁴¹ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitarias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitarias. Argentina. 2006. p. 26.

⁴² Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitarias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitarias. Argentina. 2006. p. 26.

GRÁFICO 13 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS



Elaborado pelo autor.⁴³

TABELA 17 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS NOVOS EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Carreira	Participação relativa (%)	
	2000	2004
Advocacia	18,6	20,2
Contador Público	7	9,5
Administração	9,5	8

Elaborado pelo autor.⁴⁴

Conforme a SPU – Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia (2006), o processo de Planejamento do Sistema Universitário está se desenvolvendo em duas etapas, sendo que a primeira engloba:

- As Políticas Universitárias, sob a égide das quais foi criada a Lei de Financiamento Educativo; documento do CIN - Conselho Interuniversitário Nacional 2004, Horco-Molle, Tucumán, definem os objetivos fundamentais do setor e apresentam os compromissos necessários para conquistá-los, assim como outros diversos aportes da Política Universitária;
- O Planejamento Institucional das Universidades consiste em uma solicitação para as instituições elaborarem as bases do seu Planejamento Institucional, definindo a sua visão, missão, objetivos estratégicos e o contexto em que estão

⁴³ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitárias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitárias. Argentina. 2006. p. 26.

inseridas, assim como as suas prioridades institucionais, considerando os documentos da política universitária;

- O Plano Estratégico do Sistema Universitário, no qual a SPU sintetiza as diferentes Propostas de Estratégias de Desenvolvimento Nacional elaboradas por setores governamentais, acadêmicos, empresariais e atores extra-universitários.

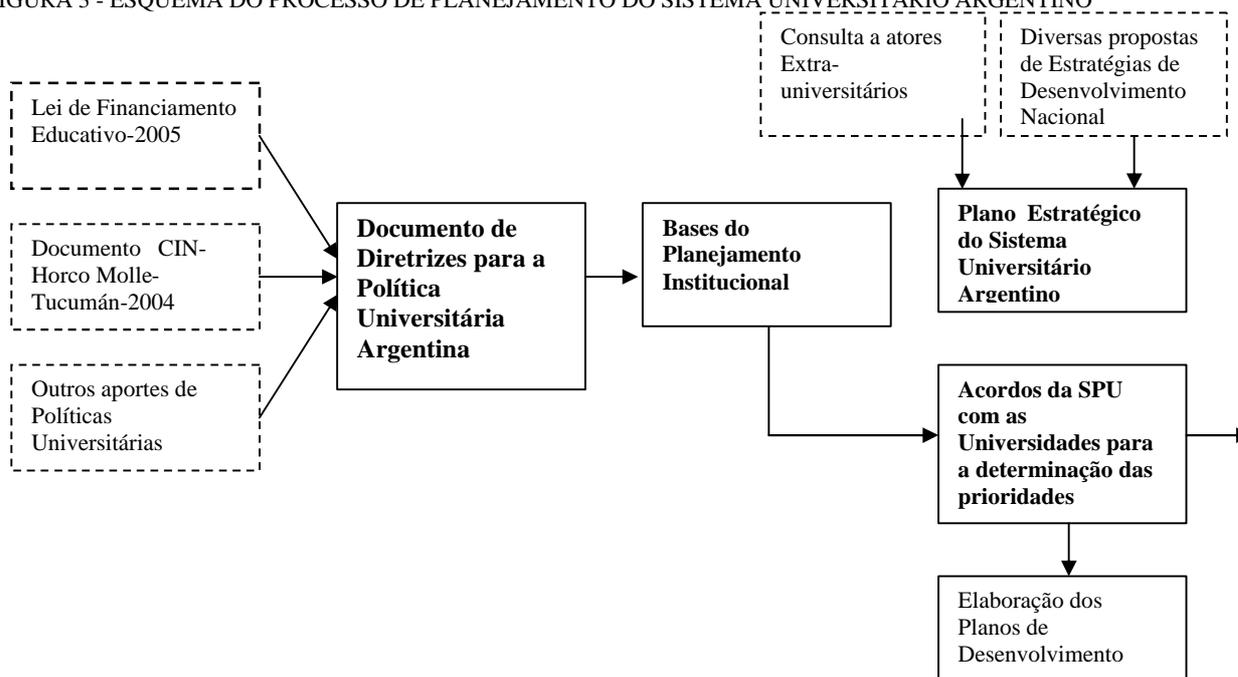
Em paralelo, a SPU estuda as bases do Planejamento Institucional elaborado pelas universidades, analisando sua coerência à luz das prioridades nacionais, regionais e institucionais.

Na segunda etapa, serão criados os Planos de Desenvolvimento Institucional das Universidades Nacionais. Nesta fase, acordar-se-á com as Universidades a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os PDI devem expressar as estratégias a serem seguidas para que sejam alcançados os macro-objetivos e arroladas as ações, os atores envolvidos, as metas, os prazos, os custos e o financiamento, além de conter os indicadores de acompanhamento.

Os critérios para avaliar e apoiar os Planos de Desenvolvimento Institucionais serão a sua qualidade intrínseca, sua pertinência à luz das estratégias nacionais, regionais e institucionais; e sua natureza factível e sustentável.

⁴⁴ Fonte dos dados: **Anuário 2000-2004 de Estadísticas Universitarias**. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Secretaría de Políticas Universitarias. Argentina. 2006. p. 26.

FIGURA 3 - ESQUEMA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO ARGENTINO



Fonte: Secretaria de Políticas Universitarias. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología.⁴⁵

Em 1995, conforme a Lei 24.52.1, foi criada a “Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria”-CONEAU, um organismo autônomo em que uma das funções é a avaliação periódica das carreiras de graduação, cujos títulos correspondem às profissões reguladas pelo Estado. O Ministério da Educação determina, em acordo com o Conselho de Universidades, quais são os títulos cujo exercício profissional podem colocar em risco de modo direto a saúde, a seguridade, os direitos, os bens ou a formação dos habitantes.

A CONEAU é um organismo descentralizado, que funciona sob a jurisdição do Ministério de Cultura e Educação e que tem as seguintes funções:

- a) Coordenar e conduzir a avaliação externa;
- b) Avaliar as carreiras de graduação, pós-graduação em qualquer que seja o âmbito em que se desenvolvam, com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Cultura e Educação em consulta ao Conselho de Universidades;
- c) Pronunciar-se sobre a consistência e viabilidade do projeto institucional apresentado, para que o Ministério da Cultura e Educação autorize o funcionamento de uma nova instituição universitária nacional, assim como o reconhecimento de uma instituição universitária provincial;

⁴⁵ Fonte: http://www.me.gov.ar/spu/Noticias/Noticias_Universitarias_2006/noticias_mayo_2006__spu__p_e_s.html.

d) Preparar os informes requeridos para outorgar a autorização provisória e o reconhecimento definitivo das instituições universitárias privadas, assim como os informes com base nos quais se avaliará o período de funcionamento provisório de instituições.

As instituições universitárias devem assegurar o funcionamento de instâncias internas de avaliação institucional que têm por objeto analisar as dificuldades para o cumprimento das funções, assim como sugerir medidas para melhoria. As auto-avaliações complementam-se com as avaliações externas, que devem ser realizadas no mínimo a cada seis anos, em conformidade com os marcos e os objetivos definidos em cada instituição. Abarca as funções de docência, pesquisa, extensão e, no caso de instituições universitárias nacionais, também da gestão institucional. As avaliações externas são de responsabilidade da CONEAU - Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria ou de entidades privadas constituídas para esse fim, com a participação de pares acadêmicos de reconhecida competência.

Para a validação e avaliação dos cursos ⁴⁶ é necessário que os planos de estudo respeitem a carga horária mínima prevista e os conteúdos curriculares básicos, além dos critérios sobre a formação prática que estabelece o Ministério de Educação, em acordo com o Conselho de Universidades e que esses cursos atendam ao interesse público.

Os padrões de qualidade são fixados pelo Ministério da Educação, em concordância com o Conselho de Universidades.

Em cumprimento à Resolução 238/99⁴⁷, o primeiro curso avaliado em 1999 foi o de Medicina. Logo após, foram incluídas diversas outras carreiras, sendo que há muitas avaliações em andamento. O Curso de de Contador Público não está previsto para ser avaliado, porém o CODECE (Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales) solicitou a inclusão das seguintes carreiras: Contador Público, Licenciado em Economía, Licenciado em Administración e Atuárias. Em resposta à solicitação, na Resolução 254/2003⁴⁸, constata-se a afirmação de que os cursos de contador público, poderão ser incluídos em uma segunda etapa. No sítio do CODECE, há um documento elaborado pela U.N.N.E. - Universidad Nacional del Nordeste denominado: ***“Estandares Sugeridos Por La Facultad De Ciencias Economicas De La U.N.N.E. – Carrera De Contador Publico -***

⁴⁶ *Decreto Lei n.º 24.521, de 20 de julho de 1995.* Ley de Educación Superior. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Argentina.

⁴⁷ *Resolução n.º 238, de 19 de fevereiro de 1999.* Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología da Argentina.

⁴⁸ *Resolução n.º 254, de 21 de fevereiro de 2003.* Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología da Argentina.

Elementos De Referencia Para Fijación De Estándares De Acreditación”, que consiste em uma proposta de padrões mínimos avaliativos para esse curso.

Os processos de avaliação da graduação compreendem a realização de uma auto-avaliação de cada carreira por um comitê de pares. Conforme SPU(2006),⁴⁹ o produto desta etapa é um informe de auto-avaliação que inclui tanto informação sistematizada e comparada, como uma análise pormenorizada das condições em que se desenvolvem as carreiras e seus resultados. Finalmente, incluem, se for necessário, a formulação dos planos para melhoria, para atender futuramente o cumprimento dos requisitos de qualidade previstos pelos padrões. Para cada uma das etapas desse processo, o CONEAU proporciona instrumentos para direcionar o seu desenvolvimento.

A SPU (2006) afirma que os principais passos que organizam o processo de uma avaliação externa são os seguintes:

- O CONEAU realiza sorteio entre os avaliadores e designa os membros que participarão da avaliação e são responsáveis pelos aspectos particulares e pelo desenvolvimento do processo;
- Definição dos perfis e dos termos de referência dos integrantes do comitê de pares avaliadores;
- Determinação de um cronograma;
- Designação dos pares;
- Realização de convocação prévia para a elaboração da agenda da visita à instituição;
- Visita à instituição;
- Aprovação do informe preliminar de avaliação externa;
- Entrega ao Reitor do informe preliminar e recepção de seus comentários;
- Aprovação do relatório final que é publicado e distribuído em conjunto com considerações finais do Reitor.

Todas as decisões em relação ao comitê de pares e o relatório final são aprovadas em plenário pelo CONEAU.

⁴⁹ Fonte: Secretaria de Políticas Universitarias. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. http://www.me.gov.ar/spu/Noticias/Noticias_Universitarias_2006/noticias_mayo_2006_spu_p_e_s.html, pesquisa realizada em 21/07/2006.

2.2.3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A UNESCO, em sua Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação⁵⁰, afirma que a educação superior compreende “...*todo tipo de estudos, treinamento ou formação para pesquisa em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do Estado*”.

Com relação ao crescimento do número de instituições, o documento observa:

“No limiar de um novo século, há uma demanda sem precedentes e uma grande diversificação na educação superior, bem como maior consciência sobre a sua importância vital tanto para o desenvolvimento sociocultural e econômico como para a construção do futuro, diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais.”

A UNESCO (1988) afirma que:

“A segunda metade deste século passará para a história da educação superior como o período de sua expansão mais espetacular: o número de matrículas de estudantes em escala mundial multiplicou-se mais de seis vezes, de 13 milhões em 1960 a 82 milhões em 1995. Mas este é também o período no qual ocorreu uma disparidade ainda maior – que já era enorme – entre os países industrialmente desenvolvidos, os países em desenvolvimento e especialmente os países pobres, no que diz respeito a acesso e a recursos para o ensino superior e a pesquisa. Também foi o período de maior estratificação sócio-econômica e aumento das diferenças de oportunidades educacionais dentro dos próprios países, inclusive em algumas das nações mais ricas e desenvolvidas. Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas,

⁵⁰ Fonte: *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*. Paris:UNESCO.1998.

nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade.”

Este documento é de profunda relevância, pois destaca grandes desafios para a humanidade no setor educacional, como: condições de ingresso, a formação com base em habilidades, o desenvolvimento e a manutenção da qualidade de ensino e a empregabilidade e faz uma proposta de profunda reforma na educação superior mundial.

Quanto à avaliação da qualidade, o artigo 11⁵¹ destaca:

“a) A qualidade em educação superior é um conceito multidimensional que deve envolver todas as suas funções e atividades: ensino e programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, provisão de pessoal, estudantes, edifícios, instalações, equipamentos, serviços de extensão à comunidade e o ambiente acadêmico em geral. Uma auto-avaliação interna transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade. Devem ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional. Visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar a devida atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. Os protagonistas devem ser parte integrante do processo de avaliação institucional.

b) A qualidade requer também que a educação superior seja caracterizada por sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimentos, criação de redes interativas, mobilidade de professores e estudantes, e projetos de pesquisa internacionais, levando-se sempre em conta os valores culturais e as situações nacionais.

⁵¹Fonte: *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*. Paris: UNESCO.1998.

c) Para atingir e manter a qualidade nacional, regional ou internacional, certos componentes são particularmente relevantes, principalmente a seleção cuidadosa e o treinamento contínuo de pessoal, particularmente a promoção de programas apropriados para o aperfeiçoamento do pessoal acadêmico, incluindo a metodologia do processo de ensino e aprendizagem, e mediante a mobilidade entre países, instituições de educação superior, os estabelecimentos de educação superior e o mundo do trabalho, assim como entre estudantes de cada país e de distintos países. As novas tecnologias de informação são um importante instrumento neste processo, devido ao seu impacto na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos.”

Neste contexto de crescimento e, em que há conseqüentemente uma maior inclusão de alunos no ensino superior, com um mercado em constante mutação e com novos desafios é que está inserido o ensino no Mercosul.

No contexto desse panorama Marosini (1998, p. 23)⁵² afirma que:

”A década de 90 é marcada pela transnacionalização político econômica-mundial, com a formação de megablocos. Subjacente a tal panorama, consubstanciado prioritariamente em acordos econômicos de integração, para uma proposta de internacionalização dos sistemas de ensino superior dos países que compõe estes megablocos. Tal proposta com diferenciados graus de relações, objetiva a construção de um modelo cosmopolita de ensino superior (Kerr, 1990) voltado a um mundo onde estudantes e professores estudem o que almejam, sem referência a uma nacionalidade específica, e tenham a possibilidade de produzirem e trocarem conhecimentos. ”

Essa visão de Morosoni associada à posição da UNESCO possibilitam uma reflexão não apenas sobre a importância das políticas internacionais de educação, mas também sobre o aspecto político e cultural dessas políticas.

⁵² Fonte: MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Universidade no Mercosul*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez .

Cano (apud Morosini, 1998, p.9)⁵³, ao tratar das políticas universitárias identifica duas problemáticas:

1. Historicidade, pois afirma que: “A integração universitária não começa com a burocracia do Mercosul e com a burocracia da União Européia. Ela tem na verdade, um processo de longa data que até poderia ter começado com o início da universidade.”
2. Complexidade, pois a Europa também tem seus problemas, conflitos e diferentes realidades.

O contexto das Universidades do MERCOSUL é parte integrante do contexto mundial que está relacionado à flexibilização da mão-de-obra e dos aspectos da globalização, porém não se trata de realidades iguais.

Rossato (2005, p.105) define bem essa conjuntura: “Nessa evolução, as características regionais vieram à tona e não se pode falar mais de um modelo de universidade, mas de vários modelos. A unidade dos séculos XII, XIII e XIV já fora rompida no século XV, e o século XIX, com as reformas na França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos fez emergir novas características. A Universidade, embora guardasse elementos comuns, era pluralista na sua organização, na sua forma e no seu conteúdo, a instituição enriqueceu-se: da uniformidade medieval, passou à vigorosa pluralidade do século XX.”

Na tabela a seguir, é apresentada a forma de distribuição do número de matrículas por área de conhecimento:

TABELA 18 - MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO TERCIÁRIA POR ÁREA DE CONHECIMENTO POR PAÍSES, 2004

País		Educação	Humanidades e afins	Ciências Sociais	Engenharia	Ciências	Agricultura	Saúde	Serviços	Outros
Argentina	Não Universitário	31.4	18.1	23.5	7.7	8.6	1	7.2	2.7	-
	Universitário	4.4	10	47.7	9.7	9.1	4	13.9	1.1	-
Brasil ⁵⁴	Não Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Universitário	20.6	3.6	41.7	7.7	8.6	2.1	13.4	2.3	0
Chile ⁵⁵	Não Universitário	5.3	0.9	38.3	28.3	0.4	3.4	12.4	-	11
	Universitário	16.2	1.4	34	26.3	2.4	4.6	9.5	-	5.6
Paraguai	Não Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-

⁵³ Fonte: MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Mercosul/Mercosur* : Políticas e Ações Universitárias. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 1998.

⁵⁴ Brasil - Como ensino universitário são considerados os cursos de Educação Superior - Graduação (presencial)

⁵⁵ Chile - As carreiras universitárias correspondem às matrículas no nível 5A da Classificação CINE 97. Estas carreiras podem ser oferecidas por Universidades e Institutos Profissionais.

	Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-
Uruguai	Não Universitário	96	0.5	0	0.6	0	0	0	2.9
	Universitário	0.8	5	52.5	15.4	6	4	16.3	0

Fonte: MERCOSUR. Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur. Sector Educativo del Mercosur (SEM), Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo (SIC), Grupo Gestor del Proyecto (GGP). MERCOSUR. 2004.⁵⁶

Uma observação que merece destaque é o fato de que, na Argentina, o número de alunos matriculados em cursos universitários em Ciências Sociais corresponde a 47,7 % e no Brasil, corresponde a 41,7%. Esses dados demonstram a importância da implantação dos processos avaliativos para a área de conhecimento.

Conforme o boletim digital do observatório da UNESCO/IESALC⁵⁷, em texto do sítio da EDUC, um portal educacional do Governo Argentino, datado de 22/07/2006, a Argentina e o Brasil planejam criar a U MERCOSUR (Universidade do Mercado Comum do Sul).

O texto afirma que o marco do protocolo cooperação educativa entre a Argentina e o Brasil foi firmado na data citada, pelo Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia, Daniel Filmus e o Ministro da Educação Fernando Haddad que acordaram iniciar os estudos para a criação de uma universidade regional.

Constitui a primeira iniciativa, segundo o observatório, para a formação de universidade do Mercosul e será formada por uma rede de universidades localizadas na fronteira entre os países. Está previsto o reconhecimento dos títulos e créditos pelos países participantes, além de mobilidade de docentes, estudantes e pesquisadores em projetos conjuntos.

⁵⁶ Fontes: Argentina - Relevamiento Anual 2004 DiNIECE. Ministerio de Educación. CIIE, PMSIU, Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología; Brasil - Fonte: MEC/INEP - Censo da Educação Superior 2004; Chile - División educación superior, Ministerio de Educación; Paraguai - Não dispõe de informações sobre as universidades; Uruguai - Ministerio de Educación y Cultura. Dirección de Educación. Departamento de Estadística.

⁵⁷ Fonte UNESCO/IESALC <http://www.iesalc.unesco.org.ve/pruebaobservatorio/boletin126/boletinnro126.htm>

CAPÍTULO 3 - FORMAÇÃO DO CONTADOR

3.1.A PROFISSÃO DE CONTADOR NO BRASIL E NA ARGENTINA

Conforme Coliath (2003, p. 1): “A Contabilidade nasceu da necessidade do homem de obter informações a respeito de suas riquezas. Não se sabe como e onde a Contabilidade teve início, porém sabe-se que o seu desenvolvimento sempre foi estimulado pelo progresso da humanidade.”

Conforme Peleias et al (2006, p.p. 22 - 23), o ensino da Contabilidade no Brasil iniciou-se com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, o que alterou a situação econômica, política e social da então colônia, pois esse fato realçou a preocupação dos governos com os negócios públicos e privados. Os autores afirmam ainda que, em 1808, foi criada uma cadeira de aula pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro, atribuída ao Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa.

Anteriormente ao Curso Superior de Contabilidade, existiam os cursos técnicos. Assim, apresentamos a seguir a cronologia da legislação sobre o Ensino Técnico de Contabilidade no Brasil:

TABELA 19- CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO TÉCNICO DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Ano	Diploma Legal	Ocorrência
1905	Decreto nº 1.339	“Declara instituições de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caráter oficial; e dá outras providências.”
1.923	Decreto nº 4.724 A	“Equipara os diplomas da Academia de Sciencias Commerciaes de Aloagôas e de outras instituições, aos da Academia de Commercial do Rio de Janeiro e dá outras providências.”
1.926	Decreto nº 17.329	“Approva o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.”
1.931	Decreto nº 20.158	“Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.”
1.939	Decreto nº 1.535	“Altera a denominação o curso de Perito-Contador e dá outras providências.”
1.943	Decreto nº 6.141	“Lei Orgânica do Ensino Comercial.”
1.943	Decreto nº 14.373	“Regulamenta a Estrutura do Cursos de Formação do Ensino Comercial.”

Fonte: PELEIAS, Ivam Ricardo (org), PALMA Daniel Azevedo ... (et al). *Didática do Ensino da Contabilidade: Aplicável a Outros Cursos Superiores*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, p. 28.

O Curso Superior em Ciências Contábeis e Atuariais no Brasil foi criado pelo Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. A grade curricular era anual e única para todo o Brasil, e composta das seguintes disciplinas: análise matemática, estatística geral e aplicada, contabilidade geral, ciência da administração e economia política, matemática financeira, ciências das finanças, estatística matemática e demografia, organização e contabilidade comercial e agrícola, instituições de direito público, matemática atuarial, organização e contabilidade bancária, finanças de empresas, técnica comercial, instituições de direito civil e comercial, organização e contabilidade de seguros, contabilidade pública, revisões e perícia contábil, instituições de direito social, legislação tributária e fiscal e prática de processo civil e comercial.

Apenas em 1951, o curso foi desmembrado da área de Atuariais e as disciplinas foram alteradas para: ciências da administração, economia política, contabilidade geral, análise matemática, instituições de direito público, organização e contabilidade bancária, finanças das empresas, técnica comercial, legislação tributária e fiscal, revisões e perícia contábil, prática de processo civil e comercial, instituições de direito social, contabilidade prática e estatística geral e aplicada.

Em 1962, o Curso de Ciências Contábeis passou a ter ciclo de formação básica e ciclo de formação profissional. As disciplinas eram as seguintes:

- Formação Básica: Matemática, Estatística, Direito e Economia;
- Formação Profissional: Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Auditoria, Análise de Balanços, Técnica Comercial, Administração e Direito Tributário.

Posteriormente, a Resolução 3/1992 fixou tempo de integralização e novas normas para formação. O currículo passou a ser dividido em conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e Social, Conhecimentos de Formação Profissional e Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar.

Em 2.004, foram instituídas as novas diretrizes que estão descritas no Capítulo 3, item 3.4. A profissão é regulamentada pelo Decreto-Lei 9295 de 27/05/1946 que define o exercício da profissão Contábil para o nível Técnico ou Graduação, como competência exclusiva dos Contabilistas habilitados pelo CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

TABELA 20 – CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO SOBRE O ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Ano	Diploma Legal	Ocorrência legal
1945	Lei nº. 7.988	Institui o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais.
1946	Decreto Estadual nº. 15.601	Autoriza o curso de Ciências Contábeis e Atuariais a funcionar na FCEA.
1951	Lei nº. 1.401	Desmembra os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, criando de forma independente o curso de Ciências Contábeis, com duração de quatro anos, para formar os bacharéis em Contabilidade.
1961	Lei nº. 4.024	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e CNA o Conselho Federal de Educação.
1962	Parecer nº. 397	Divide os cursos de Ciências Contábeis nos ciclos de formação básica e formação profissional.
1963	Resolução CFE sn.,de 8/2/1963	Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Ciências Contábeis, e ratifica o Parecer CFE n. 397/1962.
1992	Resolução nº. 3	Institui o currículo pleno, fixa a duração mínima de quatro anos para os cursos diurnos e cinco anos para os cursos noturnos.
1996	Lei nº. 9.394	Lei de Diretrizes e Bases introduz novas mudanças para o ensino superior brasileiro.
1997	Edital nº. 04	Da Secretaria de Educação Superior, tem por finalidade discutir as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores, adaptando-os à Lei.
2002	Parecer CES/CNE nº. 146	Define as diretrizes nacionais para os cursos de Ciências Contábeis.
2003	Parecer CNE/CES nº. 67	Referencial para as diretrizes curriculares nacionais (DCN) dos cursos de graduação
2003	Parecer CNE/CES nº. 108	Promove audiências com a sociedade, ensejando discussão e avaliação da duração e integralização dos cursos de bacharelado.
2003	Parecer CNE/CES nº. 289	Aprova as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis – bacharelado, a serem observadas pelas instituições de ensino superior em sua organização curricular
2004	Resolução CNE/CES nº.6	Oficializa o Parecer CNE/CES n. 289 2003.
2004	Parecer CNE/CES nº.269	Remove do texto da Resolução n. 269 2004, a pedido do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), o trecho que menciona a necessidade de inserção da profissão contábil nos domínios da atividade atuarial.
2004	Resolução CSNE/CES n 10	Cancela o pedido do IBA, cancela e substitui a Resolução CNE CES n. 6/2004

Fonte: PELEIAS, Ivam Ricardo (org), PALMA, Daniel Azevedo ... (et al). *Didática do Ensino da Contabilidade: Aplicável a Outros Cursos Superiores*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, p. 33.

Na Argentina, há duas diferenças significativas na profissão em relação ao Brasil. A primeira é a nomenclatura da profissão do Contador Público. O motivo é que como o contador é considerado um cidadão público que presta contas à sociedade foi destacado este aspecto na nomeação da profissão. A segunda é o fato de ser considerada uma área da Economia, diferentemente do Brasil, que a considera como ciências sociais aplicadas pertencente à área da Administração.

A profissão é regulamentada pelas seguintes leis:

- a. Lei Federal 20.488/73 que regulamenta a Licenciatura em Economia, a Graduação em Contador Público, as Licenciaturas em Administração e em Atuariais e os cursos equivalentes.
- b. Lei Federal 191/94 que regulamenta o exercício dos profissionais da área de Ciências Econômicas assim como o uso de títulos e funções.

Conforme a Lei Federal 20.488./73, art. 13, requer-se do título de contador público:

- a) Em matéria econômica e/ou contábil para fins judiciais, administrativos ou documentos que possua fé pública para fins de:
 1. Preparação, análises e proteção do patrimônio, orçamentos, custos e impostos para empresas e outras entidades;
 2. Análise contábil e da sua documentação;
 3. Atender ao Capítulo III, Título II, do código de Comércio Argentino, que define as obrigações comuns aos profissionais do comércio. As obrigações são:
 - atender a todos os atos e exigências estabelecidas pela lei mercantil;
 - seguir a ordem e uniformidade nos registros contábeis e possuir todos os livros necessários para este fim;
 - conservar a documentação relativa à movimentação da empresa, assim como todos os livros contábeis;
 - prestar contas conforme as exigências legais.

4. Organização contábil das entidades;
 5. Elaboração e implantação de políticas, sistemas, métodos e procedimentos de trabalho administrativo- contábil;
 6. Desenvolvimento e implantação de sistemas de processamento de dados e outros aspectos contábeis e financeiros do processo de informação gerencial;
 7. Liquidação de massa falida;
 8. Direção de inventários utilizados de base para a transferência de negócios, para a aquisição, fusão e liquidação de qualquer tipo de empresa e cessão de quotas sociais;
 9. Intervenção das operações de transferências de fundos de comércio e todas as ações pertinentes ao fato;
 10. Intervenção, em conjunto com os profissionais das respectivas áreas, nos contratos e estatutos de toda sociedade civil ou comercial, quanto às questões de caráter financeiro, econômico, tributário e contábil;
 11. Representar, no tocante aos aspectos contábeis, bancos comerciais, províncias, municípios, órgãos mistos e privados, enfim, todas as empresas e a sociedade;
 12. Todas as outras questões financeiras, contábeis e/ou econômicas.
- b) Em questões judiciais, para a produção e assinatura de assuntos relacionados às seguintes atividades:
1. Participação de concurso para síndico em massa falida;
 2. Elaboração de relatórios e pareceres em liquidações de massas falidas, sinistros e em situações de transmissão de bens para os cálculos e distribuições correspondentes;
 3. Elaboraões de relatórios e pareceres em situações de liquidação, dissoluções e todas as questões patrimoniais das sociedades civis e comerciais e as distribuições de quotas de administração de bens;
 4. Elaboração de pareceres e/ou peritagens, referentes aos livros, documentos e demais elementos relacionados à atividade contábil diária e comercial em geral;

5. Elaboração de pareceres contábeis relativos às administrações e intervenções jurídicas;
6. Elaborar e assinar os pareceres em litígios sucessórios, para fazer a divisão, em conjunto a outros profissionais com formação específica;
7. Como perito em sua área, representar e participar em todos os fóruns, inclusive elaborar as normas de auditoria aprovadas pelos órgãos contábeis profissionais, quando lhe são pertinentes.

3.2.O MERCADO E AS TENDÊNCIAS

3.2.1. CENÁRIO DO MERCADO BRASILEIRO

Para compreensão e diagnóstico do salário e do mercado atuais dos Profissionais da Contabilidade no Brasil foi utilizada uma tabela salarial. Esta foi resultante de um trabalho coordenado pelo “*InformEstado*”, do Jornal “*O Estado de São Paulo*” e elaborado pela empresa “*Deloitte Touche Tohmatsu*”, consultoria especializada em recursos humanos, com exclusividade para o Jornal “*O Estado de São Paulo*”. A tabela indica os valores médios referenciais do mercado, considerando uma amostra de cem empresas representativas de diversos portes e ramos de atividade, localizadas na região metropolitana de São Paulo.

Todas as informações referem-se aos valores do salário-base (nominal), efetivamente pagos pelas empresas no mês de junho de 2006.

Na tabela há: (1) cargos, (2) porte e (3) ramo de atividade das empresas. Conforme informação do Jornal “*O Estado de São Paulo*” de 23/07/2006, por se tratarem de valores médios referenciais, os valores individuais oferecidos pela empresas podem variar em torno de 120% em relação à média apresentada. Por exemplo, se a média do cargo é R\$ 1.000,00 e a amostra apresentar o salário de R\$ 675,00, o máximo não deverá ultrapassar R\$ 1.485,00.

Só foram tabulados os cargos que tiveram pelo menos três empresas informantes e os valores muito extremos, em geral discrepantes do conjunto de dados, não foram utilizados nos cálculos.

Os valores não consideram nenhum tipo de ajuste por conta da inflação passada.

TABELA 21 – TABELA GERAL DE SALÁRIOS CORRENTES – ABRIL 2007

TABELA GERAL DE SALÁRIOS CORRENTES - MARÇO 2007									
CARGO	MERCADO GERAL	PORTE			RAMO DE ATIVIDADE				
		PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	CONSTRUÇÃO	SERVIÇOS	SAÚDE
Analista Contábil	2,605	2,133	2,620	2,826	2,991	0	3,026	2,977	2,394
Analista Financeiro Junior	2,177	0	2,099	2,319	2,213	0	2,327	2,182	2,171
Analista Financeiro Pleno	3,170	0	2,961	3,028	2,972	2,280	2,702	2,988	2,495
Analista Financeiro Senior	4,569	0	4,276	5,630	4,107	3,952	4,585	6,031	0
Assistente de Contabilidade	1,870	1,849	1,818	1,904	1,808	0	1,532	1,920	1,746
Assistente de Tesouraria	1,869	0	1,836	1,889	1,766	0	0	0	0
Auxiliar de Contabilidade	1,688	0	0	1,624	1,549	0	0	0	0
Auxiliar Financeiro	1,235	0	0	1,218	1,483	0	1,193	0	0
Auxiliar Administrativo/Financeiro	11,373	0	10,946	10,764	0	0	0	0	0
Gerente de Contabilidade	10,865	0	10,567	10,256	10,841	0	0	0	0
Gerente de Controladoria	12,705	0	11,796	12,890	13,575	0	0	11,535	0
Gerente Financeiro	10,911	0	10,599	11,032	12,149	0	0	11,381	10,170
Supervisor de Contabilidade	5,629	0	6,094	6,060	5,985	5,617	0	5,611	4,651
Supervisor de Contas a Pagar	5,091	0	0	4,959	5,143	0	0	0	0
Supervisor de Faturamento	5,513	0	0	5,774	0	0	0	0	0

MINUCI, Elaine Garcia. “*Tabela Geral de Salários Correntes*”. São Paulo: O Estado de São Paulo. Caderno de Empregos, 23 de Julho 2006. Cad. C, p. 4.

TABELA 22– CRITÉRIOS PARA O PORTE

Porte	Faturamento Líquido em 2005 em milhões de dólares
Pequeno	Até 16
Médio	De 16,1 a 70,0
Grande	Acima de 70,0

MINUCI, Elaine Garcia. “*Tabela Geral de Salários Correntes*”. São Paulo: O Estado de São Paulo. Caderno de Empregos, 23 de Julho 2006. Cad. C, p. 4.

O salário mensal da área de contabilidade em São Paulo, segundo o DIEESE (2004) era de R\$ 3.472,51. A seguir, foi anexada uma tabela com os salários mensais das regiões brasileiras, segundo a RAIS – Relação Anual de Informação Sociais do ano de 2004:

TABELA 23 - SALÁRIO MENSAL APROXIMADO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

REGIÃO	Valores Mensais em Reais
Norte	2.972,03
Nordeste	3.088,63
Sudeste	3.431,98
Sul	3.074,37
Centro-Oeste	5.030,95
Brasil	3.431,58
Dados referentes aos trabalhadores com carteira assinada que terminaram o ano de 2004 empregados.	

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/2004), do Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: DIEESE.

Em comparação com os dados fornecidos pelo Jornal “*O Estado de São Paulo*” foram coletadas as informações sobre o mercado de outro periódico: “*Folha de São Paulo*”. A amostra utilizada foi de 113 empresas privadas de médio e grande porte (acima de 100 funcionários) entre indústria, comércio, construção civil e serviços com sede ou filial na Grande São Paulo. Publica-se apenas cargos com mais de três informantes e não são considerados benefícios, horas extras e adicional de periculosidade). Os dados estão na tabela 24:

TABELA 24 - BOLSA DE SALÁRIOS

Valores Mensais em Reais Diretores/Gerentes	Menor Valor	Maior Valor	Média
Diretores			
Administrativo e financeiro	4,826	41,090	16,968
Financeiro	6,197	30,087	18,479
Gerentes			
Administrativo e financeiro	4,440	15,316	8,807
Auditoria	3011	13,597	7,920
Contabilidade de Custos	5,643	15,110	10,168
Contabilidade Geral	3,243	16,798	8,343
Contas a Pagar	6,967	8,606	7,710
Controladoria	3,717	16,394	9,830
Crédito e Cobrança	4,597	19,463	9,409
Financeiro	2,741	19,424	8,907
Chefias			
	Menor Valor	Maior Valor	Média
Contabilidade de Custos	4,381	8,556	6,759
Contabilidade Geral	2,405	8,572	4,814
Contas a Pagar	2,319	5,265	4,142
Tesouraria	2,438	7,471	4,260
Encarregados			
Contas a Pagar	1,247	5,983	3,094
Crédito e Cobrança	1,500	5,756	3,566
Escrituração Fiscal	2,055	6,081	3,681
Supervisores			
Auditoria	1,680	5,609	3,587
Orçamentos	4,122	6,182	5,488

TABELA 24 - BOLSA DE SALÁRIOS (Cont.)

Analistas	Menor Valor	Maior Valor	Média
Contábil	985	6,722	2,686
Crédito	939	3,688	2,237
Crédito (Inst. Finan.)	2,262	4,546	2,616
Custos	1,309	5,108	2,797
Investimentos Junior	1,584	3,504	2,452
Orçamentos	2,469	5,722	4,207
Orçamentos e Custos	2,363	4,592	3,244
Econômico-financeiro	2,222	5,447	3,843
Financeiro	1,230	5,537	2,955
Outros Profissionais de Nível Superior	Menor Valor	Maior Valor	Média
Auditores			
Júnior	1,201	4,359	3,562
Pleno	2,954	7,663	5,052
Sênior	4,633	9,264	6,173

Fonte: Coordenação de Levantamento Estatísticos do Datafolha. *Bolsa de Salários*. Folha de São Paulo: São Paulo, 22 de abril de 2007, p. 4, Caderno de Empregos.

3.2.2. EXPECTATIVA DOS ALUNOS NA ARGENTINA

Na Argentina, a empresa Mori Argentina realiza, anualmente, uma pesquisa para a Revista Periódica Mercado⁵⁸, com o intuito de identificar as percepções e expectativas dos estudantes que estão próximos a se graduar em carreiras que, por suas especialidades, são os possíveis futuros quadros gerenciais das empresas. A nona edição da pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2005, dirigida pela Socióloga Maria Braun, sendo que o estudo se iniciou em 1997 e permite comparações históricas. Foram realizadas entrevistas com alunos do último ano de 17 universidades, entre estatutais e privadas. Observa-se que os totais apresentados não totalizam 100% devido ao fato de que alguns alunos não responderam todas as questões.

Entre os entrevistados 61% são homens e 39% mulheres, sendo que 58% estão entre 20 e 24 anos e 38% estão entre 25 e 30 anos, sendo que mais da metade vivem com os pais (53%); 23% têm renda familiar abaixo de \$ 1.500,00; 33% entre \$ 1.500,00 e \$ 3.000,00; 23% entre \$ 3.000,00 e \$ 6.000,00 e 18% acima de \$ 6.000,00.

A definição do número de alunos por carreira foi proporcional ao número de alunos matriculados em todas edições.

⁵⁸Fonte: MACIEL, Matias. Perfil de Una Nueva Generación de Gerentes. Revista mercado. http://www.mercado.com.ar/mercado/vernota.asp?id_producto=1&id_edicion=1054&id_nota=1, pesquisa realizada em 21/02/2007.

Entre os 1072 entrevistados, 25 eram alunos da USAL – Universidad Del Salvador, sendo que as carreiras entrevistadas e o número de alunos por curso foram distribuídos da seguinte forma:

TABELA 25 – AMOSTRA DOS ENTREVISTADOS POR CARREIRA.

Carreiras	Entrevistados
Engenharia	337
Contador	228
Administração	169
Computação e Sistemas	97
Física e Química	95
Relações Laborais	56
Marketing/Publicidade	46
Economia	44
Total	1.072

Fonte: MACIEL, Matias. Perfil de Una Nueva Generación de Gerentes. Revista mercado.⁵⁹

Observou-se que 41% dos entrevistados consideram que a situação econômica da Argentina está mal ou muito mal e 18% consideram boa ou muito boa.

Quanto à medida em que o nível de desemprego os afeta, eles responderam:

- 16%- Muito;
- 44% - Bastante;
- 31% - Pouco;
- 5% - Nada.

A maior parte do alunado, ou seja, 40% dos entrevistados, afirmaram que trabalham na área, 22% afirmaram que atuam em outra área e 38% não trabalham. Quanto a trabalhar na área, os alunos de Contabilidade, de forma coincidente à média geral da pesquisa, 40% afirmam que trabalham na área, ficando atrás apenas de Informática e Economia e igualando-se ao curso de Engenharia.

Apenas 3% afirmara que não acreditam que encontrarão ocupação na sua área depois de formados. A pesquisa observou que há um aumento muito significativo da expectativa salarial

⁵⁹ Fonte: http://www.mercado.com.ar/mercado/vernota.asp?id_producto=1&id_edicion=1054&id_nota=1, pesquisa realizada em 21/02/2007.

entre os alunos das Universidades Públicas e os que já trabalham. A expectativa salarial média após formado é de \$ 1.824,00.

Ao perguntar sobre os fatores mais importantes para a imagem da empresa, as respostas mais assinaladas foram:

- 1 - O salário dos empregados (36%);
- 2 - As condições físicas do trabalho (32%);
- 3 - O prestígio da empresa (30%);
- 4 - A honestidade (30%); e
- 5 - A qualidade dos produtos e serviços (30%).

Interessante, observar que, apenas na 11ª posição aparece a proteção ao meio-ambiente e na 12ª o compromisso com a comunidade.

Quanto à especialização, os estudantes de contabilidade declararam preferir as áreas de Contabilidade Geral, Gerência Geral, Planejamento, Vendas e Comercialização ou Marketing.

3.2.3. O PROFISSIONAL E A ÁREA CONTÁBIL

Conforme Rodrigues et al (2001, p.9), as duas mais importantes atividades de trabalho para os contadores são Melhorias no Processo e Planejamento Estratégico.

Ao analisar esta afirmação, pode-se deduzir que o motivo de os autores valorizarem a Melhoria dos Processos deve-se ao fato de que com o ambiente competitivo torna-se necessário agregar valor ao cliente e demonstrar vantagens em relação aos concorrentes. Logo, deve-se buscar melhores produtos ou menores custos. Quanto ao Planejamento Estratégico, a importância deve-se ao fato de que a reflexão estratégica a médio e longo prazo é muito relevante para sustentabilidade das instituições e da sociedade.

No campo de trabalho, observa-se que há áreas diversificadas e que possuem muitas particularidades que determinam a opção do aluno por uma pós-graduação para aprofundar conhecimentos. Entre essas áreas podem ser citadas: Contabilidade Agropecuária, Contabilidade Bancária, Contabilidade de Cooperativas ou Contabilidade Pública.

O profissional pode atuar em diversas funções, como auditoria, contabilidade de custos, perícia, planejamento ou rotinas empresariais. O vínculo do profissional com o mercado pode ocorrer também por meio de consultoria ou vínculo empregatício.

O tipo de trabalho também pode mudar as suas características, conforme o setor público ou privado ou conforme o tipo de empresa, como sociedade anônima, limitada ou fundações.

Rodrigues et al (2001, p.12 - 13) destacam as seguintes áreas emergentes:

”- Contabilidade atuarial: Responsável pela contabilidade de fundos de pensão e empresas de previdência privada, ramos de atividades em franco crescimento no Brasil.

- Contabilidade ambiental: Responsável pela informação sobre o impacto ambiental da empresa no meio-ambiente. Essa atividade está sendo cada vez mais requisitada devido a pressões da mídia, governos e população.

- Contabilidade Social: Tem a função de dimensionar o impacto social da empresa, com sua agregação de riqueza e seus custos sociais, produtividade, distribuição de riquezas etc.

- Contabilidade de empresas transnacionais: Devido ao aumento de privatizações e a já tão adiantada globalização.”

Com a redução dos empregos no Brasil, como também ocorre em outros países, caso se flexibilize a lei das cooperativas, há uma significativa probabilidade de crescer o campo da Contabilidade de Cooperativas.

Outro mercado que tende a crescer é o da Contabilidade para entidades sem fins lucrativos, pois o número de Organizações Não-Governamentais tem se expandido na solução de problemas sociais, porém há poucos profissionais preparados, inclusive para internacionalizar o capital recebido do exterior.

Uma dificuldade para a implantação de padrões de qualidade no ensino da contabilidade do Mercosul são as diferentes formas de contabilização. A IFAC, como será discutido ou apresentado no próximo item (3.3), busca padronizar a qualidade dos profissionais e há uma preocupação de especialistas em harmonizar internacionalmente, também, as normas contábeis.

É possível citar algumas ações que já estão sendo realizadas ações que podem colaborar com a harmonização e a transparência:

- No Brasil, há o Projeto de Lei 3.741 de 2000⁶⁰, em tramitação no poder executivo, com vistas a alterar a Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de

⁶⁰ BRASIL. *Projeto de Lei nº 3.741*. de 2000. Brasília, 2000.

1976, que define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis e dispõe sobre requisitos de qualificação de entidade de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

- Outro fator a ser ressaltado é que o ex-ministro Luiz Fernando Furlan, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao fazer seu discurso de posse em 2/1/2003, afirmou: *“Pretendo defender junto a meus colegas de governo, que criemos a nota fiscal do Mercosul, para que os pequenos exportadores dentro de um determinado limite de valor possam emitir um documento de exportação em Reais e que possa ser liquidada através de uma Câmara de Compensação dentro do Mercosul. Com isso, facilitando enormemente a burocracia, ...”*. Esse fato pode estar próximo de se concretizar, pois segundo Rocha⁶¹, o Ministro Furlan defende que: *“Havendo solução para compensações diretas de peso para o real, podemos partir para a segunda fase, a da simplificação de documentos de comércio exterior no Mercosul, o que facilitaria transações para pequenas e médias empresas.”*

Essa tendência para harmonizar as normas contábeis é consequência da internacionalização e do interesse das empresas transnacionais ou multinacionais em padronizar seus controles, processos e sistemas. Na estrutura dos mercados atuais há significativo volume de transações realizadas e de empregos ofertados por empresas de pequeno e médio porte. Portanto, é fundamental, também, ações para a harmonização com o objetivo de globalização das informações, para a permanência e expansão destas instituições no mercado global. .

Portanto, considerando-se a hipótese de harmonização, é importante também destacar Carvalho (1999, p.12):

“A Contabilidade é a linguagem universal dos negócios e será tão mais eficaz quanto mais incorpore e ofereça soluções razoáveis para os desafios de gestão e riscos e entendimentos de volatilidade. Empresas que antes se contentavam em exportar as suas produções para outros

⁶¹ ROCHA, Janes. *BNDES Financiará Projetos na Argentina, diz Furlan*. Jornal Valor “On line” de 10/10/2006.

mercados consumidores hoje vão até seus mercados, instalando fases de seus processos produtivos e fazendo parcerias com os fornecedores de matérias-primas e de mão-de-obra desses antigos mercados meramente consumidores.“

Carvalho, ainda, ao destacar a importância da harmonização contábil e auditoria refere-se ao grupo Intergovernamental de Especialistas em Normas de Contabilidade e de relatórios financeiros, mantido sob a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento da ONU, afirma: “*Temos Contadores brasileiros, norte-americanos, mexicanos, franceses, mas o mercado de hoje exige que os profissionais possam transpor as fronteiras, trabalhar noutros países.*” (Carvalho, 1999,p.17)

O autor também destaca (apud Varela, 2002, p.20) que a harmonização das normas contábeis poderá provocar uma verdadeira revolução na profissão contábil, pois a Contabilidade tem o desafio de ser cada vez mais um instrumento de comunicação de desempenho empresarial fácil de ser entendido universalmente, por isso ela torna-se de mais difícil execução.

Carvalho, Lemes & Costa (2006, p. 15) destacam que: “*A contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora do seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar.*”

Em janeiro de 2006, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), em conjunto com o IBRACON (Instituto de Auditores Independentes do Brasil) realizaram um estudo, que deu origem à publicação: “Sumário da Comparação das ‘Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com as Normas Internacionais da Contabilidade – IFRS⁶². Esta publicação consiste no primeiro estudo sobre as principais diferenças entre as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, resultante de um trabalho comum e integrado dos profissionais das duas entidades. Este estudo tomou por base as práticas adotadas no Brasil, vigentes em dezembro de 2005, bem como as IFRSs divulgadas pelo IASB⁶³.

Segundo o CFC e o IBRACON (2006, p.3):

⁶²A sigla IFRS significa “*International Financial Reporting Standards*” - Normas Internacionais de Relato Financeiro.

⁶³IASB – “*International Accounting Standards Board*” – Entidade internacional responsável pela emissão das Normas Internacionais de Contabilidade.

“...o presente estudo torna-se ainda mais relevante neste momento em que se iniciam as Atividades do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, criado no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade, ao final de 2005, para atuar de forma independente e com o objetivo de emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Contabilidade para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, visando à centralização e à uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais. “

A elaboração desse material, a formação de Comitê e o desejo das empresas são fatos importantes na direção da harmonização da Contabilidade Internacional. Nele, destacam-se relevantes diferenças da Prática Contábil Brasileira, como as seguintes:

- Não obrigatoriedade da apresentação do fluxo de caixa;
- Não requerem informações segmentadas por negócios ou áreas geográficas;
- Não há a previsão para o registro de transações de venda e re-arrendamento (leaseback);
- Mesmo que a venda seja por um prazo mais longo, o desconto a valor presente não é prática adotada; e
- As subvenções governamentais são registradas quando recebidas e não são associadas com a vida dos projetos ou dos ativos;

Há outras observações a serem ressaltadas, em especial a consolidação das demonstrações contábeis, porém o objetivo não é aprofundar a análise das diferenças entre a norma brasileira e a descrição da norma internacional, mas discutir o fato de que esta não-harmonização reflete-se na dificuldade de se colocar nos cursos conteúdos integrados ao mercado global.

O Brasil tem desenvolvido importantes ações para a harmonização e o processo parece irreversível, porém a educação e os profissionais necessitam acompanhar as tendências para continuar a atuar no mercado global.

Em novembro de 2006, Fermín Del Valle⁶⁴, assumiu a presidência da IFAC (Federação Internacional de Contadores), durante a realização do Congresso Mundial de Contadores e observa que nos dois próximos anos a profissão contábil terá alguns desafios a superar e objetivos a perseguir. Fazem parte de suas metas:

- a) continuar as implementação das reformas na IFAC;
- b) fortalecer o reconhecimento da entidade como autora de normas internacionais;
- c) trabalhar pela necessidade das pequenas e médias empresas, no que diz respeito às normas de contabilidade e de auditoria; e,
- d) buscar o desenvolvimento da sustentabilidade da profissão, “*com os olhos voltados para o futuro*”.

Del Valle (apud Santos et alli, 2007, p. 10) afirma que:

“À medida que nos esforçamos para atingir todos esses objetivos, acredito firmemente que cinco atitudes vão nos capacitar para avançar com sucesso por esse caminho:

- *reconhecer as vantagens da colaboração com e entre organismos membros;*
- *aceitar todas as culturas;*
- *reconhecer a diversidade de nossa profissão e responder adequadamente às necessidades de seus diferente componentes;*
- *ênfatizar a educação; e*
- *viver nossos valores de integridade, transparência e habilidade.”*

Estes aspectos relativos à profissão e ao profissional são muito relevantes e devem ser expressos nos projetos pedagógicos dos cursos, não apenas em seus planejamentos, mas fundamentalmente na sua prática pedagógica.

Na entrevista, Del Valle (apud Santos et alli, 2007, p. 10) abordou, também, a adoção pelos países das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público que estão crescentemente sendo aceitas e adotadas, sendo que recentemente a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou um programa de reformas na Administração Financeira que resultou na adoção delas por todas organizações dentro do sistema da ONU, o mesmo ocorreu com a

⁶⁴ SANTOS, Fabrício, GIROTTO, Maristela & BEKMAN, Rosangela. *Entrevista Fermín Del Valle – Presidente da IFAC. RBC – Revista Brasileira de Contabilidade. Órgão Oficial de Divulgação do Conselho Federal de Contabilidade. Circulação Bimestral. Ano XXXVI, nº 163, Janeiro/fevereiro 2007. ISSN 0104/8341. p. 7-15. 2007.*

OECD (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento), com a OTAN (Organização para o Tratado do Atlântico Norte) e com a Comissão Européia; além disso, a ONU informou que mais 40 países adotaram essas normas, o que possibilitará maior acesso e transparência pública às informações.

Questionado sobre os desafios da profissão na América Latina Del Valle (in Santos & outros, 2007, p. 11) afirmou que os desafios não são muito diferentes de outras partes do mundo, e que não há razões para as práticas serem diferenciadas devido à região, enfatizou necessidade de adotar às Normas Internacionais de Contabilidade, destacando-se o Código de Ética para Contadores Profissionais da IFAC.

Em relação aos países que adotam as Normas Internacionais, Del Valle (in Santos & outros, 2007, p. 14) citou a China, a França, a Alemanha, o México, a Holanda, a Nova Zelândia, a Rússia, a África do Sul e o Reino Unido.

Na Argentina, há uma minuta de memorando de acordo sobre os órgãos emissores das normas contábeis e a sua relação com a IASB (The International Accounting Standards Board), de 07 de junho de 2005.⁶⁵

A minuta afirma que a regulação sobre os informes financeiros é a primeira forma de harmonização ou convergência de padrões em nível internacional e que os órgãos emissores devem assumir a responsabilidade principal de identificar e de eliminar os obstáculos dessa regulação para adotar ou convergir com as IFRSs - International Financial Reporting Standards. Os emissores das normas contábeis devem manter informados os reguladores locais sobre as iniciativas relevantes da IASB, assim como, também, promover entre os reguladores a participação no esforço para alcançar uma convergência internacional dentro das áreas de regulação, pois isso pode ajudar a eliminar barreiras. O documento destaca a importância dos órgãos emissores das normas contábeis em todo o mundo para difundir o trabalho do IASB, porém observa que isso não significa que todas as informações necessitam convergir, pois elas devem adequar-se aos diferentes objetivos. Outro dado relevante refere-se a ênfase no fato de que os emissores das normas contábeis e não a IASB, devem assumir a responsabilidade principal de identificar e de assumir os obstáculos de regulação para adotar normas de convergência à IFRSs. Essa afirmação é muito relevante para a garantia da autonomia e soberania dos órgãos nacionais.

⁶⁵ FACPCE – *Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas*. http://www.facpce.org.ar/Noticias/Relacion_IASB_Organismos.asp, pesquisa realizada em 23/03/2007.

O Documento registra que:

“...os objetivos finais da IASB e dos demais emissores de normas são(dentro do razoável e do permitido pelos custos):

- promover para o interesse público, um conjunto de normas contábeis de alta qualidade, compreensíveis e obrigatórias em âmbito mundial que exija informações financeiras para ajudar aos participantes dos mercados de capitais no mundo e demais usuários a tomarem decisões econômicas;*
- promover o uso e aplicação rigorosa das normas; e*
- Alcançar a convergência das normas nacionais de contabilidade com a IFRSs para obter soluções de alta qualidade.”*

Observa-se que o processo de harmonização além de relevante é convergente à disputa no mercado global, sendo que as normas possibilitam maior transparência e participação da sociedade em órgãos públicos e privados, porém a autonomia da elaboração das normas contábeis nacionais deve ser mantida, em especial em regiões com as características da América Latina que tem que buscar maior competitividade no cenário global.

A AIC (Associação Interamericana de Contabilidade)⁶⁶ é uma entidade que tem a missão de buscar a superação e formação profissional integral dos contadores das Américas, para alcançarem uma profissão forte e coerente, que cumpra com a sua responsabilidade perante a sociedade em um sincero intercâmbio e convivência fraternal.

Para alcançar esta missão, adota os seguintes objetivos:

“- impulsionar uma profissão forte e coerente no continente americano, que permita proporcionar serviços da mais alta qualidade para a sociedade e para os usuários;

- Fomentar o desenvolvimento profissional integral dos Contadores dentro do seu marco de fraternidade interamericana;

- Estimular a superação do nível acadêmico para a formação do contador;

⁶⁶ AIC -Associação Interamericana de Contabilidade. <http://www.contadoresaic.org>, pesquisa realizada em 23/03/2007.

- *Elevar constantemente a formação profissional com base na qualidade e manutenção das mais altas normas de conduta e do conhecimento próprio da profissão;*
- *Difundir para a sociedade os princípios e valores éticos da profissão, propagando-os para as novas gerações de profissionais, de forma que repercutam de forma constante, para que sirvam de premissa a todas as ações e dêem significado para a vida profissional.”*

Com essa missão e esses objetivos, a AIC⁶⁷ elaborou o seu plano de ação e a sua terceira medida consiste em *“promover conjuntamente com os Organismos Patrocinadores, a adoção de normas emitidas pela IFAC e pela IASB, diante das instituições profissionais, educativas e oficiais do país correspondente; ...”*.

Em 7 de outubro de 2005, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), por meio da Resolução CFC n.º 1.055/05 criou o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) com o objetivo de:

“Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para emitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.”

O Comitê é composto pelos seguintes órgãos:

- ABRASCA (Associação Brasileira de Companhias Abertas);
- APIMEC Nacional (Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais);
- BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo);
- CFC (Conselho Federal de Contabilidade);
- FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras);

⁶⁷ AIC -Associação Interamericana de Contabilidade. <http://www.contadoresaic.org>, pesquisa realizada em 23/03/2007.

- IBRACON (Instituto de Auditores Independentes do Brasil).

Em Agosto de 2006, foi realizada pelo Comitê uma publicação com o título “A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais”⁶⁸ que aborda o tema, de forma a contribuir com o processo de harmonização contábil.

A participação dos países da América Latina é muito relevante para a transparência das organizações, para o acompanhamento da sociedade, para a harmonização contábil das empresas e até para obtenção de investimento e competitividade internacional, porém o processo deve ser participativo e garantir a autonomia dos órgãos nacionais.

3.3.PADRÕES INTERNACIONAIS PARA O ENSINO DA CONTABILIDADE

A IFAC (Federação Internacional de Contadores) é uma organização global para a profissão contábil. Trabalha com organizações de 120 países para proteger o interesse público, buscando a alta qualidade dos contadores pelo mundo. Sócios da IFAC representam 2,5 milhões de contadores empregados em funções públicas, na indústria, no comércio, no governo ou na academia. Sua estrutura e gestão possuem representações de distritos eleitorais diversos e interação com grupos externos que confiam ou influenciam o trabalho de contadores.

A IFAC elaborou um documento com o objetivo de definir padrões internacionais para a educação na área contábil. Após a leitura desse documento, foi realizada uma análise de conteúdo, que diagnosticou seus aspectos mais relevantes. Os IES (“*International Education Standard*”) são compostos por seis padrões pontuados a seguir:

IES 1- Exigências para o Ingresso em um Programa de Educação de Contabilidade Profissional;

IES 2- Conteúdo dos Programas de Educação Profissional;

IES 3- Habilidades Profissionais;

IES 4- Valores Profissionais, Éticas e Atitudes;

IES 5- Avaliação de Capacidades Profissionais e Competências;

IES 6- Desenvolvimento Profissional Continuado.

⁶⁸ CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais. CPC, 2006.

IES 1- Exigências para o Ingresso em um Programa de Educação de Contabilidade Profissional

Neste Padrão, observa-se a necessidade de:

- a) Associar a educação contábil profissional à prática. Por esse motivo, o documento observa que há programas, em alguns países, em que a formação inicia-se após a conclusão da graduação, na forma de pós-graduação;
- b) Controle de qualidade do ingressante.

IES 2- Conteúdo dos Programas de Educação Profissional

Este padrão define os conhecimentos profissionais necessários à formação dos contadores; e afirma que os conhecimentos de contabilidade profissional devem ser ministrados pelo menos em dois anos de tempo integral ou quatro anos de meio período.

O conteúdo educacional para a formação profissional do contador deve contemplar os seguintes componentes:

- a) conhecimentos relacionados à Contabilidade e Finanças;
- b) conhecimento organizacional empresarial;
- c) conhecimento e competência em Informática.

Para a formação, destaca-se que é necessária uma combinação entre conhecimentos, habilidades, valores profissionais, ética e atitudes. Também observa-se a relevância da habilidade para identificar e resolver problemas e para o interesse na educação continuada.

O conhecimento profissional deve ser complementado com o não-profissional, com o intelectual, com o pessoal, com o interpessoal, com o de comunicação e com as habilidades de administração desenvolvidas na formação geral.

O documento afirma que esses conhecimentos não necessitam de ordem específica para serem adquiridos e nem devem ser necessariamente adquiridos na graduação, pois podem ser componentes da pós-graduação, porém são fundamentais para o desempenho da função.

Conforme os padrões, os conhecimentos relacionados à Contabilidade e Finanças são o eixo essencial à formação técnica e à carreira próspera do contador.

Os componentes devem contemplar conteúdos mínimos das seguintes áreas:

- a. Informações Contábeis Financeiras;
- b. Administração e Controle Contábil;
- c. Tributação;

- d. Negócios e Direito Comercial;
- e. Auditoria e Controladoria;
- f. Finanças e Administração Financeira;
- g. Valores Profissionais e Éticos.

Para proporcionar aos estudantes o conhecimento de contabilidade teórico e técnico necessários e as habilidades intelectuais, inclusive uma compreensão da profissão e de seus valores éticos, o conteúdo mínimo deve contemplar os seguintes aspectos:

- a. história e pensamento da profissão contábil;
- b. conteúdo, conceitos, estrutura e significado das operações organizacionais, para ambiente interno e externo, contemplar, inclusive, as necessidades de informações e de decisões financeiras, o processo de elaboração e uma avaliação crítica do papel de contabilidade da informação satisfazendo essas necessidades;
- c. contabilidade nacional e internacional, considerando-se os padrões;
- d. regulamentos de contabilidade;
- e. contabilidade e administração, inclusive planejamento e orçamento, administração de custos, controle de qualidade, desempenho, medida e controle;
- f. conceitos, métodos e processos de controle e previsões orçamentárias, precisas e íntegras, para otimizar os ativos empresariais;
- g. tributação e seu impacto financeiro e administrativo nas decisões;
- h. conhecimento do ambiente legal empresarial, incluindo documentações, leis empresariais e aspectos legais para o exercício da profissão, considerando-se as particularidades de cada país;
- i. natureza da auditoria e outros serviços de controle/garantia, inclusive avaliação de risco, descoberta de fraude e as bases processuais e intelectuais para execução;
- j. conhecimento de finanças e administração financeira, análise de demonstrações financeiras, incluindo instrumentos financeiros, administração de recursos e os mercados importantes, sejam internos ou internacionais;
- k. responsabilidades éticas e profissionais do contador, em relação ao profissional e de maneira mais ampla ao ambiente público, sua ética e atitudes;
- l. aspectos governamentais e assuntos de contabilidade sem fins lucrativos; e
- m. uso de medições de desempenho não-financeiras.

O componente do conhecimento organizacional e empresarial deve incluir as seguintes áreas de estudo:

- a. Economia;
- b. Ambiente Empresarial;
- c. Governança Corporativa;
- d. Ética Empresarial;
- e. Mercado Financeiro;
- f. Métodos Quantitativos;
- g. Comportamento Organizacional;
- h. Administração e decisão estratégicas;
- i. Marketing; e
- j. Negócios Internacionais e Globalização.

Devido à interação necessária com a área empresarial, este componente inclui participar internamente e contribuir para uma organização e administração empresarial. A Educação organizacional e empresarial inclui conhecimentos sobre:

- a. Macro-economia e micro-economia;
- b. Forma de operação de negociação no mercado financeiro;
- c. Métodos Quantitativos e Estatística aplicada a problemas empresariais;
- d. Governança Corporativa e Ética;
- e. Organizações e os ambientes nos quais elas operam, inclusive a especialização econômica, legal, política, social, técnica, internacional e cultural e as suas forças, influências e valores;
- f. Assuntos ambientais e desenvolvimento sustentável;
- g. Dinâmica em grupo e gestão de pessoas em organizações, inclusive os métodos para implementação e gestão de mudanças na administração das organizações;
- h. Gestão de Recursos Humanos; Administração de Projetos e Marketing;
- i. Gestão Estratégica e Administração Geral;
- j. Análise do Risco Organizacional e Operacional;
- k. Conhecimento básico do Comércio Internacional e Finanças e os modos pelos quais os negócios internacionais são administrados, bem como os processos de globalização; e

1. Habilidade para integrar os componentes anteriores dentro dos objetivos estratégicos.

O componente de conhecimento em Informática deve incluir as seguintes áreas de estudo e competências:

- a. conhecimentos gerais de informática;
- b. domínio do conhecimento na área;
- c. domínio da competência na área;
- d. a inter-relação das competências de usuário, das competências e dos papéis do executivo, do avaliador e do responsável por desenvolvimento de sistemas de informações contábeis.

Como parte da formação da pré-qualificação de todo o profissional; é esperado que execute/participe pelo menos de um dos papéis de executivo, avaliador ou criador de sistemas de informações contábeis ou experimente uma combinação desses papéis.

O componente de conhecimento de informática pode ser fornecido de diversas maneiras, talvez como cursos separados ou de forma integrada aos assuntos organizacionais e empresariais, como componente de conhecimento ou instrumental da contabilidade.

A competência também pode ser construída por experiência de trabalho ou relato contábil. Para a educação formal, podem ser utilizados estudos de caso, interações com profissionais experientes, podendo serem usadas técnicas semelhantes para desenvolver habilidades práticas, em combinação com experiências profissionais.

IES 3- Habilidades Profissionais

Os propósitos deste padrão são:

- Descrever o conjunto de habilidades que os candidatos necessitam como contadores profissionais. O objetivo deste padrão é mostrar como uma educação geral, que pode ser executada por uma variedade de modos e dentro de diferentes contextos, pode contribuir com o desenvolvimento dessas habilidades; e
- Assegurar que os candidatos ao corpo de sócios da IFAC possuam um conjunto apropriado de habilidades (intelectuais, técnicas, pessoais, interpessoais e organizacionais) para atuarem como contadores profissionais, em um ambiente de crescente complexidade e exigência.

As habilidades que os contadores profissionais requerem agrupam-se em cinco categorias principais:

- I. Habilidades Intelectuais;
- II. Habilidades Técnicas e Funcionais;
- III. Habilidades Pessoais;
- IV. Habilidades Interpessoais de Comunicação; e
- V. Habilidades de Administração e Organização Empresarial.

Essas habilidades fazem parte do conjunto de capacidades requeridas por profissionais contadores para demonstrarem competência. São indicações de competência potencial que podem ser transferidas para ambientes diferentes. É importante assegurar programas que integrem o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores profissionais, éticos e atitudes.

Segundo a IFAC, esse padrão deve permitir aos candidatos tomarem decisões no contexto maior da sociedade; exercitarem bom julgamento profissional; desenvolverem competências para interagir com grupos diversos de pessoas; pensarem globalmente e começarem o processo de crescimento profissional. As habilidades intelectuais são divididas em seis níveis: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação.

É importante que os candidatos alcancem os níveis mais altos. As habilidades intelectuais permitem ao contador profissional resolver problemas e tomar decisões para o exercício de julgamento em situações organizacionais complexas. Essas habilidades são freqüentemente o produto de uma longa educação geral.

Os padrões incluem, ainda, as seguintes habilidades intelectuais:

- a. capacidade para localizar, obter, organizar e entender informação de origem humana, impressa ou eletrônica;
- b. capacidade para investigação, pesquisa, lógica e analítica, argumentação e análise crítica; e
- c. habilidade para identificar e resolver novos problemas emergentes ou em situações pouco conhecidas.

As habilidades técnicas e funcionais incluem:

- a. talentos matemáticos (são compostos por conhecimento de matemática e estatística);
- b. capacidade de analisar e decidir sobre assumir riscos;
- c. capacidade de mensuração;
- d. elaboração de relatórios;
- e. conhecimento das leis e dos agentes reguladores.

As habilidades pessoais relacionam-se às atitudes e ao comportamento de contadores profissionais. São elas:

- a. autonomia do executivo;
- b. iniciativa, influência e auto-aprendizagem;
- c. habilidade para selecionar e nomear prioridades com recursos e prazos limitados;
- d. habilidade para antecipar e adaptar-se às mudanças;
- e. considerar as implicações de valores profissionais, ética e atitudes em processo de decisão; e
- f. ceticismo profissional.

As habilidades interpessoais de comunicação habilitam um profissional contador a trabalhar com outros para o bem comum da organização, receber e transmitir informação, elaborar relatórios para julgamentos e tomar decisões efetivas. Esses componentes incluem habilidades para:

- a. trabalhar com outros em um processo consultivo e solucionar conflito;
- b. trabalhar em equipe;
- c. interagir culturalmente com diversas pessoas;
- d. negociar soluções aceitáveis e acordos dentro das situações profissionais;
- e. trabalhar efetivamente em ambiente multicultural;
- f. apresentar e elaborar relatórios e defender visões efetivamente de maneira formal, informal, por meio de comunicação escrita e oral; e
- g. escutar e ler de maneira efetiva, inclusive ter uma sensibilidade para diferentes culturas e idiomas.

As habilidades de administração e organização empresarial tornaram-se crescentemente importantes para contadores profissionais. Enquanto o papel deles poderia ter sido limitado a prover os dados que seriam usados através de outros, hoje, profissionais contadores são frequentemente parte do time de decisão empresarial. Contadores profissionais precisam desenvolver uma ampla perspectiva empresarial, uma consciência política e uma perspectiva global.

As habilidades de administração e organização empresarial contemplam:

- a. capacidade para atuar no planejamento estratégico, na administração de projetos, administração de pessoas e recursos e decisões de custo e produção;
- b. habilidade para organizar e delegar tarefas, motivar e desenvolver as pessoas;
- c. liderança;
- d. julgamento e discernimento profissional;
- e. educação geral

O documento destaca que a Educação Geral é fundamental e observa que ela pode contemplar:

- a. compreensão do fluxo de idéias e eventos em história, as culturas diferentes no mundo de hoje em uma perspectiva internacional;
- b. conhecimento básico de comportamento humano;
- c. grande abordagem sobre forças econômicas, políticas e sociais no mundo;
- d. experiência em pesquisa e avaliação de dados quantitativos;
- e. habilidade para administrar pesquisa, considerando-se o pensamento lógico e a análise crítica;
- f. avaliação de arte, literatura e ciência;
- g. consciência de valores pessoais e sociais e do processo de pesquisa e julgamento; e
- h. experiências com julgamentos de valores.

Uma educação geral pode ser ministrada de várias formas diferentes. Pode ser realizada de forma conjunta com os outros conteúdos ou por meio da educação secundária, pois demora vários anos para ser adquirida.

IES 4- Valores Profissionais, ética e atitudes

Este Padrão prescreve os valores profissionais, éticos e atitudes que os contadores profissionais devem adquirir durante o programa de educação que conduz à qualificação.

A IFAC reconhece que a profissão contábil ao longo do mundo opera em ambientes com diferentes culturas e exigências, não obstante estabeleceu um Código internacional de Éticas para Contadores Profissionais. A compreensão da necessidade da ética permite operar efetivamente em um ambiente de mudanças. O profissional contador precisa considerar esses valores como parte de aprendizagem vitalícia.

O conteúdo de valores e atitudes em programas de educação para contadores profissionais deve estar comprometido com:

- a. o interesse público e a sensibilidade para responsabilidade social;
- b. a melhoria contínua e aprendizagem vitalícia;
- c. a confiança, responsabilidade, oportunidade, cortesia e respeito;
- d. capacidade de cumprir leis e regulamentos.

A aproximação de cada programa para a aprendizagem de valores profissionais, éticas e atitudes refletirá seu próprio ambiente nacional e cultural e os objetivos em relação a programas mínimos que devem incluir:

- a. natureza ética;
- b. as diferenças entre regras detalhadas e sua estrutura, que tendem a uma análise ética composta de vantagens e desvantagens;
- c. complacência com os princípios éticos fundamentais de integridade, objetividade, compromisso profissional, competência e cuidado de dívida e confidência;
- d. comportamento profissional e convergência com os padrões técnicos;
- e. conceitos de independência, ceticismo, responsabilidade e expectativas públicas;
- f. ética profissional e responsabilidade social;
- g. ética legal, inclusive a relação entre leis, regulamentos e o interesse público;
- h. responsabilidade do indivíduo no comportamento pouco ético;
- i. ética empresarial na gestão dos negócios;
- j. ética do contador profissional individual.

IES 5- Avaliação de Capacidades Profissionais e Competências

Com o objetivo de associar a teoria à prática, na concepção da IFAC, o período de experiência deve ser no mínimo de três anos e propõe que seja realizado após a obtenção do diploma universitário. A meta global é formar profissionais competentes por meio de uma combinação da educação geral, educação profissional e experiência prática. Posteriormente, este padrão observa que devem ser consideradas as características nacionais e a legislação local. Destaca, ainda, que a experiência prática pode ser obtida depois de um programa de estudo ou de forma conjunta com a educação formal.

Experiência prática provê um ambiente profissional em que os aprendizes desenvolvam competência para:

- a. ampliar a compreensão dela nas organizações, bem como das relações e dos trabalhos empresariais;
- b. possibilitar a relação de trabalhos de contabilidade às funções e atividades do negócio;
- c. conhecer o ambiente empresarial;
- d. desenvolver os valores profissionais apropriados, ética e atitudes em situações práticas da vida real;
- e. ter oportunidade para trabalhar em níveis progressivos de responsabilidade.

Para um programa de experiência prática ser efetivo, é necessário que o corpo profissional, a instituição de ensino, o aprendiz, o orientador e o empregador trabalhem juntos. O programa de experiência prática deveria ser mutuamente benéfico para o aprendiz e para o empregado. Um plano de acompanhamento da experiência prática deve ser revisado periodicamente pelo orientador. Antes de um aprendiz qualificar-se como contador profissional, segundo a IFAC, deve passar por uma avaliação da experiência prática adquirida, com base na submissão de trabalhos revisados por supervisores ou mentores e, possivelmente, exame oral. A IFAC propõe que a avaliação final seja realizada pelo seu corpo de sócios.

Segue uma proposta da IFAC para que o corpo de sócios assegure que a experiência realizada foi adequada:

- a. criar sistema de monitoramento para acompanhar e provar a experiência prática obtida;

- b. orientar de forma escrita e detalhada por meio de programa prático aos empregadores, orientadores e aprendizes, sobre os respectivos papéis e responsabilidades;
- c. estabelecer um mecanismo de avaliação, pelos empregadores, que seja satisfatório para analisar a experiência apropriada para o aprendiz;
- d. avaliar e aprovar a experiência prática antes do seu início;
- e. avaliar, anteriormente à experiência prática, o possível ganho com base em avaliação escrita e oral do aprendiz;
- f. realizar avaliação do aprendiz e certificá-lo, quando alcançadas as competências;
- g. monitorar empregadores e tutores com seleção prévia e acompanhamento, com propostas de melhoria ou até rompimento de contrato;
- h. estabelecer um sistema periódico de informação para acompanhar mudanças, com visitas periódicas;
- i. realizar um estudo periódico das competências requeridas por contadores profissionais para assegurar se a experiência prática é pertinente ao mercado.

Segundo Moreira (2004, p.167) a competência profissional “...é uma combinação de conhecimentos, de saber-fazer, de experiências e comportamentos, que se exerce em um contexto preciso, e é constatada quando de sua utilização em situação profissional a partir da qual é passível de validação.”

IES 6- Desenvolvimento Profissional Continuado

Esse Padrão aborda a avaliação do profissional quanto à competência, ou seja, quanto aos atributos que habilitam o indivíduo a executar os papéis que lhe competem. Certas competências, habilidades profissionais e valores podem ser adquiridos por experiência prática ou por simulações.

Na avaliação de competência, os candidatos precisam demonstrar:

- a. conhecimento técnico dos assuntos específicos do currículo;
- b. conhecimento técnico e analítico aplicado à prática;
- c. capacidade de extrair de diversos contextos o conhecimento requerido para resolver problemas complexos;
- d. competência para solucionar problemas particulares, extraindo dos dados informações relevantes;
- e. capacidade para classificar e priorizar os problemas;
- f. capacidade de analisar alternativas e soluções, compreendendo e relacionando-as às regras de julgamento;
- g. poder integrar diferentes áreas de conhecimento e diversas habilidades;
- h. comunicar-se efetivamente com usuários, formulando recomendações realistas de forma concisa e lógica; e
- i. capacidade para identificar e analisar questões éticas.

A consideração crítica refere-se às avaliações para detectar se elas são seguras e válidas. Avaliações seguras, com o passar do tempo, produzem resultados consistentes e objetivos. Métodos de avaliação válidos avaliam os resultados desejados e podem usar medidas quantitativas e qualitativas. As avaliações precisam ser aceitas pelo público interessado, de forma a atender as suas expectativas.

A IFAC considera que não há método mais adequado do que o que propõe para uma avaliação final de capacidades profissionais e competência.

Os métodos adotados também dependerão de fatores específicos como:

- a. local geográfico;
- b. recursos educacionais e outros disponíveis;
- c. número de candidatos que são testados e os recursos que possuem; e
- d. novas alternativas.

Podem ser avaliadas capacidades profissionais e competência em uma série de momentos, como quando do ingresso do indivíduo, porém a parte qualificativa final da avaliação precisa ser aplicada no encerramento do programa.

Os padrões da IFAC são amplos e complexos, com alto grau de exigência, e o que mais os diferencia das diretrizes curriculares brasileiras e do currículo mínimo da Argentina é a maior amplitude das competências, das habilidades, dos valores e dos conteúdos.

Dessa forma, para auxiliar a análise, a seguir será apresentada uma tabela com o objetivo de sintetizar os padrões da IFAC:

TABELA 26 – SÍNTESE DOS PADRÕES DO IFAC

IES 1-Exigências para o Ingresso em um Programa de Educação de Contabilidade Profissional
Neste Padrão, observa-se a necessidade de:
a) Associar a educação contábil profissional à prática. Por esse motivo, o documento observa que há programas, em alguns países, em que a formação inicia-se após a conclusão da graduação, na forma de pós-graduação.
b) Controle de qualidade do ingressante.
IES 2 – Conteúdos
a) Conhecimentos relacionados à Contabilidade e Finanças;
Informações Contábeis Financeiras
Administração e Controle Contábil
Tributação
Negócios e Direito Comercial
Auditoria e Controladoria
Finanças e Administração Financeira
Valores Profissionais e Éticos
b) Conhecimento organizacional e empresarial
Economia
Ambiente Empresarial
Governança Corporativa
Ética Empresarial
Mercado Financeiro
Métodos Quantitativos
Comportamento Organizacional
Administração e Decisões Estratégicas
Marketing
Negócios Internacionais e Globalização.
c) Conhecimento em Informática
Conhecimentos gerais de informática
Domínio do conhecimento na área
Domínio da competência instrumental na área
A inter-relação das competências de usuário, das competências e dos papéis do executivo, do avaliador e do responsável por desenvolvimento de sistemas de informações contábeis.

IES 3 – Habilidades
a) Habilidades Intelectuais;
Capacidade para localizar, obter, organizar e entender informação de origem humana, impressa ou eletrônica
Capacidade para investigação, pesquisa, lógica e analítica, argumentação e análise crítica
Habilidade para identificar e resolver novos problemas emergentes ou em situações pouco conhecidas
b) Habilidades Técnicas e Funcionais;
Talentos matemáticos (são compostos por conhecimento de matemática e estatística)
Capacidade de analisar e decidir sobre assumir riscos
Capacidade de Mensuração
Elaboração de relatórios
Conhecimento das leis e dos agentes reguladores.
c) Habilidades Pessoais e Interpessoais
Autonomia do executivo;
Iniciativa, influência e auto-aprendizagem;
Habilidade para selecionar e nomear prioridades com recursos e prazos limitados;
Habilidade para antecipar e adaptar-se às mudanças;
Considerar as implicações de valores profissionais, ética, e atitudes em fabricação de decisão; e
Ceticismo profissional.
d) Habilidades Interpessoais de Comunicação;
Trabalhar com outros em um processo consultivo e solucionar conflito
Trabalhar em equipe
Interagir culturalmente com diversas pessoas
Negociar soluções aceitáveis e acordos dentro das situações profissionais
Trabalhar efetivamente em ambiente multicultural
Apresentar e elaborar relatórios e defender visões efetivamente de maneira formal, informal, por meio de comunicação escrita e oral
Escutar e ler de maneira efetiva, inclusive ter uma sensibilidade para diferentes culturas e idiomas.
e) Habilidades de Administração e Organização Empresarial.
Capacidade para atuar no planejamento estratégico, na administração de projetos, administração de pessoas e recursos e decisões de custo e produção;
Habilidade para organizar e delegar tarefas, motivar e desenvolver as pessoas;
Liderança;
Julgamento e discernimento profissional;
Educação geral
Educação geral – considerada fundamental

TABELA 26 – SÍNTESE DOS PADRÕES DO IFAC (Cont.)

<p>IES 4 - Valores Profissionais, ética e atitudes</p>	<p>IES 5 - Capacidades Profissionais e Competências</p>
<p>Conteúdos devem estar comprometidos com:</p>	<p>Ampliar a compreensão dela nas organizações, bem como das relações e dos trabalhos empresariais</p>
<p>O interesse público e a sensibilidade para responsabilidade social; A melhoria contínua e aprendizagem vitalícia;</p>	<p>Possibilitar a relação de trabalhos de contabilidade às funções e atividades do negócio Conhecer o ambiente empresarial</p>
<p>A confiança, responsabilidade, oportunidade, cortesia e respeito; Capacidade de cumprir leis e regulamentos.</p>	<p>Desenvolver os valores profissionais apropriados, ética e atitudes em situações práticas da vida real Ter oportunidade para trabalhar em níveis progressivos de responsabilidade</p>
<p>Conteúdos devem ter:</p>	<p>IES 6-Desenvolvimento Profissional Continuado</p>
<p>Natureza ética;</p>	<p>Na avaliação de competência, os candidatos precisam demonstrar:</p>
<p>As diferenças entre regras detalhadas e sua estrutura, que tendem a uma análise ética composta de vantagens e desvantagens;</p>	<p>a.) Conhecimento técnico dos assuntos específicos do currículo;</p>
<p>Complacência com os princípios éticos fundamentais de integridade, objetividade, compromisso profissional, competência e cuidado de dívida e confidência;</p>	<p>b.) Conhecimento técnico e analítico aplicado à prática; c.) Capacidade de extrair de diversos contextos o conhecimento requerido para resolver problemas complexos;</p>
<p>Comportamento profissional e convergência com os padrões técnicos;</p>	<p>d) Competência para solucionar problemas particulares, extraído, dos dados, informações relevantes;</p>
<p>Conceitos de independência, ceticismo, responsabilidade e expectativas públicas;</p>	<p>e) Capacidade para classificar e priorizar os problemas;</p>
<p>Ética profissional e responsabilidade social;</p>	<p>f) Capacidade de analisar alternativas e soluções, compreendendo e relacionando-os às regras de julgamento;</p>
<p>Ética legal, inclusive a relação entre leis, regulamentos e o interesse público;</p>	<p>g) Poder integrar diferentes áreas de conhecimento e diversas habilidades;</p>
<p>Responsabilidade do indivíduo no comportamento pouco ético;</p>	<p>h) Comunicar-se efetivamente com usuários, formulando recomendações realistas de forma concisa e lógica; e</p>
<p>Ética empresarial na gestão dos negócios;</p>	<p>i) Capacidade para identificar e analisar questões éticas.</p>
<p>Ética do contador profissional individual.</p>	<p>Os métodos adotados também dependerão de fatores específicos como:</p>
	<p>a) Local geográfico;</p>
	<p>b) Recursos educacionais e outros disponíveis;</p>
	<p>c) Número de candidatos que são testados e os recursos que possuem; e</p>
	<p>d) Novas alternativas.</p>
	<p>Podem ser avaliadas capacidades profissionais e competência em uma série de momentos, como o ingresso do indivíduo, porém a parte qualificativa final da avaliação precisa ser aplicada no encerramento do programa.</p>

Elaborado pelo autor.⁶⁹

⁶⁹ Fonte: IFAC – International Federation of Accountants. <http://www.ifac.org>, pesquisa realizada em 21/05/2006.

3.4.DIRETRIZES CURRICULARES PARA A GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE - BRASIL

O objetivo deste tópico é analisar a resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis e dá outras providências.

A diretriz foi elaborada com o objetivo de atender ao mercado atual, com uma interatividade entre atividades práticas e acadêmicas.

O art. 3º evidencia que o futuro contador deva estar capacitado a:

- I. compreender questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modos de organização;
- II. apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais, envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com plena utilização de inovações tecnológicas;
- III. revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

No art. 3º, são descritas as competências e habilidades esperadas do profissional:

- I. utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II. demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III. elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficaz e eficiente dos seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV. aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V. desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares, para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI. exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações

financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

- VII. desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII. exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados dos diferentes modelos organizacionais.

Para atender às exigências para a formação e para o desempenho da função, o MEC não define quais disciplinas devem compor a grade curricular do curso, porém há a definição de carga horária e conteúdos mínimos, além da obrigatoriedade de Estágio Curricular Supervisionado e Atividades Complementares. O Trabalho de Conclusão de Curso, conforme a diretriz, é opcional, dependendo do PPC - Projeto Pedagógico do Curso.

Os Conteúdos são divididos em:

- Formação Básica que aborda: Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- Formação Profissional que são estudos relacionados às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções de atividades atuariais e de quantificações das informações financeiras, patrimoniais, governamentais, não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com as suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- Formação Teórico-Prática que consiste no Estágio Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos optativos e Prática em Laboratório de Informática.

O Estágio Curricular objetiva consolidar os desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando. Deverá ter regulamento próprio, poderá ser realizado na própria Instituição e deverá respeitar os padrões de qualidade e os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

O Parecer CNE/CES Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº. 184/2006, que embora tenha sido aprovado em 7 de julho de 2006, até o dia 16/04/2006 não foi homologado pelo ministro, mas tem sido usado como referência em todo o Brasil. Este parecer determina a carga horária mínima dos cursos de Graduação e Bacharelado presenciais.

Os cursos de Contábeis não podem ser realizados em um prazo menor do que quatro anos, a sua carga horária mínima total é de 3.000 horas-relógio que podem ser contempladas em até 20% com o Estágio e com as Atividades Complementares.

3.5.CONTEÚDO DE CONTADOR PÚBLICO - ARGENTINA

Conforme citado no item 3.1 do trabalho, na Argentina há duas diferenças significativas na profissão em relação ao Brasil que são apontadas a seguir:

- A nomenclatura da Profissão é Contador Público, pois considera-se este profissional como um cidadão público que presta contas à sociedade;
- O fato de ser considerada uma área da Economia, diferentemente do Brasil que a considera como Ciências Sociais Aplicadas pertencente à Administração.

Um fato que merece destaque, já citado no item 2.2.2, é o alto número de ingressantes na carreira de Grado em Contador Público na Argentina. Isso evidencia a importância da carreira e a necessidade de realizar-se avaliação e de definirem-se os padrões de qualidade.

Quanto ao Curso, o artigo 42 da lei 24.521/95⁷⁰ estabelece que o Ministério deve fixar, conforme acordo com o Conselho de Universidades, a carga horária mínima que deve respeitar os planos de estudo das carreiras de graduação universitária.

Mediante o acordo Nº 3, de dezembro de 1996,⁷¹ o Conselho de Universidades fixou uma carga horária mínima na modalidade presencial de duas mil seiscentas horas-relógio

⁷⁰ Decreto Lei nº 24.521, de 20 de julho de 1995. Ley de Educación Superior. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Argentina..

⁷¹ Acordo Nº 3, de 18 de dezembro de 1996, do Conselho de Universidades. Argentina.

(2.600 h.) ou sua equivalência, como condição necessária para qualificar a carreira universitária como de graduação, sendo que devem se desenvolver em um período mínimo de quatro anos.

Conforme o CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Economicas de Universidades Nacionales, o Currículo mínimo para a Carreira de Contador Público Nacional é dividida nas seguintes áreas: Contabilidade, Economia, Administração, Humanas, Direito e Matemática.

Os Conteúdos são:

A. ÁREA DE CONTABILIDADE:

- I) A Contabilidade – Histórico: Antecedentes e Evolução;
- II) As pessoas (Entes)- Seus recursos e fontes. Operações e fatos econômicos;
- III) O patrimônio e a Contabilidade;
- IV) O exercício econômico. As variações patrimoniais;
- V) O sistema contábil. Métodos de registro;
- VI) Estruturação do sistema contábil. Meios de processamento;
- VII) Registro dos fatos econômicos em distintos momentos da vida dos Entes;
- VIII) Culminação dos processos contábeis, os informes contábeis;
- IX) Os modelos contábeis;
- X) A avaliação do patrimônio nos distintos momentos da vida do Ente;
- XI) A unidade de medida;
- XII) Informes contábeis internos e externos. Usuários;
- XIII) Princípios ou qualidades da informação;
- XIV) Estados contábeis. Sua exposição;
- XV) A consolidação dos estados contábeis;
- XVI) Análise e interpretações de estados contábeis;
- XVII) Conversão dos estados contábeis para moedas estrangeiras;
- XVIII) Estados contábeis projetados;
- XIX) As normas contábeis. Distintas fontes. Normas comparadas;
- XX) Teoria geral dos custos;
- XXI) Elementos de custo;
- XXII) Sistemas de custeio;

- XXIII) Custos para a tomada de decisão;
- XXIV) Auditoria interna e externa. Auditoria operacional;
- XXV) A auditoria de sistemas computadorizados;
- XXVI) O informe do auditor. Normas e responsabilidades legais e profissionais no exercício da auditoria;
- XXVII) Regime financeiro do Setor Público;
- XXVIII) Direito tributário. Imposição sobre as rendas. Consumos e patrimônio. Tributação sobre o salário. Regime de co-participação. Procedimentos tributários. Autoridade de aplicação (nação, províncias e municipalidades).

B. ÁREA DE ECONOMIA:

- I) Conceitos Básicos. Delimitação do campo da Economia como ciência. Problemas Econômicos Centrais. Os recursos, a tecnologia, as instituições, a população, os sistemas econômicos;
- II) Conceitos Básicos de Microeconomia. Setores econômicos. Sistemas de preços. As funções da oferta e demanda. Competência perfeita e monopólio;
- III) Conceitos Básicos de Macroeconomia. Os modelos macroeconômicos básicos. A demanda agregada: consumo, inversão e gasto público. O mercado de bens, Função de demanda e oferta governamental. Mercado financeiro. Setor externo. O equilíbrio geral. O Multiplicador. Política econômica. Aspectos Setoriais;
- IV) Conceitos Básicos de Finanças Públicas. Marco institucional. A previsão orçamentária pública. Gastos públicos. Recursos públicos;
- V) Microeconômica: Elasticidades. Competência monopólica. Oligopólio. Determinação de preços e emprego, competência perfeita e imperfeita. Preços e equilíbrio geral. Regulação de preços;
- VI) Macroeconomia: Inflação. Análise estática e dinâmica. Ciclos e crescimento. Modelos macroeconômicos desagregados. Desenvolvimento econômico;
- VII) Econometria: Modelo uni-equacional básico e generalizado. Modelos de hipóteses estruturais. Modelos de distribuição aleatória. Modelos multi-equacionais. Modelos de séries temporais;
- VIII) Finanças de Empresas: Decisões de inversão e financiamento. Estrutura de financiamento: curto, longo prazo e recursos próprios;

- IX) Moeda e Crédito: Oferta e demanda de dinheiro. Taxas. Modelos Monetários de inflação. Sistemas financeiros. Política monetária. Dinheiro e crescimento;
- X) Comércio Internacional: Teoria pura. Os instrumentos da política comercial. Os blocos econômicos. A balança de pagamentos: enfoque real e monetário. Globalização;
- XI) Avaliação de Projetos: Formulação e avaliação de projetos. Avaliação privada e social. Os critérios de avaliação. Riscos e incertezas;

C. ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO:

- I) Administração Geral. Caracterização das Organizações. Tipologia. Enfoques e modelos. Os processos de política, conflito, decisão, influência, comunicação, planificação, gestão e controle. Autoridade e poder da estrutura organizacional. A administração e os processos de câmbio. Responsabilidade social.
- II) Sistemas Administrativos. Conceituação e classificação de modelos.
- III) Caracterização e elementos constitutivos. Teoria geral de sistemas. Metodologia para os estudos administrativos. Desenvolvimento das etapas para estudo de sistemas e implementação. Aspectos tecnológicos dos meios de processamento e de comunicações. “*Software*” de base e utilitários. Redes. Avaliação de sistemas aplicativos. Segurança dos sistemas de informação;
- IV) Administração Financeira. Decisões financeiras básicas das organizações. Análise financeira. Decisões de inversão, de financiamento, de dividendos. Administração do capital humano. Mercado de capitais. Derivativos financeiros;
- V) As áreas funcionais da empresa. Produção. Comercialização. Finanças Pessoais. Planejamento. Organização e Métodos. Direção Superior.

D. ÁREA HUMANÍSTICA:

- I) Introdução ao estudo das Ciências Sociais. Sociologia das Organizações;
- II) Conhecimento Científico. Elementos de Filosofia. Conceito de Ciência. As Áreas das Ciências Sociais, conteúdo e metodologia. Teoria e método científico.

E. ÁREA JURÍDICA:

- I) Direitos humanos. Estado e Constituição. Constituição Argentina;
- II) Órgãos e Poderes do Estado;
- III) Direito Cível e garantias constitucionais;
- IV) Contratos e atos administrativos;
- V) A função pública e o serviço público;
- VI) Aspectos econômicos e de controle;
- VII) Responsabilidade do Estado;
- VIII) Regimes Provinciais e Municipais;
- IX) Princípios gerais do direito, fontes;
- X) Pessoas: atributos e capacidade;
- XI) Fatos e Atos jurídicos. Obrigações;
- XII) Teoria dos contratos;
- XIII) Aspectos gerais de matrimônio, filiação, regime sucessório e direitos reais;
- XIV) Conceito e origem do direito comercial;
- XV) A empresa e o comerciante;
- XVI) Contratos comerciais;
- XVII) Sociedades comerciais e associações empresariais;
- XVIII) Cooperativas e outras associações civis;
- XIX) Títulos de crédito;
- XX) Mercado de Capitais, entidades financeiras e seguros;
- XXI) Concursos comerciais e quebras;
- XXII) O trabalho humano;
- XXIII) A relação do trabalho e da empresa;
- XXIV) Direito individual do trabalho;
- XXV) Direito coletivo do trabalho;
- XXVI) Seguridade social.

F. ÁREA DE MATEMÁTICA:

- I) Números Reais;
- II) Funções;
- III) Limites e Derivadas;
- IV) Derivada;
- V) Sucessões e Séries;
- VI) Extremos;
- VII) Integrais;
- VIII) Vetores e Matrizes;
- IX) Sistemas de Equações Lineares;
- X) Estatística Descritiva;
- XI) Elementos de Probabilidade;
- XII) Inferência Estatística;
- XIII) Elementos de Amostra;
- XIV) Regressão;
- XV) Séries de Tempo. Índices;
- XVI) Cálculo Atuarial;
- XVII) Teoria da Decisão;
- XVIII) Amortizações;
- XIX) Rendas.

3.6. OBSERVAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO, OS PADRÕES INTERNACIONAIS E OS CURRÍCULOS DO BRASIL E ARGENTINA

Quanto ao desenvolvimento do capítulo, há alguns aspectos a considerar:

- É interessante observar que o mercado de trabalho está muito complexo e o mesmo pode ser dito em relação aos padrões internacionais, isso pode ser observado pela quantidade de competências e habilidades exigidas para a formação na área contábil;
- Por mais relevante que seja a teoria na formação do profissional, são necessárias atividades práticas para o aprendizado e para que o aluno compreenda as transformações do mercado;

- O Brasil oferece, quanto à forma, uma significativa flexibilidade formal para as faculdades elaborarem seus currículos, porém não se observa o mesmo quanto às competências e habilidades. Esse fato permite refletir que há uma preocupação com os resultados (concepção de produto) e não com o processo;
- A discussão sobre currículo é possível quanto aos conteúdos, mas é necessário refletir também sobre a necessidade de harmonizar os procedimentos contábeis com os padrões de qualidade dos Cursos.

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO SOBRE OS CURSOS DE CONTÁBEIS - PUC-SP E USAL

4.1.O CURSO DE GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA PUC-SP

4.1.1. ORIGEM E HISTÓRICO DA PUC-SP

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP nasceu em um momento histórico de significativas mudanças na vida brasileira e segundo seu sítio (2006), ela foi resultante da vontade política da comunidade católica em participar na construção de uma sociedade justa e fraterna.

Fundada em 13 de agosto de 1946, a partir da junção da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento com a Faculdade Paulista de Direito, a PUC-SP foi reconhecida como universidade no dia 22 de agosto do mesmo ano. Em 1947 recebeu do Papa Pio XII o título de Pontifícia. Como outras universidades com as mesmas características, a PUC-SP está incluída entre as universidades comunitárias.

A PUC-SP teve um importante papel na resistência ao Regime Militar, instaurado no Brasil em 1964. Nomes importantes do meio acadêmico e social, perseguidos pela ditadura, passaram a integrar o seu quadro docente, entre eles Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Paulo Freire. A Universidade teve uma ativa participação no processo de redemocratização do país. No ano de 1977, abrigou a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a primeira reunião de retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE). No início dos anos 80, tornou-se a primeira universidade brasileira a eleger seu reitor pelo voto direto dos alunos, professores e funcionários.

Ainda, conforme os registros históricos (2006) da PUC-SP, quando foi reconquistada a democracia no país, a Universidade intensificou uma política atuante de serviços e extensão por meio de projetos de pesquisas, cursos, seminários e palestras.

Atualmente, continua a investir na qualificação técnica de seu corpo docente, no reequipamento de suas unidades, na exploração de novas tecnologias de ensino e na educação à distância. Nos últimos anos, a PUC-SP, tem buscado ampliar suas parcerias e interfaces com o setor empresarial e a sua mantenedora é a Fundação São Paulo.

Entre outros aspectos, conforme observação do pesquisador, a Instituição destaca-se:

- a) Pela tradição na indissolubilidade de ensino, pesquisa e extensão, que sempre permeou os cursos da PUC, seus projetos pedagógicos e a sua produção científica;
- b) Pela integração em seus diversos níveis: Graduação, Educação Continuada, Especialização, Mestrado e Doutorado.
- c) Pelo reconhecimento da sociedade, por ser democrática e de significativa inserção social.
- d) Pela multiculturalidade presente no ambiente universitário, com atividades constantes, em diversas áreas do saber, muitos trabalhos de inclusão e respeito à diversidade.

Ela oferta diversos Cursos Livres e de Lato Sensu pela COGEAE (2006) - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, órgão responsável pela Educação Continuada.

Conforme pesquisa no sítio da PUC-SP (2006), hoje, há 38 cursos superiores, entre Graduações e Seqüenciais; e Mestrado e Doutorado em 25 áreas de conhecimento, todos recomendados pela CAPES.

Na área de Contabilidade, além da Graduação é ofertado um Curso Lato Sensu, “Master Business Accounting” que visa a oferecer formação acadêmica em contabilidade orientada para a área de atuação específica do profissional, sempre com foco na tomada de decisão. Também, há o Mestrado, que conforme o sítio da Instituição (2006), tem o objetivo de *“...produzir conhecimento científico para a compreensão, avaliação e organização econômico-financeira de instituições empresariais; desenvolver a habilidade de pesquisa científica nos campos de controle de gestão econômica, finanças, contabilidade e auditoria; capacitar academicamente docentes e profissionais de empresa para atuação nas áreas de controladoria, finanças e contabilidade; estimular a divulgação de produção científica, docente e discente, em congressos e/ou na mídia, relacionada com as ciências financeiras, contábeis e de controles.”*

4.1.2. DADOS GERAIS DO CURSO

Conforme o decreto 29.376, de 20/03/1951, foi concedida a autorização para funcionamento do curso de Ciências Contábeis e Atuária Coração de Jesus, que posteriormente originou o Curso de Contabilidade da PUC-SP.

Atualmente, está sendo elaborada uma proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso, com o intuito de atualizar e continuar garantindo a qualidade de ensino.

O Curso possui quatro turmas no período noturno, a sua integralização mínima é de oito semestres e máxima de doze semestres, a carga horária é composta de 3.000 horas/aula. O Título Conferido (diploma) é o de Contador. O total de vagas oferecidas no vestibular é de 180 (4 turmas de 45 estudantes cada) e o curso é semestral.

O Curso é vinculado à FEA - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, pertencente ao Departamento de Contábeis e foi reconhecido pelo Decreto Lei 36.630.

A estrutura da FEA é composta pelos seguintes gestores:

- Direção de Faculdade: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Morettin; Vice-Diretor: Prof. Eduardo Fernandes Pestana Moreira.
- Coordenação do Curso: Prof. Geraldo Gianini;
- Chefe do Departamento de Ciências Contábeis: Prof. Adhemar A. De Caroli; Vice-Chefe: Prof. José Heleno Mariano.

O aluno para ingressar no Curso realiza uma avaliação, com conteúdos do ensino médio, que tem caráter eliminatório e classificatório, com os conteúdos: Português, História, Geografia, Matemática, Física, Química e Biologia, sendo que para a prova de língua estrangeira o candidato pode optar por Inglês ou Francês.

4.1.3. PERFIL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

Conforme o Projeto Pedagógico do curso os seus objetivos são os seguintes (2001, p.p. 3-4):

“O Curso de Ciências Contábeis da PUC-SP tem por objetivo formar profissionais com postura gerencial, para atuação no vasto campo de aplicação da Contabilidade em entidades privadas e públicas. Nestas condições o estudo da Contabilidade é abordado como um sistema de informações à disposição dos usuários da informação contábil, que permite a avaliação patrimonial e mensuração dos resultados econômicos e financeiros obtidos, com ênfase na prática da pesquisa científica no campo da ciência contábil.

Dentro dos objetivos deste currículo, considera-se que a PUC-SP está inserida na macro região urbana mais desenvolvida do país.

Para atingir o objetivo definido, dentro de uma visão moderna de ensino e do aprofundamento técnico científico adequado, o curso está apoiado nas seguintes linhas de pesquisa:

- *Controladoria e Gestão Econômica*
- *Controle Externo e Gestão Profissional*
- *Controle Social e Prestação de Contas*
- *Impactos Ambientais e Controle de Risco”*

O Campo de atuação profissional, conforme o Projeto Pedagógico (2001,p.4) consiste em:

“O Currículo pleno do curso propicia a formação de profissionais socialmente responsáveis e competentes na aplicação e gerenciamento dos sistemas de informação contábeis que dão suporte às decisões administrativas nas organizações públicas e privadas.

O campo de atuação profissional do bacharelado em Ciências Contábeis formado pela PUC-SP é extenso:

- *Contador de empresa (geral, de custos, de orçamento, de tributos, etc.)*
- *Contador do serviço público*
- *Auditor independente*

- *Auditor do serviço público (Tribunais de Contas, Auditor Fiscal, etc.)*
- *Auditor interno*
- *Controller*
- *Perito Judicial*
- *Professor*”

Na descrição do campo de atuação profissional, a PUC-SP (2001, p. 4-5): afirma garantir a formação do profissional *“por meio do desenvolvimento de conteúdos programáticos ecléticos que propiciam um perfil humanístico e técnico competente, atento aos reflexos da internacionalização dos negócios empresariais.”* E para melhor explicar, complementa: *“Dessa maneira, o profissional formado pela PUC-SP tem atuação plena nas áreas de auditoria interna e externa, análise de custos e formação de preços de venda, análise das demonstrações financeiras, avaliação econômico-financeira de empresas, consultoria e planejamento contábil-tributário, contabilidade de empresas comerciais, industriais e de serviços, contabilidade de órgãos governamentais, custos, contabilidade de tributos, controladoria, perícia judicial e extrajudicial, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras.”*

Quanto às competências e habilidades o Projeto (2001, p. 5-6) prevê que *“É preciso que o futuro profissional saiba atuar na sua especialidade, mas também é necessário que tenha responsabilidade, compromisso e autonomia para tomar decisões em defesa de melhores condições de vida da população.”*

Na elaboração do currículo foram previstos os seguintes princípios:

- *“Implantação de atividades de vivências formadoras, estágios curriculares e outras modalidades pedagógicas que propiciem a integração entre o saber acadêmico e a prática profissional, valorizando o desenvolvimento de competências e habilidades;*
- *Definição de prioridades em relação às áreas do conhecimento que fundamentam uma sólida formação profissional baseada na concepção da graduação como etapa inicial de um processo de formação continuada.*
- *Flexibilização curricular entendida como: a) construção de estrutura e dinâmica curricular que permitam ao estudante*

planejar seu percurso acadêmico e submeter à avaliação para registro no histórico escolar as atividades desenvolvidas por iniciativa própria, dentro ou fora da instituição ou curso, e que tenham enriquecido sua formação, através da avaliação do conteúdo programático e da carga horária realizada; b) estrutura que contemple a interdisciplinaridade em todas as modalidades pedagógicas do curso; e, ainda que integrem estudantes em diferentes momentos da formação.

- *Articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de definição de linhas de pesquisa articuladas com o programa de Pós Graduação oferecido pelo Departamento de Ciências Contábeis da PUC-SP.*
- *Introdução de novos métodos e ambiente de ensino-aprendizagem inclusive com a implantação gradativa de atividades de ensino à distância que fortaleçam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.*
- *Reelaboração de instrumentos e sistemáticas de avaliação do curso condizente com a proposta curricular.*
- *Assim, a proposta está assentada em uma abordagem metodológica menos centrada na comunicação oral e/ou escrita de assuntos tratados em disciplinas isoladas e com maior ênfase nos processos de aprendizagem do estudante. Suas estratégias estarão direcionadas para o crescimento e desenvolvimento do futuro profissional, abarcando a percepção da necessidade de estudo permanente das questões profissionais, o desenvolvimento de posturas, atitudes e habilidades que valorizem a inserção individual e coletiva dos estudantes no campo profissional e na sociedade.”*

4.1.4. DISCIPLINAS DO CURSO DA PUC-SP

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Contábeis da PUC-SP (2006), as disciplinas e outras atividades escolares obrigatórias e eletivas das quatro linhas de pesquisa que compõem o currículo pleno do curso de Contábeis são organizadas e oferecidas em uma seqüência lógica de conteúdos que leva em consideração um aprendizado eficaz, partindo dos mais suaves para os mais complexos, sendo que os planos de estudo do corpo discente deverão observar essa seqüência e os pré-requisitos a seguir indicados na tabela 27:

TABELA 27 – GRADE CURRICULAR DO CURSO

Semestre	Disciplina	Carga Horária	Pré-requisito
1	Contabilidade Básica	68	
1	História do Pensamento Contábil	68	
1	Introdução ao Pensamento Teológico I	34	
1	Introdução à Tecnologia da Informação	34	
1	Matemática I	68	
1	Introdução à Administração	68	
1	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade I	34	
2	Contabilidade Intermediária	68	Contabilidade Básica
2	Introdução à Pesquisa Contábil	68	
2	Introdução ao Pensamento Teológico II	68	
2	Noções de Lógica	34	
2	Matemática II	68	Matemática I
2	Sociologia Aplicada à Contabilidade	34	
2	Práticas na área Contábil I	34	
3	Métodos de Custeio	68	
3	Contabilidade Avançada	68	Contabilidade Intermediária
3	Elementos de Economia	68	
3	Português Instrumental I	34	
3	Matemática Financeira	68	Matemática I
3	Psicologia Aplicada à Contabilidade	34	
3	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade II	34	

TABELA 27 – GRADE CURRICULAR DO CURSO (Cont.)

4	Sistemas de Custeio	68	Métodos de Custeio
4	Análise dos Demonstrativos Contábeis	68	Contabilidade Intermediária
4	Economia Brasileira	34	
4	Português Instrumental II	34	
4	Estatística	68	
4	Instituições de Direito	68	
4	Práticas na área Contábil II	34	
5	Contabilidade Gerencial	68	Análise dos Demonstrativos Contábeis
5	Controle e Gestão de Custos	68	Sistemas de Custeio
5	Sistemas Contábeis	68	
5	Instituições Financeiras, Crédito/Finanças	68	
5	Legislação Comercial e Societária	68	Instituições de Direito
5	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade III	34	
6	Controladoria Governamental	68	Contabilidade Básica
6	Normas Contábeis e de Auditoria	68	Análise dos Demonstrativos Contábeis
6	Técnicas de Medição de Desempenho	68	Sistemas de Custeio
6	Planejamento Contábil Financeiro	68	
6	Relações do Trabalho	68	Instituições de Direito
6	Práticas na área Contábil III	34	
7	Controladoria Organizacional	68	Sistemas de Custeio
7	Auditoria	68	Análise dos Demonstrativos Contábeis
7	Pesquisa Contábil	68	Introdução à Pesquisa Contábil
7	Marketing	68	
7	Direito Tributário	68	Instituições de Direito
7	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade IV	34	
7	Estágio Supervisionado I	150	
8	Ética Profissional e Cidadania	34	
8	Teoria Contábil	68	Contabilidade Avançada
8	Monografia	68	Pesquisa Contábil
8	Economia Internacional e Comércio Exterior	34	
8	Perícia Contábil e Arbitragem	68	Auditoria
8	Planejamento Contábil Tributário	68	Direito Tributário
8	Práticas na área Contábil IV	34	
8	Estágio Supervisionado II	150	
Total		3.292	

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC. 2001

A avaliação das disciplinas varia de 1 a 10, sendo que se o aluno obtiver no mínimo 5, é considerado aprovado. Dependendo do professor, são realizadas avaliações formais ou trabalhos, porém há uma preferência pela avaliação formal, sendo aplicada praticamente em todas disciplinas.

Ao analisar esta grade é possível, inicialmente, observar algumas peculiaridades. Entre elas encontram-se:

- A existência de algumas disciplinas que, embora importantes, não são previstas pela legislação Brasileira. São elas: Introdução ao Pensamento Teológico, Psicologia Aplicada à Contabilidade, Sociologia Aplicada à Contabilidade e Português Instrumental.
- O caráter interdisciplinar do curso que em algumas disciplinas torna-se mais evidente, como: Português Instrumental, Sistemas contábeis, Introdução à Pesquisa Contábil, Pesquisa Contábil, Monografia e Estágio Supervisionado.

Destaca-se, também, que no curso há atividades como: palestras, aulas laboratoriais e atividades com empresas. A PUC, por ser uma Universidade muito ampla e com atuação em diversas áreas, também dispõe de diversas atividades e cursos, cobrados ou gratuitos, em variadas áreas.

4.1.5. ANÁLISE DA FORMA DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES CURRICULARES PELO CURSO DA PUC-SP

Conforme a resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, foi elaborada a tabela a seguir que objetiva relacionar os conteúdos das formações básica, profissional e teórico-prática com as disciplinas do curso, a fim de verificar a forma de cumprimento pela PUC-SP das Diretrizes Curriculares:

TABELA 28 – LEGENDA QUE SERÁ UTILIZADA NA ANÁLISE DAS DISCIPLINAS

Cor	Conteúdo
	Formação Básica
	Formação Profissional
	Formação Teórico-Prática
	Formação Básica-Diferenciais

Elaborado pelo autor.⁷²

⁷² Fonte: Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

TABELA 29 – GRADE CURRICULAR DO CURSO E A FORMA DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES

Disciplinas	Carga Horária
1º Semestre	
Introdução à Administração	68
Matemática I	68
Introdução à Tecnologia da Informação	34
Contabilidade Básica	68
História do Pensamento Contábil	68
Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade I	34
Introdução ao Pensamento Teológico I	34
Total de horas no 1º semestre: 374	
2º Semestre	
Matemática II	68
Noções de Lógica	34
Contabilidade Intermediária	68
Introdução à Pesquisa Contábil	68
Práticas na área Contábil I	34
Introdução ao Pensamento Teológico II	68
Sociologia Aplicada à Contabilidade	34
Total de horas no 2º semestre: 374	
3º Semestre	
Elementos de Economia	68
Matemática Financeira	68
Contabilidade Avançada	68
Métodos de Custeio	68
Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade II	34
Português Instrumental I	34
Psicologia Aplicada à Contabilidade	34
Total de horas no 3º semestre: 374	
4º Semestre	
Economia Brasileira	34
Estatística	68
Instituições de Direito	68
Análise dos Demonstrativos Contábeis	68
Sistemas de Custeio	68
Práticas na área Contábil II	34
Português Instrumental II	34
Total de horas no 4º semestre: 374	

TABELA 29 – GRADE CURRICULAR DO CURSO E A FORMA DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES (Cont.)

Disciplinas	Carga Horária
5º Semestre	
Legislação Comercial e Societária	68
Contabilidade Gerencial	68
Controle e Gestão de Custos	68
Instituições Financeiras, Crédito e Finanças	68
Sistemas Contábeis	68
Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade III	34
Total de horas no 5º semestre: 374	
6º Semestre	
Relações do Trabalho	68
Controladoria Governamental	68
Normas Contábeis e de Auditoria	68
Planejamento Contábil Financeiro	68
Técnicas de Medição de Desempenho	68
Práticas na área Contábil III	34
Total de horas no 6º semestre: 374	
7º Semestre	
Marketing	68
Direito Tributário	68
Auditoria	68
Controladoria Organizacional	68
Pesquisa Contábil	68
Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade IV	34
Estágio Supervisionado I	150
Total de horas no 7º semestre: 524	
8º Semestre	
Economia Internacional e Com. Exterior	34
Ética Profissional e Cidadania	34
Perícia Contábil e Arbitragem	68
Planejamento Contábil Tributário	68
Teoria Contábil	68
Práticas na área Contábil IV	34
Monografia	68
Estágio Supervisionado II	150
Total de horas no 8º semestre: 524	
TOTAL DE HORAS NO CURSO 3292	

Elaborado pelo autor.⁷³

⁷³ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC-SP. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

TABELA 30 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS PELA GRADE CURRICULAR

Formação Básica	884	27%
Formação Profissional:	1530	47%
Formação Teórico-Prática	640	19%
Formação Básica-Diferenciais	238	7%
TOTAL	3292	

Elaborado pelo autor.⁷⁴

Após esta análise por semestre, observou-se que o curso possui 66 % de disciplinas Profissionais, somando-se as de Formação Profissional às Teórico-Práticas, pois ambas estão diretamente voltadas para a atuação profissional. Dois aspectos são perceptíveis e merecem observação, o primeiro é que 7% das disciplinas são para Formação Básica, mas podem ser consideradas diferenciais da PUC-SP, pois não estão previstas pela Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, logo a Instituição demonstra a preocupação com uma formação . O segundo é que algumas vezes as disciplinas não podem ser classificadas como pertencentes a apenas determinado eixo de conhecimento, pois elas interagem em mais de um grupo de conteúdos.

A seguir, foram elaboradas tabelas para compreensão da distribuição dos conteúdos pelos semestres, e as disciplinas foram classificadas por eixos de conhecimento, criados para a análise curricular. Os eixos para Formação Básica criados foram: Matemática, Administração, Economia e Direito.

TABELA 31 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA PELA GRADE CURRICULAR

Semestre	Formação Básica que aborda: Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.				
	Eixo: Matemática	Eixo: Estatística e Lógica	Eixo: Administração	Eixo: Economia	Eixo: Direito
8º				Economia Internacional e Comércio Exterior	
7º			Marketing		Direito Tributário
6º					Relações do Trabalho
5º					Legislação Comercial e Societária
4º		Estatística		Economia Brasileira	Instituições de Direito
3º	Matemática Financeira			Elementos de Economia	
2º	Matemática II	Noções de Lógica	Introdução à Tecnologia da Informação		
1º	Matemática I		Introdução à Administração		
Carga Horária do Eixo: 884 – 27% do Curso					

Elaborado pelo autor.⁷⁵

⁷⁴ Fonte: Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

⁷⁵ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

Algumas disciplinas, embora básicas, não estão contempladas pelos conteúdos previstos na Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, apesar desse fato, essas disciplinas são relevantes para a formação do Contador. Elas têm um papel importante na formação integral do indivíduo, para a sua inserção na Sociedade e Cidadania, além de contribuir com o cumprimento da Missão Institucional. Na tabela a seguir, constam essas disciplinas, divididas pelos eixos: Sociologia, Teologia e Psicologia. Podem ser consideradas diferenciais da PUC-SP, e o mais interessante, é que, segundo alguns professores e alunos, em conversa informal, foi afirmado que há empresas que consideram a formação humana um diferencial da Instituição, por este motivo dão preferência aos seus universitários.

A Sociologia é muito útil para a contextualização da empresa na sociedade interna e externa. A Psicologia aponta na mesma direção, pois demonstra a visão que o Contador não pode ser mais considerado um profissional burocrata e direcionado a cumprir ou controlar procedimentos, mas é um gestor que deve pertencer ao contexto social e político das organizações, além de serem necessárias as habilidades de gerenciar pessoas, negociar, tomar decisões e intervir no processo político do ambiente organizacional e social.

TABELA 32 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA (NÃO PREVISTOS NA RESOLUÇÃO CNE/CES 10/2006) NA GRADE CURRICULAR

Semestre	Formação Básica: disciplinas relevantes para atingir as competências previstas pelas diretrizes, porém com conteúdos não contemplados pela Resolução CNE/CES 10, de dezembro de 2004.			
	Eixo: Sociologia	Eixo: Teologia	Eixo: Psicologia	Eixo: Português
8°				
7°				
6°				
5°				
4°				Práticas na área Contábil II
3°			Psicologia Aplicada na Contabilidade	
2°	Sociologia Aplicada à Contabilidade	Introdução ao Pensamento Teológico II		
1°		Introdução ao Pensamento Teológico I		
Carga Horária do Eixo: 238 – 7% do Curso				

Elaborado pelo autor.⁷⁶

As disciplinas para Formação Profissional foram classificadas nos eixos: Contabilidade, Controladoria e Custo, Gestão e Auditoria, Finanças e Crédito e Pesquisa Contábil. Observa-se que algumas disciplinas, conforme citado, possuem caráter mais interdisciplinar do que outras. Destaca-se, ainda, que há diferenças entre a forma de integração da disciplina, pois algumas

⁷⁶ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

funcionam como suporte; entre elas destacam-se Sistemas Contábeis e Português instrumental que, por este motivo, estão contempladas em mais de um eixo de conhecimento.

TABELA 33 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PELA GRADE CURRICULAR

Semestre	Formação Profissional: Relacionados às teorias da Contabilidade, incluindo as noções de atividades atuariais e de quantificações das informações financeiras, patrimoniais, governamentais, não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controles.						
	Eixo: Contabilidade	Eixo: Contabilidade e Custos		Eixo: Gestão e Auditoria		Eixo: Finanças e Crédito	Eixo: Pesquisa Contábil
8º	Teoria Contábil			Perícia Contábil e Arbitragem	Planejamento Contábil Tributário		
7º		Controladoria Organizacional		Auditoria			Pesquisa Contábil
6º		Controladoria Governamental	Medição de Desempenho	Normas Contábeis e de Auditoria	Planejamento Contábil Financeiro		
5º	Sistemas Contábeis						
5º		Controle e Gestão de Custos		Contabilidade Gerencial		Instituições Financeiras, Crédito e Finanças	
4º		Sistemas de Custeio		Análise dos Demonstrativos Contábeis			
3º	Controladoria Avançada	Métodos de Custeio					Introdução a Pesquisa Contábil
2º	Contabilidade Intermediária						
1º	Contabilidade Básica	Pensamento Contábil					

Carga Horária do Eixo: 1530 – 47% do Curso

Elaborado pelo autor.⁷⁷

As disciplinas para Formação Teórico-prática foram classificadas nos eixos: Seminários, Práticas Contábeis, Introdução à Tecnologia da Informação, Monografia e Estágio.

TABELA 34– DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA PELA GRADE CURRICULAR

Semestre	Formação Profissional: engloba o Estágio Supervisionado, as Atividades Complementares, os Estudos Independentes, os Conteúdos Optativos e a Prática em Laboratório de Informática.			
	Eixo: Seminários	Eixo: Práticas Contábeis	Eixo: Monografia	Eixo: Estágio
8º		Práticas na área Contábil IV	Monografia	Estágio Supervisionado II
7º	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade IV			Estágio Supervisionado I
6º		Práticas na área Contábil III		
5º	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade III			
4º		Práticas na área Contábil II		
3º	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade II			
2º		Práticas na área Contábil I		
1º	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade I			

Carga Horária do Eixo: 640 – 19% do Curso

Elaborado pelo autor.⁷⁸

⁷⁷ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

⁷⁸ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC-SP. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

4.1.6. O CURRÍCULO DA PUC-SP

Ao analisar os semestres, com as disciplinas divididas pelos conteúdos, conforme a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, identifica-se que há aparentes quebras de continuidade. Porém, esta análise é muito simplista, pois as disciplinas possuem caráter interdisciplinar e integram-se entre si, logo foi elaborada uma matriz curricular do Curso, que agrupou os conteúdos por grupos de disciplinas complementares, que é apresentada a seguir:

TABELA 35 – MATRIZ CURRICULAR PUC-SP – GRUPO 1 e 2⁷⁹

Semestre	Grupo 1	Grupo 2
8º		Economia Internacional e Comércio Exterior
7º		Marketing
6º		
5º		
4º	Estatística	Economia Brasileira
	Português Instrumental II	Português Instrumental II
3º	Matemática Financeira	Psicologia Aplicada à Contabilidade
	Português Instrumental I	Sociologia Aplicada à Contabilidade
2º	Matemática II	Introdução à Tecnologia da Informação
1º	Matemática I	Introdução à Administração

Elaborado pelo autor.⁸⁰

TABELA 36 – MATRIZ CURRICULAR PUC-SP – GRUPO 3 e 4⁸¹

Semestre	Grupo 3	Grupo 4
8º	Planejamento Contábil Tributário	Teoria Contábil
7º	Direito Tributário	Controladoria Organizacional
6º	Relações do Trabalho	Técnicas de Medição de Desempenho
	Normas Contábeis e de Auditoria	Controladoria Governamental
5º	Legislação Comercial e Societária	Controle e Gestão de Custos
	Instituições Financeiras, Crédito e Finanças	Sistemas Contábeis
4º	Instituições de Direito	Sistemas de Custeio
3º	Português Instrumental II	Português Instrumental II
2º	Português Instrumental I	Português Instrumental I
1º		História do Pensamento Contábil

Elaborado pelo autor.⁸²

⁷⁹ As setas interligam disciplinas, sendo que as inferiores são obrigatórias para o aluno cursar, antes da disciplina superior.

⁸⁰ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

⁸¹ As setas interligam disciplinas, sendo que as inferiores são obrigatórias para o aluno cursar, antes da disciplina superior.

⁸² Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

TABELA 37 –MATRIZ CURRICULAR PUC-SP – GRUPO 5, 6 e 7⁸³

Semestre	Grupo 5	Grupo 6		Grupo 7
8º	Práticas na área Contábil IV	Monografia	Estágio Supervisionado II	
7º	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade IV	Pesquisa Contábil	Estágio Supervisionado I	
6º	Práticas na área Contábil III			
	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade III			
5º	Sistemas Contábeis		Sistemas Contábeis	
	Práticas na área Contábil II			
4º	Português Instrumental II		Português Instrumental II	Português Instrumental II
	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade II			Introdução ao Pensamento Teológico II
3º	Português Instrumental I		Português Instrumental I	Português Instrumental I
2º	Práticas na área Contábil I	Introdução à Pesquisa Contábil		
1º	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade I			Introdução ao Pensamento Teológico I

Elaborado pelo autor.⁸⁴

A matriz revela os seguintes aspectos:

- Os Conteúdos que não apresentam continuidade, ao se integrarem, conseguem propiciar um seqüenciamento e melhoram o desenvolvimento da disciplina, exceto nos grupos 2 e 6. No grupo 6, é intencional, pois a disciplina “Introdução a Pesquisa” é básica para todo o Curso, logo não é recomendável ser ministrada no final e a “Disciplina Pesquisa Contábil” é suporte para o “Trabalho de Conclusão de Curso” que será realizado na Monografia;
- Os grupos relacionam-se não apenas de forma interna, mas também, inter-grupos, sendo que os grupos 3, 4, 5 e 6 necessitam de muita interação para não propiciar um ensino fragmentado e desenvolver as competências previstas;
- A disciplina “Introdução ao Pensamento Teológico”, no grupo 7, fica realmente caracterizada como um diferencial;

⁸³ As setas interligam disciplinas, sendo que as inferiores são obrigatórias para o aluno cursar, antes da disciplina superior.

⁸⁴ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC-SP. 2001 e Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

- “Marketing”, no sétimo semestre, associado às disciplinas de formação profissional voltadas à gestão, evidenciam a tendência da PUC de formar profissionais voltados à tomada de decisão e ao gerenciamento;
- Em decorrência do processo de transnacionalização citado e da tendência de harmonização da Contabilidade, é necessária a inclusão de conteúdos de Contabilidade Internacional;
- Devido à tendência de atuação no mercado global, sugere-se introduzir a disciplina Negociação, podendo ser oferecida de maneira tradicional na forma de disciplina ou por meio de atividades;
- O aluno do curso por ser, em sua maioria, profissional de mercado, não tem dificuldades com a informática, portanto é um acerto do Curso possuir apenas as disciplinas de Introdução a Tecnologia da Informação e Sistemas Contábeis;
- Quanto ao Inglês e outros idiomas, observa-se que há diferenças de níveis entre os alunos. Por esse motivo, os cursos de idiomas ofertados pela própria PUC-SP possuem menores preços para os alunos da Instituição, dando oportunidade para todos. Apesar deste fato, poderiam ser mais incentivados, por meio de propagandas, cartazes, campanhas de divulgação, além de estratégias para sensibilização sobre a importância desse aprendizado;
- As disciplinas do grupo 5 possibilitam uma boa flexibilização do currículo, mas poderiam ser revistas de forma a serem temáticas. Observa-se que elas possuem um papel importante, contemplando temas como responsabilidade social ou balanço social;
- O Estágio Supervisionado oferecido no sétimo e oitavo semestres constitui-se um importante elo de ligação com as empresas e com o mercado de trabalho, pois possibilita ao aluno a utilização de seus conhecimentos para a prática profissional. É fundamental para formação o acompanhamento sistemático de um docente, como realmente ocorre. Uma sugestão seria o acompanhamento de um profissional da empresa, por meio de questionário, para avaliar o aluno e propor de forma contínua a revisão do processo;

- As disciplinas “Pesquisa Contábil” e “Monografia” são oferecidas, respectivamente no sétimo e oitavo semestres e constituem-se como um elemento de ligação com as empresas, com o mercado de trabalho, com o estágio e com a pesquisa. Ambas possuem muita integração com as outras disciplinas, em especial com Introdução à Pesquisa Contábil, oferecida no segundo semestre e possibilitam, em momentos diferentes, auxiliar ao alunado a compreender a pesquisa, incentivando-o.

Três fatos muito relevantes que merecem destaque são a implantação do processo de Auto-avaliação da PUC-SP e a Portaria Normativa n.º 1/2007⁸⁵.

A auto-avaliação foi implantada na PUC-SP, em todos os Cursos, com questionários para docentes e discentes, além de acompanhamento do desempenho dos docentes e do desenvolvimento dos cursos. O processo teve como princípio a globalidade e, dessa forma, a sua abrangência foi muito grande e efetiva.

A Portaria Normativa n.º 1/2007, conforme citado no capítulo 2, item 2.2.1, requer que o curso de Ciências Contábeis passe por uma avaliação externa oficial do MEC (Ministério da Educação), em 2009, o que será muito importante para a revisão dos diversos aspectos do curso, principalmente do seu currículo.

A PUC-SP, além do Coordenador de Estágios, Prof. Luiz Carlos Vaini e dos professores que orientam a disciplina “Estágio Supervisionado”, possui, desde 1985, uma Coordenadoria Geral de Estágios. Em entrevista com a Coordenação, eles afirmaram que os alunos do Curso de Ciências Contábeis têm obtido estágio com facilidade, principalmente se possuem o domínio de segundo idioma. Há alunos que, eventualmente, tem maiores dificuldades, mas neste caso é devido a selecionarem fatores como localidade, benefícios e outros.

⁸⁵ Portaria Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2007. Ministério da Educação. Brasil.

4.2.O CURSO DE GRADO EM CONTADOR PÚBLICO – USAL

4.2.1. ORIGEM E HISTÓRICO DA USAL

No histórico da USAL (2006) aparece registrada a sua origem da seguinte forma:

“A Companhia de Jesús, fundou na cidade de Córdoba, no ano 1622, a primeira Universidade Argentina, criada em 8 de junho de 1944, o Instituto Superior de Filosofia, na sede do Colégio del Salvador. Este Instituto constitui o mais próximo antecedente da “Universidad del Salvador”.

No ano de 1955, pelo Decreto N°. 6.403, o Poder Executivo Nacional autoriza o funcionamento das Universidades Privadas e, no ano seguinte, em 2 de maio, foi assinada a ata da fundação das “Facultades Universitarias del Salvador”.

Em 15 de maio de 1958, trocou seu nome por “Institutos Universitarios del Salvador”, o qual foi reconhecido com data de 8 de dezembro 1959, pelo Decreto N°. 16.365, como Universidade Privada, com o nome de “Universidad del Salvador”.

A história da USAL constitui-se em um registro muito importante do processo de construção da Instituição, pois as suas experiências, embora não sejam determinantes, têm relevância no processo de construção da qualidade de ensino.

Quanto aos objetivos, aparecem elencados como essenciais e específicos, da seguinte forma, visando:

- à formação integral, científica, humanística e cristã de seus estudantes em todas as carreiras e especialidades, em função da promoção de profissionais, docentes e pesquisadores;
- à investigação científica, capaz de demonstrar a síntese harmônica da ciência e da fé; e,
- de forma geral, ao encaminhamento de toda docência superior pela visão cristã e pelos distintos problemas humanos.

No sítio da USAL (2006), são oferecidos 80 cursos superiores, 40 Cursos de Especialização, 40 de mestrado, 11 de doutorado, além de outros cursos de Pós-graduação e diversos cursos livres, inclusive oferecidos para outros países.

Há 11 mestrados na área de Ciências Econômicas, sendo que um deles é específico de Contabilidade e Auditoria, cujo objetivo apontado é:

“Medir com critério para analisar e auditar. Aperfeiçoar a capacidade profissional de resolver problemas avançados na preparação de demonstrativos contábeis, auditoria, análise e interpretação. Consolidar a formação Profissional em contabilidade superior, análise e auditoria. Desenvolver questões técnicas avançadas das normas nacionais e internacionais. Habilitar para a realização do “Chartered Certified Accountant da Association of Chartered Certified Accountants, London, UK.””

O Curso titula a: “Magister en Contabilidad y Auditoría con orientación en: Estados Contables e Informes de Gestión y Auditoría Interna y Estado Contables”

Destaca-se, ainda, que a faculdade possui outros cursos na área, como os Mestrados em Comércio Internacional, Finanças, Política de Negócios, Tributação, Auditoria de Sistemas, Direção e Operação de Empresas de Transporte Internacional de Cargas, Contabilidade e Auditoria e Economia Aplicada.

4.2.2. DADOS GERAIS DO CURSO

A Escola de Contador Público, conforme informa a USAL (2006), foi criada pela Resolução da Reitoria nº. 185/84, de 27 de novembro de 1984 e foi autorizada pelo Ministério de Educação e Justiça da Nação pela Resolução Nº 2 .379/84. Com a Resolução da Reitoria nº 197/86 foi denominada Faculdade de Ciências Econômicas.

O objetivo da Faculdade é formar profissionais com um alto sentido ético-moral e com excelente formação científico-técnica.

A Faculdade registra, em seu sítio (2006), que seus diferenciais são:

- Cursos com no máximo trinta alunos presenciais por sala;

- Corpo docente integrado por professores de reconhecida trajetória profissional, experiência acadêmica e vocação para transmitir seus conhecimentos;
- Tutorias personalizadas;
- Acesso à Biblioteca do Instituto de Pesquisas da Faculdade;
- Ampla disponibilidade de horários para utilizar os espaços para usuários de informática;
- Possibilidade de participar em atividades de pesquisa.

O Curso de Contador Público, desde o seu início em 1984, alterou três vezes seu plano de estudos, sendo que atualmente o plano de estudo utilizado é o de 2002, sempre em busca de responder às demandas.

O Plano atual tem matérias que permitem aos egressos certificarem seus conhecimentos em conformidade com o Contador Público em nível Internacional.

Destaca-se que há um convênio com a ACCA – “Association of Chartered Certified Accountants”, associação que reúne os contadores do Reino Unido e que os alunos da USAL participam de jornadas de capacitação para obter o título.

Para o aluno ingressar no Curso ele necessita passar por uma entrevista.

4.2.3. PERFIL DO CONTADOR PÚBLICO

O perfil previsto para o Contador Público da USAL (2006) é de:

“formar um profissional altamente competente em preparação e análise de demonstrativos contábeis, liquidação e impostos, auditoria de demonstrativos contábeis, organizações contábeis de todo tipo de entes, assessoria empresarial e participação em liquidações e falências como síndico. Poderá desempenhar como auxiliar da justiça na função de perito contábil. Estará preparado para trabalhar na implementação e no controle de sistemas de custos, previsões financeiras e em qualquer outra questão econômica, financeira ou contábil relacionada com as suas funções.”

A Instituição destaca, ainda, o seu caráter interdisciplinar de ensino e a formação humanística. O projeto da USAL (2006) registra que forma graduados com alto senso crítico, com valores pessoais e com formação científica necessários para a sua permanente atualização, sendo que todos, no momento em que se graduam, têm trabalho. O desenho curricular incorpora os conhecimentos tecnológicos, produto de avaliação científica, econômica e social, respondendo às demandas do mercado.

O plano de estudos inclui matérias e conteúdos curriculares que preparam os estudantes para obter as certificações do programa “*Chartered Accountant*” da “Association of Chartered Certified Accountants - ACCA (Londres - Gran Bretanha)” e ao Certificado Público “Accountant Exam – CPA” (Estados Unidos de América).

4.2.4. DISCIPLINAS DO CURSO DA USAL

Conforme o Plano de Estudos, a Carreira de Contador Público na USAL é quadrimestral e composta de três etapas, que são:

TABELA 38 –ETAPA 1 - INTERMEDIÁRIO - ANALISTA ADMINISTRATIVO CONTÁBIL

PRIMEIRO ANO			
Primeiro Quadrimestre	carga horária	Segundo Quadrimestre	carga horária
Instituições de Direito Civil	90	Contabilidade Intermediária	72
Economia	72	Matemática II	72
Matemática I	72	Instituições de Direito Público	72
Computação	72	Administração	72
Inglês I	72	Inglês II	72
Comunicação Oral e Escrita	72	Metodologia da Pesquisa	54
Contabilidade Básica	72	História Econômica e Social Internacional	54
		Filosofia	54
Total	522	Total	522

Fonte: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: USAL - Universidad Del Salvador, 2002.

Ao término destes dois anos, primeira etapa, o aluno recebe o Título Intermediário de: Analista Administrativo Contábil.

TABELA 39 –ETAPA 2 – TÉCNICO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

TERCEIRO ANO		carga horária		carga horária
Primeiro Quadrimestre			Segundo Quadrimestre	
Tecnologia da Informação		90	Custos Especiais	72
Custos e Gestão		72	Impostos II - Técnica Impositivista Básica	72
Impostos I - Teoria Impositivista		72	Remunerações	72
Estados Contábeis		54	Auditoria Básica	54
Finanças Públicas		54	Mercados Financeiros	54
Processos		54	Análise Econômico-Financeira - Estados Contábeis	54
Solução de Problemas e Tomada de Decisões		54	Controles Internos	54
<i>Disciplinas Eletivas</i>			<i>Disciplinas Eletivas</i>	72
Idioma I		72	Idioma II	
Alemão I			Alemão II	
Francês I			Francês II	
Português I			Português II	
Italiano I			Italiano II	
Total		522	Total	504

Fonte: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002.

Ao término do terceiro ano, o aluno recebe o Título: Técnico em Contabilidade e Custos.

Observa-se que há disciplinas Eletivas que consistem na oferta do terceiro idioma e que o aluno deve optar entre Alemão, Francês, Português ou Italiano.

TABELA 40 –ETAPA 3 – CONTADOR PÚBLICO

QUARTO ANO	carga horária		carga horária
Primeiro Quadrimestre		Segundo Quadrimestre	
Planificação e Controle de Gestão	72	Ética Profissional	72
Contabilidade Internacional	54	Atuação na Justiça – Negociação e Arbitragem	72
Concursos e Quebras	54	Auditoria de Sistemas	54
Recursos Humanos	54	Contabilidades Especiais	54
Redação de Informes	54	Controle da Gestão Pública	54
Estrutura da Economía Argentina	54	Finanças Empresariais	54
<i>Disciplinas Eletivas</i>	72	Management (Organização)	54
Idioma III		Teoría e Técnica Impositiva	54
Alemão III		<i>Disciplinas Eletivas - 72 horas</i>	72
Francês III		Idioma IV	
Português III		Alemão IV	
Italiano III		Francês IV	
		Português IV	
Total	414		540
QUINTO ANO	carga horária		
Primeiro Quadrimestre			
<i>Disciplina – 150 horas</i>			
Trabalho Final 150	150		
<i>Disciplinas Optativas</i>			
Cultura Argentina	54		
Arte Argentina	54		
Total	258		

Fonte: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002.

Ao final dos quatro anos e meio obtém-se o Título: Contador Público, sendo que o curso todo tem 4.014 horas, somando-se as optativas, 4.122 horas e considerando-se a carga horária do Trabalho Final, obtém-se 4.272 horas. As optativas diferem das eletivas, pois o aluno não é obrigado a cursá-las.

O Trabalho de Conclusão de Curso, denominado trabalho final, pertence ao plano de estudos e pode ser realizado em relação a empresa em que o aluno trabalha, de forma a contribuir com o seu desenvolvimento profissional. A forma de avaliação é por meio de uma banca que o avalia entre 1 e 10, sendo considerado aprovado com no mínimo 4.

As avaliações das disciplinas variam entre 1 a 10, sendo que, se o aluno obtiver no mínimo 7, é considerado aprovado.

Segundo a faculdade, há emprego garantido na área e a maioria dos alunos começa a trabalhar a partir do 3º ano, em caso contrário deverá ir para o exame final.

Dependendo da modalidade, podem ser realizadas avaliações formais ou trabalhos. Na disciplina inglês e outros idiomas e também em computação, o aluno pode realizar um prova de proficiência e, se for aprovado, não necessita cursar a disciplina.

No curso, há atividades como palestras, grupos de estudos, encontros e outras atividades.

4.2.5. COMPARATIVO ENTRE CURRÍCULOS: MÍNIMO E USAL

Para facilitar a análise do currículo da USAL foi elaborada a tabela 41. Nela, apresentam-se, as áreas das disciplinas do Curso de Contabilidade, conforme o Currículo mínimo, utilizado pelas Faculdades Federais, conforme consta no Acordo nº 3, de dezembro de 1996⁸⁶. Para cada área que compõe o currículo foi selecionada uma cor.

TABELA 41 – LEGENDA QUE SERÁ UTILIZADA NA ANÁLISE DAS DISCIPLINAS

A. ÁREA DE CONTABILIDADE
B. ÁREA DE ECONOMIA
C. ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO
D. ÁREA HUMANÍSTICA
E. ÁREA JURÍDICA
F. ÁREA DE MATEMÁTICA
G. OUTRAS ÁREAS NÃO PREVISTAS NO CURRÍCULO MÍNIMO

Elaborado pelo autor.⁸⁷

⁸⁶ Acordo Nº 3, de 18 de dezembro de 1996, do Conselho de Universidades. Argentina.

⁸⁷ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

A seguir, foram realizadas comparações entre o conteúdo mínimo citado e o conteúdo programático oferecido pela USAL, sendo que as disciplinas foram legendadas por cores de acordo com a área que melhor se adequam. Observa-se que na análise há um grau de subjetividade, pois não foi considerada a interdisciplinaridade e a possibilidade de uma disciplina atender ou se inter-relacionar com outras áreas.

Para iniciar, na tabela 42, foram destacados os quatro primeiros quadrimestres, em que o aluno obtém o título Intermediário de: Analista Administrativo Contábil.

TABELA 42 – CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO (1º e 2º ANOS)

PRIMEIRO ANO			
• Primeiro Quadrimestre	carga hora	• Segundo Quadrimestre	carga hora
✓ <i>Disciplinas - 90 horas</i>		✓ <i>Disciplinas - 72 horas</i>	
Instituições de Direito Civil	90	Contabilidade Intermediária	72
		Matemática II	72
✓ <i>Disciplinas - 72 horas</i>		Instituições de Direito Público	72
Economia	72	Administração	72
Matemática I	72	Inglês II	72
Computação I	72		
Inglês I	72	✓ <i>Disciplinas - 54 horas</i>	
Comunicação Oral e Escrita	72	Metodologia da Pesquisa	54
Contabilidade Básica	72	História Econômica e Social Internacional	54
		Filosofia	54
Total	522		522

SEGUNDO ANO			
• Primeiro Quadrimestre		• Segundo Quadrimestre	
✓ <i>Disciplinas - 72 horas</i>		✓ <i>Disciplinas - 72 horas</i>	
Contabilidade Superior	72	Sistemas de Custos	72
Microeconomia	72	Macroeconomia	72
Instituições de Direito Comercial	72	Organização, Sistemas e Métodos	72
Computação II	72	Teologia	72
Inglês III	72	Inglês IV	72
		✓ <i>Disciplinas - 54 horas</i>	
✓ <i>Disciplinas - 54 horas</i>		Sociedades	54
História Econômica e Social da Argentina	54	Cálculo Financeiro	54
Estatística	54	Aplicação Jurídica Contábil	54
Total	468	Total	522

Elaborado pelo autor.⁸⁸

⁸⁸ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Econômicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

Observa-se que no primeiro e segundo anos, conforme as áreas, a composição ficou distribuída da seguinte forma:

- Contabilidade – 342 horas - 17%
- Economia – 324 horas – 16 %
- Administração – 144 horas – 7%
- Humanística – 108 horas – 5%
- Jurídica – 288 horas – 14%
- Matemática – 396 horas – 20%
- Outras áreas – 432 horas – 21%.

Na tabela 43, apresenta-se a grade curricular do terceiro ano que possibilita formar Técnicos de Contabilidade e Custos, e, novamente, foi realizada a comparação. Observou-se a seguinte composição, conforme a área:

- Contabilidade – 558 horas – 55%
- Economia – 54 horas – 5%
- Administração – 198 horas – 19%
- Humanística – 0 horas - 0%
- Jurídica – 72 horas – 7%
- Matemática – 0 horas - 0%
- Outras áreas – 144 horas - 14%

TABELA 43 – CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO (3º ANO)

Elaborado pelo autor.⁸⁹

TERCEIRO ANO			
• Primeiro Quadrimestre		• Segundo Quadrimestre	
✓ <i>Disciplinas - 90 horas</i>		✓ <i>Disciplinas – 72 horas</i>	
Tecnologia da Informação	90	Custos Especiais	72
		Impostos II - Técnica Impositivista Básica	72
✓ <i>Disciplinas - 72 horas</i>		Direito do Trabalho e Seguridade Social, Demissões e Remunerações	72
Custos e Gestão	72		
Impostos I - Teoria Impositivista	72	✓ <i>Disciplinas -54 horas</i>	
		Auditoria Básica	54
✓ <i>Disciplinas - 54 horas</i>		Mercados Financeiros	54
Estados Contábeis	54	Análise Econômico Financeira - Estados Contábeis	54
Finanças Públicas	54	Controles Internos	54
Processos	54		
Solução de Problemas e Tomada de Decisões	54	✓ <i>Disciplinas Optativas - 72 horas</i>	72
		Idioma II	
✓ <i>Disciplinas Optativas- 72 horas</i>		Alemão II	
Idioma I	72	Francês II	
Alemão I		Português II	
Francês I		Italiano II	
Português I			
Italiano I			
Total	522		504

A tabela 44 complementa a análise da formação do Contador Público da USAL e possui a seguinte distribuição pelas áreas:

- Contabilidade – 384 horas – 32%
- Economia – 54 horas – 4%
- Administração – 342 horas – 28%
- Humanística – 108 horas – 9%
- Jurídica – 180 horas – 15%
- Matemática – 0 horas – 0%
- Outras áreas – 144 horas – 12%.

⁸⁹ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

TABELA 44 – CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO (4º e 5º ANOS)

QUARTO ANO			
• Primeiro Quadrimestre		• Segundo Quadrimestre	540
✓ <i>Disciplinas - 72 horas</i>		✓ <i>Disciplinas – 72horas</i>	
Planificação e Controle de Gestão	72	Ética Profissional	72
		Atuação na Justiça – Negociação e Arbitragem	72
✓ <i>Disciplinas - 54 horas</i>			
Contabilidade Internacional	54	✓ <i>Disciplinas – 54 horas</i>	
Concursos e Quebras	54	Contabilidades Especiais	54
Recursos Humanos	54	Controle da Gestão Pública	54
Redação de Informes	54	Auditoria de Sistemas	54
Estrutura da Economia Argentina	54	Teoria e Técnica Impositiva - Impostos Internacionais	54
		Finanças Empresariais	54
✓ <i>Disciplinas Optativas - 72 horas</i>	72	Management (Organização)	54
Idioma III			
Alemão III		✓ <i>Disciplinas Optativas - 72 horas</i>	72
Francês III		Idioma IV	
Português III		Alemão IV	
Italiano III		Francês IV	
		Português IV	
		Italiano IV	
Total	414		540

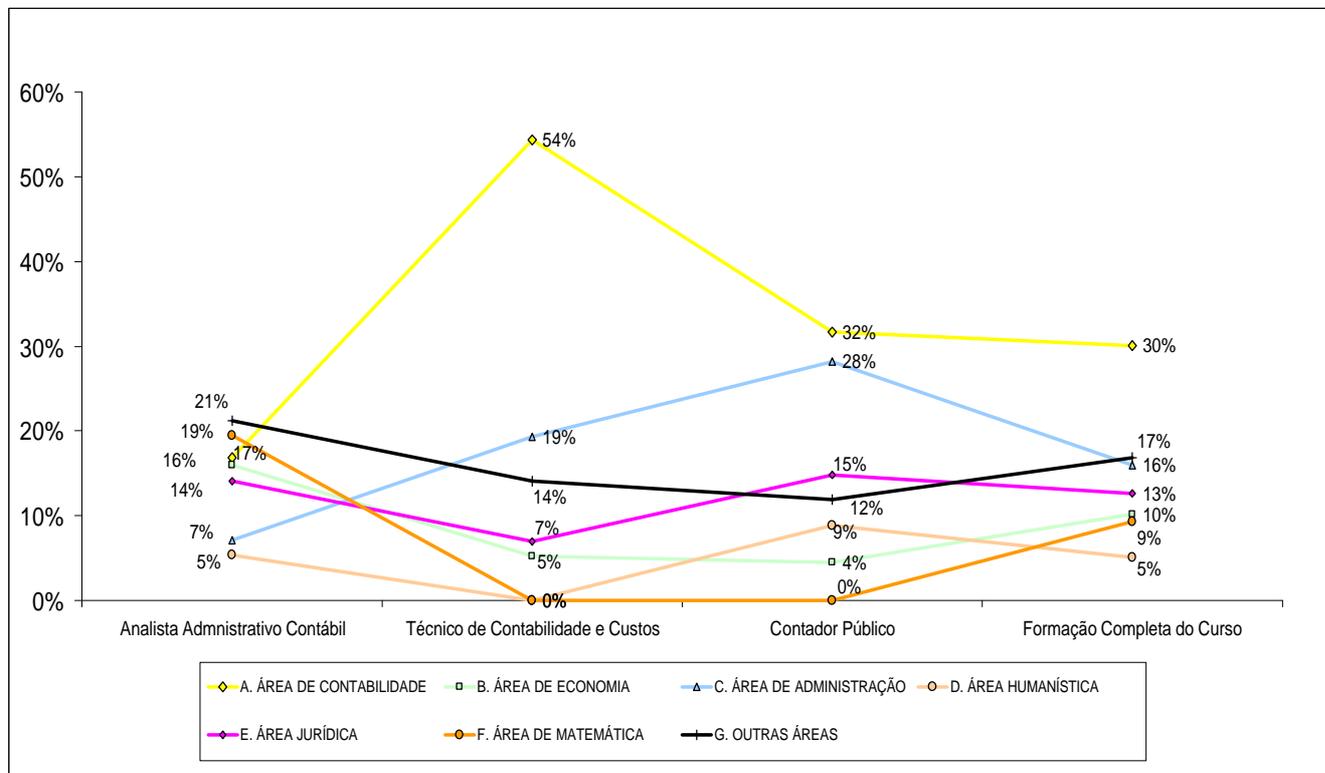
QUINTO ANO	
• Primeiro Quadrimestre	258
✓ <i>Disciplina - 150 horas</i>	
Trabalho Final 150	150
Matérias Optativas (não obrigatórias)	
✓ <i>Disciplina - 54 horas</i>	
Cultura Argentina	54
Arte Argentina	54
Total de Horas Carreira (Com as optativas):	4122
Total de Horas (Com TCC e Optativas)	4272

Elaborado pelo autor.⁹⁰

⁹⁰ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Econômicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

O gráfico a seguir demonstra o desenvolvimento das disciplinas pelas áreas, de acordo com as três fases do curso:

GRÁFICO 14 - CARGA HORÁRIA DO CURSO POR ÁREA



Elaborado pelo autor.⁹¹

TABELA 45 – SÍNTESE DO CURRÍCULO DO CURSO E A FORMA DE ATENDER AO CURRÍCULO MÍNIMO

	A. ÁREA DE CONTABILIDADE	B. ÁREA DE ECONOMIA	C. ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO	D. ÁREA HUMANÍSTICA	E. ÁREA JURÍDICA
Analista Administrativo Contábil	17%	16%	7%	5%	14%
Técnico de Contabilidade e Custos	54%	5%	19%	0%	7%
Contador Público	32%	4%	28%	9%	15%
Formação Completa do Curso	30%	10%	16%	5%	13%

Elaborado pelo autor.

Ao analisar o desenvolvimento do Curso, observa-se que as três fases têm características muito distintas, pois:

⁹¹ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Económicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

⁹² Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Económicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

- I. Analista Administrativo Contábil – corresponde à formação básica. A área com maior concentração é Matemática (19%), pois todo seu conteúdo é ministrado nesta fase, sendo utilizada como suporte para a atuação do profissional e para o seu desenvolvimento. Na área de Economia, ocorre algo parecido, sendo a maior concentração no início do curso (19%). O aluno tem contato com as áreas de Administração (7%) e Jurídica (14%), ambas com conteúdos básicos. Na área humanística (5%), há as disciplinas: “Metodologia da Pesquisa”, para incentivar o aluno à investigação e habituá-lo à utilização de método científico em todo o Curso; “Filosofia”, que é considerada relevante na formação dos conceitos e valores do indivíduo, além de possibilitar uma construção filosófica do planejamento da sua carreira, auxilia na compreensão do seu papel e da sua forma de inserção na sociedade; e “Inglês”. Nesse período inicia-se a preparação para a segunda fase, com 17% da carga horária dedicada a área contábil, incluindo-se conhecimentos básicos, intermediários e avançados, além de específicos, que são “Sistema de Custos” e “Aplicação Jurídica Contábil.”

- II. Técnico de Contabilidade de Custos – corresponde à formação técnica, sendo que neste período o aluno recebe teoria, ferramentas e técnicas para a sua atuação profissional, pode-se observar pela significativa concentração da área Contábil (54%) e pelas disciplinas da área Administrativa que são mais práticas. Há a inclusão da disciplina “Solução de Problemas e Tomada de Decisões”, para iniciar o preparo do aluno para a gestão, o que se pode considerar uma introdução à terceira fase. Um aspecto relevante é a inclusão de Idiomas, o que possibilita atender ao mercado externo e pode ser considerado diferencial, com grande flexibilidade para o aluno escolher entre Alemão, Francês, Português ou Italiano. Há diminuição das cargas horárias de Economia (5%) e Jurídicas (7%) e não há disciplinas na área humanística.

- III. Contador Público – Corresponde à formação do gestor. As disciplinas são muito voltadas ao controle e acompanhamento, sendo 32% da área Contábil, pois considera-se que o aluno possui toda a formação técnica, necessitando, neste período, de elementos para a tomada de decisão. A carga da área Administrativa

aumenta, correspondendo a 29%, número muito justificável pela característica da fase, com disciplinas como “Recursos Humanos” e “Redação de Informes”, a Área Jurídica possui 15% e a Econômica, 4%. A área Humanística possui 9%, com as disciplinas optativas de “Cultura Argentina” e “Arte Argentina”. Observa-se que há continuidade das disciplinas de Idiomas, apesar de optativas. No nono semestre, além das optativas citadas, o aluno apenas realiza o Trabalho Final de Curso de forma a associar e integrar os conteúdos adquiridos, além de associar a teoria à prática.

É interessante observar que esta classificação de áreas é muito subjetiva, pois a maioria das disciplinas poderiam ser classificadas de diferentes formas, e o critério utilizado foi de maior proximidade. Por exemplo, “Ética Profissional”, classificada na área contábil, aborda muitos aspectos legais e faz parte da formação humanística do indivíduo.

Após a classificação das disciplinas conforme a proximidade das áreas, foi realizada a separação para compreensão da distribuição das cargas horárias, conforme a tabela 46:

TABELA 46 – ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR DO CURSO CONFORME O CURRÍCULO MÍNIMO

Semestre	A. ÁREA DE CONTABILIDADE:	Carga Horária
9°	Trabalho Final 150	150
8°	Contabilidades Especiais	54
8°	Auditoria de Sistemas	54
8°	Ética Profissional	72
7°	Contabilidade Internacional	54
6°	Custos Especiais	72
6°	Impostos II - Técnica Impositivista Básica	72
6°	Auditoria Básica	54
6°	Análise Econômico-Financeira - Estados Contábeis	54
6°	Controles Internos	54
5°	Custos e Gestão	72
5°	Impostos I - Teoria Impositivista	72
5°	Estados Contábeis	54
5°	Finanças Públicas	54
4°	Sistemas de Custos	72
4°	Aplicação Jurídica Contábil	54
3°	Contabilidade Superior	72
2°	Contabilidade Intermediária	72
1°	Contabilidade Básica	72
	Total	1284

TABELA 46 – ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR DO CURSO CONFORME O CURRÍCULO MÍNIMO (Cont.)

Semestre	B. ÁREA DE ECONOMIA:	Carga Horária
7°	Estrutura da Economia Argentina	54
6°	Mercados Financeiros	54
4°	Macroeconomia	72
3°	Macroeconomia	72
3°	Historia Econômica e Social Argentina	54
2°	História Econômica e Social Internacional	54
1°	Economia	72
	Total	432

Semestre	C. ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO:	Carga Horária
8°	Controle da Gestão Pública	54
8°	Finanças Empresariais	54
8°	"Management" (Organização)	54
7°	Planificação e Controle de Gestão	72
7°	Recursos Humanos	54
7°	Redação de Informes	54
5°	Tecnologia da Informação	90
5°	Processos	54
5°	Solução de Problemas e Tomada de Decisões	54
4°	Organização, Sistemas e Métodos	72
2°	Administração	72
	Total	684

Semestre	D. ÁREA HUMANÍSTICA:	Carga Horária
8°	Cultura Argentina	54
8°	Arte Argentina	54
2°	Metodologia da Pesquisa	54
2°	Filosofia	54
	Total	216

Semestre	E. ÁREA JURÍDICA:	Carga Horária
8°	Atuação na Justiça – Negociação e Arbitragem	72
8°	Teoria e Técnica Impositiva - Impostos Internacionais	54
7°	Concursos e Quebras	54
6°	Direito do Trabalho e Seguridade Social, demissões e remunerações	72
4°	Sociedades	54
3°	Instituições de Direito Comercial	72
2°	Instituições de Direito Público	72
1°	Instituições de Direito Civil	90
	Total	540

TABELA 46 – ANÁLISE DA GRADE CURRICULAR DO CURSO CONFORME O CURRÍCULO MÍNIMO (Cont.)

Semestre	F. ÁREA DE MATEMÁTICA:	Carga Horária
4°	Cálculo Financeiro	54
3°	Computação II	72
3°	Estatística	54
2°	Matemática II	72
1°	Matemática I	72
1°	Computação I	72
	Total	396

Semestre	G. OUTRAS ÁREAS NÃO PREVISTAS NO CURRÍCULO MÍNIMO	Carga Horária
8°	Idioma IV	72
7°	Idioma III	72
6°	Idioma II	72
5°	Idioma I	72
4°	Inglês IV	72
4°	Teologia	72
3°	Inglês III	72
2°	Inglês II	72
1°	Inglês I	72
1°	Comunicação Oral e Escrita	72
	Total	720

Elaborado pelo autor.⁹³

Após a elaboração da tabela, obteve-se os seguintes percentuais por área:

- Contabilidade – 1284 horas – 30%
- Economia – 432 horas – 10%
- Administração – 684 horas – 16%
- Humanística – 216 horas – 5%
- Jurídica – 540 horas – 13%
- Matemática – 396 horas – 9%
- Outras áreas – 720 horas – 17%.

⁹³ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Econômicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

4.2.6. MATRIZ CURRICULAR USAL

Com um procedimento similar ao realizado para analisar o currículo do Curso de Contabilidade da PUC-SP foi analisado o Curso de Contador Público e foi elaborada a Matriz Curricular, porém os conteúdos foram comparados ao Currículo Mínimo⁹⁴, elaborado pelo Conselho de Universidades. Para análise foi dividida a grade em 6 (seis) grupos, de acordo com a proximidade temática, facilidade para interdisciplinaridade e competências desenvolvidas pelas disciplinas, conforme demonstrado nas tabelas 47, 48 e 49:

TABELA 47 –MATRIZ CURRICULAR USAL – GRUPOS 1 e 2

Semestre	Grupo 1		Grupo 2				
9º							
8º			Controle da Gestão Pública	Finanças Empresariais	Management (Organização)		
7º			Estrutura da Economia Argentina	Planejamento e Controle de Gestão		Recursos Humanos	
6º			Mercados Financeiros				
5º					Tecnologia da Informação	Processos	Solução de Problemas e Tomada de Decisões
4º			Cálculo Financeiro		Macroeconomia		
3º	Estatística	Computação II	Microeconomia	Historia Económica e Social Argentina	Organização, Sistemas e Métodos		
2º	Matemática II		História Económica e Social Internacional				
1º	Matemática I	Computação I	Economia		Administração		

Elaborado pelo autor.⁹⁵

Grupo 1 – O grupo 1 pertence à formação básica e as disciplinas são da Área Matemática, para o desenvolvimento do raciocínio lógico-numérico e os conhecimentos de estatística e cálculo. Possui uma significativa carga horária nos dois anos iniciais, pois pode ser considerada pré-requisito aos aprendizados de diversas outras disciplinas e conteúdos.

Grupo 2 – Composto por disciplinas da área de Economia e Administração, observa-se que na primeira fase do curso, há uma significativa concentração de conteúdos de formação geral, como princípios de Economia e Administração ou dados históricos. O conteúdo deste grupo encerra-se no sétimo semestre, pois, principalmente o último, consiste em atividade prática. Analisando o grupo de maneira isolada, tende-se a considerar que no segundo e quinto

⁹⁴ Acordo Nº 3, de 18 de dezembro de 1996, do Conselho de Universidades. Argentina.

⁹⁵ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Económicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

semestres há quebra de seqüenciamento, porém isso não é fato, pois há integração com outros grupos, em especial com as disciplinas do Grupo 3 (três), 4(quatro) e 5 (cinco).

TABELA 48 –MATRIZ CURRICULAR USAL – GRUPO 3

Semestre	Grupo 3				
9º					
8º	Teoria e Técnica Impositiva - Impostos Internacionais	Atuação na Justiça – Negociação e Arbitragem	Controle da Gestão Pública	Finanças Empresariais	Auditoria de Sistemas
7º	Concursos e Quebras		Redação de Informes		
6º	Direito do Trabalho e Seguridade Social, Demissões e	Impostos II - Técnica Impositivista Básica	Auditoria Básica	Análise Econômico Financeira dos Estados Contábeis	
5º	Impostos I - Teoria Impositivista		Estados Contábeis	Finanças Públicas	
4º	Sociedades		Aplicação Jurídica Contábil		
3º	Instituições de Direito Comercial				
2º	Instituições de Direito Público				
1º	Instituições de Direito Civil				

Elaborado pelo autor.⁹⁶

Grupo 3 – O grupo 3 possui momentos diferenciados, que estão em conformidade com a estrutura do Curso, pois:

- nos quatro primeiros semestres predominam as disciplinas básicas;
- no quinto e no sexto predominam as disciplinas técnicas;
- no final, sétimo e oitavo, predominam disciplinas que são simultaneamente de caráter técnico, de gestão e de formação;
- no nono semestre, o aluno utiliza os conhecimentos adquiridos para elaboração do Trabalho Final de Graduação.

Observa-se que há disciplinas do Grupo 3 (três), “Controle da Gestão Pública” e “Finanças Empresariais” que compõe, também, o 2 (dois), pois elas possuem conteúdos relacionados e integrados. Compõem este grupo as disciplinas jurídicas, de Controle de Auditoria e de Análise Financeira.

⁹⁶ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Econômicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

TABELA 49 –MATRIZ CURRICULAR USAL – GRUPOS 4, 5 e 6

Semestre	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	
9º		Trabalho Final		
8º	Contabilidades Especiais		Cultura Argentina	Arte Argentina
7º	Contabilidade Internacional			
6º	Controles Internos Custos Especiais			
5º	Custos e Gestão			
4º	Sistemas de Custos			Teologia
3º	Contabilidade Superior			
2º	Contabilidade Intermediária	Metodologia da Pesquisa	Filosofia	
1º	Contabilidade Básica			

Elaborado pelo autor.⁹⁷

Grupo 4 – Contém disciplinas mais técnicas, do primeiro ao terceiro semestre constam disciplinas de formação contábil, posteriormente são conteúdos aplicados a área. Apesar de estarem alocadas no grupo 4, possuem interação com todos os grupos, principalmente com o grupo 3.

Grupo 5 – Ministrado em duas fases, a primeira composta de “Metodologia da pesquisa”, que deve ser aplicada aos trabalhos e atividades de todas disciplinas. Ao término do curso (9º semestre), há o Trabalho Final, que utiliza todos os conhecimentos do Curso. Essa estratégia de alocar o conteúdo de metodologia no primeiro semestre pode possibilitar resultados se no Curso todo, os Docentes exigirem os procedimentos metodológicos nas atividades dos alunos.

Grupo 6 – O grupo 6 compõe-se de conteúdos que buscam a humanização da formação. Há 3 (três) disciplinas neste grupo, que podem ser consideradas os diferenciais da USAL. São elas: “Teologia” e as optativas “Arte Argentina” e “Cultura Argentina”. Este grupo é muito importante para garantir que o curso esteja alinhado à Missão da Instituição, mas o caráter humano é, também, contemplado em outros momentos do curso.

Disciplinas Formadoras e Gerais – Duas disciplinas não foram consideradas nos grupos citados, são elas: “Comunicação Oral e Escrita” e “Ética Profissional, pois elas

⁹⁷ Fontes: Contenido mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Econômicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

permeiam todo o curso. Um fato que merece atenção é que a disciplina “Ética Profissional” é oferecida apenas no 7º semestre. Considerando-se que o **curso** possui duas titulações intermediárias, o ideal seria antecipar a disciplina, ou parte do seu conteúdo, pois o profissional que não desejar concluir, possuirá um título superior, sem cursá-la, além do que há muitos alunos que estão no mercado e estes conteúdos são relevantes à formação.

4.3.COMPARATIVO PUC-SP E USAL

A seguir, será apresentada a tabela 50, que demonstra a compatibilidade entre as disciplinas das duas universidades

TABELA 50 – COMPARATIVO PUC-SP E USAL – CONTEÚDOS COMPATÍVEIS

C*	Bacharel Ciências Contábeis – PUC-SP	Carga horária	CONTADOR PUBLICO - USAL	Carga horária	Diferença em horas
Bloco 1	1 Matemática I	68	Matemática I	72	
	Matemática II	68	Matemática II	72	
	Total	136	Total	144	-8
	2 Português Instrumental I	34	Comunicação Oral e Escrita	72	
	Português Instrumental II	34			-4
	Total	68	Total	72	-4
	3 Introdução à Administração	68	Administração	72	-4
	4 Relações do Trabalho	68	Demissões e Remunerações	72	-4
	5 Elementos de Economia	68	Economia	72	-4
	6 Legislação Comercial e Societária	68	Instituições de Direito Comercial	72	-4
	7 Contabilidade Básica	68	Contabilidade Básica	72	-4
8 Contabilidade Intermediária	68	Contabilidade Intermediária	72	-4	
9 Contabilidade Avançada	68	Contabilidade Superior	72	-4	
10 Controladoria Organizacional	68	Planejamento e Controle de Gestão	72	-4	
11 Perícia Contábil e Arbitragem	68	Atuação na Justiça – Negociação e Arbitragem	72	-4	
Total do Bloco 1	816	Total do Bloco 1	864	-48	
Bloco 2	12 Introdução à Tecnologia da Informação	34	Tecnologia da Informação	90	-56
	Instituições de Direito	68	Instituições de Direito Público	72	
			Instituições de Direito Civil	90	
	Total	68	Total	162	-94
	13 Economia Brasileira	34	Estrutura da Economia Argentina	54	-20
	14 Ética Profissional e Cidadania	34	Ética Profissional	72	-38
	15 Controle e Gestão de Custos	68	Custos e Gestão	72	
	Sistemas de Custeio	68	Custos Especiais	72	
	Métodos de Custeio	68	Sistemas de Custos	72	
	Total	204	Total	216	-12
	16 Direito Tributário	68	Impostos I - Teoria Impostivista	72	
	Planejamento Contábil Tributário	68	Impostos II - Técnica Impositivista Básica	72	
			Teoria e Técnica Impositiva - Impostos Internacionais	54	
	Total	136	Total	198	-62
	17 Monografia	68	Trabalho Final	150	
	Estágio Supervisionado I	150			
	Estágio Supervisionado II	34			
Total	252	Total	150	102	
Total do Bloco 2	762	Total do Bloco 2	942	-180	
Bloco 3	18 Matemática Financeira	68	Cálculo Financeiro	54	14
	19 Estatística	68	Estatística	54	14
	20 Análise dos Demonstrativos Contábeis	68	Análise Econômico Financeira - Estados Contábeis	54	14
	21 Auditoria	68	Auditoria Básica	54	14
	22 Controladoria Governamental	68	Controle da Gestão Pública	54	14
	23 Instituições Financeiras, Crédito e Finanças	68	Finanças Empresariais	54	14
	24 Técnicas de Medição de Desempenho	68	Solução de Problemas e Tomada de Decisões	54	14
	25 Introdução à Pesquisa Contábil	68	Metodologia da Pesquisa	54	
	Pesquisa Contábil	68			
	Total	136	Total	54	
	26 Introdução ao Pensamento Teológico I	34	Teologia	72	-38
Introdução ao Pensamento Teológico II	68			68	
Total	102	Total	72	30	
Total do Bloco 3	714	Total do Bloco 3	504	210	

Elaborado pelo autor.⁹⁸

⁹⁸ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC-SP. 2001, Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, Conteúdo mínimo – Contador Publico. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Económicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

Na tabela 51, relacionam-se as disciplinas não-compatíveis entre as duas universidades:

TABELA 51 – COMPARATIVO PUC-SP E USAL – DISCIPLINAS NÃO-COMPATÍVEIS

	Bacharel Ciências Contábeis – PUC-SP	Carga horária	CONTADOR PUBLICO - USAL	Carga horária
Bloco 4	Economia Internacional e Comércio Exterior	34	Computação I	72
	Marketing	68	Computação II	72
	Noções de Lógica	34	História Econômica e Social Argentina	54
			História Econômica e Social Internacional	54
			Macroeconomia	72
			Management (Organização)	54
			Microeconomia	72
			Organização, Sistemas e Métodos	72
			Processos	54
			Recursos Humanos	54
			Redação de Informes	54
			Sociedades	54
	Bloco 5	Contabilidade Gerencial	68	Contabilidade Internacional
História do Pensamento Contábil		68	Contabilidades Especiais	54
Teoria Contábil		68	Controles Internos	54
Normas Contábeis e de Auditoria		68	Estados Contábeis	54
Planejamento Contábil Financeiro		68	Finanças Públicas	54
Sistemas Contábeis		68	Aplicação Jurídica Contábil	54
			Mercados Financeiros	54
			Concursos e Quebras	54
			Auditoria de Sistemas	54
Bloco 6	Práticas na área Contábil I	34		
	Práticas na área Contábil II	34		
	Práticas na área Contábil III	34		
	Práticas na área Contábil IV	34		
	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade I	34		
	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade II	34		
	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade III	34		
	Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade IV	34		
Psicologia Aplicada à Contabilidade	34	Cultura ou Arte Argentina	54	
Sociologia Aplicada à Contabilidade	34	Filosofia	54	
Bloco 7			Inglês I	72
			Inglês II	72
			Inglês III	72
			Inglês IV	72
			Idioma I	72
			Idioma II	72
			Idioma III	72
			Idioma IV	72
Total	884	Total	1908	

Elaborado pelo autor.⁹⁹

⁹⁹ Fontes: Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: PUC-SP. 2001, Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, Conteúdo mínimo – Contador Público. Buenos Aires: SAL - Universidad Del Salvador, 2002 e CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Económicas de Universidades Nacionales. Contenidos Mínimos. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. CODECE. Argentina.

As disciplinas compatíveis foram divididas em quatro blocos, sendo os três primeiros compostos por disciplinas compatíveis (tabela 50) e dos blocos 4 ao 7, (tabela 51), por não-compatíveis. Os blocos são compostos por 30 conteúdos, conforme a similaridade das disciplinas.

Para comparação e análise foram utilizados os critérios da Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 e as cores respectivas apresentadas na tabela 52:

TABELA 52 – LEGENDA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS PELA GRADE CURRICULAR

Cor	Conteúdo
	Formação Básica
	Formação Profissional
	Formação Teórico-Prática
	Formação Básica-Diferenciais

Elaborado pelo autor.¹⁰⁰

A seguir, apresenta-se a análise realizada por bloco de disciplinas:

- O Bloco 1 (tabela 50) consiste na apresentação dos conteúdos de 1 a 11, com disciplinas de carga horária similar, para tal, foram selecionados os conteúdos que possuem uma diferença de carga horária inferior a 8 (oito) horas totais. Estas foram consideradas praticamente consensuais quanto à carga horária. Observa-se, porém, que a USAL possui maior carga em todas elas, o que proporciona uma diferença de 52 horas. As disciplinas dos conteúdos 1 e 2 são de formação básica e geral e correspondem à Matemática, ao Idioma Pátrio e à Forma de comunicação. Os conteúdos de 3 a 6, embora básicos, estão relacionadas ao mercado de trabalho de forma direta e abordam fundamentalmente, Administração, Economia e Legislação. Os conteúdos de 7 a 11 abordam os diferentes níveis da formação Contábil, Controladoria e Perícia.
- O Bloco 2 (tabela 50) é constituído por conteúdos consensuais entre as duas Faculdades, em relação à necessidade de composição no currículo, porém há um carga maior na USAL. Há, nos conteúdos 12 e 13, disciplinas de formação básica voltadas à Tecnologia da Informação, Direito e Economia Nacional. Em

¹⁰⁰ Fonte: Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

relação à Ética Profissional (14) há uma significativa diferença de carga horária, pois a USAL prevê 72 horas e a PUC-SP 34 horas. Observa-se, entretanto, que é recomendado ministrar Ética transversalmente em todo o curso, pois ela faz parte da prática profissional e das ações cotidianas, sendo prevista em todas as disciplinas na PUC. Em relação à formação profissional, é possível afirmar que a carga horária de Custos (15) é bem contemplada em ambas as faculdades, excedendo a 200 horas, podendo ser considerada uma disciplina fundamental em ambiente competitivo e de alta tecnologia. “Direito Tributário” (16), na PUC-SP, apresenta 68 horas e na USAL 54, porém a USAL possui “Impostos I e II e há uma disciplina muito relevante para o mercado global, “Teoria e Técnica Impositiva - Impostos Internacionais”. Para finalizar, destaca-se que as disciplinas relacionadas ao trabalho final e ao estágio (17) são muito relevantes, pois:

- a. introduzem o aluno na pesquisa e muitas vezes na iniciação científica, podendo incentivá-lo para a continuidade dos estudos;
- b. constituem uma oportunidade para o aluno ingressar no mercado de trabalho, pois o estágio é realizado na empresa e a monografia utiliza, muitas vezes, casos reais para análise;
- c. possibilita ao aluno integrar a teoria à prática, aplicando os conteúdos;
- d. Integra e inter-relaciona conteúdos de forma interdisciplinar ou transdisciplinar.

- No bloco 3 (tabela 50) foram destacados os conteúdos que constam em ambos os cursos, porém há maior carga horária na PUC-SP. Há dois conteúdos básicos: Matemática Financeira e Estatística (18 e 19). Para a formação profissional os conteúdos referem-se à:

- a. “Análise dos Demonstrativos Contábeis” (20), disciplina que poderia ser melhor utilizada, se os países da América Latina tivessem padrões de contabilidade internacional;

- b. “Auditoria”(21), em que se torna possível observar a característica interdisciplinar do conteúdo, além da necessidade da constante atualização em especial no que se refere ao mercado global;
- c. “Controladoria Governamental” (22), que na USAL foi relacionada à disciplina “Controle da Gestão Pública”, porém destaca-se que na prática os conteúdos são muito diferentes, principalmente devido à legislação;
- d. “Instituições Financeiras, Crédito e Finanças”(23), que foi equiparada à disciplina oferecida pela USAL “Finanças Empresariais”, porém na PUC-SP a disciplina é mais abrangente, pois prioriza o mercado financeiro;
- e. “Técnicas de Medição de Desempenho” (24), que possui parte de conteúdo similar à disciplina da USAL “Solução de Problemas e Tomada de Decisões”, pois possibilitam ao aluno ter ferramentas quantitativas para a análise gerencial e pode ser considerada um diferencial da PUC-SP, em relação às outras faculdades do Brasil que não possuem este conteúdo no currículo;
- f. Ensinar o aluno “Metodologia de Pesquisa”, além de incentivá-lo para a investigação (25), sempre de forma direcionada à formação contábil, é um conteúdo importante, pois auxilia o aluno a compreender a necessidade e os objetivos da pesquisa na área, transformar a investigação em uma prática do seu cotidiano profissional e acadêmico e utilizar métodos científicos durante todo o curso;
- g. “Introdução ao Pensamento Teológico” (26), associada à “Teologia”, que possuem conteúdos com o propósito de associar o Curso à Missão das Instituições, foi considerada diferencial das instituições, pois não são normalmente oferecidas pelas faculdades.

- No Bloco 4 (tabela 51) há as disciplinas básicas, que são oferecidas por apenas uma das Instituições. São as seguintes disciplinas:
 - PUC-SP
 - a. “Economia Internacional” e “Comércio Exterior”. Uma disciplina importante como pré-requisito para a “Contabilidade Internacional” e para a concepção da “Economia Global”;
 - b. “Marketing”- Em uma concepção de que o Contador é um Gestor de Empresas e Negócios, ele necessita da óptica estratégica das organizações e do conhecimento da dinâmica do mercado, portanto constitui-se como fonte de informações para a formação do gestor;
 - c. “Noções de Lógica” - Disciplina que pode ser ministrada de forma integrada à “Técnicas de Medição de Desempenho”, que usa dados quantitativos para análise.
 - USAL
 - a. “Computação” – O conteúdo da disciplina é necessária ao desenvolvimento de competências relevantes à profissão, mas a opção de constar no currículo depende do nível de acessibilidade dos alunos à informática;
 - b. “Macroeconomia”, “História Econômica e Social da Argentina” e “Sociedades” - Essas disciplinas possibilitam uma visão macro ao aluno e compõem a sua formação global;
 - c. “Organização, Sistemas e Métodos”, “Processos”, “Management (organização)”, “Recursos Humanos” e “Redação de Informes” – Possibilitam uma visão corporativa e podem ser integradas à outras disciplinas, principalmente à “Introdução à Administração”. “Processos”, conforme ementa fornecida pela USAL refere-se aos processos administrativos e gerenciais nas diversas áreas das empresas.

- No Bloco 5 (tabela 51) há as disciplinas de Formação Profissional, que são oferecidas por apenas uma das Instituições. Compõe-se das seguintes disciplinas:
 - PUC-SP
 - a. “História do Pensamento Contábil”, “Introdução à Pesquisa Contábil”, “Normas Contábeis e de Auditoria” e “Teoria Contábil” são conteúdos teóricos, que buscam agregar o conhecimento geral sobre a área contábil;
 - b. “Planejamento Contábil Financeiro”, “Contabilidade Gerencial” e “Sistemas Contábeis” são conteúdos que buscam capacitar o alunado à visão sistêmica e gerencial.
 - USAL
 - a. “Contabilidade Internacional”, que é uma disciplina relevante no contexto mundial atual, em especial em um momento em que se discute a harmonização contábil e a participação no mercado internacional. A PUC-SP aprovou recentemente pelo CEPE - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade a alteração no currículo e incluiu a disciplina “Contabilidade Internacional” com 34 horas, está sendo ofertada para as turmas que ingressaram a partir de 2007.
 - b. “Contabilidades Especiais” aborda entidades financeiras, meios de comunicação, companhias de seguros e atividade agropecuária. Pode ser comparada às disciplinas “Seminários de Tópicos Especiais em Contabilidade”, ofertadas na PUC-SP, porém não foi considerado no trabalho similar, porque não há uma definição do conteúdo anual;
 - c. “Controles Internos” possui conteúdo complementar à disciplina “Auditoria Básica”, porém aborda mais a questão da

fraude dos seus controles, por isso ambas disciplinas são oferecidas no sexto semestre;

d. “Finanças Públicas” e “Concursos e Quebras” são complementares à Contabilidade das áreas públicas;

e. “Estados Contábeis”, oferecida no quinto semestre, consiste em uma iniciação para o aluno realizar a interpretação dos dados contábeis e da análise contábil e financeira;

f. “Aplicação Jurídica Contábil”, aborda a formação e a carreira do contador, o código de ética, direito constitucional, direito processual e direito civil;

g. “Mercados Financeiros”, contempla uma abordagem do mercado de capitais, possui conteúdo importante para a formação do aluno, principalmente para um momento em que se busca atuar no mercado global. Poderia ser oferecida como optativa na PUC-SP.

h. “Auditoria de Sistemas”, apresenta um conteúdo complementar à formação do contador e pode ampliar o seu campo de atuação.

- O Bloco 6 (tabela 51) é composto por disciplinas voltadas para a formação teórico-prática oferecidas pela PUC-SP. Este bloco é composto por:

a. “Práticas na Área Contábil”, que foi criada com o objetivo de possibilitar ao aluno condições de aplicar os conhecimentos adquiridos por meio de exercícios, simulações e atividades interdisciplinares, ministrados em 136 horas;

b. “Seminários de Tópicos Especiais de Contabilidade”, é composto por palestras sobre temas atuais e complementares, imprimindo uma maior flexibilidade no currículo, com 136 horas. Há abordagens como balanço social, formação profissional, mudanças legais e outros.

- O Bloco 7 (tabela 51) contém disciplinas que são básicas, porém podem ser consideradas diferenciais em ambas instituições:
 - PUC-SP
 - a. “Psicologia Aplicada à Contabilidade”. Considerando-se que o Contador não pode se limitar a apenas registrar e analisar os dados e fatos patrimoniais, mas deve ser um gestor da empresa, que utiliza a Economia e os conhecimentos sobre aspectos humanos e patrimoniais para a tomada de decisões, essa disciplina torna-se relevante para a sua formação e pode ser um diferencial;
 - b. “Sociologia Aplicada à Contabilidade”. A Economia envolve aspectos da Sociologia, assim como os resultados de um patrimônio em mutação são influenciados por aspectos sociológicos.
 - USAL
 - a. “Cultura Argentina” e “Arte Argentina”, oferecidas como disciplinas optativas, demonstram a preocupação com a formação geral do indivíduo e a valorização da cultura nacional;
 - b. “Inglês” e um terceiro idioma em que o aluno pode escolher: “Italiano”, ”Alemão”, ”Português” ou “Francês”.

O que se destaca na análise são os aspectos que são elencados a seguir:

O primeiro consiste no fato de que, apesar de nos aspectos gerais da formação os cursos serem muito diferentes, no aspecto profissional a formação tem muitos aspectos similares. O Curso tem carga horária que se destaca quanto às disciplinas de formação contábil, custos e a área Tributária.

Em relação às disciplinas básicas, há uma parte que pode ser considerada diferencial, porém com enfoques diferentes, que demonstram um pouco da forma de atuação das Instituições.

Ambas Instituições têm uma capacidade muito grande em integrar teoria e prática, mas com estratégias diferentes de ensino e conseguem um bom índice de alunos colocados no

mercado, sendo que se destaca o fato de serem cursos noturnos e que a maioria dos alunos trabalham.

Os dois cursos, principalmente devido às disciplinas consideradas diferenciais, demonstram uma tendência para a questões humanísticas e sociais.

CONCLUSÕES

1. Avaliação dos Cursos Superiores de Ciências Contábeis

A avaliação é necessária, para o acompanhamento e desenvolvimento do ensino superior, sendo que deriva de uma decisão política, mas deve ser flexível para adaptar-se às novas tecnologias e às mudanças de mercado, sociais ou regionais, e à cultura institucional. Observa-se que não se trata de uma flexibilidade quanto à qualidade de ensino, mas refere-se ao respeito às especificidades dos cursos. O processo deve refletir não apenas a comunidade acadêmica interna (alunos, professores, funcionários administrativos e gestores), mas, também, a comunidade em que a Instituição está inserida e as suas necessidades, portanto as características regionais devem ser respeitadas e consideradas nos processos.

Os processos avaliativos dos cursos são diferenciados e, embora na Argentina o número de estudantes do curso de Contador Público seja alto, não há processo de avaliação externa.

No Brasil, há o ENADE-Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, sendo que em 2006 o curso de Ciências Contábeis da PUC-SP foi avaliado e para 2009, está prevista a verificação “in loco”. Na Argentina, por sua vez, embora o CODECE (Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales) tenha solicitado a avaliação para os Cursos Superiores de Contador Público, até hoje não há previsão nem planejamento para que esse processo ocorra.

Outra observação é que, embora estejam previstos a ampliação do crescimento e o desenvolvimento dos processos avaliativos, os cursos superiores de Contábeis não são contemplados pelo MEXA.¹⁰¹ Atualmente, o MEXA não é considerado um selo de qualidade, mas os cursos passam por critérios avaliativos em que são mensurados padrões mínimos, podendo ser transformados em certificação para garantir a atuação profissional na América Latina.

Quanto às dimensões da avaliação, citadas no primeiro capítulo, o contexto institucional, o projeto acadêmico, os recursos humanos e a infra-estrutura, merece destaque a primeira, ou seja, o “Contexto institucional”, pois é ele que fundamenta toda a avaliação do curso e está relacionado ao currículo. Nessa dimensão estabelecem-se os objetivos e metas da

¹⁰¹ *Manual de Procedimientos para Pares Evaluadores*. Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras para o Reconocimiento de Titulos de Grado Universitario en los Países del Mercosur, Bolivia Y Chile. Mercosur, diciembre de 2002.

carreira, o perfil do profissional que se deseja formar, a estrutura organizacional, o plano de desenvolvimento e demais indicadores que caracterizam a filosofia e a missão da instituição. Portanto, os critérios deste componente devem ser analisados à luz das “Características da carreira” e demonstrar claramente que há meios e ferramentas para que sejam alcançados os objetivos maiores estabelecidos. A primeira dimensão está diretamente relacionada ao perfil do egresso e às competências a serem atingidas.

Destaca-se, ainda, a necessidade dos processos avaliativos realizarem meta-avaliação, ou seja, a avaliação do processo avaliativo, pois é fundamental para o desenvolvimento dos processos, por essa razão em um processo de avaliação externa ou auto-avaliação recomenda-se contemplá-la.

Logo, conforme citado no primeiro capítulo, defende-se que o Mercosul deve avançar no desenvolvimento dos padrões internacionais de qualidade dos cursos, pois trata-se de uma questão política e conseqüentemente econômica, além de preservar a relação com a cultura e a realidade das pessoas, já que a América Latina tem características próprias e interesses diferenciados no ambiente global.

A avaliação pode e deve ser o caminho, não apenas para a unificação e construção da melhoria do ensino no Mercosul, mas também, para o reconhecimento internacional dos egressos para atuação no mercado global.

2. Desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil e na Argentina

O segundo capítulo abordou alguns aspectos sobre as universidades da América Latina, em especial sobre o Brasil e a Argentina, que merecem uma reflexão, entre eles podem ser considerados:

- O conceito e o formato da universidade e do ensino superior têm muitos pontos em comum entre o Brasil e a Argentina, porém há também algumas diferenças significativas. Uma que merece destaque é o fato de na Argentina existir o ensino superior não-universitário. É interessante destacar que o acesso ao ensino superior, proporcionalmente, é bem maior do que no Brasil, porém, na Argentina, o ensino não-universitário tem um espaço significativo. No Brasil, foram criados os Cursos Superiores de Formação Específica, que possuem características próximas aos

superiores não-universitários Argentinos, porém o crescimento da oferta e procura não tem sido grande e estão perdendo mercado, principalmente, para os Cursos de Graduação Tecnológica.

- O crescimento numérico de instituições, alunos e cursos nos últimos anos foi surpreendente, o que significa mais acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, menos exclusão social, mas a qualidade é fundamental para o desenvolvimento e para a empregabilidade. No Brasil e na Argentina tem aumentado o número de matrículas. No Brasil, em 2005, foram contabilizadas 4.099 Instituições de Ensino Superior, 20.407 cursos de graduação presenciais e 1.678.088 alunos ingressantes. Porém esse crescimento tem diminuído anualmente, conforme demonstram os dados do MEC/INEP. Na Argentina, em 2004, havia 100 instituições, entre universidades e institutos universitários.
- O número de alunos que optam pelos Cursos Superiores de Contabilidade é muito elevado nos dois países. No Brasil, é o sétimo maior curso, sendo que em 2004 ingressaram 162.159 alunos e concluíram 24.213, destacando-se a evasão que é muito alta no Ensino Superior Brasileiro. Na Argentina, o Curso de Contador Público é o segundo com maior número de alunos, porém, apesar do acesso ao ensino Superior estar em crescimento, o Curso diminuiu de 2000 a 2004, de 31.212 matrículas para 29.245. Outra observação é que os cursos privados tiveram um crescimento de 3908 alunos (em 2000) para 6055 (em 2004), por sua vez, as faculdades estatais de Contador Público na Argentina reduziram o número de alunos, no mesmo período, de 27304 para 23190.
- A possibilidade de acordos entre países da América Latina, na área educacional, deve ser uma preocupação dos governos e não apenas a formação de blocos para transações comerciais.

O momento que a América Latina está vivenciando, como parte de uma sociedade global, em constante mutação, apresenta características e realidades próprias, e deve estar refletida na construção de políticas sociais, em especial na educação. Por este motivo é muito

importante a construção de políticas para o Mercosul, para garantir a inserção dos profissionais e o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes de forma que eles não apenas intervenham no cenário global, como também tenham capacidade crítica, com responsabilidade social, ética e postura pró-ativa.

Observa-se a existência de dois problemas no ensino superior da América Latina que merecem atenção. O primeiro constitui-se na falta de padrões mínimos na avaliação dos cursos, considerando-se as diferenças, para proporcionar maior intercâmbio e até facilitar convalidações de títulos entre os países. O segundo, é a necessidade de maior troca de informações pelas instituições de ensino e pelos países, para, por meio de intercâmbio, ser possível elaborar políticas públicas. Atualmente, o Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul Educativo e a UNESCO têm sido importantes para desempenhar este papel, porém faltam ainda dados.

3. Tendências da Contabilidade na América Latina

A Profissão Contábil, desde a sua criação até os dias atuais, passou por muitas transformações. Uma mudança relevante foi trazida pela informatização que possibilitou e até pressionou os Contadores a possuírem funções mais gerenciais e voltadas para as tomadas de decisão, o que ocasionou a ampliação das funções de muitos profissionais. A maior mudança, entretanto, não foi a criação de novas ferramentas, mas a revisão dos processos administrativos e contábeis, que, certamente, só foram possíveis devido à tecnologia. Outro fator é a facilidade de transporte de pessoas e de informação.

Atualmente, há entre essas tendências, uma que é muito perceptível - a internacionalização- produzindo um impacto que ocorre de maneira direta, já que os profissionais terão que acompanhar as possíveis harmonizações e padronizações mundiais.

Nesse contexto, o processo de internacionalização é impulsionado pela alta tecnologia, rapidez da informação, transparência pública e a facilidade das empresas atuarem em mercados globais. Esses fatores impulsionam a Contabilidade dos países para uma harmonização contábil, que possibilitaria facilitar comparações, traria mais investimentos para a América Latina e facilitaria a atuação das empresas e dos profissionais no mercado mundial.

O que se deve ressaltar no processo de harmonização contábil é a necessidade de se preservar a autonomia e soberania dos povos e a América Latina deve se articular para de

forma conjunta posicionar-se, porém isso não impede algumas mudanças para atender ao IASB¹⁰², conforme exemplificado no terceiro capítulo, como:

- obrigatoriedade da apresentação de fluxo de caixa;
- segmentar informações por negócios ou áreas geográficas;
- o demonstrativo do desconto a valor presente, em vendas de longo prazo;
- registrar subvenções governamentais registradas quando recebidas e associadas à vida dos projetos ou à dos ativos.

Há outros fatores relevantes para a adaptação da contabilidade, como a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do balanço social, porém tais medidas implicam, a curto prazo, custos e mudanças no mercado, logo devem ser realizadas de forma processual.

Essas mudanças impactam diretamente no ensino, que necessita de uma padronização de processos de avaliação para acompanhamento da qualidade e políticas educacionais e de intervenção no mercado de trabalho. Destaca-se, porém, que essa proposta de padronização de avaliação de indicadores quantitativos e qualitativos, não pode ser uma padronização do ensino, pois devem ser respeitadas as diferenças regionais, em especial as necessidades locais e institucionais.

Outro fator a destacar é que para os profissionais da área Contábil terem maior competitividade nos cenários Internacionais, é fundamental a harmonização contábil. Ao comparar os conteúdos do Brasil e Argentina, uma área em que fica muito nítida esta dificuldade das diferenças de conteúdo é a Contabilidade dos órgãos públicos.

¹⁰² IASB – “*International Accounting Standards Board*” – Entidade internacional responsável pela emissão das Normas Internacionais de Contabilidade.

4. Currículo dos Profissionais da área Contábil

Os padrões da IFAC para os profissionais da área contábil são amplos e complexos, com alto grau de exigência, o que os diferencia das Diretrizes Curriculares Brasileiras e do currículo mínimo da Argentina.

Ela se preocupa com o fato de o ingressante não possuir pré-requisitos, que englobem conhecimentos específicos da área, assim como com o momento em que o aluno irá realizar seu estágio e com a educação continuada.

Uma mudança muito importante, que demonstra a flexibilidade do Ministério da Educação no Brasil, foi a resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, pois ela normatiza as competências e habilidades, assim como o perfil profissiográfico do egresso, porém ela flexibiliza a forma pelo qual o curso se desenvolve, abandonando as concepções de “grade curricular” e “currículo mínimo.” Esse fato possibilita que se repensem as formas de estruturar os currículos, facilita o desenvolvimento de novas estratégias e práticas de ensino e respeita a cultura das Instituições. Observa-se, porém, que apenas um sistema de avaliação dialógico, participativo, com critérios claros de acompanhamento e com avaliadores bem capacitados, pode garantir a qualidade em uma situação de tal flexibilidade. O Ministério da Educação tem refletido sobre isso e desenvolveu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), porém a construção do processo é diária e há muitos desafios para a realização a contento dessas avaliações. O projeto da PUC-SP reforça a formação voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades.

Na Argentina, o documento que contém os currículos mínimos para a Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia, elaborado pelo CODECE, propõe conteúdos, porém a USAL possui bem definidas as competências e habilidades, conforme o perfil do egresso.

Conforme o IES (“*International Education Standard*”), elaborado pela IFAC, os padrões são atendidos da seguinte forma pela PUC-SP e pela USAL:

IES 1 - Exigências para o Ingresso em um Programa de Educação de Contabilidade Profissional

Neste Padrão, observa-se a necessidade de:

- a) Associar a educação contábil profissional à prática. Para propiciar o desenvolvimento do aprendizado teórico em conjunto com a prática, a PUC-SP oferece em seu currículo:
 - “Práticas na área Contábil” que utiliza da teoria das disciplinas de forma aplicada;
 - “Estágio Supervisionado”, obrigatório pelas Diretrizes Nacionais, que prevê que os alunos tenham um professor para o acompanhamento. Há dois estágios: o extracurricular, não-obrigatório em que as empresas contratam em parceria com as faculdades e no qual os alunos são muito disputados pelo mercado desde o primeiro ano, conforme afirma o Prof. Luiz Carlos Vaini, Coordenador de Estágios da PUC-SP. Há, também, o estágio profissional obrigatório que o aluno deve realizar no sétimo e oitavo semestres e tem carga horária de 300 horas;
 - “Pesquisa Contábil e Monografia”, que apóiam e exigem a elaboração do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, de forma individual, conforme as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) no qual, na maioria das vezes, o aluno utiliza situações empresariais reais para análise. Pelas diretrizes, este trabalho não é mais obrigatório para os Cursos de Ciências Contábeis, porém a PUC-SP mantém a necessidade para a formação do seu alunado;
 - Aulas laboratoriais, palestras e simulações, além de proximidade com as empresas e a existência de uma empresa júnior, em que os alunos em conjunto com os professores podem desenvolver projetos e ofertá-los para o mercado.

Um fator que pode auxiliar nesta integração é a implantação e sistematização de visitas técnicas, sendo que a PUC-SP tem discutido a viabilidade dessa implantação.

A USAL mantém estratégias de ensino similares para obter a integração da teoria à prática, pois possui aulas laboratoriais, acompanhamento do aluno no mercado de trabalho,

sistematização de palestras e a disciplina “Trabalho Final”, que consiste em trabalho a ser elaborado no final do Curso. Conforme afirma em entrevista a Profa. Leonor De Angeles¹⁰³ (2005), o índice de empregabilidade dos alunos da USAL é de 100% e, caso eles não estejam atuando na área, a faculdade tem estrutura para ofertar o estágio.

A característica que auxilia ambas as faculdades é o fato de que a maioria dos alunos, ao iniciar o curso, está no mercado de trabalho ou pretende ingressar.

b) Controle de qualidade do ingressante.

O Controle de qualidade do ingressante na PUC-SP ocorre por meio de vestibular, que contempla os conteúdos: Português, História, Geografia, Matemática, Física, Química e Biologia. Para a prova de língua estrangeira, o candidato pode optar por Inglês ou Francês. Na USAL há entrevista. A IFAC propõe que ocorra alguma avaliação prática ou a exigência de que o aluno atue no mercado, por isso as atividades práticas tornam-se fundamentais.

Outro aspecto que pode ser auxiliar na formação é a existência de apoio Psicopedagógico durante o curso.

IES 2 – Conteúdos

Quanto aos conteúdos, a IFAC observa a necessidade de:

a) Conhecimentos relacionados à Contabilidade e Finanças.

Quanto a esses conhecimentos prioritários, ambos os cursos possuem significativa carga horária e atividades nessa área. O que ocorre é que há muita diferença de conteúdo, devido à legislação que é muito diferenciada, vale dizer, observa-se uma falta de harmonização contábil;

b) Conhecimento organizacional e empresarial

A USAL atende a esses conteúdos, porém a PUC-SP não contemplava Governança Corporativa, para que isso ocorra, foi aprovada pelo CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade a alteração no currículo que inclui a disciplina “Instrumentos Contábeis de Governança Corporativa”. Esta alteração não foi citada no capítulo 4, porque atende apenas as turmas novas, que ingressaram em 2007, e a disciplina ainda não foi ministrada.

¹⁰³ Profa. Leonor De Angeles é Secretária Acadêmica da USAL.

c) Conhecimentos em Informática

Os dois cursos contemplam os conhecimentos de Informática. Na PUC-SP não há disciplina que contemple Informática Básica, mas como há muitas aulas laboratoriais os alunos necessitam desse conhecimento instrumental para a aprovação. O motivo dessa não inserção de Informática Básica deve-se ao fato de que se observou que a maioria dos alunos já possui esses conhecimentos como usuários, logo a disciplina torna-se desnecessária.

IES 3 – Habilidades

As habilidades destacadas pelo IFAC são:

a) Habilidades Intelectuais e Habilidades Técnicas e Funcionais

A PUC-SP e a USAL atendem a esse aspecto, porém de formas diferentes. A PUC-SP tem as disciplinas “Noções de Lógica” e “Técnicas de Medição de Desempenho”, além de conteúdos aplicados como as aulas direcionadas para Custos, Matemática ou outros. A USAL possui a disciplina “Soluções de Problemas e Tomadas de Decisão” e, também, contempla conteúdos voltados a habilidades intelectuais, destacando-se Custos, Controles Internos, Matemática e Cálculo Financeiro.

b) Habilidades Pessoais e Interpessoais, destacando-se as Interpessoais de Comunicação

Essas habilidades são desenvolvidas pelos trabalhos em grupo, pelo relacionamento em sala, pelas apresentações e pelo relacionamento em sala. Observa-se, porém que não há formas de avaliação que assegurem a medição do desenvolvimento dessas habilidades, exceto no estágio profissional, em alguns trabalhos em grupo e nos trabalhos de conclusão.

c) Habilidades de Administração e Organização Empresarial

As habilidades de Administração e Organização são contempladas nos conteúdos básicos e nos que envolvem contabilidade e processos gerenciais.

d) Educação geral

A educação geral citada pela IFAC corresponde não apenas à formação do indivíduo na área contábil, mas ao conjunto de informações que o aluno possui e possibilita que ele se relacione com o mercado de trabalho e com o mundo. Essa educação geral está inter-relacionada aos valores, à cidadania e à capacidade de autonomia do cidadão.

Considerada fundamental, a educação geral em ambas as instituições contribui para essa formação, já que o curso possui uma carga horária de disciplinas consideradas diferenciais e o fato de que promove diversas atividades extras, como cursos, palestras, eventos e outros.

Observa-se, porém, que o controle da qualidade do ingressante pode auxiliar a assegurar que o alunado já traga essa educação geral, além de estratégias de formação.

Conforme as Diretrizes Curriculares Brasileiras, o Estágio Curricular objetiva consolidar os desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando. Deverá ter regulamento próprio, poderá ser realizado na própria Instituição e deverá respeitar os padrões de qualidade e os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Uma proposta é implantar a avaliação das habilidades, por meio de critérios claros, para tal poderiam ser desenvolvidas as seguintes ações:

- Criar instrumento com indicadores próprios, em que os alunos seriam avaliados por três ópticas: discentes, docentes e pela empresa;
- Desenvolver formas de maior integração entre as empresas e as universidades.

Destaca-se que, atualmente, as disciplinas utilizam estudos de caso, porém as simulações empresariais em que envolvem situações de gestão são necessárias e necessitam ser repensadas, pois ainda são um desafio para os cursos.

IES 4 – Valores Profissionais, ética e atitudes

Os Conteúdos devem estar comprometidos com:

- a) O interesse público e a sensibilidade para responsabilidade social;
- b) A melhoria contínua e aprendizagem vitalícia;
- c) A confiança, responsabilidade, oportunidade, cortesia e respeito;
- d) Capacidade de cumprir leis e regulamentos.

Conforme a IFAC, os Conteúdos devem apresentar não apenas uma natureza ética, mas a prática cotidiana, desde a concepção de projetos, como o desenvolvimento, o exercício profissional, o comportamento dos profissionais, além de responsabilidade social e o compromisso com a sociedade, com os parceiros, com as leis e com a profissão.

Nos cursos analisados, não foi observado nenhum aspecto que contrarie esses comportamentos, além de possuírem conteúdos e até disciplinas específicas sobre o assunto. Observa-se que os cursos objetivam formar profissionais éticos e divulgam e promovem seus valores, mas diferentemente do aprendizado é impossível assegurar tais comportamentos.

O padrão 4 considera a necessidade dos conteúdos relativos a ética, quanto à natureza, estrutura dos trabalhos, à forma de atuação, ao comportamento e outros, além de abordar responsabilidade social, aspectos éticos legais e responsabilidade no comportamento.

Os conteúdos abordam a ética, apesar do fato de as Instituições não poderem assegurá-la na atuação do profissional, apenas garantir sobre o seu conhecimento em relação ao assunto.

IES 5 – Capacidades Profissionais e Competências

Quanto às Capacidades Profissionais e Competências, as Instituições devem proporcionar aos alunos experiência prática com o objetivo de promover um ambiente profissional em que os aprendizes desenvolvam competência para:

- a) Ampliar a compreensão dela nas organizações, bem como nas relações e nos trabalhos empresariais;
- b) Estabelecer a relação de trabalhos de contabilidade com as funções e atividades do negócio;
- c) Conhecer o ambiente empresarial;
- d) Desenvolver os valores profissionais apropriados, ética e atitudes em situações práticas da vida real;
- e) Ter oportunidade para trabalhar em níveis progressivos de responsabilidade.

Estes aspectos são muito relevantes e, conforme já citado anteriormente, as disciplinas, o estágio profissional e o trabalho de conclusão parecem proporcionar esses conhecimentos, mas há a necessidade de rever os métodos avaliativos.

IES 6 - Desenvolvimento Profissional

Na avaliação de competências, os alunos precisam demonstrar:

- a) Conhecimento técnico dos assuntos específicos do currículo;
- b) Conhecimento técnico e analítico aplicado à prática;
- c) Capacidade de extrair de diversos contextos o conhecimento requerido para resolver problemas complexos;
- d) Competência para solucionar problemas particulares, extraindo dos dados informações relevantes;
- e) Capacidade para classificar e priorizar os problemas;

- f) Capacidade de analisar alternativas e soluções, compreendendo e relacionando-os às regras de julgamento;
- g) Poder integrar diferentes áreas de conhecimento e diversas habilidades;
- h) Comunicar-se efetivamente com usuários, formulando recomendações realistas de forma concisa e lógica;
- i) Capacidade para identificar e analisar questões éticas.

Todos estes aspectos são avaliados durante o curso, por meio de provas, estudos de caso, além dos estágios e da atuação profissional. O CFC – Conselho Federal de Contabilidade realizava uma avaliação de suficiência, em todo Brasil, que objetivava garantir a qualidade do egresso dos cursos, porém por força de decisão judicial, o Exame foi suspenso.

A IFAC afirma, ainda, que podem ser avaliadas capacidades profissionais e competências em uma série de momentos, como no ingresso do indivíduo, porém a parte qualificativa final da avaliação precisa ser aplicada no encerramento do programa. Atualmente, no Brasil, o ENADE – Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes busca desempenhar esse papel e integrar as auto-avaliações, as avaliações oficiais e a realizada nas instituições.

A IFAC afirma que devem ser considerados fatores específicos como:

- a) Local geográfico;
- b) Recursos educacionais e outros disponíveis;
- c) Número de candidatos que são testados e os recursos que possuem; e
- d) Novas alternativas.

Essa consideração sobre as especificidades é muito relevante, pois demonstra, que não apenas as avaliações de aprendizagem, mas, também, as avaliações de curso e institucional, devem considerar as diferenças. Para o exercício da carreira é necessário existir um padrão mínimo, porém não refletir sobre eles e desconsiderar as diferenças regionais e as características institucionais e educacionais é analisar o processo educacional como se fosse uma linha de produção em série. As diferenças, além de garantir a cidadania, a acessibilidade e o processo democrático, possibilitam a formação de olhares e competências com tendências e características diferenciadas, o que é muito rico para o desenvolvimento social dos povos.

Interessante observar que, conforme citado no terceiro capítulo, para atender às exigências para a formação e para o desempenho da função, o MEC-Ministério da Educação do Brasil, não define quais disciplinas devem compor a grade curricular do curso, porém há a definição de carga horária e conteúdos mínimos, além da obrigatoriedade de Estágio Curricular

Supervisionado e Atividades Complementares. Isso possibilita as Instituições construírem seus cursos de forma a respeitar as individualidades e considerar as necessidades.

Quanto ao aprendizado contínuo, é muito relevante o aluno ter clareza da necessidade de reciclar-se, acompanhar tendências regionais, nacionais ou mundiais e desenvolver senso crítico para construir o futuro. Por este motivo, as faculdades devem incentivá-lo a prosseguir seus estudos, divulgando com habitualidade seus cursos e promovendo a educação continuada.

5. Considerações Finais

Ao final da análise observa-se que os Cursos da PUC-SP e da USAL possuem muitas características comuns, pois:

- Os Conteúdos de formação profissional são muito próximos, quanto aos aspectos abordados;
- Os conteúdos de formação básica possuem alguns aspectos semelhantes e o que os diferencia refere-se à busca de uma formação mais ampla, alinhada com a cultura institucional;
- As atividades práticas, na PUC-SP e na USAL, embora conduzidas de formas diferenciadas, favorecem uma significativa inserção no mercado de trabalho, integrando aspectos teóricos e práticos;
- Ambas tem uma preocupação com a formação ética e humanística do indivíduo;
- A PUC-SP e a USAL demonstram preocupação com a pesquisa, com o senso crítico e com a educação continuada.

A USAL demonstra uma preocupação com a questão internacional, evidenciado pelo convênio com a ACCA – “Association of Chartered Certified Accountants”, associação que reúne os contadores do Reino Unido, conforme citado no quarto capítulo e há, também, a obrigatoriedade de o aluno cursar idiomas. A PUC-SP, por sua vez, também introduziu a disciplina “*Contabilidade Internacional*” em seu currículo.

O que se observa é que entre todos esses fatos que demonstram semelhanças entre os cursos, há alguns aspectos que merecem uma reflexão:

- É necessário desenvolver nas instituições avaliações por competências e habilidades. Atualmente, há propostas neste sentido, mas é necessário de forma

contínua, refletir e rever os critérios, adaptando-se as necessidades do alunado, das instituições, das comunidades e da globalização;

- É necessária a auto-avaliação dos cursos de Ciências Contábeis, para garantir a melhoria contínua e a reflexão, considerando-se as especificidades de cada Instituição. Atualmente, quase a totalidade das faculdades no Brasil a realizam, inclusive a PUC-SP, mas isso deve ser realizado em todas as Instituições e o Governo Federal tem buscado isso por meio do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- A avaliação pelos órgãos oficiais deve respeitar as características regionais e institucionais e se considerar as diversas ópticas e a diversidade de instrumentos. Novamente, o SINAES tem buscado realizar as avaliações no Brasil desta forma, e apesar de ainda ter muitos desafios pela frente, tem conseguido resultados interessantes. Na Argentina, é necessária a realização da avaliação dos Cursos de Contador Público, principalmente por ser uma das carreiras com maior número de ingressos anuais e de muita relevância social;
- Apesar de os conteúdos dos cursos serem próximos, os procedimentos legais são muito diferenciados e isso dificulta a atuação internacional dos profissionais. Portanto, para a melhoria da educação, para maior inserção dos profissionais no mercado global e também para a transparência pública, além dos outros fatores citados, é muito importante a harmonização contábil internacional, respeitando a cidadania e a soberania dos povos. Os países latinos deveriam posicionar-se em relação às Normas da Contabilidade Internacional e propor formas de harmonização, para garantir a competitividade dos profissionais e das empresas no mercado global;
- O MEXA¹⁰⁴ necessita continuar as suas avaliações, expandindo o número de cursos e carreiras, incluindo os cursos de Contabilidade, com uma atuação que continue a respeitar a individualidade dos povos e a auxiliar o desenvolvimento dos países do MERCOSUL.

¹⁰⁴ Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras para o Reconocimiento de Titulos de Grado Universitario en los Países del Mercosur, Bolivia Y Chile. Mercosur,

Desta forma, cumpre ressaltar a importância da flexibilidade curricular e sua atualização, não apenas para acompanhar as tendências atuais, mas para que a comunidade acadêmica possa interagir e integrar e intervir na construção da sociedade. Isso só é possível, se as Instituições continuarem a promover as suas práticas cotidianas de desenvolvimento da pesquisa, revisão e atualização semestral de conteúdos das disciplinas, revisão periódica dos projetos e das práticas pedagógicas, fortalecimento das auto-avaliações e intercâmbio com outros órgãos, além da harmonização contábil internacional para as empresas de todos os portes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. *Evaluación: La Vía para La calidad*. In Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. V.7 n.º 25. Rio de Janeiro: Cesgranrio, 1999, p.p. 355-368.

BALASSA, Bela. *Teoria da Integração Econômica*. 1ª ed. , Lisboa: Ed. Clássica, 1964.

BOBBIO, Norberto. *Diário de um Século*. Autobiografia. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

CAILLON, Adriana. *La Educación Superior Universitaria Privada En Argentina*. Unesco – Iesalc. Trabalho encomendado pelo IESALC-UNESCO em março, pelo Programa "Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe": Buenos Aires, 2005.

CARVALHO, L. Nelson. *Contabilidade internacional: Aplicação das IFRS 2005*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, L. Nelson. *Harmonização Contábil e de Auditoria: Uma Visão das Economias Emergentes*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: CFC – Conselho Federal de Contabilidade, nº118, p.p. 8-18, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 7ª. ed., São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CFC & IBRACON. *Sumário da Comparação das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS*. – 1ª ed., Brasília: CFC & São Paulo: Ibracon, 2006.

COLIATH, Gleubert Carlos. *Uma Contribuição para o Ensino da História do Pensamento Contábil nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis do Brasil*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 2004.

Coordenação de Levantamento Estatísticos do Datafolha. *Bolsa de Salários*. Folha de São Paulo: São Paulo, 22 de abril de 2007, p. 4, Caderno de Empregos.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.,1986.

Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Paris: UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. *Professor/Conhecimento*. 1ª ed., Brasília: UNB, 2001

DIAS SOBRINHO. *Avaliação da Educação Superior*. 1ª ed, Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO. *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas de Educação*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar de Almeida (Orgs). *Desafios da Globalização*. 4ª. ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. *Avaliação de Currículos e de Programas*. Curso de Especialização e Educação Continuada em Avaliação Institucional. V.4, Brasília: UNB/IESB, 20000.

GUADAGNI, Alieto Aldo, CUERVO, Miguel Angel & SICA, Dante. *Em Busca de La Escuela Perdida – Educación, Crecimiento y Exclusión Social em La Argentina del Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana S.A, 2002.

GOMES, Eduardo Biacchi. *Blocos Econômicos e Solução de Controvérsias*. 3ª ed., Curitiba: Ed. Juruá, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. *Choque de Civilizações e Recomposição Mundial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1997.

LEWY, Ariech, Org. *Avaliação de Currículo*. 1ª ed. EPU – Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo. 1979.

MARTINEZ, Eduardo Sánchez. *La Legislación Sobre Educacion Superior En Argentina - Entre Rupturas, Continuidades Y Transformaciones*. Informe preparado para IESALC-UNESCO, pelo Programa "Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe". Buenos Aires. 2002.

MERCOSUR. *Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur*. Sector Educativo del Mercosur (SEM), Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo (SIC), Grupo Gestor del Proyecto (GGP). MERCOSUR. 2004.

MINUCI, Elaine Garcia. *“Tabela Geral de Salários Correntes”*. São Paulo: O Estado de São Paulo. Caderno de Empregos, 23 de Julho 2006. Cad. C, p. 4.

MOREIRA, Júlio César Tavares. *O Curso de Administração de Empresas em Tempos de Globalização: Um Estudo da Formação do Administrador no Brasil e na Espanha*. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC, 2004.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Mercosul/Mercosur : Políticas e Ações Universitárias*. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

_____ *Universidade no Mercosul*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MUNDET, Eduardo R. *Innovaciones Y Reformas En El Sistema De Educación Superior De Argentina Sus Antecedentes, Implementacion Y Resultados*. Trabalho encomendado pela IESALC-UNESCO pelo Programa "Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe". Buenos Aires. 2005.

NORBERTO, Fernández Lamarra. Con la cooperación de Natalia Cop.pola. *Estudio Regional: La Evaluación y La Acreditación de La Calidad de La Educación Superior En América*

Latina Y El Caribe Situación, Tendencias Y Perspectivas. Versión Preliminar. (sujeita a revisión y actualización). Buenos Aires. Diciembre de 2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo (org), PALMA Daniel Azevedo ... (et al). *Didática do Ensino da Contabilidade: Aplicável a outros cursos superiores*. 1ª ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

RATTI, Bruno. *Comércio Internacional e Câmbio*. 10ª ed. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2001.

RODRIGUES, Edson, LUCENTINI, José Carlos & HONORATO, Rosângela de Ávila Vieira. *Uma pesquisa sobre o perfil atual do Contador – Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, como parte dos requisitos para a aprovação na disciplina de Teoria de Custos. 2001.

ROSSATO, Elisiane Rubin. *A Cláusula Democrática Nos Processos de Integração: A Questão da Democracia Nas Experiências Européia E Mercosulina*. Dissertação de Mestrado, Santa Maria-RS, Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

ROSSATO, Ricardo. *Universidade: Nove Séculos de História*. 2ª ed., Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática*. 1ª ed, Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, Fabrício, GIROTTO, Maristela & BEKMAN, Rosangela. *Entrevista Fermín Del Valle – Presidente da IFAC*. RBC – Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, Ano XXXVI, nº 163, Janeiro/fevereiro 2007. p.p. 7-15. 2007.

SCHIMIDT, Benício Viero, OLIVEIRA, Renato de & ARAGÓN, Virgílio Alvarez (Orgs.). *Entre Escombros e Alternativas: Ensino Superior na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SILVA, Mozart Foschete da: *Relações Econômicas Internacionais*. 1ª ed. São Paulo: ed. Aduaneiras, 1999.

SINGER, Paul. *O que é Economia*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

VARELLA, Marcio. *Contadores de Todo Mundo Lutam para Harmonizar as Normas que trarão mais transparência aos Balanços, mais Empregos e Geração de renda aos Países*. nº 135. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 2002, p.p.17-21.

LEGISLAÇÃO, NORMAS E DOCUMENTOS OFICIAIS

ARGENTINA. *Lei Federal n° 20.488, de 25 de maio de 1973*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 1973.

ARGENTINA. *Decreto Lei n° 24.521, de 20 de julho de 1995. Ley de Educación Superior*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 1995.

ARGENTINA. *Acordo n° 3*, de 18 de dezembro de 1996. Argentina: Conselho de Universidades, 1996.

ARGENTINA. *Anuario 2000-2004 de Estadísticas Universitarias*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 2006.

ARGENTINA. *Lei Federal n° 191, de 18 de novembro de 1994*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 1994.

ARGENTINA. *Resolução n.º 238, de 19 de fevereiro de 1999*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, 1999.

ARGENTINA. *Resolução n.º 254, de 21 de fevereiro de 2003*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología da Argentina, 2003.

BRASIL. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2004*. Brasil: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

BRASIL. *Resolução MEC CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. *Lei Federal n° 10.861, de 14 de abril de 2004*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. *Projeto de Lei n° 3.741*. de 2000. Brasília, 2000.

BRASIL. *Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. *Decreto Federal n° 5.773 de 9 de maio de 2006*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. *Censo da Educação Superior 2004 - Resumo Técnico. Versão Preliminar*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (Deaes) - Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. *Decreto Federal n° 2.306, de 19 de Agosto de 1997*. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, de 05 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 52, de 08 mar 2006.

BRASIL & ARGENTINA. *Tratado de Montevideu. Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, de 29 de novembro de 1988*. Montevideu, 1998.

BRASIL. *Parecer CNE/CES Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação. N.º 184/2006*, Aprovado em 7 de julho de 2006. Não homologado até 16/04/2007.

BRASIL. *Portaria Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2007*. Brasília: Ministério da Educação. Brasil, 2007.

BRASIL. *Portaria Normativa n.º 2.051, de 09 de julho de 2004*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

CODECE - Consejo de Decanos de Facultades de Ciências Econômicas de Universidades Nacionales. *Contenidos Mínimos*. Documento que contém os currículos mínimos para Graduação em Contábeis, Licenciatura em Administração e Licenciatura em Economia. Argentina: CODECE, 1997.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais*. Brasília: CPC, 2006.

FURLAN, Luiz Fernando. *Discurso de posse do ministro Luiz Fernando Furlan no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*, Brasília, 2/1/2003.

MERCOSUL. *Ata da XXVII Reunião dos Ministros da Educação dos Países do MERCOSUL, Bolívia e Chile*. Brasil: MERCOSUL/CMC/RME/ATA N.º 02/04, de 19 de novembro de 2004.

MERCOSUL. *Manual de Procedimientos para Pares Evaluadores*. Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras para o Reconocimiento de Títulos de Grado Universitario en los Países del Mercosur, Bolivia Y Chile. , diciembre de 2002.

MERCOSUL. *Preguntas Frecuentes Sobre El Mexa - (Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras de Grado del Mercosur, Bolivia Y Chile)*. Memorandum de Entendimiento sobre La Implementación del Mexa. MERCOSUL. Capítulo IV. 2004.

MERCOSUL. Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Ushuaia: Mercosul, 2001.

MERCOSUL. Protocolo de Ouro Preto. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul. Ouro Preto: Mercosul, 1994.

MERCOSUL. *Tratado de Assunção. Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, de 26 de Março de 1991*. Mercosul, 1991.

PUC-SP.*Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. São Paulo: PUC, 2001

USAL. *Contenido mínimo – Contador Publico*. Buenos Aires: USAL - Universidad Del Salvador, 2002.

SÍTIOS PESQUISADOS

Boletim digital do observatório da UNESCO/IESALC.

<http://www.iesalc.unesco.org.ve/pruebaobservatorio/boletin126/boletinnro126.htm>, pesquisa realizada em 12/10/2006.

AIC – Associação Interamericana de Contabilidade. <http://www.contadoresaic.org>, pesquisa realizada em 23/03/2007.

COGEAE - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão. <http://cogae.pucsp.br>, pesquisa realizada em 15/10/2006.

Conselho Federal de Contabilidade. <http://www.cfc.org.br>, pesquisa realizada em 08/05/2006.

DGES – Direção Geral do Ensino Superior. MECTES - Ministério Da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. <http://www.dges.mctes.pt/Bolonha>, pesquisa realizada em 08/10/2006. Portugal.

FACPCE – Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas. http://www.facpce.org.ar/Noticias/Relacion_IASB_Organismos.asp, pesquisa realizada em 23/03/2007.

GENTILE, Paola e BENCINI, Roberta. *Entrevista com Philippe Perrenoud, Universidade de Genebra: Construindo competências*, 2006. <http://www.ap.p.com.br/textosartigos.html>, pesquisa realizada em 15/03/2007.

IASB – International Accounting Standards Board. <http://www.iasb.org>, pesquisa realizada em 21/05/2006.

IFAC – International Federation of Accountants. <http://www.ifac.org>, pesquisa realizada em 21/05/2006.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>, pesquisa realizada em 03/10/2006.

La Calidad em América Latina. Perspectivas. UNESCO - Organización de las Naciones Unidas para lá Educación, las Ciencias y la Cultura. – Cursos de Formação – Unidade 1. <http://www.iesalc.unesco.org.ve/Cursos/FormacionEvaluacion/Presentaciones/unidad1/player.html>, pesquisa realizada em 21/07/2006.

MEC – Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br>, pesquisa realizada em 02/10/2006.

Portal do Mercosul Educacional.

http://www.mercosul.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=207&Itemid=28&lang=es, pesquisa realizada em 18/02/2007.

PUC-SP - Pontifícia Universidade de São Paulo. [http:// www.pucsp.br](http://www.pucsp.br), pesquisa realizada em 23/07/2006.

MACIEL, Matias. **Perfil de Una Nueva Generación de Gerentes**. Revista mercado. http://www.mercado.com.ar/mercado/vernota.asp?id_producto=1&id_edicion=1054&id_nota=1, pesquisa realizada em 21/02/2007.

ROCHA, Janes. **BNDES Financiará Projetos na Argentina, diz Furlan**. Jornal Valor On line de 10/10/2006.

<http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/brasil/bndes/BNDES+financiara+projetos+na+Argentina+diz+Furlan,,40,3941035.html>, pesquisa realizada em 14/10/2006

SECRETARÍA DE POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología http://www.me.gov.ar/spu/Noticias/Noticias_Universitarias_2006/noticias_mayo_2006__spu__p_e_s.html, pesquisa realizada em 21/07/2006, pesquisa realizada em 23/07/2006.

SESU – Secretaria da Educação Superior, órgão do MEC – Ministério da Educação do Brasil. <http://portal.mec.gov.br/sesu>, pesquisa realizada em 02/10/2006.

UNESCO - Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencias y la Cultura. **Sistema de Evaluación. Cursos de Formação – Unidade 3**. <http://www.iesalc.unesco.org.ve/Cursos/FormacionEvaluacion/Presentaciones/unidad3/player.html>, pesquisa realizada em 21/07/2006.

USAL – Universdad del Salvador. www.usal.edu.ar, pesquisa realizada em 21/07/2006.

UNESCO – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, las Ciencias y la Cultura. <http://www.iesalc.unesco.org.ve>, pesquisa realizada em 21/07/2006.

ANEXO I - Resolución 254/2003 - Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología.

Argentina

Educacion Superior

Inclúyense en la nómina del artículo 43 de la Ley N° 24.521 los títulos de Farmacéutico, Bioquímico, Veterinario, Ingeniero Agrónomo, Arquitecto y Odontólogo.

Bs. As., 21/2/2003

VISTO el artículo 43 de la ley 24.521 y el Acuerdo N° 18 del CONSEJO DE UNIVERSIDADES; y CONSIDERANDO:

Que la norma antes mencionada fija el régimen de títulos correspondientes a profesiones reguladas por el Estado, cuyo ejercicio pudiere comprometer el interés público poniendo en riesgo de modo directo la salud, la seguridad, los derechos, los bienes o la formación de los habitantes.

Que en esos casos se deberá respetar la carga horaria mínima, los contenidos curriculares básicos, los criterios de intensidad de la formación práctica que establezca el MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA en acuerdo con el CONSEJO DE UNIVERSIDADES.

Que con el mismo procedimiento se determinará con criterio restrictivo la nómina de los títulos incluidos en dicho artículo así como las actividades profesionales reservadas exclusivamente para ellos.

Que asimismo las carreras conducentes a tales títulos deberán ser acreditadas periódicamente por la COMISION NACIONAL DE EVALUACION Y ACREDITACION UNIVERSITARIA o entidad privada debidamente autorizada, en base a los estándares que determine el MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA en consulta con el CONSEJO DE UNIVERSIDADES.

Que desde la sanción de la mencionada ley hasta la actualidad se han incorporado a la nómina del artículo 43 el título de Médico (conf. Resoluciones del entonces MINISTERIO DE CULTURA Y EDUCACION N° 258/98 y 535/99) y QUINCE (15) tipos del títulos de Ingeniero (conf. Resoluciones del entonces MINISTERIO DE EDUCACION N° 1232/01 y del de EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA N° 1054/02).

Que han sido experiencias trascendentales en esta materia los resultados de la acreditación voluntaria de las carreras de medicina (ver Resolución CONEAU N° 741/99) y de acreditación obligatoria de la misma disciplina (ver Resolución CONEAU N° 577/00), junto con el actual proceso voluntario de acreditación de las ingenierías (Resolución CONEAU N° 293/02) con la previsión próxima de la acreditación obligatoria en la misma área disciplinar, todo lo cual ha generado una importante visión del tema que nos ocupa.

Que la SECRETARIA DE POLITICAS UNIVERSITARIAS en la sesión plenaria del CONSEJO DE UNIVERSIDADES del día 21 de agosto de 2002 ingresó un mensaje destinado a cambiar la mecánica de inclusión de títulos dentro del régimen del artículo 43 de la Ley N° 24.521.

Que analizada la cuestión por la Comisión de Asuntos Académicos de dicho Cuerpo en su sesión del 03 de octubre de 2002, la misma aconsejó que se efectuara una discusión acerca de la interpretación y modo de aplicación de dicho artículo en un plenario de ese Cuerpo.

Que a los fines de una amplia discusión de la cuestión y en forma previa al tratamiento por parte de Página 1 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file://C:\Documents and Settings\gabyb\Configuración local\Temp\Res 0254 03.htm

Plenario del CONSEJO DE UNIVERSIDADES, la SECRETARIA DE POLITICAS UNIVERSITARIAS, convocó a un taller para abordar la temática, el que se realizó el día 13 de noviembre de 2002, en cuyo marco tuvieron una amplia participación las delegaciones acreditadas por el CONSEJO INTERUNIVERSITARIO NACIONAL, por el CONSEJO DE RECTORES DE UNIVERSIDADES PRIVADAS, por entidades especializadas en diversas áreas disciplinares identificadas, enriqueciendo el debate y jerarquizándolo en términos de propuestas de sustancia resolutive.

Que en el mismo se expresaron numerosas y ricas opiniones en general coincidentes en la necesidad de poner en vigencia efectiva el régimen de títulos dispuesto por la Ley N° 24.521, produciendo las incorporaciones necesarias al artículo 43 de dicha norma.

Que en tal orden de ideas se coincidió en los siguientes puntos:

1.- La interpretación que se efectúe de la normativa del artículo 43 tiene íntima relación con el concepto de autonomía universitaria, por lo que debe hacerse en consonancia con el mismo, considerándose como una excepción al concepto amplio de autonomía y aplicarse con criterio restrictivo.

2.- El régimen de títulos consagrado por la ley en el artículo 42 establece como regla la autonomía de las universidades en esta cuestión, con las excepciones que determina el artículo 43, el que debe aplicarse con criterio de interpretación y aplicación restrictivo y riguroso.

3.- El fundamento de la excepción es la necesidad de garantizar a los habitantes un ejercicio responsable en aquellas profesiones que pongan en riesgo valores fundamentales.

4.- Los elementos tipificantes de las carreras que deben incluirse en la nómina del artículo 43 son TRES (3):

a) Que se trate de profesiones reguladas por el Estado.

b) Que su ejercicio pudiera comprometer el interés público, y c) Que pongan en riesgo de modo directo, la salud, la seguridad, los derechos, los bienes o la formación de los habitantes.

5.- Calificado un título como comprendido en el artículo 43, corresponde que el MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA, en acuerdo con el CONSEJO DE UNIVERSIDADES determine los contenidos curriculares básicos y los criterios sobre la

intensidad de la formación práctica. Esto quiere decir que se fijan aquellos contenidos indispensables para afrontar las competencias que resulten generadoras del riesgo advertido.

6.- El artículo 43 establece que las carreras comprendidas en el mismo, deben acreditarse periódicamente por la COMISION NACIONAL DE EVALUACION Y ACREDITACION

UNIVERSITARIA o agencia autorizada. Esto importa una certificación de que la carrera cumple determinados estándares que debe fijar el MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA en consulta con el CONSEJO DE UNIVERSIDADES.

7.- Además el Estado debe determinar en la regulación específica, las actividades profesionales reservadas exclusivamente a quienes hayan obtenido el título de que se trate.

8.- Advertidas las cuestiones apuntadas, se hace necesario implementar un mecanismo que acelere el trámite de inclusión de carreras en el marco del artículo 43 privilegiando el interés publico —sin que ese propósito afecte la excelencia de los documentos que el dispositivo pide para su plena puesta en marcha — en el contexto de un proceso de transición hasta tanto se perfeccione la inclusión de las carreras que así lo ameriten conforme se apuntó en el un décimo considerando.

Página 2 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file:///C:/Documents and Settings/gabyb/Configuración local/Temp/Res 0254 03.htm

9.- Para ello es necesario que el CONSEJO DE UNIVERSIDADES proceda a:

a.- precisar los alcances y requisitos para que una carrera sea incorporada a la nómina del artículo 43.

b.- producir en el ámbito de la Comisión de Asuntos Académicos los documentos de base referidos, según los recaudos del citado artículo 43.

c.- Establecer por el MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA, en acuerdo con el CONSEJO DE UNIVERSIDADES, un régimen especial sobre reconocimiento y validez nacional del título profesional habilitante que instaure un control mínimo por dicho Ministerio sobre esas carreras.

d.- Oportunamente fijar los contenidos curriculares básicos, la intensidad de la formación práctica, los estándares de acreditación y las actividades reservadas al título —en todos estos casos con carácter restrictivo y rigurosos con intervención del CONSEJO DE UNIVERSIDADES — que fije un plazo razonable para que las universidades adapten las carreras en curso, a los nuevos niveles de exigencia.

10.- Finalmente, fijados los criterios de interpretación de la normativa y determinados los títulos o carreras que deberían ser incluidos en el futuro en el artículo 43, habrá títulos o carreras cuya inclusión ya ha sido resuelta, los que deberán someterse a los trámites de evaluación y acreditación ya normados; títulos o carreras que por encontrarse en la órbita del artículo 42 requieren un trámite relativamente sencillo para el otorgamiento de reconocimiento oficial y en los que el MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA deberla limitarse a constatar que se cumpla con la carga horaria mínima y la legalidad de la aprobación

por la institución del proyecto expidiéndose sin mayores dilaciones; y por último títulos o carreras definidas como pasibles de ser incluidas en el

artículo 43, para las que deberla regularse un mecanismo de evaluación para esta etapa de transición.

Que el CONSEJO INTERUNIVERSITARIO NACIONAL se ha pronunciado por la aprobación del documento presentado por la SECRETARIA DE POLITICAS UNIVERSITARIAS a que se hace referencia en el séptimo considerando de la presente.

Que el CONSEJO DE RECTORES DE UNIVERSIDADES PRIVADAS fijó posiciones sobre dicha cuestión favorablemente por intermedio de sus expositores en el citado taller del día 13 de noviembre de 2002.

Que en atención a los debates producidos resulta necesario fijar un criterio para la incorporación de títulos al artículo 43 de la Ley N° 24.521.

Que paralelamente a ello se han receptado numerosos pedidos de inclusión de títulos a dicho artículo por parte de los actores del sistema, los que también se expresaron en el mencionado taller realizado el día 13 de noviembre de 2002, a saber:

a) Del Ente Coordinador de Unidades Académicas de Farmacia y Bioquímica (ECUAFYB) por los títulos de Farmacéutico y Bioquímica.

b) De la Asociación Universitaria de Educación Agrícola Superior (AUDEAS) por el título de Ingeniero Agrónomo.

c) De la Asociación de Unidades Académicas de Psicología (AUAPSI) por el título de Psicólogo.

d) Del Consejo Nacional de Decanos de Ciencias Veterinarias (CONADEV) por el título de Veterinario. Página 3 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file://C:\Documents and Settings\gabyb\Configuración local\Temp\Res 0254 03.htm

e) Del Consejo de Decanos de Facultades de Arquitectura de Universidades Nacionales (CODFAUN) por el título de arquitecto.

f) Del Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales (CODECE) por los títulos de Contador Público, Licenciado en Economía, Licenciado en Administración y Actuario.

Que en las distintas presentaciones y el taller antes mencionado se ha fundamentado debidamente el riesgo que involucra el ejercicio de tales profesiones, avanzándose considerablemente en la elaboración del conjunto de recaudos mencionados por el citado artículo 43, por lo cual es razonable acordar su inclusión en la nómina de control en una primera etapa.

Que con relación a los títulos de abogado, notario, actuario y contador público, podrán ser incluidos en una segunda etapa, a condición de lo que aconsejen los estudios regulatorios de los diferentes recaudos ya mencionados, hoy en elaboración.

Que el CONSEJO DE UNIVERSIDADES ha prestado el acuerdo correspondiente.

Que las facultades para dictar el presente acto resultan de lo dispuesto en el artículo 43 de la Ley N°24.521. Por ello LA MINISTRA DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA RESUELVE:

Artículo 1° — Declarar incluidos en la nómina del artículo 43 de la Ley N° 24.521 a los siguientes títulos: FARMACEUTICO, BIOQUIMICO, VETERINARIO, INGENIERO AGRONOMO, ARQUITECTO y ODONTOLOGO, por los fundamentos que se detallan en los Anexos I a V de la presente.

Art. 2° — Encomendar a la SECRETARIA DE POLITICAS UNIVERSITARIAS la prestación del apoyo técnico necesario a los fines de que la Comisión de Asuntos Académicos del CONSEJO DE UNIVERSIDADES, analice la oportunidad de la inclusión en el artículo 43 de la Ley N° 24.521 del título de PSICOLOGO.

Art. 3° — Continuar con el análisis de la regulación de los títulos de ABOGADO, NOTARIO, CONTADOR PUBLICO y ACTUARIO, para su inclusión en la nómina del artículo 43 de la Ley N° 24.521 en una segunda etapa, según lo aconsejado por el Acuerdo Plenario N° 18 del CONSEJO DE UNIVERSIDADES.

Art. 4° — Convocar a las comunidades académicas de las disciplinas involucradas a presentar iniciativas en torno a la elaboración de los documentos requeridos por el artículo 43 de la Ley N° 24.521 a los efectos de su aplicación (carga horaria mínima, contenidos curriculares básicos, criterios de intensidad de la formación práctica, actividades reservadas al título y estándares de acreditación).

Art. 5° — La SECRETARIA DE POLITICAS UNIVERSITARIAS prestará la asistencia necesaria para la elaboración de los documentos mencionados en el artículo precedente.

Art. 6° — Encomendar a la SECRETARIA DE POLITICAS UNIVERSITARIAS que con los antecedentes receptados en el Acuerdo Plenario N° 18 del CONSEJO DE UNIVERSIDADES y en la presente Resolución, conforme un protocolo interpretativo para ser tenido en cuenta por la comunidad académica y por la Comisión de Asuntos Académicos de dicho Cuerpo para instrumentar Página 4 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file://C:\Documents and Settings\gabyb\Configuración local\Temp\Res 0254 03.htm el programa fijado.

Art. 7° — Comuníquese, publíquese, dése a la DIRECCION NACIONAL DEL REGISTRO OFICIAL y archívese. — Graciela M. Giannettasio.

ANEXO I

TITULOS DE GRADO DE FARMACEUTICO Y DE BIOQUIMICO FUNDAMENTACION:

El ejercicio profesional de los poseedores de tales títulos compromete el interés público, poniendo en riesgo de modo directo la salud de los habitantes.

Los profesionales de las carreras conducentes a los títulos de Farmacéutico y de Bioquímico están reconocidas por el Ministerio de Salud de la Nación como integrantes del Equipo de Salud y que conjuntamente con el profesional médico conforman el Equipo de Atención Primaria de Salud.

Los gobiernos provinciales regulan el ejercicio profesional de la Bioquímica y de la Farmacia incluida la producción de medicamentos en sus territorios.

Existen leyes nacionales que regulan los aspectos relacionados con los análisis clínicos, bromatológicos, toxicológicos, de química general y forense y lo referente a la detección de contaminación ambiental y saneamiento, a la producción, distribución y dispensación de los productos para la salud que generan bienestar físico, mental y social del individuo y de otros seres vivos en armonía con el medio.

Están autorizados a acceder a la Carrera de Salud Pública y a los cargos directivos de establecimientos asistenciales de carácter Nacional, provincial, Municipal o Privado y de los Organismos de Administración de Salud en esos mismos ámbitos y en el internacional.

Estos profesionales actúan en el equipo de salud en la administración, programación, ejecución y evaluación de campañas y programas sanitarios.

Intervienen en el establecimiento de normas, códigos, patrones de tipificación y aforo de productos para la salud y todo texto legal relacionado con la actividad farmacéutica y bioquímica.

ANEXO II

TITULO DE GRADO DE INGENIERO AGRONOMO FUNDAMENTACION

La carrera debe ser declarada de interés público, teniendo en cuenta dos aspectos fundamentales planteados como actividades reservadas al título de ingeniero agrónomo: la conservación de los recursos naturales y la calidad de los alimentos.

La actividad agraria ocupa el 70% de la superficie terrestre. En la República Argentina estas cifras son similares si se tienen en cuenta las explotaciones forestales. En consecuencia la supervivencia misma de la humanidad depende del buen manejo de esos recursos que es responsabilidad exclusiva de los agricultores, asesorados por Ingenieros Agrónomos.

La contaminación de los alimentos es un problema muy grave de esta época y provoca daños comprobados a la salud de la población, con serios riesgos de intoxicaciones agudas y problemas crónicos, por procesos acumulativos, que deterioran el organismo en plazos más largos.

Página 5 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file://C:\Documents and Settings\gabyb\Configuración local\Temp\Res 0254 03.htm

La medicina preventiva, mucho más eficiente en estos casos que la curativa, requiere un más estricto control de los alimentos, lo cual es función principal de los profesionales de la rama agraria.

La conservación de los recursos naturales es una tarea específica de los profesionales de la

Agronomía en coincidencia con la preocupación de toda la humanidad sobre la preservación del medio ambiente.

Los cambios mejoradores en el medio agropecuario serán posibles si se cuenta con profesionales idóneos, creativos, conscientes de la responsabilidad que significa la producción de alimentos preservando el medio ambiente, lo que demanda también investigación, producción de conocimiento y transferencia de resultados a los futuros egresados, productores y sociedad en su conjunto. Según Darst, 2001, sólo será posible una agricultura basada en principios científicos y de sitio específico. En el otro aspecto, alimentos de mala calidad o contaminados producen enfermedades agudas o crónicas y la mejor medicina preventiva que puede realizarse es controlar toda la cadena agroalimentaria. Dado el incremento esperado en la población mundial (8.000 millones de habitantes), la demanda de alimentos deberá ser provista con sustanciales mejoras en el potencial genético de los cultivos y del ganado utilizando sofisticados sistemas de toma de decisión que relacionen todas las variables determinantes de la producción (citado por Miflin, 2000). No escapa que estos argumentos son suficientemente sólidos como para que las instituciones universitarias dedicadas a la formación de profesionales de las ciencias agropecuarias, orienten sus currículas de manera que las actividades reservadas al título que impliquen riesgo para la salud y los bienes de los ciudadanos, profundizando y priorizando estos aspectos.

ANEXO III

TITULO DE GRADO DE ARQUITECTO FUNDAMENTACION

No queda duda de que la carrera de arquitectura debe estar incluida entre aquellas que se consideran de interés público.

Su ejercicio profesional genera riesgo cierto, es decir, puede producir un daño directo, no sólo en el proceso de ejecución de la obra sino también, una vez habilitada la misma.

A esto debemos agregar que el arquitecto, una vez definido el proyecto, calcula las estructuras resistentes del mismo, realiza la redacción de las especificaciones técnicas, seleccionando los materiales y las técnicas a utilizar. Conocedor de las reglas del arte de construir puede con propiedad, a posteriori, controlar su aplicación y prevenir los riesgos laborales. El arquitecto no sólo proyecta, dirige y ejecuta la construcción de los espacios donde el hombre desarrolla sus actividades y quien sabe construir estructuras es también conocedor de cómo desconstruir, desestructurar, demoler.

El ejercicio profesional del arquitecto implica el desarrollo de actividades fundamentales, generadoras de riesgo, sobre las cuales se debe garantizar a la sociedad que sean realizadas por personas capacitadas ya que, su ejercicio, compromete el interés público.

ANEXO IV

TITULO DE GRADO DE VETERINARIO FUNDAMENTACION

Página 6 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file://C:\Documents and Settings\gabyb\Configuración local\Temp\Res 0254 03.htm

La carrera debe ser declarada de Interés Público teniendo en cuenta los aspectos fundamentales planteados dentro de las actividades profesionales de los Médicos Veterinarios y en un todo de acuerdo con el Artículo 43 de la Ley Nacional de Educación Superior N° 24.521.

Siguiendo y en un todo acuerdo con las consideraciones vertidas por la Organización Panamericana de la Salud (OPS), expresamos que: la salud animal y la salud humana están indisolublemente ligadas, ya que los seres humanos dependen de los animales para su nutrición, desarrollo socioeconómico y compañía, lo cual sitúa al hombre en un estado de riesgo de contraer enfermedades transmisibles (zoonosis); el conocimiento de la veterinaria, sus recursos y pericias son así esenciales para la salud y el bienestar de los seres humanos, y son un componente integral de la salud pública. En este sentido cobran suma importancia las medidas profilácticas que se implementan para evitar la enfermedad de los animales (por ejemplo, vacunaciones contra carbunco, brucelosis, control de tuberculosis), como así también las medidas curativas para disminuir los riesgos de transmisión. Esta estrecha relación se deriva del sufrimiento de los seres humanos y de la mortalidad causada por las principales zoonosis y las pérdidas económicas y sociales ocasionadas por estas enfermedades. Además, el hombre depende del animal para su desarrollo socioeconómico.

La industria pecuaria como parte del accionar veterinario, adquiere una relevante importancia en nuestro país.

Esto se deriva del hecho que aquella proporciona una fuente de proteína animal, indispensable para la nutrición de la población que cada vez está más consciente de estas necesidades. Asimismo, su importancia radica en el gran potencial que tiene para proporcionar oportunidades de trabajo a diversos niveles. También a través de la comercialización de los productos ganaderos, se obtienen fuentes económicas adicionales de ingresos necesarios para el desarrollo integral del país.

En virtud del perfil del profesional definido es que se debe tener un claro concepto de lo que se entiende hoy por Veterinaria y/o Medicina Veterinaria. Al respecto podríamos decir que: "la Veterinaria y/o Medicina Veterinaria es un saber y un saber hacer cuyo propósito científico, tecnológico y humanístico es la solución de problemas inherentes a la Salud y bienestar del hombre".

La misión de esta carrera es, según Polan Laki¹: "Promover el bienestar y la salud del hombre a través de los animales mediante la investigación, la docencia y la práctica de la Medicina y de la producción animal, así como la conservación del ambiente y de los animales útiles al hombre, considerando las implicancias sanitarias, tecnológicas, económicas y culturales relacionadas con el proceso"².

1 "La formación de profesionales para profesionalizar a los agricultores y para el difícil desafío de producir mejor con menos". FAO. Santiago de Chile. 1997, citado en "Homologación de Planes de estudio para la educación en Ciencias Veterinarias en América Latina. FAO. Chile, 2000".

2 Homologación de Planes de estudio para la educación en Cs. Veterinarias en América Latina. FAO. Chile, 2000

En este mismo sentido, la Asociación Panamericana de Ciencias Veterinarias en su Documento "Perfil y ejercicio profesional de las Ciencias Veterinarias en Latinoamérica" del año 1998 dice que: "se deberán agotar todos los caminos y las estrategias posibles para lograr un Médico Veterinario formado en plenitud, capacitado tanto para responder demandas actuales como futuras, con un profundo sentido crítico-social, con aptitudes y actitudes que signifiquen que pueda ser un formador en el ámbito de su desempeño, un constructor de nuevas demandas y

políticas de desarrollo y por sobre todo, un Médico Veterinario con una sólida formación ética, impulsado a favorecer siempre un desarrollo humano sustentable en armonía y equilibrio productivo con el medio ambiente".

ANEXO V

TITULO DE GRADO DE ODONTOLOGO

Página 7 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file://C:\Documents and Settings\gabyb\Configuración local\Temp\Res 0254 03.htm

FUNDAMENTACION

Es claro que la práctica de la odontología exige brindar una atención competente a pacientes con alteraciones del equilibrio homeostático o sin ellas.

Este simple enunciado lleva implícita la posibilidad de atender a personas con necesidades y expectativas numerosas y diferentes, con distintas personalidades y afecciones orgánicas o sistémicas. Estas situaciones tienen incidencia sobre el tratamiento y el plan odontológico a instrumentar.

Los avances logrados en las Ciencias Médicas permitieron un aumento importante en la expectativa de vida del ser humano. La odontología no permaneció ajena a los progresos científicos, más aún, evolucionó con rapidez. La situación académica actual de la práctica odontológica (desde su origen empírico hasta su ubicación como especialización de las Ciencias de la Salud) fue posible por los avances en las Ciencias Odontológicas de aplicación "directa" (endodoncia, periodoncia, estomatología, entre otras) y por la mayor relevancia de las ciencias básicas en los programas curriculares de pregrado y posgrado.

La práctica de la odontología se ejerce en "pacientes que tienen dientes, los han perdido o presentan manifestaciones bucales de enfermedades orgánicas o sistémicas, o poseen afecciones específicas de los tejidos de la cavidad bucal y estructuras conexas", también consideramos que la Odontología es una disciplina fundamentalmente quirúrgica, ya que actúa sobre esos tejidos en forma invasiva y para la realización de estas prácticas quirúrgicas el Odontólogo necesita suministrar al paciente líquidos anestésicos que pueden tener diversa repercusión localmente y en forma sistémica.

De acuerdo estos principios, la práctica de la odontología ejercida ética, eficiencia y honradez no debe "separar" la cavidad bucal del resto del organismo. Para ello adquieren conocimientos básicos de la Medicina general, porque, en definitiva, la Odontología comprende la medicina interna de la cavidad bucal y sus estructuras conexas.

Es necesario además remarcar, que el Odontólogo es capaz de apreciar los riesgos médicos

relacionados con el tratamiento previsto y de modificar éste en función de los síntomas y signos.

Además, el Odontólogo adquiere la capacidad para identificar enfermedades orgánicas no detectadas que podrían constituir un serio problema para la vida del enfermo y, más aún, actuar con rapidez y eficacia en las urgencias médicas que pueden presentarse en su consultorio.

La Odontología, integrada a un equipo interdisciplinario de salud, o no, da respuestas concretas al concepto de "salud total" en el entendimiento que "la boca y sus estructuras conexas son el espejo que refleja la salud de todo el organismo".

Por todo lo expuesto, se considera que la odontología es una profesión que compromete el interés público poniendo en riesgo, de modo directo, la salud pública y la formación de sus habitantes. Página 8 de 8 Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología 23/03/2006 file://C:\Documents and Settings\gabyb\Configuración local\Temp\Res 0254 03.htm

ANEXO II - Documento Base para la Acreditación 1º Borrador de trabajo Santiago del Estero 2005

CODECE

Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas De Universidades Nacionales
Carrera de Contador Público

UNIDADES ACADÉMICAS MIEMBROS

Facultad de Ciencias Económicas - Universidad de Buenos Aires
Facultad de Ciencias Económicas y Administración - Universidad Nacional de Catamarca
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional del Centro
Facultad de Economía y Administración - Universidad Nacional del Comahue
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Córdoba
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Cuyo
Facultad de Ciencias de la Administración y Economía - Universidad Nacional de Entre Ríos
Facultad de Ciencias de la Administración, Economía y Negocios - Universidad Nacional de Formosa
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Jujuy
Departamento de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de La Matanza
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de La Pampa
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de La Plata
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional del Litoral
Departamento de Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Luján
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de La Patagonia "San Juan Bosco"
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Lomas de Zamora
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales - Universidad Nacional de Mar del Plata
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Misiones
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional del Nordeste
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Río Cuarto
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Rosario
Facultad de Ciencias Económicas, Jurídicas y Sociales - Universidad Nacional de Salta
Facultad de Ciencias Sociales - Universidad Nacional de San Juan
Facultad de Ingeniería y Ciencias Económico Sociales - Universidad Nacional de San Luis
Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y de la Salud - Universidad Nacional de Santiago del Estero
Depto. de Ciencias de la Administración y Economía - Universidad Nacional del Sur
Facultad de Ciencias Económicas - Universidad Nacional de Tucumán

Grupo Asesor del CODECE:

Coordinación: Marta Mena - Universidad de Buenos Aires

Palma, Virginia - Universidad de Buenos Aires

Pascual, Liliana - Universidad de Buenos Aires

Román, María Dolores - Universidad de Buenos Aires

Suárez Kimura, Elsa - Universidad de Buenos Aires

Obeide, Sergio F. - Universidad Nacional de Córdoba

Persoglia, Laura - Universidad Nacional de La Plata

Schulman, Diana R. - Universidad Nacional de Luján

Pérez Rojas, Mariano - Universidad Nacional Mar del Plata

Guardatti, Paola - Universidad Nacional de Salta

Carranza, Marcela - Universidad Nacional de San Luis

Fernández, Juan Arnaldo - Universidad Nacional de San Luis

De Marco, Myriam - Universidad Nacional de Tucumán

López, Cleip Aída - Universidad Nacional de Tucumán

Metilli, Gustavo - Universidad Nacional del Centro

Prólogo

El presente Documento tiene por objetivo presentar al Consejo de Decanos de Ciencias Económicas (CODECE) el trabajo realizado por el grupo conformado especialmente para asesorarlo en lo concerniente al proceso de acreditación de la Carrera de Contador Público, reglamentado por el Art. 43 de la Ley de Educación Superior.

Dicha norma legal, establece que las profesiones reguladas por el Estado, cuyo ejercicio pudiera comprometer el interés público poniendo en riesgo de modo directo la salud, la seguridad, los derechos, los bienes o la formación de los habitantes, deberán cumplir con pautas referidas a su carga horaria mínima, y respetar un conjunto de contenidos curriculares básicos y criterios sobre la intensidad de la formación práctica.

Para su elaboración se han tenido en cuenta, además de los documentos brindados por el Ministerio de Educación sobre las carreras ya acreditadas o en vías de acreditación, las condiciones y capacidades que las unidades académicas que componen el CODECE, proporcionan a las carreras para efectuar los procesos formativos necesarios, así como la gestión de esas condiciones y sus resultados.

La metodología utilizada para la elaboración de este documento procuró asegurar la más amplia participación de los actores involucrados. El proceso se estructuró con una doble instancia de elaboración de la propuesta y consulta, de modo que el resultado pudiera ser asumido colectivamente por todos los integrantes del CODECE.

Esta estrategia implicó mayor tiempo y algunas dificultades para arribar a los consensos necesarios, pero promete un resultado más auténtico y representativo.

El grupo asesor ajustó su tarea a ciertos mandatos instituidos por los decanos integrantes del CODECE que fueron su marco para la acción.

Los mismos hacían referencia básicamente a:

- Destacar en el documento la especificidad de la carrera de Contador
- Público, con sus implicancias curriculares, de gestión académica y de investigación.
- Respetar en la medida de lo posible la heterogeneidad de las distintas unidades académicas que cuentan con trayectorias, experiencias y tradiciones diversas, en relación con las pautas de la acreditación.
- Someter el documento aprobado a la opinión de distintos sectores académicos, profesionales, sociales, productivos y corporativos para enriquecer su visión.
- Arribar a un documento de consenso que permita integrar al proceso de acreditación a todas las unidades académicas que componen el CODECE.

Capítulo I

La Carrera de Contador Público

La tarea y/o el desempeño del Contador Público, está vinculada con la actividad de las organizaciones, cualquiera sea su forma jurídica, persigan o no fines de lucro, y con el contexto en que dichas organizaciones se desenvuelven.

El Contador Público debe tener presente que el objeto de su profesión, es la "información" en todas sus formas, sea la misma generada dentro de las organizaciones, interactuando estas entre sí o en su vinculación con el contexto.

La carrera de Contador Público tiene una amplia repercusión social, que emana de las responsabilidades que le son conferidas por la ley de ejercicio profesional que la rige, del desarrollo de sustentabilidad de pequeñas y medianas empresas y del manejo eficiente de los recursos del sector público. La sociedad le ha delegado el control de aspectos de interés público

en aras de generar información contable confiable, que muestre razonablemente la realidad de los hechos económicos que se exponen.

- La carrera de Contador Público tenderá a formar un graduado con conocimientos, habilidades y actitudes para:
- intervenir en el diseño y evaluación de las funciones de planeamiento, coordinación y
- control de entidades públicas y privadas;
- intervenir en la definición de misiones, objetivos y políticas de las organizaciones
- siguiendo una metodología adecuada para la toma de decisiones e incorporando valores
- éticos al cumplimiento de sus responsabilidades sociales hacia la comunidad;
- intervenir en la implementación de estructuras, sistemas y procesos administrativocontables;
- intervenir en el diseño de sistemas de información y decisión para el logro de los
- objetivos de la organización;
- intervenir en la preparación y administración de presupuestos, en la evaluación de
- proyectos y en los estudios de factibilidad financiera en empresas públicas y privadas;
- diseñar e implementar sistemas de control de gestión y auditoría operativa;
- intervenir en la constitución, fusión, escisión, transformación, liquidación y disolución
- de sociedades y asociaciones;
- diseñar, implantar y dirigir sistemas de registración e información contable;
- dictaminar sobre la razonabilidad de la información contable destinada a ser
- presentada a terceros y efectuar tareas de auditoría externa;
- diagnosticar y evaluar los problemas relacionados con la medición y registro de las
- operaciones de la unidad económica en sus aspectos financieros, económicos y sociales,

- tanto en el sector público como en el privado;
- participar en el diseño de las políticas tributarias;
- asesorar sobre la aplicación e interpretación de la legislación tributaria;
- actuar como perito, administrador, interventor, síndico, liquidador o árbitro en el ámbito
- judicial;
- Intervenir en los concursos de la ley 24.522 y sus modificatorias.
- Intervenir en los juicios sucesorios para realizar y suscribir las cuentas particionarias.
- ejecutar las tareas reservadas a su profesión de acuerdo con la legislación vigente.
- integrar equipos interdisciplinarios con otras áreas del conocimiento.

Además de lo anteriormente expuesto, se debe formar personas que dispongan de conocimientos acerca de la dinámica histórica, política, social, económica y ambiental, y cuenten con una formación lógico-matemática razonable y sustentadora, que los transforme en trabajadores del conocimiento y no solamente en operadores de tecnologías específicas. En general deben estar preparados para manejar las herramientas informáticas del mundo actual, comprendiendo las necesidades de información de quienes integran organizaciones.

En particular deberán fortalecer habilidades de comunicación escrita y oral, para generar y socializar la información para la toma de decisiones.

Deben conocer los roles profesionales actuales, previsibles y deseables en distintos escenarios estratégicos: sector público, sector privado y tercer sector.

La carrera de Contador Público ofrece un sólido basamento administrativo contable e impositivo, formación que se integra a los conocimientos jurídicos, humanísticos, matemáticos y económicos.

Esta integración busca desarrollar en el alumno una formación que, acompañada de juicio crítico, le permita resolver problemas y generar o seleccionar información para la toma de decisiones.

Su actividad puede ser desarrollada tanto independientemente, prestando su servicio en consultorías particulares, como en relación de dependencia, en organizaciones privadas, en el sector estatal, o en el ámbito judicial, realizando certificaciones e informes o peritajes.

Si se desempeña en relación de dependencia, el Contador Público participa en el diseño y administración de sistemas integrados de información de las organizaciones.

Esto hace que el rol del contador sea el de "elaborador, analista y comunicador de la información", transformándose ésta en una importante apoyatura, para lograr la eficacia, eficiencia y sustentabilidad del proceso decisorio y el control de la gestión.

En la alternativa de ejercicio profesional independiente, el Contador Público actúa como asesor, consultor, auditor, síndico o auxiliar de la justicia, en temas específicos que la organización le requiera.

La definición de las diferentes funciones que puede asumir un Contador Público en el ejercicio de su actividad profesional, ha sido considerada de particular importancia por los Organismos Profesionales, pues son la base utilizada para fijar las responsabilidades que le caben en orden a la legislación civil, comercial y penal vigentes, así como las éticas y administrativas especiales (aquellas fijadas por normas administrativas para algunas actividades de policía del Estado, las del sistema financiero y las de seguros, impositivas y de contralor, entre otras).

Capítulo II Conceptos y Definiciones

En este apartado se presentan conceptos y definiciones que se utilizarán en los capítulos siguientes, con el propósito de precisar los alcances específicos de los términos utilizados.

1) Criterios

Un criterio puede definirse como una regla o principio utilizado en la emisión de juicios, ya

que una de sus funciones principales es la de proveer bases para las comparaciones.

2) Información

Conjunto de elementos que interactúan entre sí con el fin de apoyar las actividades de una organización. El Contador Público maneja fundamentalmente información contable, administrativa, económica y financiera.

3) Carrera

Recorrido académico que realiza el estudiante desde su ingreso a la Universidad hasta la obtención de su título.

4) Plan de estudios

Constituye el programa educativo sobre el que se estructura la propuesta académica de las carreras. Establece el conjunto organizado y sistemático de todas las actividades académicas cuya aprobación satisfactoria y total es requerida para el otorgamiento del título.

5) Ciclos de formación

Se entiende por ciclo de formación una etapa con finalidad propia sin que ello implique un cierre sobre sí misma. Por el contrario, un ciclo representa una apertura hacia una etapa superior. La noción de ciclo como etapa sugiere un itinerario, una marcha y no un segmento estático de formación.

Cada ciclo representa una subdivisión al tiempo que una etapa nueva, constituyéndose en la base de la formación posterior. Es la división funcional, operativa, para la organización de un conjunto de contenidos que tienden al cumplimiento de objetivos comunes para la adquisición de conocimientos, habilidades y destrezas de las ciencias económicas. La organización de la carrera en ciclos tiene como objetivo ordenar y direccionar el desarrollo de la oferta curricular a los efectos de:

- a) Posibilitar la adquisición gradual de habilidades y conocimientos.
- b) Favorecer una mejor organización del conocimiento.
- c) Facilitar los procesos de aprendizaje en contextos de distinta complejidad.
- d) Otorgar títulos intermedios.
- e) Permitir una mejor gestión académica.
- f) Lograr una mejor asignación de recursos.
- g) Permitir la evaluación institucional.

5.1 Ciclo de formación básica

Es la división funcional, operativa, para caracterizar la organización de un conjunto de contenidos conceptuales, actitudinales y procedimentales que tienden al cumplimiento de objetivos comunes que sustentan el ciclo profesional.

Establece una base mínima de conocimiento de las disciplinas jurídica, contable, económica, matemática y de administración, ayudando a comprender las diferentes teorías que las fundamentan.

Son sus propósitos:

- a) Fomentar en el estudiante hábitos de estudio, de aprendizaje activo y de educación continua.

- b) Contribuir al desarrollo de su capacidad de análisis, juicio crítico e independencia de criterio.
- c) Desarrollar su capacidad innovadora y, en general, su creatividad.
- d) Favorecer el desarrollo de una conciencia de responsabilidad y una actitud ética y
- e) humanística para el ejercicio de la profesión.
- f) Articular la educación media o polimodal con la universitaria.
- g) Facilitar la apropiación de los conocimientos, actitudes, procedimientos y herramientas esenciales para que el estudiante pueda analizar, entender y aplicar los contenidos del área de formación profesional.
- h) Suministrar las herramientas necesarias para el autoaprendizaje, la formación permanente y las bases del conocimiento interdisciplinario.

5.2 Ciclo de formación profesional.

Es la división funcional, operativa, para caracterizar la organización de un conjunto de contenidos, que tienden al cumplimiento de objetivos comunes para la adquisición de conocimientos, actitudes, habilidades y destrezas del ciclo profesional.

Incluye los contenidos conceptuales, actitudinales y procedimentales, el instrumental necesario para el ejercicio profesional y su vinculación con la normativa vigente.

Son sus propósitos:

1. Promover en el estudiante los conocimientos, actitudes, habilidades y destrezas necesarios para su desempeño profesional en las distintas áreas.
2. Suministrar las herramientas necesarias para el autoaprendizaje, la formación permanente y la tarea interdisciplinaria.
3. Promover el desarrollo de una actitud ética en el ejercicio profesional.

5.2.1 Práctica profesional

Forma parte del ciclo de formación profesional.

Hay dos instancias complementarias de la formación práctica en la carrera de Contador Público. La primera de ellas referida a la práctica concreta orientada a que el alumno consolide habilidades y destrezas para la práctica profesional. La segunda, un espacio final donde se incorporan actividades integradoras de conocimientos adquiridos, relacionados con el ejercicio profesional.

Serán considerados como práctica profesional:

- Las pasantías y/o prácticas supervisadas vinculadas a la profesión.
- Las actividades relacionadas con aspectos vinculados a la profesión, realizadas por el estudiante en el sector público, privado, o en el denominado tercer sector, que el alumno pueda certificar y/o demostrar.
- Los trabajos y/o documentos integradores de aplicación desarrollados en los Seminarios de práctica vinculados con la profesión.

6) Carga horaria

Se refiere a la cantidad de horas requeridas para el cumplimiento de un plan de estudios.

7) Contenidos curriculares mínimos

Son aquellos saberes esenciales que debe adquirir el estudiante para estar en condiciones de desempeñarse profesional y académicamente en función del perfil de egresado que define el plan de estudios, y de las competencias para las que el título lo habilita.

8) Formación Práctica

Es el tipo de formación que favorece en el futuro profesional el desarrollo de actitudes, habilidades, destrezas y valores, para la ejecución de cursos de acción como integrante de un sistema económico, financiero, administrativo y contable. Esta formación contribuye a una mayor comprensión de los conocimientos teóricos.

Requiere la búsqueda de información, la aplicación del conocimiento, y la toma de decisiones, debiendo estar articulada con la teoría y complementada con una actitud crítica y comprometida para permitir el desempeño idóneo del contador.

9) Intensidad de la Formación Práctica

Es el grado de desarrollo de las actividades denominadas prácticas, necesarias para el proceso de adquisición de conocimientos, habilidades y destrezas en las ciencias económicas, de acuerdo a los contenidos mínimos y a la carga horaria mínima total, compatibles con los objetivos y alcances de la carrera.

10) Perfil del graduado

Comprende las características que definen al egresado de una carrera teniendo en cuenta los conocimientos y las capacidades que se promueven en ella. Este perfil debe ser coherente con la fundamentación epistemológica, social e ideológica que sustenta el plan de estudios de esa carrera y con las actividades profesionales reservadas al título.

Capítulo III

Actividades Profesionales Reservadas al Título de Contador Público (Incumbencias)

El título de Contador Público tiene incumbencias conferidas por el Decreto Ley Nro. 20.488, que en su artículo 13 estipula:

ARTICULO 13.- Se requerirá título de Contador Público o equivalente:

a) En materia económica y contable cuando los dictámenes sirvan a fines judiciales, administrativos o estén destinados a hacer fe pública en relación con las cuestiones siguientes:

1. Preparación, análisis y proyección de estados contables, presupuestarios, de costos y de impuestos en empresas y otros entes.

2. Revisión de contabilidades y su documentación.

3. Disposiciones del Capítulo III, Título II, Libro I del Código de Comercio.

4. Organización contable de todo tipo de entes.

5. Elaboración e implantación de políticas, sistemas, métodos y procedimientos de trabajo administrativo-contable.

6. Aplicación e implantación de sistemas de procesamiento de datos y otros métodos en los aspectos contables y financieros del proceso de información gerencial.

7. Liquidación de averías.

8. Dirección del relevamiento de inventarios que sirvan de base para la transferencia de negocios, para la constitución, fusión, escisión, disolución y liquidación de cualquier clase de entes y cesiones de cuotas sociales.

9. Intervención en las operaciones de transferencia de fondos de comercio, de acuerdo con las disposiciones de la Ley 11.867, a cuyo fin deberán realizar todas las gestiones que fueren menester para su objeto, inclusive hacer publicar los edictos pertinentes en el Boletín Oficial, sin perjuicio de las funciones y facultades reservadas a otros profesionales en la mencionada norma legal.

10. Intervención conjuntamente con letrados en los contratos y estatutos de toda clase de sociedades civiles y comerciales cuando se planteen cuestiones de carácter financiero, económico, impositivo y contable.

11. Presentación con su firma de estados contables de bancos nacionales, provinciales, municipales, mixtos y particulares, de toda empresa, sociedad o institución pública, mixta o privada y de todo tipo de ente con patrimonio diferenciado.

En especial para las entidades financieras comprendidas en la Ley 21.526, cada Contador público no podrá suscribir el balance de más de una entidad cumplimentándose asimismo el requisito expresado en el Artículo 17 de esta Ley.

12. Toda otra cuestión en materia económica, financiera y contable con referencia a las funciones que le son propias de acuerdo con el presente artículo.

b) En materia judicial para la producción y firma de dictámenes relacionados con las siguientes cuestiones:

1. En los concursos de la Ley 24522 y sus modificatorias para las funciones de síndico.

2. En las liquidaciones de averías y siniestros y en las cuestiones relacionadas con los transportes en general para realizar los cálculos y distribución correspondientes.

3. Para los estados de cuenta en las disoluciones, liquidaciones y todas las cuestiones patrimoniales de sociedades en todos los fueros.

4. En las compulsas o peritajes sobre libros, documentos y demás elementos concurrentes a la dilucidación de cuestiones de contabilidad y relacionadas con el comercio en general, sus prácticas, usos y costumbres.

5. Para dictámenes e informes contables en las administraciones e intervenciones judiciales.

6. En los juicios sucesorios para realizar y suscribir las cuentas particionarias conjuntamente con el letrado que intervenga.

7. Como Perito en su materia en todos los fueros.

En la emisión de dictámenes, se deberán aplicar las normas de auditoría aprobadas por los organismos profesionales cuando ello sea pertinente.

Capítulo IV Síntesis y Contenidos Curriculares Mínimos

Los contenidos curriculares mínimos que se desarrollan en este apartado, están en consonancia con los conceptos expresados en los capítulos I y III, en los que se describen los antecedentes y características de la carrera de Contador Público, explicitando se claramente el perfil profesionalista de la misma.

La definición de dichos contenidos curriculares mínimos, que la carrera de Contador Público deberá cubrir obligatoriamente por ser considerados esenciales para el reconocimiento de la validez nacional del título, constituye una matriz básica de la que se

pueden derivar lineamientos curriculares y planes de estudio diversos.

Los contenidos se expresan en función de la información conceptual y teórica considerada imprescindible, y de las competencias que se desean lograr. Pueden ser teóricos, prácticos, o teórico - prácticos, y en cada caso serán fundantes del saber profesional, dejándose espacio para que cada institución elabore el perfil del profesional deseado.

Todo diseño curricular de la carrera de Contador Público debe asegurar que los contenidos específicos sean adecuados y que, conjuntamente con la articulación entre áreas y asignaturas, se garantice la formación correspondiente al perfil definido. Su presentación en forma de áreas temáticas no debe generar rigideces que puedan atentar contra la necesaria flexibilidad curricular.

- Abordaje Pedagógico-Didáctico

Los distintos contenidos de la carrera son abordados, desde el punto de vista didáctico, según su especificidad y las decisiones que toman los docentes al diseñar las estrategias de enseñanza, que están guiadas por el objetivo central de favorecer el aprendizaje significativo de los estudiantes.

La elección de las técnicas y la organización de distintas estrategias se realiza considerando varios factores que inciden en la calidad de los aprendizajes: el área disciplinar, las características del grupo de alumnos y su número, y el tiempo disponible, entre los más importantes.

Para las instancias de construcción del conocimiento disciplinar se consideran valiosas las estrategias que apuntan al análisis, la comprensión, la interpretación y la generación de juicios propios. Algunas técnicas que favorecen el desarrollo de tales procesos son:

- la exposición dialogada,
- la presentación de interrogantes o problemas,
- el trabajo grupal (pequeño grupo de discusión, torbellino de ideas, seminario, debate, entre otros),
- la indagación bibliográfica,
- la producción de mapas conceptuales y de trabajos específicos.

La enseñanza focalizada en las prácticas profesionales debe estimular la integración de los conocimientos, la reflexión sobre la realidad profesional y la toma de decisiones con fundamentación. Técnicas adecuadas para este tipo de aprendizajes son, entre otras:

- la problematización,

- el estudio de casos,
- el análisis de incidentes críticos,
- los ejercicios de simulación,
- los trabajos de campo y
- las pasantías.

Áreas temáticas, síntesis y contenidos curriculares mínimos En el siguiente cuadro se incluye la desagregación en áreas temáticas, la síntesis de las mismas que expresa los conocimientos esenciales resumidos y los contenidos curriculares mínimos.

Estos son los elementos necesarios a ser considerados en la posterior definición de criterios para la asignación de cargas horarias y el establecimiento de estándares de acreditación.

El listado de áreas temáticas con los contenidos curriculares mínimos no implica una imposición de nombres, de cantidad de materias, ni de una organización particular de las mismas, sino que constituye un ordenamiento operativo. Este listado está orientado a explicitar los contenidos mínimos que deben ser considerados en los distintos currícula de las carreras de Contador Público.

ÁREAS TEMÁTICAS	SÍNTESIS	CONTENIDOS CURRICULARES MINIMOS
CONTABILIDAD	<p>El objetivo es desarrollar un sólido conocimiento de los aspectos sustanciales de la disciplina contable. Para ello los alumnos estudian genéricamente los sistemas de información organizacionales y en detalle y profundidad el sistema de información contable.</p> <p>Estudian cómo integrar, en la toma de decisiones, los conocimientos teóricos aprendidos en otras áreas, las salidas del sistema de información contable y las de otros sistemas que provean información relevante para tal fin. Aprenden a gestionar la relación entre la organización y organismos administrativos, judiciales y reguladores (en especial contables) en aspectos de su competencia profesional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • __La Contabilidad. Antecedentes y evolución. • Los Entes. Sus recursos y fuentes. Operaciones y hechos económicos. • El patrimonio y la contabilidad. • El ejercicio económico. Las variaciones patrimoniales. • El sistema Contable. Métodos de registración. • Estructuración del sistema contable. Medios de procesamiento. • Registración de los hechos económicos en distintos momentos de la vida del Ente. • Culminación del proceso contable, los informes contables. • Los modelos contables. • La valuación del patrimonio en los distintos momentos de la vida del Ente. • La unidad de medida. • Informes contables internos y externos. Usuarios. • Principios o cualidades de la información. • Estados contables. Su exposición. • La consolidación de estados contables.

		<ul style="list-style-type: none"> • Análisis e interpretación de estados contables. • Conversión de estados contables a moneda extranjera. • Estados contables proyectados. • Las normas contables. Distintas fuentes. Normas comparadas. • Teoría general de los costos. • Elementos del costo. • __Sistemas de costeo. • Costos para la toma de decisiones. • Auditoría interna y externa. Auditoría operativa. • La auditoría de sistemas computarizados. • El informe del auditor. Normas y responsabilidades legales y profesionales en el ejercicio de la auditoría. • Régimen financiero del Sector Público. • Derecho tributario. Imposición sobre las rentas. Consumos y patrimonio. • Tributación sobre el salario. Régimen de coparticipación. • Procedimientos tributarios. Autoridad de aplicación (nación, provincias y municipalidades).
--	--	---

ÁREAS TEMÁTICAS	SÍNTESIS	CONTENIDOS CURRICULARES MINIMOS
ECONOMÍA	<p>El objetivo es enseñar los Instrumentos fundamentales necesarios para analizar los hechos e instituciones de la realidad económica. Para ello, los alumnos deben estudiar los conceptos y las herramientas de análisis de la micro y la macroeconomía y de la economía del sector público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceptos Básicos. Delimitación del campo de la economía como ciencia. • Problemas económicos centrales. Los recursos, la tecnología, las instituciones, la población, los sistemas económicos. • Conceptos Básicos de Microeconomía. Sectores económicos. Sistemas de Precios. Las funciones de oferta y demanda. Competencia perfecta y monopolio. • Conceptos Básicos de Macroeconomía. Los modelos macroeconómicos básicos. • La demanda agregada: consumo, inversión y gasto público. El mercado de bienes. • La función IS. Mercado financiero. La función L. M. El sector externo. • El equilibrio general. El Multiplicador. Política económica. Aspectos Sectoriales. • Conceptos Básicos de Finanzas Públicas. Marco institucional. El presupuesto público. Gastos públicos. Recursos públicos.

ÁREAS TEMÁTICAS	SÍNTESIS	CONTENIDOS CURRICULARES MINIMOS
ADMINISTRACIÓN	<p>El objetivo es introducir al alumno en el estudio de la problemática organizacional y la evolución del pensamiento en la disciplina.</p> <p>Se estudian las funciones básicas de las organizaciones y los procesos que en ellas se llevan a cabo.</p> <p>Se desarrollan los conceptos necesarios para realizar el análisis financiero de una organización y la toma de decisiones de inversión.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Administración General. Caracterización de las Organizaciones. Tipología. Enfoques y Modelos. Los procesos de política, conflicto, decisión, influencia, comunicación, planificación, gestión y control. Autoridad y poder. La estructura organizacional, la administración y los procesos de cambio. Responsabilidad social. • Sistemas Administrativos. Conceptualización y clasificación de modelos. Caracterización y elementos constitutivos. Teoría General de los Sistemas. Metodología para los estudios administrativos. Desarrollo de las etapas para el estudio de sistemas e implementación. Aspectos tecnológicos de los medios de procesamiento y comunicaciones. Software de base y utilitarios. Redes. Evaluación de sistemas aplicativos. Seguridad en los sistemas de información. • Administración Financiera. Decisiones financieras básicas de las organizaciones. Análisis financiero.

		Decisiones de inversión, de financiación, de dividendos. Administración del capital de trabajo. Mercado de capitales. Derivados financieros. • Las áreas funcionales de la empresa. Producción. Comercialización. Finanzas. Personal. Planeamiento. Registración y Métodos. Dirección Superior.
ÁREAS TEMÁTICAS	SÍNTESIS	CONTENIDOS CURRICULARES MINIMOS
HUMANISTICA	El objetivo es introducir al alumno en los conceptos básicos de la teoría y el método de las Ciencias Sociales, capacitando al futuro profesional para la interacción con el contexto en el que actuará, fomentando la interdisciplinariedad y el compromiso experto.	<ul style="list-style-type: none"> • Introducción al estudio de las Ciencias Sociales. Sociología de las Organizaciones. • Conocimiento Científico. Elementos de filosofía. Concepto de ciencia. Las ciencias sociales áreas, contenido y metodología. Teoría y método científico.
JURÍDICA	El objetivo es formar profesionales responsables con un profundo y acabado conocimiento de las instituciones de derecho público y de derecho privado existentes,	<ul style="list-style-type: none"> • Derechos humanos. Estado y Constitución. Constitución Argentina. • Órganos y Poderes del Estado. • Derechos Civiles y Garantías constitucionales. • Contratos y actos administrativos. • La función pública y el servicio

	<p>sumado al aprendizaje de la metodología necesaria para poder incorporarlas sucesivas modificaciones y la aplicación práctica de tales saberes.</p>	<p>público.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos económicos y de control. • Responsabilidad del Estado. • Regímenes Provinciales y Municipales. • Principios generales del derecho, fuentes. • Persona: atributos y capacidad. • Hechos y actos jurídicos. Obligaciones. • Teoría de los contratos. • Aspectos generales de matrimonio, filiación, régimen sucesorio y derechos reales. • Concepto y origen del derecho comercial. • La empresa y el comerciante. • Contratos comerciales. • Sociedades comerciales y agrupaciones empresarias. • Cooperativas. Asociaciones civiles. • Títulos de crédito. • Mercado de Capitales, entidades financieras y seguros. • Concursos comerciales y quiebras. • El trabajo humano. • La relación del trabajo y la empresa. • Derecho individual del trabajo. • Derecho colectivo del trabajo. • Seguridad social.
--	---	--

ÁREAS TEMÁTICAS	SÍNTESIS	CONTENIDOS CURRICULARES MINIMOS
MATEMATICA	El objetivo es introducir al alumno en el conocimiento de los números reales y los temas fundamentales del Análisis Matemático. Se desarrolla el cálculo vectorial y matricial, con aplicaciones a los sistemas de ecuaciones lineales. Se abordan las nociones básicas de las teorías de Probabilidades y Estadística, de la Matemática Financiera y del Cálculo Actuarial.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ _Números Reales. • Funciones. • Límites y Continuidad. • Derivada. • Sucesiones y Series. • Extremos. • Integrales. • Vectores y Matrices. • Sistemas de Ecuaciones Lineales. • Estadística Descriptiva. • Elementos de Probabilidad. • Inferencia Estadística. • Elementos de Muestreo. • Regresión. • Series de Tiempo. Índices. • Cálculo Actuarial. • Teoría del Interés. • Amortizaciones. • Rentas.

Capítulo V

Cargas Horarias Mínimas por Áreas Temáticas

La carga horaria mínima del plan de estudio para la carrera de Contador Público queda establecida en 2730 horas.

No se fija un máximo para la carga horaria, a fin de permitir que cada Unidad Académica pueda tener libertad para definir su oferta y adecuar su currículo a las situaciones particulares y regionales de su entorno.

Cada área deberá tener como mínimo, las horas indicadas en el siguiente cuadro:

ÁREAS	CARGA HORARIA MÍNIMA POR ÁREA
CONTABILIDAD	820 hs.
ECONOMÍA	270 hs.
ADMINISTRACIÓN	330 hs.
HUMANÍSTICA	82 hs.
JURÍDICA	330 hs.
MATEMÁTICA	355 hs.
20% DISTRIBUCIÓN FLEXIBLE	543 hs.
	2730 hs.

Capítulo VI

Criterios sobre la Intensidad de la Formación Práctica

El Contador Público a lo largo de su carrera, incorpora saberes teóricos y prácticos, y a su vez prácticas de intervención en el medio, cuyas finalidades definen en gran parte el perfil profesional del graduado. Por ello, las carreras de grado deben garantizar ámbitos y modalidades de formación teórico-práctica que colaboren en el desarrollo de competencias profesionales acordes con la intencionalidad formativa. Por consiguiente, cada Unidad Académica, atendiendo al contexto socioeconómico y al tipo de inserción laboral de sus graduados, podrá contemplar diversas formas de llevar adelante esta capacitación.

De esta manera, la teoría y la práctica se muestran como ámbitos mutuamente constitutivos que definen una dinámica específica del proceso de enseñanza y de aprendizaje. Por ende, los criterios de intensidad de la formación práctica deberán contemplar este aspecto, de manera de evitar interpretaciones fragmentarias o reduccionistas de la práctica.

Para lograrlo proponemos algunos criterios que permitan evaluar la intensidad de la formación práctica:

1. **GRADUALIDAD Y COMPLEJIDAD:** este criterio responde al supuesto de que el aprendizaje constituye un proceso de reestructuraciones continuas, que posibilita de manera progresiva alcanzar niveles cada vez más complejos de comprensión e interpretación de la realidad. En ese sentido, es importante considerar desde el inicio de la carrera los aportes que las distintas áreas curriculares realizan a la formación integral, relacionando los aspectos teóricos con los prácticos, ya sea que estén vinculados o no con la práctica profesional.

2. INTEGRACIÓN DE TEORÍA Y PRÁCTICA: el proceso de formación de competencias profesionales que posibiliten la intervención en la problemática específica de la realidad socioeconómica debe, necesariamente, contemplar ámbitos o modalidades curriculares de articulación teórico-práctica. Éstas deben recuperar el aporte de diversas disciplinas. El diseño de actividades de aprendizaje debería tender a un trabajo de análisis y reelaboración conceptual que permita su transferencia al campo profesional, posibilitando, de esta manera, una comprensión integral del rol del Contador Público.

3. RESOLUCIÓN DE SITUACIONES PROBLEMÁTICAS: El proceso de apropiación del conocimiento requiere del desarrollo de la capacidad de solución de situaciones problemáticas ya que de esta manera se tiende al logro de dos importantes objetivos:

- Por un lado, se compromete activamente a los estudiantes como actores involucrados y corresponsables en la solución de las mismas.
- Por otro, se genera un ambiente de aprendizaje en el que los docentes promueven y privilegian la indagación abierta, más allá de los contenidos desarrollados en cada espacio curricular.
- La formación práctica de la carrera de Contador Público desde esta perspectiva, permite la resignificación de los contenidos teóricos y su aplicación a la futura actividad profesional.

ESTRATEGIA PARA LA EVALUACIÓN DE LA INTENSIDAD DE LA FORMACIÓN PRÁCTICA

A los efectos de determinar la intensidad de la formación práctica en la carrera de Contador Público, se definen dos instancias complementarias de la misma.

- La primera de ellas referida a la metodología de enseñanza práctica incluida en el contrato pedagógico de las diversas asignaturas, orientada a que el alumno adquiera habilidades y destrezas para la práctica profesional.

Con el objetivo de contemplar realidades de cada Unidad Académica, se propone otorgar mayor flexibilidad en las áreas donde se manifiestan los aportes de la formación práctica para el ejercicio profesional.

En este marco se define la carga horaria para las dos áreas que tienen una incidencia mayor en las incumbencias, y el resto de las horas se deja librado a cada Unidad Académica. Por tanto se define que la carga horaria mínima que deberá contemplar esta instancia será de 600 hs., distribuidas tentativamente de la siguiente forma:

Área Contable: 50 % sobre el total de las horas de práctica, es decir 300 horas.

Área Jurídica: 20 % sobre el total de las horas de práctica, es decir 120 horas.

Resto de las áreas: 30 % sobre el total de las horas de práctica, es decir 180 horas.

- La segunda instancia, consiste en un espacio final de integración de conocimientos adquiridos relacionados con el ejercicio profesional. En este espacio se deberán cumplimentar 100 hs. mínimas en el total de este tipo de actividades.
- Desde esta perspectiva, serán también consideradas prácticas profesionales:
- Pasantías y/o prácticas profesionales supervisadas.
- La experiencia laboral compatible, que el alumno pueda demostrar y/o acreditar relacionada con aspectos de la profesión, realizada en el sector público, privado y en el denominado tercer sector.
- Los trabajos y/o documentos integradores de aplicación desarrollados en los
- Seminarios de Práctica Profesional.

De este modo, la formación práctica que se llevará a cabo en cada Unidad Académica deberá ser:

1. Planificada y realizada en forma congruente y en función del perfil del Contador Público que se desea formar.
2. Ejecutada y realizada mediante una supervisión organizada por cada Unidad Académica.
3. Realizada mediante espacios curriculares o talleres en correspondencia con el ejercicio profesional del Contador Público.
4. Sistemáticamente evaluada por los docentes.
5. De aplicación e integración de los marcos teóricos estudiados durante la carrera.

Capítulo VII

Estándares para la Acreditación de la Carrera de Contador Público

Para la fijación de los estándares que se proponen en el presente capítulo, se tomaron como ejes rectores el resguardo de la autonomía universitaria y el reconocimiento de que la carrera a la que se aplicarán, se enmarca en el contexto de la institución universitaria a la que pertenece.

Tales criterios generales deberán ser respetados tanto en la aplicación como en la interpretación de los estándares que a continuación se consignan.

I. Contexto institucional.

I.1. La carrera debe estar incluida en una Unidad Académica que cumpla con sus funciones esenciales: docencia, investigación y extensión.

I.2. El propósito institucional y los objetivos de la carrera, el funcionamiento y su reglamentación, el perfil del egresado (considerando las incumbencias profesionales) y el plan de estudios, deben estar explícitamente definidos en un documento curricular de la carrera, que será de conocimiento público.

I.3. La institución debe impulsar y promover, mediante sus políticas institucionales:

a) los mecanismos para la actualización y perfeccionamiento del personal docente, b) el desarrollo de las acciones de extensión universitaria, c) la difusión del conocimiento producido mediante la vinculación con el medio, d) la cooperación interinstitucional y, e) la investigación científica y tecnológica.

I.4. La carrera debe estar basada en una estructura organizativa y administrativa que posibilite la planificación de su desarrollo para el logro de una eficaz y transparente gestión de la institución, en el corto, mediano y largo plazo, propiciando el mantenimiento y el mejoramiento de la calidad.

I.5. La Unidad Académica debe estar estructurada en sectores de gobierno, gestión y administración, para alcanzar los objetivos propuestos. Deben implementarse mecanismos de autoevaluación institucional para los ámbitos de gestión, docencia, investigación y extensión, que incluyan herramientas de evaluación de la calidad con consulta a los diferentes actores intervinientes, y que de cuenta tanto del funcionamiento de la carrera como de los logros alcanzados.

I.6. La carrera debe contar con instancias institucionalizadas responsables del diseño y seguimiento de la implementación del plan de estudios y su revisión periódica.

I.7. Los miembros de los sectores de gobierno, gestión, administración, docencia e investigación, deben poseer antecedentes compatibles con la naturaleza del cargo.

I.8. La carrera debe contar con un sistema de pasantías y/o prácticas como modo de integración al medio socioproductivo.

I.9. La información institucional debe estar resguardada por sistemas que aseguren su disponibilidad, actualidad y confiabilidad, al mismo tiempo que deberá contar con canales de comunicación eficientes.

II. Plan de estudios y formación

II. 1. El Plan de estudios debe explicitar las actividades de formación para la práctica profesional de Contador Público.

II.2. Los objetivos de la carrera, el perfil del egresado, el Plan de estudios y la propuesta pedagógica deben estar claramente definidos y ser coherentes entre sí.

II.3. El Plan de estudios de la carrera debe cumplir con los contenidos curriculares mínimos, la carga horaria mínima y la intensidad de la formación práctica conforme a la normativa vigente. La estructura curricular debe especificar los ciclos, áreas y asignaturas que lo integran, los contenidos mínimos de las materias y el régimen de correlatividades. Es conveniente que la evaluación de los alumnos se haga sobre la base de los conocimientos teóricos y prácticos de cada disciplina.

II.4. Los contenidos de las asignaturas, cursos, módulos, seminarios u otras denominaciones de la carrera deben estar especificados. Cada asignatura debe contar con un programa que incluya: objetivos, contenidos, metodología con la cual se desarrollará, descripción analítica de las actividades teóricas y/o prácticas, bibliografía y forma de evaluación a utilizar..

II.5. El Plan de estudio debe tener en cuenta los requisitos de cada asignatura, mediante un esquema de correlatividad, ajustado fundamentalmente a la dependencia epistemológica de los conocimientos, que garantice la continuidad en el aprendizaje.

II.6. El Plan de estudio debe incluir en áreas temáticas los conocimientos de común origen epistemológico, organizados en diferentes espacios curriculares.

Se recomienda que la carga horaria de cada área no sea menor a los porcentajes que a continuación se detallan:

- Área Contable e Impositiva: 30 %
- Área Administración e Informática: 12%
- Área Economía: 10 %
- Área Humanística: 3%
- Área Jurídica: 12%
- Área Matemática: 13%

- Porcentaje de distribución flexible: hasta 20%

II.7. Los contenidos de las asignaturas del Plan de estudio deben desarrollarse utilizando metodologías de enseñanza orientadas a que el alumno adquiera habilidades y destrezas para la práctica profesional.

II.8. La carrera de Contador Público debe incluir experiencias supervisadas o talleres de prácticas profesionales. Serán consideradas como tales :

- Pasantías y/o prácticas profesionales supervisadas.

La experiencia laboral compatible, que el alumno pueda demostrar y/o acreditar relacionada con aspectos de la profesión, realizada en el sector público, privado o en el denominado tercer sector.

- Los trabajos y/o documentos integradores de aplicación desarrollados en los Seminarios de Práctica Profesional.

II.9. La evaluación de los alumnos debe corresponderse con los objetivos de la carrera previamente establecidos y comunicados. Las evaluaciones deben contemplar de manera integrada el componente teórico, la formación de actitudes, y la capacidad para desarrollar procedimientos propios de las disciplinas.

II.10. Los contenidos de los programas y la metodología de enseñanza deben ser actualizados y evaluados periódicamente por la Unidad Académica.

II.11. El plan de estudios debería ofrecer asignaturas optativas/electivas con el fin de posibilitar la profundización o ampliación de conocimientos.

II.12. Se debe disponer de reglamentaciones para organizar los circuitos recorridos por los estudiantes en distintas etapas: admisión, promoción, permanencia y graduación.

En ellas, deberán contemplarse las distintas posibilidades y alternativas que razonablemente pudieran presentarse al estudiante para mantener su condición de alumno regular ante diferentes circunstancias.

III. Cuerpo académico

III.1. La carrera debe contar con un cuerpo académico propio en número y composición adecuada. El mismo estará integrado por una planta de autoridades y personal docente con las acreditaciones profesionales y docentes correspondientes, y con dedicación horaria suficiente para el desempeño de sus funciones.

III.2. Deberán existir políticas institucionales que progresivamente promuevan en los profesores la formación de posgrado y la participación en investigación, desarrollo tecnológico o actividades profesionales que redunden en una mejora de su tarea docente.

III.3. El ingreso y la permanencia en la docencia deben regirse por mecanismos que garanticen la idoneidad del cuerpo académico y que sean de conocimiento público.

III.4. Los miembros del cuerpo docente deben tener una formación de nivel universitario como mínimo equivalente al título de grado que otorga la carrera, salvo casos excepcionales. Dentro del plantel docente debe existir un adecuado equilibrio entre la formación académica y la experiencia profesional.

III.5. La trayectoria académica y formación profesional de los miembros del cuerpo académico debe estar documentada y ser adecuada a las funciones que desempeñen.

Debe contarse con un registro actualizado, de carácter público, de los antecedentes académicos y profesionales del personal docente, que permita su evaluación.

III.6. La unidad académica debe gestionar programas (de formación, de investigación, de relación con el medio, etc.) o acciones que promuevan la vinculación entre las carreras de Contador Público de distintas Unidades Académicas de la región, del resto del país y de otros países.

III.7. La carrera debe contar con personal docente auxiliar suficiente, con la formación académica y profesional correspondiente.

IV. Alumnos y graduados.

IV.1. La unidad académica debe tener en cuenta la capacidad física y de recursos materiales suficientes y adecuados para albergar a su población estudiantil.

IV.2. Los requisitos de ingreso deben ser explícitos y conocidos por los postulantes y la universidad debe realizar acciones para difundir, orientar y ayudar al ingresante.

IV.3. Deben existir mecanismos de seguimiento de los alumnos, medidas tendientes a mejorar la retención y análisis de la información sobre rendimiento, retraso y egreso, considerando para la elección de las estrategias la magnitud de la matrícula.

IV.4. La unidad académica debe disponer de instancias de apoyo pedagógico que acompañe el proceso educativo de sus estudiantes, tales como tutorías, asesorías u orientación profesional, considerando para la elección de las estrategias la magnitud de la matrícula.

IV.5. La unidad académica debe estimular la incorporación de los alumnos a las actividades de investigación, desarrollo y vinculación con el medio profesional y cultural

fomentando en ellos una actitud proclive a la educación continua.

IV.6. Deben preverse mecanismos para posibilitar la actualización, formación continua y perfeccionamiento profesional de los graduados.

IV.7. Deben preverse mecanismos de seguimiento de graduados y favorecerse la participación de los mismos en la institución.

IV.8. La universidad debe contar con un sistema de becas para los estudiantes, cuyas reglas sean de acceso público.

V. Infraestructura y equipamiento.

V. 1. La unidad académica donde se desarrolla la carrera debe tener una asignación presupuestaria definida, que le permita cumplir sus fines y objetivos y garantice a los estudiantes admitidos la finalización de la carrera dentro de los términos que fija la reglamentación.

V.2. La unidad académica debe diseñar políticas de asignación y ejecución de recursos y asegurar su distribución en función de los objetivos para el desarrollo de las actividades académicas.

V.3. La infraestructura de la institución debe ser adecuada en cantidad y capacidad de acuerdo con los requerimientos de las distintas asignaturas. Asimismo, debe contar con suficiente disponibilidad horaria para el desarrollo de todas las actividades planificadas, al igual que los medios y el equipamiento necesario.

V.4. El acceso y el uso de todos los ámbitos de aprendizaje deben estar garantizados por la propiedad y administración de los mismos o por convenios que aseguren su disponibilidad.

V.5. La carrera debe tener acceso a bibliotecas o centros de información equipados y actualizados que dispongan de un acervo bibliográfico pertinente. Se debe ayudar al estudiante a aprender nuevas formas de acceso y procesamiento de la información, particularmente la información electrónica disponible.

V.6. La dirección y administración de la biblioteca a la que tenga acceso la carrera debe estar a cargo de personal profesional idóneo, suficiente y calificado. El servicio a los usuarios y el horario de atención debe ser amplio y contarse con un registro actualizado de los servicios prestados y de los usuarios.

ANEXO III - Normas Referentes al Ejercicio de las Profesiones Relacionadas a las Ciencias Económicas. Bs.As. 23/5/73

Excelentísimo

Señor Presidente de la Nación:

Tengo el honor de dirigirme al Primer Magistrado elevando a su consideración el adjunto proyecto de ley por el cual se establecen normas de carácter general referentes al ejercicio de las profesiones relacionadas a las ciencias económicas.

Parece ocioso destacar la trascendencia que dicha rama del saber tiene en las múltiples actividades del quehacer nacional, que se vinculan tanto con la elevación del nivel científico y cultural del país, como con el de los fines de contralor y organización en los aspectos económicos y financieros. Los profesionales de Ciencias Económicas intervienen en la mayor parte de las actividades de la economía tanto en la esfera pública como en la privada, brindando apoyo técnico a otras profesiones y actividades mediante los estudios inherentes al quehacer económico.

El régimen legal actualmente vigente (dec. ley N° 5103/45) (ley 12921), no contempla acabadamente la experiencia acumulada en los últimos años en las profesiones de que se trata.

Es una realidad que, la evolución tecnológica y social ha avanzado rápidamente en el orden de las ciencias económicas, tan ligadas a fenómenos de carácter político y social. En respuesta a tales requerimientos, las Universidades del país han ido ampliando sus planes de estudio para aprender nuevas especialidades profesionales adaptadas a las exigencias socioeconómicas del país.

Con excepción de las normas de policía del ejercicio profesional, que son del resorte exclusivo de las autoridades locales, resulta indispensable extender a todo el país la vigencia de las normas que regulan el ejercicio profesional sobre la base de la capacitación otorgada por las Universidades. Se lograra con ello, un deseable coherencia en el desenvolvimiento de un actividad que interesa fundamentalmente al bienestar de la nación (art. 67 in. 16 de la Constitución Nacional).

Las disposiciones proyectadas tienden a resolver las carencias evidenciadas en el régimen legal actualmente vigente, donde no se contemplan los nuevos campos de

especialización abiertos en los últimos años, respetándose por los demás el ámbito de actuación que corresponde a las autoridades locales.

La ley proyectada será un eficiente instrumento para el mayor desarrollo del patrimonio nacional, tanto en su aspecto económico como cultural y se encuadra en las políticas nacionales números 25, 32, 54 del decreto N° 46/70 de la Junta de Comandantes en Jefe.

Dios Guarde a Vuestra Excelencia
Rubéns G. San Sebastián.

Ley N° 20488
Buenos Aires 23/5/73

En uso de las atribuciones conferidas por el artículo del Estatuto de la Revolución Argentina, el Presidente de la Nación Argentina Sanciona y promulga con fuerza de Ley:

TITULO I DEL EJERCICIO PROFESIONAL

ARTICULO 1. En todo el territorio de la Nación el ejercicio de las profesiones de licenciado en Economía, Contador Público, Licenciado en Administración, Actuario y sus equivalentes queda sujeto a lo que prescribe la presente Ley y a las disposiciones reglamentarias que se dicten. Para tales efectos es obligatoria la inscripción en las respectivas matrículas de los Consejos Profesionales del país conforme a la jurisdicción en que se desarrolle su ejercicio.

ARTICULO 2. Las profesiones a que se refiere el Artículo 1 sólo podrán ser ejercidas por:

- a) Personas titulares de diplomas que expiden las Universidades Nacionales siempre que su otorgamiento requiera estudios completos de enseñanza media previos a los de carácter universitario.
- b) Personas con títulos habilitantes expedidos por el Estado Nacional, en las condiciones establecidas en las Leyes 14.557, 17 604 y decretos reglamentarios, y por Universidades Provinciales, siempre que el otorgamiento de tales títulos requiera estudios completos de enseñanza media, previos a los de carácter universitario y que acrediten haber cubierto requisitos y conocimientos no inferiores a los impartidos en las respectivas disciplinas en las universidades nacionales.
- c) Personas titulares de diplomas expedidos por universidades o instituciones profesionales extranjeras, revalidados por una universidad nacional o que lo fueren en lo sucesivo, siempre que reúnan los siguientes requisitos:

1. Que el diploma extranjero haya sido otorgado previo ciclo completo de enseñanza media y que acredite haber cubierto requisitos y conocimientos no inferiores en extensión y profundidad a los impartidos en las respectivas disciplinas en las universidades nacionales.

2. Tener una residencia continuada en el país no menor de Dos (2) años, salvo que el titular del diploma sea argentino.

d) Personas titulares de diplomas expedidos por escuelas superiores de comercio de la Nación o convalidados por ella, antes de la sanción del Decreto-Ley 5.103/45 (Ley 12.921).

e) Personas titulares de diplomas de graduados en Ciencias Económicas expedidos por las autoridades nacionales o provinciales con anterioridad a la creación de las carreras universitarias, mientras no resulte modificación y/o extensión del objeto, condiciones, términos, lugar de validez u otra modalidad del ejercicio profesional, siempre y cuando estuvieren inscriptos en las respectivas matrículas antes de la sanción de la presente ley.

f) Personas inscriptas a la fecha de esta ley en el Registro Especial de No Graduados, conforme al Decreto-Ley 5.103/45 (art.7), mientras no resulte modificación y/o extensión del objeto, condiciones, término u otra modalidad de la actividad profesional.

ARTICULO 3.- A los efectos de esta Ley se considerará que las personas comprendidas en el Artículo 2 ejercen las profesiones mencionadas en el Artículo 1 cuando realizan actos que supongan, requieran o comprometan la aplicación de conocimientos propios de tales personas; especialmente si consisten en:

a) El ofrecimiento o realización de servicios profesionales.

b) El desempeño de funciones derivadas de nombramientos judiciales de oficio o a propuesta de partes.

c) La evacuación, emisión, presentación o publicación de informes, dictámenes, laudos, consultas, estudios, consejos, pericias, compulsas, valorizaciones, presupuestos, escritos, cuentas, análisis, proyectos, o de trabajos similares, destinados a ser presentados ante los poderes públicos, particulares o entidades públicas, mixtas o privadas.

ARTICULO 4.- El uso del título de cualesquiera de las profesiones enumeradas en el Artículo 1 sólo será permitido a personas de existencia visible. En todos los casos deberá determinarse claramente el título de que se trata y la Universidad que lo expidió. Los cargos existentes o a crearse en actividades o entidades comerciales, civiles y bancarias, empresas mixtas o del Estado, no podrán designarse con denominaciones que den lugar a que quienes los ocupan utilicen indebidamente el título de profesiones a que se refiere la presente ley.

ARTICULO 5.- Las asociaciones de los graduados en ciencias económicas a que se refiere la presente ley sólo podrán ofrecer servicios profesionales cuando la totalidad de sus componentes posean los respectivos títulos habilitantes y estén matriculados.

ARTICULO 6.- Las asociaciones de profesionales universitarios de distintas disciplinas actuarán en las Ciencias Económicas bajo la firma y actuación del profesional de la respectiva especialidad de Ciencias Económicas.

ARTICULO 7.-Se considerará como uso del título toda manifestación que permita referir o atribuir a una o más personas el propósito o la capacidad para el ejercicio de la profesión en el ámbito y en el nivel que son propios de dicho título en particular:

- a) El empleo de leyendas, dibujos, insignias, chapas, tarjetas, avisos, carteles o publicaciones de cualquier especie.
- b) La emisión, reproducción o difusión de las palabras contador, economista, analista, auditor, experto, consultor, asesor, licenciado o similares y sus equivalentes en idiomas extranjeros, con referencia a cualesquiera de los ámbitos de las profesiones reglamentadas por esta ley.
- c) El empleo de los términos academia, estudio, asesoría, oficina, instituto, sociedad, organización u otros similares y sus equivalentes en idiomas extranjeros, con referencia a cualesquiera de los ámbitos de las profesiones reglamentadas por esta ley.

ARTICULO 8.- Las personas que sin poseer título habilitante en las condiciones prescriptas por la presente ley ejercieran cualquiera de las profesiones reglamentadas por esta ley o lo hicieran no obstante haberseles cancelado la matrícula como consecuencia de sanciones dispuestas por los Consejos Profesionales, así como las personas que ofrecieran los servicios inherentes a tales profesiones sin poseer título habilitante para ello, sufrirán penas de UN (1) mes a UN (1) año de prisión sin perjuicio de las penalidades y sanciones que otras leyes establezcan.

Los que indebidamente se arroguen cualesquiera de los títulos de las profesiones reglamentadas por esta ley serán pasibles de las sanciones previstas en el Artículo 247 del Código penal.

Los profesionales que ejercieran alguna de las profesiones comprendidas en la presente ley sin la inscripción en la matrícula del respectivo Consejo Profesional del país, serán penados con multa de QUINIENTOS PESOS (\$500.-) a CINCO MIL PESOS (\$ 5.000.-).

ARTICULO 9.-Prohíbese a los establecimientos de enseñanza privada no autorizados conforme a las leyes 14.557 y 17.604 y decretos reglamentarios, otorgar títulos, diplomas o certificados con designaciones iguales, similares o que se refieren parcialmente al ámbito de las profesiones reglamentadas por esta Ley, o que de algún modo puedan confundirse con ellas. Los establecimientos infractores y solidariamente sus directores, administradores y propietarios serán pasibles de una multa de MIL PESOS (\$ 1.000.-) a DIEZ MIL PESOS por cada título, diploma o certificado expedido, sin perjuicio de la responsabilidad penal por los delitos comunes, debiendo disponerse inmediatamente la clausura de tales centros de enseñanza. Igual prohibición alcanza a la manifestación pública o privada de que en dichos establecimientos se imparte enseñanza similar, equivalente o específica de la formación profesional requerida para obtener los grados o títulos correspondientes a las profesiones reglamentadas por esta ley. Las infracciones a esta disposición serán penadas con multas de CINCO MIL PESOS (\$ 5.000.-) a CINCUENTA MIL PESOS (\$ 50.000.-)

ARTICULO 10.-Para cubrir los cargos en las entidades centralizadas y descentralizadas de la administración pública nacional, provincial y municipal, empresas del Estado y mixtas para cuyo desempeño se requiera tener conocimientos de la especialidad de los graduados en ciencias económicas, se dará preferencia a los profesionales con título de la especialidad respectiva.

ARTICULO 11.-Se requerirá título de Licenciado en Economía o equivalentes:

- a) Para todo dictamen destinado a ser presentado a autoridades judiciales, administrativas o a hacer fe pública relacionado con el asesoramiento económico y financiero para:
- 1.- Estudios de mercado y proyecciones de oferta y demanda sin perjuicio de la actuación de graduados de otras disciplinas en las áreas de su competencia.
 - 2.- Evaluación económica de proyectos de inversiones sin perjuicio de la actuación de graduados de otras disciplinas en las áreas de su competencia.
 - 3.- Análisis de coyuntura global, sectorial y regional.
 - 4.- Análisis de mercado externo y del comercio internacional.
 - 5.- Análisis macroeconómico de los mercados cambiario de valores y de capitales.
 - 6.- Estudios de programas de desarrollo económico global, sectorial y regional.
 - 7.- Realización e interpretación de estudios econométricos.
 - 8.- Análisis de la situación, actividad y política monetaria, crediticia, cambiaria, fiscal y salarial.

9.- Estudios y proyectos de promoción industrial, minera, agropecuaria, comercial, energética, de transporte y de infraestructura en sus aspectos económicos.

10.- Análisis económico del planteamiento de recursos humanos y evaluación económica de proyectos y programas atinentes a estos recursos.

11.- Análisis de la política industrial, minera, energética, agropecuaria, comercial, de transportes y de infraestructura en sus aspectos económicos.

12.- Estudios a nivel global, sectorial y regional sobre problemas de comercialización, localización y estructura competitiva de mercados distribuidores, inclusive la formación de precios.

13.- Toda otra cuestión relacionada con economía y finanzas con referencia a las funciones que le son propias de acuerdo con el presente artículo.

b) Como perito en su materia en todos los fueros, en el orden judicial.

ARTICULO 12.- Quedan incluidos en los términos del Artículo 11 los Doctores en Ciencias Económicas que antes de la fecha de sanción de la presente ley, poseyeran el título académico correspondiente, sin haber recibido previamente el de Licenciado en Economía.

ARTICULO 13.- Se requerirá título de Contador Público o equivalente:

a) En materia económica y contable cuando los dictámenes sirvan a fines judiciales, administrativos o estén destinados a hacer fe pública en relación con las cuestiones siguientes:

1.-Preparación, análisis y proyección de estados contables, presupuestarios, de costos y de impuestos en empresas y otros entes.

2.-Revisión de contabilidades y su documentación.

3.-Disposiciones del Capítulo III, Título II, Libro I del Código de Comercio.

4.-Organización contable de todo tipo de entes.

5.-Elaboración e implantación de políticas, sistemas, métodos y procedimientos de trabajo administrativo-contable.

6.-Aplicación e implantación de sistemas de procesamiento de datos y otros métodos en los aspectos contables y financieros del proceso de información gerencial.

7.-Liquidación de averías.

8.-Dirección del relevamiento de inventarios que sirvan de base para la transferencia de negocios, para la constitución, fusión, escisión, disolución y liquidación de cualquier clase de entes y cesiones de cuotas sociales.

9.-Intervención en las operaciones de transferencia de fondos de comercio, de acuerdo con las disposiciones de la Ley 11.867, a cuyo fin deberán realizar todas las gestiones que

fueren menester para su objeto, inclusive hacer publicar los edictos pertinentes en el Boletín Oficial, sin perjuicio de las funciones y facultades reservadas a otros profesionales en la mencionada norma legal.

10.-Intervención conjuntamente con letrados en los contratos y estatutos de toda clase de sociedades civiles y comerciales cuando se planteen cuestiones de carácter financiero, económico, impositivo y contable.

11.-Presentación con su firma de estados contables de bancos nacionales, provinciales, municipales, mixtos y particulares, de toda empresa, sociedad o institución pública, mixta o privada y de todo tipo de ente con patrimonio diferenciado.

En especial para las entidades financieras comprendidas en la Ley 18.061, cada Contador público no podrá suscribir el balance de más de una entidad cumplimentándose asimismo el requisito expresado en el Artículo 17 de esta Ley.

12. -Toda otra cuestión en materia económica, financiera y contable con referencia a las funciones que le son propias de acuerdo con el presente artículo.

b) En materia judicial para la producción y firma de dictámenes relacionados con las siguientes cuestiones:

1.-En los concursos de la Ley 19.551 para las funciones de síndico.

2.-En las liquidaciones de averías y siniestros y en las cuestiones relacionadas con los transportes en general para realizar los cálculos y distribución correspondientes.

3.-Para los estados de cuenta en las disoluciones, liquidaciones y todas las cuestiones patrimoniales de sociedades civiles y comerciales y las rendiciones de cuenta de administración de bienes.

4.-En las compulsas o peritajes sobre libros, documentos y demás elementos concurrentes a la dilucidación de cuestiones de contabilidad y relacionadas con el comercio en general, sus prácticas, usos y costumbres.

5.-Para dictámenes e informes contables en las administraciones e intervenciones judiciales.

6.-En los juicios sucesorios para realizar y suscribir las cuentas particionarias conjuntamente con el letrado que intervenga.

7.-Como perito en su materia en todos los fueros. En la emisión de dictámenes, se deberán aplicar las normas de auditoría aprobadas por los organismos profesionales cuando ello sea pertinente.

ARTICULO 14.-Se requerirá título de Licenciado en Administración o equivalente:

A) Para todo dictamen destinado a ser presentado ante autoridades judiciales, administrativas o a hacer fe pública en materia de dirección y administración para el asesoramiento en:

- 1.-Las funciones directivas de análisis, planeamiento, organización, coordinación y control.
- 2.-la elaboración e implantación de políticas, sistemas, métodos y procedimientos de administración, finanzas, comercialización, presupuestos, costos y administración de personal.
- 3.-La definición y descripción de la estructura y funciones de la organización.
- 4.-La aplicación e implantación de sistemas de procesamiento de datos y otros métodos en el proceso de información gerencial.
- 5.-Lo referente a relaciones industriales, sistemas de remuneración y demás aspectos vinculados al factor humano en la empresa.
- 6.-Toda otra cuestión de dirección o administración en material económica y financiera con referencia a las funciones que le son propias de acuerdo con el presente artículo.

b) En materia judicial:

- 1.-Para las funciones de liquidador de sociedades comerciales o civiles.
- 2.-Como perito en su materia en todos los fueros.

En las designaciones de oficio para las tareas de administrador a nivel directivo o gerencial en las intervenciones judiciales, se dará preferencia a los licenciados en administración sin perjuicio de que sean tomados en consideración otros antecedentes en relación con tales designaciones.

ARTICULO 15.-Se considera título habilitante para el ejercicio de las funciones para las cuales se requiere el de Licenciado en Administración, el de los Contadores Públicos egresados con anterioridad a la vigencia de la presente Ley y que hubieran iniciado su carrera con anterioridad a la vigencia del plan de estudios de Licenciados en Administración en las respectivas Universidades.

Si la Universidad que emitió el Título de Contador Público no tuviere en vigencia la carrera de Licenciado en Administración, los egresados hasta la vigencia de la presente ley se encuentran comprendidos en las disposiciones del primer párrafo del presente artículo.

ARTICULO 16.- Se requerirá título de Actuario o equivalente:

- 1.-Para todo informe que las compañías de seguros, de capitalización, de ahorro, de ahorro y préstamo, de autofinanciación (crédito recíproco) y sociedades mutuales, presenten a sus accionistas o asociados o a terceros, a la Superintendencia de Seguros u

otra repartición pública, nacional provincial o municipal, que se relacione con el cálculo de primas y tarifas, planes de seguros, de beneficios, subsidios y reservas técnicas de dichas compañías y sociedades.

2.-Para dictamen sobre las reservas técnicas que esas mismas compañías y sociedades deben publicar junto con su balance y cuadros de rendimiento anuales.

3.-En los informes técnicos de los estados de las sociedades de socorros mutuos, gremiales o profesionales, cuando en sus planes de previsión y asistenciales, incluyan operaciones relacionadas con aspectos biométricos.

4.-Para todo informe requerido por autoridades administrativas o que deba presentarse a las mismas o en juicios, sobre cuestiones técnicas relacionadas con la estadística, el cálculo de las probabilidades en su aplicación al seguro, la capitalización, ahorro y préstamo, operaciones de ahorro autofinanciado (crédito recíproco) y a los empréstitos.

5.-Para todo informe o dictamen que se relacione con la valuación de acontecimientos futuros fortuitos, mediante el empleo de técnicas actuariales.

6.-En asuntos judiciales cuando a requerimiento de autoridades judiciales deba determinarse el valor económico del hombre y rentas vitalicias.

7.-Para el planeamiento económico y financiero de sistemas de previsión social, en cuanto respecta al cálculo de aportes, planes de beneficios o subsidios, reservas técnicas o de contingencia.

ARTICULO 17.-El ejercicio de las profesiones reglado por la presente ley, en lo que respecta a las actuaciones en materia judicial, queda sujeto al requisito de que el profesional sea independiente respecto de la o las partes involucradas. Lo mismo ocurrirá cuando en cuestiones extrajudiciales haya situaciones conflictivas entre las partes.

ARTICULO 18.- Se entiende por títulos equivalentes los otorgados por las Universidades citadas en la presente Ley que se diferencien en su denominación de las expresamente citadas en el Artículo 1, pero que sean similares en las exigencias de sus planes de estudio así como en la extensión y nivel de los distintos cursos, a juicio del respectivo Consejo Profesional previo acuerdo con el Ministerio de Cultura y Educación.

TITULO II - DE LOS CONSEJOS PROFESIONALES

ARTICULO 19.-En la CAPITAL FEDERAL, TERRITORIO NACIONAL DE TIERRA DEL FUEGO, ANTARTIDA E ISLAS DEL ATLANTICO SUR y en cada una de las provincias que así lo dispusiere funcionará un Consejo Profesional de los graduados a que se refiere el artículo

ARTICULO 20.-La inscripción de un título de los reglados por la presente ley en una jurisdicción de las indicadas en el artículo 19, no obliga necesariamente a su inscripción en los otros si no se ha dado cumplimiento, a entender del respectivo Consejo Profesional con los requisitos establecidos en el artículo 2 de esta ley.

ARTICULO 21.-Corresponderá a los Consejos Profesionales de Ciencias Económicas dentro de sus respectivas jurisdicciones:

- a) Dar cumplimiento a las disposiciones de la presente ley y otras relacionadas con el ejercicio profesional, y sus respectivas reglamentaciones.
- b) Crear, cuando corresponda y llevar las matrículas correspondientes a las profesiones a que se refiere la presente ley.
- c) Honrar, en todos sus aspectos, el ejercicio de las profesiones de ciencias económicas, afirmando las normas de especialidad y decoro propias de la carrera universitaria, y estimulando la solidaridad entre sus miembros.
- d) Velar para que sus miembros actúen con un cabal concepto de lealtad hacia la patria, cumpliendo con la Constitución y las leyes.
- e) Cuidar que se cumplan los principios de ética que rigen el ejercicio profesional de ciencias económicas.
- f) Ordenar, dentro de sus facultades, el ejercicio profesional de ciencias económicas y regular y delimitar dicho ejercicio en sus relaciones con otras profesiones.
- g) Perseguir y combatir por los medios legales a su alcance, el ejercicio ilegal de la profesión.
- h) Secundar a la administración pública en el cumplimiento de las disposiciones que se relacionen con la profesión, evacuar y suministrar los informes solicitados por entidades públicas, mixtas y privadas.
- i) Certificar las firmas y legalizar los dictámenes expedidos por los profesionales matriculados cuando tal requisito sea exigido.
- j) Aplicar las correcciones disciplinarias por violación a los códigos de ética y los aranceles.

ARTICULO 22.-Las correcciones disciplinarias que aplicará cada Consejo Profesional a sus matriculados consistirán en:

1. Advertencia.
2. Amonestación privada.
3. Apercibimiento público.
4. Suspensión en el ejercicio de la profesión de UN (1) año.

5. Cancelación de la matrícula.

ARTICULO 23.-Las resoluciones de los Consejos Profesionales denegando la inscripción o reinscripción en la matrícula, como así también las referidas a los incisos 4 y 5 del artículo anterior darán recurso de apelación ante el Tribunal Judicial que determinan las respectivas jurisdicciones.

ARTICULO 24.-Cada Consejo Profesional, conforme a las Leyes que reglamentan su ejercicio, estará autorizado a percibir derechos de inscripción en la matrícula, de ejercicio profesional anual, de certificación de firmas y de legalización de dictámenes.

ARTICULO 25.-La presente ley comenzará a regir a partir de la fecha de su publicación.

ARTICULO 26.-El Poder Ejecutivo reglamentará la presente ley en el término de SESENTA (60) días a contar de su publicación.

ARTICULO 27.-Deróganse los artículos 1 al 14 del Decreto-Ley 5 103/45 (Ley 12.921).

ARTICULO 28.-Comuníquese, publíquese, dése a la Dirección Nacional del Registro Oficial y archívese. LANUSSE - Rey -Coda - San Sebastian.

ANEXO IV - Sócios do IFAC - Federação Internacional de Contadores

PAÍS	ENTIDADE
África do Sul	The South African Institute of Chartered Accountants
	Institute of Commercial and Financial Accountants of Southern Africa
Alemanha	Institut der Wirtschaftspruefer in Deutschland e.V.
	Wirtschaftsprüferkammer
Arábia Saudita	Saudi Organization for Certified Public Accountants
Argentina	Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas
Austrália	CPA Austrália
	The Institute of Chartered Accountants in Australia
	National Institute of Accountants in Australia
Áustria	Institut Österreichischer Wirtschaftsprüfer
	Kammer der Wirtschaftstreuhänder
Bahamas	The Bahamas Institute of Chartered Accountants
Bahrain	Bahrain Accountants Association (BAA)
Bangladesh	The Institute of Cost and Management Accountants of Bangladesh
	The Institute of Chartered Accountants of Bangladesh
Barbados	The Institute of Chartered Accountants of Barbados
Bélgica	Institut des Experts-comptables et des Conseils fiscaux
	Institut des Reviseurs d'Entreprises
Bolívia	Colegio de Auditores de Bolivia
Botswana	Botswana Institute of Accountants
Brasil	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON
	Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
Bulgária	Institute of Certified Public Accountants of Bulgaria
Camarões	The Institute of Chartered Accountants of Cameroon
Canadá	CMA Canada
	The Canadian Institute of Chartered Accountants
	Certified General Accountants' Association of Canada
Cazaquistão	Chamber of Auditors of the Republic of Kazakhstan
Chile	Colegio de Contadores de Chile
China	The Chinese Institute of Certified Public Accountants (CICPA)
Chipre	The Institute of Certified Public Accountants of Cyprus
Colômbia	Instituto Nacional de Contadores Públicos de Colombia
Coréia	Korean Institute of Certified Public Accountants
Costa do Marfim	Ordre des Experts Comptables et Comptables Agréés de Côte d'Ivoire

Costa Rica	Colegio de Contadores Públicos de Costa Rica
Croácia	Croatian Association of Accountants and Financial Experts
Dinamarca	Foreningen af Statsautoriserede Revisorer
	Foreningen Registrerede Revisorer FRR
Egito	The Egyptian Society of Accountants & Auditors
Eslováquia	Slovenska Komora Auditorov
Eslovênia	The Slovenian Institute of Auditors
Espanha	Instituto de Censores Jurados de Cuentas de Espana
Estados Unidos	Institute of Management Accountants
	American Institute of Certified Public Accountants
	National Association of State Boards of Accountancy
Estônia	Audiitorkogu (Estonian Auditing Board)
Federação das Repúblicas da Sérvia e Montenegro	Serbian Association of Accountants and Auditors
Fiji	Fiji Institute of Accountants
Filipinas	Philippine Institute of Certified Public Accountants
Finlândia	KHT-yhdistys-Föreningen CGR ry
	HTM-tilintarkastajat ry
França	Compagnie Nationale des Commissaires aux Comptes
	Conseil Supérieur de l'Ordre des Experts-Comptables
Gana	The Institute of Chartered Accountants (Ghana)
Geórgia	Georgian Federation of Professional Accountants and Auditors
Grécia	Institute of Certified Public Accountants of Greece (SOEL)
Guatemala	Instituto Guatemalteco de Contadores Públicos y Auditores
Guiana	The Institute of Chartered Accountants of Guyana
Haiti	Ordre des Comptables Professionels Agrées d'Haiti
Honduras	Colegio de Peritos Mercantiles y Contadores Públicos
Hong-Kong	Hong Kong Institute of Certified Public Accountants
Hungria	Chamber of Hungarian Auditors
Islândia	Félag löggiltra Endurskoðenda
Índia	The Institute of Chartered Accountants of India
	The Institute of Cost and Works Accountants of India
Indonésia	Indonesian Institute of Accountants
Irã	The Iranian Institute of Certified Accountants
Iraque	Association of Public Accountants and Auditors (Iraq)
Irlanda	The Institute of Certified Public Accountants in Ireland
	The Institute of Chartered Accountants in Ireland
.Israel	Institute of Certified Public Accountants in Israel

Itália	Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti
	Consiglio Nazionale dei Ragionieri e Periti Commerciali
Jamaica	The Institute of Chartered Accountants of Jamaica
Japão	The Japanese Institute of Certified Public Accountants
Jordânia	Jordanian Association of Certified Public Accountants
	Arab Society of Certified Accountants
Kuwait	Kuwait Association of Accountants and Auditors
Líbano	Lebanese Association of Certified Public Accountants (LACPA)
Lesotho	Lesotho Institute of Accountants
Libéria	The Liberian Institute of Certified Public Accountants
Luxemburgo	Institut des Réviseurs d'Entreprises
Madagascar	Ordre des Experts Comptables et Financiers de Madagascar
Malásia	The Society of Accountants in Malawi
Malásia	Malaysian Institute of Accountants
	The Malaysian Institute of Certified Public Accountants
Malta	The Malta Institute of Accountants
Marrocos	Ordre des Experts Comptables du Royaume du Maroc (Morocco) (Certified Public Accountants Association)
México	Instituto Mexicano de Contadores Públicos, A.C.
Namíbia	Institute of Chartered Accountants of Namibia
Nigéria	The Institute of Chartered Accountants of Nigeria
Noruega	Den norske Revisorforening (DnR)
Nova Zelândia	New Zealand Institute of Chartered Accountants
Países Baixos	Koninklijk Nederlands Instituut van Registeraccountants (Royal NIVRA)
Panamá	Colegio de Contadores Públicos Autorizados de Panamá
Paquistão	Institute of Cost and Management Accountants of Pakistan
	The Institute of Chartered Accountants of Pakistan
Paraguai	Colegio de Contadores de Paraguay
Peru	Junta de Decanos de Colegios de Contadores Publicos del Peru
Polônia	National Board of Chartered Accountants Association in Poland
	National Chamber of Statutory Auditors
Portugal	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Quênia	Institute of Certified Public Accountants of Kenya
Reino Unidos	The Chartered Institute of Management Accountants (CIMA)
	The Institute of Chartered Accountants in England & Wales
	Chartered Institute of Public Finance and Accountancy
	The Association of Chartered Certified Accountants
	The Institute of Chartered Accountants of Scotland

Republica Dominicana	Instituto de Contadores Publicos Autorizados de la Republica Dominicana
República de Moldova	Association of Professional Accountants and Auditors of the Republic of Moldova
Republica Tcheca	Chamber of Auditors of the Czech Republic Union of Accountants of the Czech Republic
Romênia	Corpul Expertilor Contabili si Contabililor Autorizati din Romania (CECCAR)/The Body of Expert and Licensed Accountants of Romania
Rússia	The Institute of Professional Accountants of Russia (IPAR)
Serra Leoa	The Institute of Chartered Accountants of Sierra Leone, (ICASL)
Singapura	Institute of Certified Public Accountants of Singapore
Sirilanka	The Institute of Chartered Accountants of Sri Lanka
Swaziland	Swaziland Institute of Accountants
Suécia	Föreningen Auktoriserade Revisorer (FAR) Svenska Revisorsamfundet SRS
Suíça	Treuhand-Kammer -Swiss Institute of Certified Accountants and Tax Consultants
Tanzânia	National Board of Accountants and Auditors (NBAA) Tanzania
Tailândia	Federation of Accounting Professions
Taiwan	Federation of CPA Associations of Chinese Taiwan
Trinidad Tobago	The Institute of Chartered Accountants of Trinidad & Tobago
Tunísia	Ordre des Experts Comptables de Tunisie
Turquia	Expert Accountants' Association of Turkey Union of Chambers of Certified Public Accountants of Turkey (TÜRMOB)
Uganda	Institute of Certified Public Accountants of Uganda
Uruguai	Colegio de Contadores, Economistas y Administradores del Uruguay
Uruguai	Colegio de Contadores, Economistas y Administradores del Uruguay
Venezuela	Federación de Colegios de Contadores Públicos de Venezuela
Vietnam	Vietnam Accounting Association
Zâmbia	Zambia Institute of Chartered Public Accountants
Zimbábue	The Institute of Chartered Accountants of Zimbabwe

Fonte: <http://www.ifac.org/About/MemberBodies.tmpl>

ANEXO V – Membros Associados do IFAC - Federação Internacional de Contadores

PAÍS	ENTIDADE
Albânia	Institute of Authorized Chartered Auditors of Albania (IEKA)
Armênia	Association of Accountants and Auditors in Armenia
Azerbaijão	The Chamber of Auditors of Azerbaijan Republic
Bahrain	Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institutions
Bósnia-Herzegovina	Association of Accountants and Auditors of Republika Srpska
Federação das Republicas Sérvia e Montenegro	Institute of Accountants and Auditors of Montenegro Society of Certified Accountants and Auditors of Kosovo (SCAAK)
França	Fédération Internationale des Experts-Comptables Francophones
Irã	Iranian Association of Certified Public Accountants
Irlanda	The Institute of Accounting Technicians in Ireland
Kyrgyzstan	Union of Accountants and Auditors of Kyrgyzstan
Latvia	Latvian Association of Certified Auditors
Lituânia	Lithuanian Chamber of Auditors
Mongólia	Mongolian Institute of Certified Public Accountants (MonICPA)
Nepal	The Institute of Chartered Accountants of Nepal
Paquistão	Pakistan Institute of Public Finance Accountants
Romênia	The Chamber of Financial Auditors of Romania
Rússia	Russian Collegium of Auditors
Sri Lanka	Association of Accounting Technicians of Sri Lanka
Ucrânia	Ukrainian Federation of Professional Accountants and Auditors
Reino Unido	Association of Accounting Technicians (AAT)
United States	Information Systems Audit & Control Association The Institute of Internal Auditors
Uzbequistão	National Association of Professional Accountants and Auditors of Uzbekistan

Fonte: <http://www.ifac.org/About/MemberBodies.tmpl>

ANEXO VI – Resolução CNE Nº. 10, de 16 de Dezembro de 2004, Ministério da Educação. Brasil

INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, BACHARELADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, todos homologados pelo Ministro da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

Art. 2º - As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II - componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI - monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade - como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

§ 1º - O Projeto Pedagógico, além da clara concepção do curso de graduação em Ciências Contábeis, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares;
- XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

§ 2º - Projetos Pedagógicos para cursos de graduação em Ciências Contábeis poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais.

§ 3º - Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas Linhas de Formação e modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º - O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contador seja capacitado a: (1)

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Art. 4º - O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Art. 5º - Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

- I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Art. 6º - A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis estabelecerá, expressamente, as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º - O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º - O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º - As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º - Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º - As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

Art. 10 - A duração e a carga horária dos cursos de graduação, bacharelados, serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11 - As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, e demais disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

Publicada no Diário Oficial da União de 28.12.2004.

(1) Redação alterada conforme retificação publicada no Diário Oficial da União de 11.03.2005.

ANEXO VII – Contenidos Mínimos - Consejo de Decanos de Facultades de Ciencias Económicas de Universidades Nacionales

✓ Carrera Contador Público Nacional

Área de Contabilidad:

- La Contabilidad. Antecedentes y evolución.
- Los Entes. Sus recursos y fuentes. Operaciones y hechos económicos.
- El patrimonio y la contabilidad.
- El ejercicio económico. Las variaciones patrimoniales.
- El sistema Contable. Métodos de registración.
- Estructuración del sistema contable. Medios de procesamiento.
- Registración de los hechos económicos en distintos momentos de la vida del Ente.
- Culminación del proceso contable, los informes contables.
- Los modelos contables.
- La valuación del patrimonio en los distintos momentos de la vida del Ente.
- La unidad de medida.
- Informes contables internos y externos. Usuarios.
- Principios o cualidades de la información.
- Estados contables. Su exposición.
- La consolidación de estados contables.
- Análisis e interpretación de estados contables.
- Conversión de estados contables a moneda extranjera.
- Estados contables proyectados.
- Las normas contables. Distintas fuentes. Normas comparadas.
- Teoría general de los costos.
- Elementos del costo.
- Sistemas de costeo.
- Costos para la toma de decisiones.
- Auditoría interna y externa. Auditoría operativa.
- La auditoría de sistemas computarizados.

- El informe del auditor. Normas y responsabilidades legales y profesionales en el ejercicio de la auditoría.
- Régimen financiero del Sector Público.
- Derecho tributario. Imposición sobre las rentas. Consumos y patrimonio. Tributación sobre el salario. Régimen de coparticipación. Procedimientos tributarios. Autoridad de aplicación (nación, provincias y municipalidades).

Área de Economía:

- Conceptos Básicos. Delimitación del campo de la economía como ciencia. Problemas económicos centrales. Los recursos, la tecnología, las instituciones, la población, los sistemas económicos.
- Conceptos Básicos de Microeconomía. Sectores económicos. Sistemas de Precios. Las funciones de oferta y demanda. Competencia perfecta y monopolio.
- Conceptos Básicos de Macroeconomía. los modelos macroeconómicos básicos.
- La demanda agregada: consumo, inversión y gasto público. El mercado de bienes.
- La función ISEC. Mercado financiero. la función L. M. El sector externo.
- El equilibrio general. El Multiplicador. Política económica. Aspectos Sectoriales.
- Conceptos Básicos de Finanzas Públicas. Marco institucional. El presupuesto público. Gastos públicos. Recursos públicos.

Área de Administración:

- Administración General. Caracterización de las Organizaciones. Tipología. Enfoques y modelos. Los procesos de política, conflicto, decisión, influencia, comunicación, planificación, gestión y control. Autoridad y poder la estructura organizacional. la administración y los procesos de cambio. Responsabilidad social.
- Sistemas Administrativos. Conceptualización y clasificación de modelos.
- Caracterización y elementos constitutivos. Teoría general de sistemas. Metodología para los estudios administrativos. Desarrollo de las etapas para estudio de sistemas e implementación. Aspectos tecnológicos de los medios de

procesamiento y de comunicaciones. Software de base y utilitarios. Redes. Evaluación de sistemas aplicativos. Seguridad en los sistemas de información.

- Administración Financiera. Decisiones financieras básicas de las organizaciones. Análisis financiero. Decisiones de inversión, de financiación, de dividendos. Administración del capital del trabajo.
- Mercado de capitales. Derivados financieros.
- Las áreas funcionales de la empresa. Producción. Comercialización. Finanzas. Personal. Planeamiento. Registración y Métodos. Dirección Superior.

Área Humanística:

- Introducción al estudio de las Ciencias Sociales. Sociología de las Organizaciones.
- Conocimiento Científico. Elementos de filosofía. Concepto de ciencia. Las ciencias sociales áreas, contenido y metodología. Teoría y método científico.

Área Jurídica:

- Derechos humanos. Estado y Constitución. Constitución Argentina.
- Órganos y Poderes del Estado.
- Derechos Civiles y garantías constitucionales.
- Contratos y actos administrativos.
- La función pública y el servicio público.
- Aspectos económicos y de control.
- Responsabilidad del Estado.
- Regímenes Provinciales y Municipales.
- Principios generales del derecho, fuentes.
- Persona: atributos y capacidad.
- Hechos y actos jurídicos. Obligaciones.
- Teoría de los contratos.
- Aspectos generales de matrimonio, filiación, régimen sucesorio y derechos reales.
- Concepto y origen del derecho comercial.
- La empresa y el comerciante.

- Contratos comerciales.
- Sociedades comerciales y agrupaciones empresarias.
- Cooperativas y otras asociaciones civiles.
- Títulos de crédito.
- Mercado de Capitales, entidades financieras y seguros.
- Concursos comerciales y quiebras.
- El trabajo humano.
- La relación del trabajo y la empresa.
- Derecho individual del trabajo.
- Derecho colectivo del trabajo.
- Seguridad social.

Área de Matemática:

- Números Reales.
- Funciones.
- Límites y Continuidad.
- Derivada.
- Sucesiones y Series.
- Extremos.
- Integrales.
- Vectores y Matrices.
- Sistemas de Ecuaciones Lineales.
- Estadística Descriptiva.
- Elementos de Probabilidad.
- Inferencia Estadística.
- Elementos de Muestreo.
- Regresión.
- Series de Tiempo. Índices.
- Cálculo Actuarial.
- Teoría del Interés.
- Amortizaciones.

- Rentas.

✓ Carrera Licenciatura en Economía

Área de Contabilidad

- La Contabilidad. Antecedentes y evolución.
- Los Entes. Sus recursos y fuentes. Operaciones y hechos económicos.
- El patrimonio y la contabilidad.
- El ejercicio económico. Las variaciones patrimoniales.
- El sistema Contable. Métodos de registración.
- Estructuración del sistema contable. Medios de procesamiento.
- Registración de los hechos económicos en distintos momentos de la vida del Ente.
- Culminación del proceso contable, los informes contables.
- Estados contables. Su exposición.
- Análisis e interpretación de estados contables.

Área de Economía:

- Conceptos Básicos. Delimitación del campo de la economía como ciencia. Problemas económicos centrales. Los recursos, la tecnología, las instituciones, la población, los sistemas económicos.
- Conceptos Básicos de Microeconomía. Sectores económicos. Sistemas de Precios. Las funciones de oferta y demanda. Competencia perfecta y monopolio.
- Conceptos Básicos de Macroeconomía. Los modelos macroeconómicos básicos. La demanda agregada: consumo, inversión y gasto público. El mercado de bienes. La función ISEC. Mercado financiero. La función L. M. El sector externo. El equilibrio general. El Multiplicador. Política económica. Aspectos Sectoriales.
- Conceptos Básicos de Finanzas Públicas. Marco institucional. El presupuesto público. Gastos públicos. Recursos públicos.

- Microeconomía: Elasticidades. Competencia monopólica. Oligopolio. Determinación de precios y empleo, competencia perfecta e imperfecta. Precios y equilibrio general. Regulación de precios.
- Macroeconomía: Inflación. Análisis estático y dinámico. Ciclos y crecimiento. Modelos macroeconómicos desagregados. Desarrollo económico.
- Econometría: Modelo uniecuacional básico y generalizado. Modelos de hipótesis estructurales. Modelos de perturbación aleatoria. Modelos multiecuacionales. Modelos de series temporales.
- Finanzas de Empresas: Decisiones de inversión y financiamiento. Estructura de financiamiento: corto, largo plazo y recursos propios.
- Moneda y Crédito: Oferta y demanda de dinero. Tasas de interés. Modelos monetarios de inflación. Sistemas financieros. Política monetaria. Dinero y crecimiento.
- Comercio Internacional: Teoría pura. Los instrumentos de la política comercial. Las uniones económicas. La balanza de pagos: enfoque real y monetario. Globalización.
- Evaluación de Proyectos: Formulación y evaluación de proyectos. Evaluación privada y social. Los criterios de evaluación. Riesgos e incertidumbre.

Área de Administración:

- Administración General. Caracterización de las Organizaciones. Tipología. Enfoques y modelos. Los procesos de política, conflicto, decisión, influencia, comunicación, planificación, gestión y control. Autoridad y poder. La estructura organizacional. La administración y los procesos de cambio. Responsabilidad social.

Área Humanística:

- Introducción al estudio de las Ciencias Sociales. Sociología de las Organizaciones.
- Conocimiento Científico. Elementos de filosofía. Concepto de ciencia. Las ciencias sociales: áreas, contenido y metodología. Teoría y método científico.

- Historia de las doctrinas económicas.

Área Jurídica:

- Derechos humanos. Estado y Constitución. Constitución Argentina.
- Órganos y Poderes del Estado.
- Derechos Civiles y garantías constitucionales.
- Contratos y actos administrativos.
- La función pública y el servicio público.
- Aspectos económicos y de control.
- Responsabilidad del Estado.
- Regímenes Provinciales y Municipales.
- Principios generales del derecho, fuentes.
- Persona: atributos y capacidad.
- Hechos y actos jurídicos. Obligaciones.
- Teoría de los contratos.
- Aspectos generales de matrimonio, filiación, régimen sucesorio y derechos reales.
- Concepto y origen del derecho comercial.
- La empresa y el comerciante.
- Contratos comerciales.
- Sociedades comerciales y agrupaciones empresarias.
- Cooperativas y otras asociaciones civiles.
- Títulos de crédito.
- Mercado de Capitales entidades financieras y seguros.
- Área de Matemática:
- Números Reales.
- Funciones.
- Límites y Continuidad.
- Derivada.
- Sucesiones y Series.
- Extremos.

- Integrales.
- Ecuaciones Diferenciales.
- Vectores y Matrices.
- Sistemas de Ecuaciones Lineales.
- Espacios Vectoriales.
- Transformaciones Lineales.
- Autovalores y Autovectores.
- Diagonalización de Matrices.
- Formas Cuadráticas.
- Estadística Descriptiva.
- Elementos de Probabilidad.
- Inferencia Estadística.
- Elementos de Muestreo.
- Regresión.
- Series de Tiempo. Índices.
- Teoría del Interés.
- Amortizaciones.
- Rentas.

✓ **Carrera Licenciatura en Administración**

Área de Contabilidad:

- La Contabilidad. Antecedentes y evolución.
- Los Entes. Sus recursos y fuentes. Operaciones y hechos económicos.
- El patrimonio y la contabilidad.
- El ejercicio económico. Las variaciones patrimoniales.
- El sistema Contable. Métodos de registración.
- Estructuración del sistema contable. Medios de procesamiento.
- Registración de los hechos económicos en distintos momentos de la vida del Ente.
- Culminación del proceso contable, los informes contables.
- Elementos del costo.

- Costos para la toma de decisiones.

Área de Economía:

- Conceptos Básicos. Delimitación del campo de la economía como ciencia. Problemas económicos centrales. Los recursos, la tecnología, las instituciones, la población, los sistemas económicos.
- Conceptos Básicos de Microeconomía. Sectores económicos. Sistemas de Precios. Las funciones de oferta y demanda. Competencia perfecta y monopolio.
- Conceptos Básicos de Macroeconomía. Los modelos macroeconómicos básicos. La demanda agregada: consumo, inversión y gasto público. El mercado de bienes. La función ISEC. Mercado financiero. La función L. M. El sector externo. El equilibrio general. El Multiplicador. Política económica. Aspectos Sectoriales.
- Conceptos Básicos de Finanzas Públicas. Marco institucional. El presupuesto público. Gastos públicos. Recursos públicos.

Área de Administración:

- Administración General. Caracterización de las Organizaciones. Tipología. Enfoques y modelos. Los procesos de política, conflicto, decisión, influencia, comunicación, planificación, gestión y control. Autoridad y poder. La estructura organizacional. La administración y los procesos de cambio. Responsabilidad social.
- Sistemas Administrativos. Conceptualización y clasificación de modelos. Caracterización y elementos constitutivos. Teoría general de sistemas. Metodología para los estudios administrativos. Desarrollo de las etapas para estudio de sistemas e implementación. Aspectos tecnológicos de los medios de procesamiento y de comunicaciones. Software de base y utilitarios. Redes. Evaluación de sistemas aplicativos. Seguridad en los sistemas de información.
- Administración Financiera. Decisiones financieras básicas de las organizaciones. Análisis financiero. Decisiones de inversión, de financiación, de dividendos. Administración del capital del trabajo. Mercado de capitales. Derivados financieros.

- Sistemas de información administrativa. Marco conceptual de los sistemas de comunicación en el contexto de las organizaciones.
- Sociología de las Organizaciones. Organización y sociedad. Dinámica de los estudios sociales. Aspectos psicosociales. Conductas individuales y realidad Social. Relaciones de poder y comunicación. Liderazgo.
- Administración de la Producción. Sistema y dirección de producción.
- Estrategia. Decisiones de producto, proceso, equipamiento, dimensión y localización. Planeamiento y control, Control de calidad y sistemas de aseguramiento de la calidad.
- Administración de la Comercialización. La comercialización y la gestión empresaria. Análisis del entorno, sector industrial, competencia y demanda. El proceso decisorio del consumidor. Decisiones de portafolio de negocio y posicionamiento. Diferenciación de producto y segmentación de mercado. Estrategia operativa de comercialización.
- Administración de Personal. Funciones. La fuerza del trabajo y el mercado laboral. Políticas de personal. Remuneraciones y beneficios. Regulación jurídica de las relaciones laborales. Conflictos del Trabajo.
- Dirección General. La visión sistémica y enfoque organizacional de la realidad. La función de dirección como espacio y nivel de coordinación y conducción. Formas y modelos de dirección. Criterios de racionalidad directiva. Teoría de la negociación. La dinámica de cambio y la dirección. La gerencia social y la gerencia pública. la ética en la dirección de los negocios e instituciones.
- Administración Pública. El sector público de las administraciones nacional, provincial y municipal. Las funciones de planeamiento, gestión y control de la hacienda pública. Formas de contratación. Sistemas de Contabilidad, la organización del sector público.
- Área Humanística:
- Introducción al estudio de las Ciencias Sociales. Sociología de las Organizaciones.
- Conocimiento Científico. Elementos de filosofía. Concepto de ciencia. Las ciencias sociales: áreas, contenido y metodología. Teoría y método científico.

- Área Jurídica:
- Derechos humanos. Estado y Constitución. Constitución Argentina.
- Órganos y Poderes del Estado .
- .Derechos Civiles y garantías constitucionales.
- La función pública y el servicio público.
- Aspectos económicos y de control.
- Responsabilidad del Estado.
- Regímenes Provinciales y Municipales.
- Principios generales del derecho, fuentes.
- Persona: atributos y capacidad.
- Hechos y actos jurídicos. Obligaciones.
- Teoría de los Contratos. Aspectos generales de matrimonio, filiación, régimen sucesorio y derechos reales.
- Concepto y origen del derecho comercial.
- La empresa y el comerciante.
- Contratos comerciales.
- Sociedades comerciales y agrupaciones empresarias.
- Cooperativas y otras asociaciones civiles.
- Títulos de crédito.
- Mercado de Capitales, entidades financieras y seguros.
- El trabajo humano.
- La relación del trabajo y la empresa.
- Derecho individual del trabajo.
- Derecho colectivo del trabajo.
- Seguridad Social.

- Área de Matemática:
- Números Reales. Funciones.
- Límites y Continuidad.
- Derivada.
- Sucesiones y Series.

- Extremos.
- Integrales.
- Vectores y Matrices.
- Sistemas de Ecuaciones Lineales.
- Estadística Descriptiva.
- Elementos de Probabilidad.
- Inferencia Estadística.
- Elementos de Muestreo.
- Regresión.
- Series de Tiempo. Índices.
- Teoría del Interés.
- Amortizaciones.
- Rentas.

Río Cuarto, 22 de Abril de 1997.-

Señor Secretario :

De mi mayor consideración :

En virtud del convenio firmado entre la SECRETARIA DE POLITICAS UNIVERSITARIAS y el CONSEJO DE DECANOS DE FACULTADES DE CIENCIAS ECONOMICAS DE UNIVERSIDADES NACIONALES (CO.DE.C.E.), venimos a presentar los Contenidos Mínimos para las 3(tres) Carreras Bases de las Facultad de Ciencias Económicas como son Contador Público, Licenciatura en Administración de Empresas y Licenciatura en Economía, que fue aprobado unánimemente en la Reunión Plenaria del CO.DE.CE realizada el 14 de Noviembre de 1996, organizada por la Facultad de Economía y Administración de la Universidad Nacional del Comahue.

Con ello damos cumplimiento a lo acordado oportunamente y esperamos que los mismos sean considerados como base para la elaboración del documento final de acuerdo a la Ley de Educación Superior .

Además solicitamos se nos permita participar en las discusiones de referencia con el objeto de que las conclusiones de las mismas tengan la opinión de quienes de alguna manera trabajamos en su elaboración.

Sin otro particular, hacemos propia la oportunidad para saludarle muy atentamente.

Secretario de Políticas Universitarias

Lic. Eduardo SANCHEZ MARTINEZ

ANEXO VIII – Acuerdo N° 3 de fecha 18 de diciembre de 1996. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Argentina

Visto, el artículo 42 de la Ley N° 24.521 y,

Considerando:

Que la mencionada norma establece que este Ministerio debe fijar, con acuerdo del CONSEJO DE UNIVERSIDADES, la carga horaria mínima que deberán respetar los planes de estudio de las carreras de grado universitario.

Que mediante Acuerdo N° 3 de fecha 18 de diciembre de 1996 el CONSEJO DE UNIVERSIDADES prestó conformidad para la fijación de una carga horaria mínima en la modalidad presencial de DOS MIL SEISCIENTAS (2.600) horas reloj o su equivalente, como condición necesaria para calificar a una carrera universitaria como de grado, las que deberán desarrollarse en un mínimo de cuatro años.

Que las facultades para dictar el presente acto resultan de lo dispuesto en el mencionado artículo 42 de la Ley N° 24.521.

Por ello,

La Ministra de Cultura y Educación

Resuelve:

ARTICULO 1º. Fíjase en DOS MIL SEISCIENTAS (2.600) horas reloj o su equivalente, en la modalidad presencial, la carga horaria mínima que deberán contemplar los planes de estudio, para calificar a una carrera como de grado universitario.

ARTICULO 2º. La carga horaria prevista en el artículo anterior deberá desarrollarse en un mínimo de (4) cuatro años académicos.

ARTICULO 3º. A partir de la fecha de la presente resolución el Ministerio no otorgará reconocimiento oficial a carreras de grado que no se ajusten a las exigencias previstas en los **artículos precedentes.**

ARTICULO 4º. Regístrese, comuníquese y archívese.